

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA - PROLING

O ITEM LINGUÍSTICO MESMO:
confrontando usos e funções no português do Brasil

Neide Correia S. Amorim

João Pessoa - PB
Março-2009

Neide Correia Sant’Anna de Amorim

**O ITEM LINGUÍSTICO MESMO
confrontando usos e funções no português do Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Linguística.

Orientação: Profª. Dra. Maria Elizabeth Affonso Christiano (UFPB).

João Pessoa-PB

Março/2009

A524i Amorim, Neide Correia Sant'Anna de.

O item linguístico mesmo: confrontando usos e funções no português do Brasil /
Neide Correia Sant'Anna de Amorim . - - João Pessoa : [s.n], 2009.
230f.

Orientadora: Maria Elizabeth Affonso Christiano..

Tese (Doutorado) – UFPB /CCHLA.

1.Linguística. 2.Funcionalismo (Linguística). 3.Gramaticalização. 4.Discurso.

UFPB/BC

CDU:801(043)

Neide Correia Sant'Anna de Amorim

**O ITEM LINGUÍSTICO MESMO:
confrontando usos e funções no português do Brasil**

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Elizabeth Afonso Christiano (UFPB)
(Orientadora)

Prof. Dr. Mário Eduardo Martelotta (UFRJ)
(Examinador)

Profa. Dra. Valéria Viana Sousa (UESB)
(Examinadora)

Profa. Dra. Iara Ferreira de Melo Martins (UEPB)
(Examinadora)

Profa. Dra. Maria das Dores Oliveira de Albuquerque (UFPB)
(Examinadora)

Examinada a Proposta

Conceito

Em: ____/____/____

À memória de meus pais, Lourival e Natália Correia Santos. Seus bons ensinamentos e conselhos ainda ecoam na minha vida.

À Carmen, carinhosa amiga e anfitriã nos meus primeiros momentos em João Pessoa.

DEDICATÓRIA

A Humberto e filhos, pelo estímulo. Seus aplausos silenciosos estão presentes nas entrelinhas desse trabalho.

Aos queridos netos, por refrescar os momentos de tensão e angústia trazidos com as novas responsabilidades assumidas. Em especial, à Maria Vitória, cujas lágrimas, nas rosadas faces infantis, fizeram-me experimentar o sabor amargo da despedida.

Por fim, à Maria, fiel companheira, por aliviar minha responsabilidade doméstica, e compreender minhas fugas do convívio familiar, mesmo quando minha presença era realmente necessária. Este trabalho é, sem dúvida, fruto dessa cumplicidade.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me feliz e realizada ao terminar este trabalho. Ele representa o resultado de muito esforço, dedicação, sem dúvidas, de superação de limites e preconceitos. Atravessei momentos de grande tensão e angústia ante as novas obrigações acadêmicas e aos novos papéis profissionais assumidos. Aprendi driblar tristezas, depressões e outras emoções desgastantes. Todavia, não desisti do meu sonho.

Sei que devo esta conquista a muita gente querida. Por isso, compartilho com todos a felicidade de tê-la alcançado e, neste espaço, inscrevo meu sincero e eterno reconhecimento:

Primeiro e, sobretudo, a Ele, o grande Mestre, Meishu Sama, por me conduzir, iluminando cada passo desse trabalho.

Em seguida, quero dizer também:

Obrigada Profa. Dra. Elizabeth Christiano - orientadora e amiga, pelo zelo com que conduziu todo o processo de construção desta jornada. Seu olhar perspicaz e maduro deu a este trabalho o brilho científico e pedagógico almejado.

Obrigada Prof. Dr. Dermeval da Hora, amigo de todas as horas, por ter aberto esta nova porta em minha vida, aceitando-me como colega convidada no Projeto de Pesquisa que coordena. Essa preciosa oportunidade reorientou minha expectativa profissional, dando início a minha trajetória científica. E mais, pela confiança, estímulo e amizade que demonstrou em todos esses anos de convivência.

Obrigada Prof. Dr. Camilo Rosa Silva e Prof. Dr. Márcio Leitão, pelas críticas e sugestões feitas na ocasião da minha qualificação. Seus comentários elucidativos foram decisivos para o desenvolvimento dessa tese.

Obrigada Profa Dra. Lucienne Espíndola por suas brilhantes aulas de Semântica Argumentativa. Os conhecimentos adquiridos são ainda hoje aspectos que enriquecem este estudo.

Obrigada Profas. Dras. Mônica Nóbrega, Cristina Assis, enfim, todos que tomaram parte ativa na construção do meu conhecimento em Linguística, aqui na UFPB.

Obrigada Iara, Fernanda e Camilo, pelo convívio enriquecedor nas seções de leitura sobre o Funcionalismo Linguístico. Suas apreciações claras e seguras sobre o assunto muito ajudaram na minha compreensão da teoria e na orientação desse trabalho.

Obrigada Cláudio, meu filho, pelas críticas aparentemente impiedosas sobre **mesmo**. Seus comentários ousados, baseados em Maffesoli, destacaram a dimensão social do item neste texto, ampliando o seu conteúdo.

Obrigada Christiano, meu filho, pelas gratas lições sobre digitação. Seu apoio constante foi fundamental para concretização desse sonho.

Obrigada Alessandro, meu filho e secretário, com quem dividi a responsabilidade de encaminhar os assuntos domésticos, durante minha ausência. Sua assessoria trouxe a tranquilidade necessária para vencer a distância.

Obrigada Cida, Rose e Valéria, amigas sinceras, pelos estímulos constantes que muito precisei, para encarar o desafio de fazer o doutorado. Os alegres comentários sobre **mesmo** ajudaram a relaxar a tensão da caminhada.

Obrigada Vera (secretária do Proling/UFPB) e Greicianne, pela dedicação e carinho ao atender minhas solicitações. O apoio técnico recebido foi fundamental para o final feliz.

Obrigada Gilva, dedicada professora e ex-aluna, pelas inúmeras revisões que fez do texto. Sua leitura refinada foi essencial para lapidar cada mensagem, cada ideia aqui projetada.

Obrigada Rubens, pelo carinho concedido, vertendo para Inglês o resumo desta pesquisa.

Obrigada, enfim, professores e colegas do Campus V/ UNEB, pela confiança e compreensão, concedendo-me liberação das funções profissionais em prol do conhecimento necessário ao exercício docente. Obrigada Profa e colega Iraílda, pela prestimosa colaboração, assumindo, por todos esses anos, a coordenação do Programa de Extensão da Terceira Idade. Obrigada Vera e Rosália, secretárias do Colegiado de Letras, por zelar pela minha situação acadêmica, enviando, via *e-mails*, notícias e mensagens. Obrigada PPG/UNEB, pelo precioso apoio financeiro, possibilitando a realização desta pesquisa.

RESUMO

O estudo focaliza o item linguístico **mesmo** e seu comportamento no português brasileiro de diferentes sincronias. Tratando-se de uma abordagem pancrônica, adoto duas fontes empíricas de dados: i) entrevistas sociolinguísticas integrantes do Corpus Variação Linguística da Paraíba (Oliveira, 2004); ii) As Cartas Oficiais dos Séculos XVIII e XIX, da Paraíba, constituintes do *Corpus* Linguístico Diacrônico da Paraíba (Fonseca, 2005). Tenho como objetivo compreender e explicar os diferentes usos do item **mesmo** no português atual e próximo passado. Parto do pressuposto de que a multifuncionalidade do item, observada no discurso, é resultado de sucessivas mudanças, via Gramaticalização e insere-se no âmbito da sua trajetória evolutiva no sistema linguístico do português em terras brasileiras. Adoto como referencial teórico, os postulados da Linguística Funcional, particularmente, os defendidos por Heine (1991), Traugott e Heine (1991), Hopper (1987; 1993) Hopper e Traugott (1993), Givón (1979; 1995), Votre (1996), Neves (1997; 2001), Martelotta (1996; 2003). Metodologicamente, abordo os dados tanto numa perspectiva quantitativa quanto qualitativa, na seguinte ordem: primeiro os dados sincrônicos e, em seguida, os dados diacrônicos. Os respectivos dados são, posteriormente, analisados e comparados nos diversos níveis: sintático, semântico e pragmático. No português atual, os dados revelam um quadro funcional de uso do item estendido (gramaticalizado), apresentando-o preferencialmente, como discursivo, confirmando a hipótese. No português colonial, esse quadro de uso mostra-se reduzido, apresentando o item como, essencialmente, anafórico. A pesquisa revelou a influência decisiva de fatores socioculturais, cognitivos e pragmáticos nos diversos processos de gramaticalização, ocorridos com o item no decorrer dos últimos duzentos anos. O estudo pretende ser, também, uma contribuição ao ensino da língua no que se refere ao enfoque do item **mesmo**. Com esse objetivo, investigo livros didáticos de português, observando o tratamento conferido ao item em pauta. Finalizo, oferecendo sugestões de atividades em sala de aula.

Palavras-chave: Funcionalismo, gramaticalização, discurso, gramática, mudança e mesmo.

ABSTRACT

This study focuses on the linguistic item *mesmo* and its behavior in Brazilian Portuguese in different synchronic moments, therefore a panchronic approach. It adopts two empirical sources: i) sociolinguistic interviews from *Corpus Variação Linguística da Paraíba* (Oliveira, 2004); ii) official letters from 18th and 19th centuries, from Paraíba, extracted from *Corpus Lingüístico Diacrônico da Paraíba* (Fonseca, 2005). The study aims at understanding and explaining the different usages of the item *mesmo* in Modern Portuguese. The assumption here is that the multifunctionality of the item observed in today's speech is motivated by cognitive and pragmatic pressure. The theoretical background adopted are the postulates of Functional Linguistics, especially those proposed by Heine (1991), Traugott & Heine (1991), Hopper (1987; 1993) Hopper & Traugott (1993), Givón (1979; 1995), Votre (1996), Neves (1997; 2001), Martelotta (1996; 2003). As for the methodological aspects, both quantitative and qualitative perspectives were taken into account in the following order: first, synchronic data, and then, diachronic data. The results were, then, compared, trying to attest regularities and innovations of the item in the selected synchronic moments. In Modern Portuguese, the functional aspects of the item have been extended (grammaticalized), highlighting its referential value. This study also aims to contribute to the didactic treatment of the item *mesmo*, offering suggestions of activities in the classroom.

Key-words: Functionalism, Gramaticalization, Discourse, Grammar, Change, *mesmo*.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Uso do mesmo no presente_____	181
Gráfico 2 Usos do mesmo no passado_____	182
Gráfico 3 Uso do mesmo no presente e no passado_____	185

Lista de Quadros

Quadro 1 Funções e sentidos do item mesmo registrados entre 1930-1960	83
Quadro 2 Funções e sentidos do item mesmo registrados entre 1960-2000	86
Quadro 3 Funções e sentidos do item mesmo registrados a partir de 1990	92

Lista de Tabelas

Tabela 1 As categorias funcionais x frequência de uso_____	125
Tabela 2 Distribuição da frequência: categoria x gênero/sexo_____	143
Tabela 3 Distribuição da frequência : gênero x uso_____	144
Tabela 4 Distribuição da frequência: faixa etária x uso_____	145
Tabela 5 Distribuição da frequência: categoria x faixa etária (masc. e fem.)_____	146
Tabela 6 Distribuição da frequência: categoria x escolarização_____	147
Tabela 7 Frequência: categoria funcional x períodos colonial e imperial_____	164
Tabela 8 Distribuição da frequência: categoria x usos_____	165

SUMÁRIO

Introdução

1. Um dedo de prosa para iniciar	14
1.2 A motivação	14
1.2 O conceito de <i>mesmo</i> na estrutura social	16

Capítulo 1 Explicitando o objeto: o item linguístico *mesmo*

1 Introdução	20
1.1 Mesmo no discurso e na gramática: discutindo a relação	20
1.2 Pressupostos teóricos norteadores	25
1.3 Objetivos	27
1.4 Hipóteses	28
1.5 Orientação metodológica	29
1.5.1 Caracterização dos <i>Corpora</i>	30
1.5.1.1 <i>Corpus</i> 1 – As entrevistas do VALPB	30
1.5.1.2 <i>Corpus</i> 2 - As cartas oficiais da Paraíba (séculos XVIII e XIX)	32
1.5.2 Os gêneros discursivos: entrevistas e cartas	33
1.5.2.1 As entrevistas: os informantes e a linguagem	34
1.5.2.2 As cartas: o contexto histórico, os autores e a linguagem	36
1.6 Operacionalização da análise	40

Capítulo 2 O aporte teórico: Funcionalismo Linguístico

2 Introdução	42
2.1 O Funcionalismo	42
2.1.1 Fundamentos epistemológicos	42
2.1.2 O conceito de “função”	44
2.1.3 Origem e evolução	46
2.1.4 A Gramática Funcional: a sintaxe, a semântica e a Pragmática	48
2.1.5 Linguagem, Cognição e Interação	50
2.2 A motivação linguística e o princípio de iconicidade	53
2.3 A emergência da gramática	57
2.4 A Gramaticalização	58
2.4.1 Aspectos históricos e evolução	59
2.4.2 Os princípios da Gramaticalização	63
2.4.3 Os mecanismos e as trajetórias de mudança	65
2.5 O princípio de unidirecionalidade	69
2.6 A Discursivização e os marcadores discursivos	72

Capítulo 3 De olho em *mesmo*

3 Introdução	75
3.1 Na etimologia: conhecendo as origens	75
3.2 Nos dicionários: sanando as dúvidas	76
3.3 Na gramática: revisitando conceitos e regras	80
3.3.1 A tendência clássica (1930 – 1960)	81
3.3.2 A tendência tradicional (1960- 1990)	84
3.3.3 A tendência linguística (a partir de 1990)	90

3.4 Na linguística: revelando os segredos	95
3.4.1 De sua polissemia	95
3.4.2 Na questão da referência	100
3.4.3 No campo mostrativo da linguagem	104
3.4.3.1 Sua vocação de reforço	106
3.4.3.2 Sua vocação anafórica	108
3.4.4 Nas dimensões comparativa e argumentativa da língua	110
3.4.5 <i>Mesmo</i> e suas multi-funções no português atual	113

Capítulo 4 A verdade vem dos dados

4 Introdução	118
4.1 <i>Corpus</i> 1: As entrevistas do VALPB	119
4.1.1 As ocorrências: categorização,	120
4.1.2 Análise e discussão	127
4.1.2.1 As categorias funcionais: frequência e distribuição	127
4.1.2.2 <i>Mesmo</i> : estabilidade e evolução	128
4.1.2.3 <i>Mesmo</i> : suas trajetórias evolutivas no presente	141
4.1.2.4 <i>Mesmo</i> : As motivações sociais	145
4.1.2.4.1 Quanto ao gênero/sexo	144
4.1.2.4.2 Quanto à faixa etária	146
4.1.2.4.3 Quanto à escolarização	148
4.1.2.5 <i>Mesmo</i> e os processos icônicos de uso	150
4.2 <i>Corpus</i> 2: As cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX	161
4.2.1 Introdução	161
4.2.2 <i>Mesmo</i> nos textos coloniais e imperiais	162
4.2.2.1 As ocorrências: categorização	163
4.2.3 Análise e discussão dos dados	163
4.2.3.1 As categorias: frequência e distribuição	163
4.2.3.1.1 <i>Mesmo</i> : a preferência anafórica	166
4.2.3.1.2 <i>Mesmo</i> : as inovações funcionais dos períodos	172
4.2.3.2 <i>Mesmo</i> : as motivações socioculturais e a iconicidade	177
4.2.3.3 <i>Mesmo</i> : processos desenvolvidos no passado	179
4.3 Presente e passado: correlacionando os resultados	180
4.3.1 Duzentos anos após: rotas e percursos de <i>mesmo</i>	182
4.3.2 As trajetórias de <i>mesmo</i> e a unidirecionalidade	186

Capítulo 5 O item *mesmo* no livro didático

5 Introdução	189
5.1 As propostas de ensino: entre acertos e erros	189
5.1.2 A expectativa e desencanto do aluno	191
5.2 Dos estudos linguísticos, a esperança	193
5.3 A intervenção oficial e a prática pedagógica	195
5.4 O livro didático e as orientações oficiais	197
5.4.1 O item <i>mesmo</i> no livro didático: limites e avanços	199
5.4.1.1 No Ensino Fundamental	200
5.4.1.2 No Ensino Médio	206
5.4.2 Análise e discussão	208
5.4.3 Para compreender <i>mesmo</i> : dicas e sugestões	211
5.5 Para finalizar: um justo reconhecimento	213

Considerações finais	215
Referências	219
Siglas	230

INTRODUÇÃO

1. UM DEDO DE PROSA

Regulada por princípios naturais de continuidade e mudança, a linguagem cumpre as exigências dos seus objetivos, satisfazendo as necessidades comunicativas dos homens. Fiéis e criativos, falantes e ouvintes não só preservam a língua dos seus antepassados como são responsáveis pela sua evolução no tempo e no espaço.

Nesse movimento, a palavra (som), substância através da qual a língua se materializa, atualiza-se, permitindo ao ser humano expressar suas emoções e experiências através das gerações e dos séculos.

Fascinados ficam os poetas diante delas. Talvez tenham razão, afinal, guiados pela emoção e pela sabedoria, eles transformam as palavras em música e magia. Cautelosos, os linguistas preferem abordá-las de outro ângulo. Interessa-lhes a história, a origem, a afinidade entre elas, seu uso pelos falantes, sua evolução no tempo, entre outras questões. A energia que os move é a mesma: paixão. Ambos, poetas e linguistas, tomam-na como referência: o primeiro, por deleite, o segundo, pelo desejo em conhecê-la e dominá-la.

De uma forma ou de outra, estabelecer com a palavra uma relação afetiva é tão salutar e desafiadora para o poeta, quanto é para o linguista desvelar os seus mistérios. Como escreveu o poeta desconhecido:

As palavras libertam, acalentam, invocam emoções,

Cruzam mares, saltam montanhas,

Atravessam desertos.

Sobrevivem ao tempo,

Aos séculos e gerações.

As palavras vão e ficam,

Sempre ficam.

As palavras são cheias de “segredinhos”. Astuciosas, mutantes, elas se entregam fáceis à criatividade humana, repetindo-se continuamente. Mas, cuidado! A palavra tem espírito. O mau uso soa mal e pode oferecer falsas interpretações.

Tudo isso pode parecer misterioso, e, na verdade, o é. Eu, particularmente, apesar do meu jeito desafinado de com elas lidar e de muito respeitá-las, deixei-me seduzir pelas “sutilezas” linguísticas da expressão **mesmo**, e, para desvendá-las, busquei apoio na teoria funcionalista da linguagem e em tantas outras que, como ela, preocupa-se com o uso que se faz da língua e com a funcionalidade das suas formas no discurso. Ao funcionalismo, não escapam nem mesmo os efeitos pragmáticos que elas escondem ao traduzir os desejos, as sensações e as experiências humanas. É sobre este instigante item e seu percurso evolutivo no português do Brasil que versa o presente estudo, buscando compreender, através dele, como se estabelecem os movimentos de estabilidade e instabilidade na língua.

1.1 A MOTIVAÇÃO

Estudar o item linguístico **mesmo** não foi uma escolha intencional, digo, totalmente intencional. Lia o livro “Limites do Sentido” de autoria de Possenti (2002) e observei a recorrência de uso desse item logo nas primeiras páginas. Além de curiosa, fiquei também questionando o uso quase abusivo dessa palavra, fato não muito recomendável pela Estilística, ainda mais, em se tratando de um texto científico. Percebi que, entre tantos sentidos produzidos, ela implicava comparações, gradações, concordâncias e outras conotações semânticas, mudando, também, sua função no enunciado. Indisciplinado, passei entre as várias categorias gramaticais, desestabilizando a lógica. Presumi que poderia desenvolver o artigo da disciplina Semântica Argumentativa sobre esse item e seus diversos usos no discurso. A professora da disciplina concordou, sem muito entusiasmo, afinal, eu era, apenas, uma aluna “ouvinte” e não me mostrara preparada e convincente. Mesmo assim, animada, comecei a investigar o poder “argumentativo” de **mesmo** no evento comunicativo, adotando os postulados da Teoria da Argumentação na Língua de Ducrot e Anscombre (1983).

Começava meus estudos sobre a Linguística Funcional e, ainda neófito em assuntos da Linguística, surpreendeu-me perceber que entre os segredos e mistérios da palavra **mesmo** estava sua origem dêitica/fórica, como forma pronominal demonstrativa, contrariando o que dizem, hoje, a maioria das gramáticas tradicionais (GT)¹ de ensino que insistem em classificá-la como *palavra de inclusão* entre os advérbios, sem maiores informações sobre o assunto.

Investigar as particularidades funcionais dessa palavra, cuja recorrência marca sua relevância no discurso, enquanto expressão não só *referencial* como de *reforço* no processo interativo, significava aventurar-me, retrospectivamente, pelos caminhos percorridos por ele, de discurso em discurso, ao longo dos anos e dos séculos, inclusive, no momento atual da língua. Conhecer suas primeiras pegadas poderia proporcionar oportunidades de entendimento de alguns aspectos inerentes ao seu uso no português atual, bem como à estrutura e funcionamento real da língua. Decidida e incentivada por uma torcida de peso, pus-me em campo na construção de um projeto de pesquisa para a seleção do Doutorado.

Na medida em que este tomava corpo como objeto de estudo, coincidências e surpresas acrescentavam-se aos conhecimentos, então, adquiridos e esperados, ampliando meu envolvimento com o item **mesmo**, muito além do concebido pela gramática tradicional.

Discussões, sugestões de leituras concernentes à linguística funcional, perspectiva em que este estudo se ancora, artigos e livros enfocando a palavra juntavam-se aos comentários relacionados ao item, em perfeita sintonia. Entre tantos, destaco a reflexão sobre a existência humana na perspectiva social tendo como referência a expressão **mesmo** desenvolvida por Maffesoli (2001).

Na seção, a seguir, exponho rapidamente a visão de mundo desse autor.

1.2 O CONCEITO DE **MESMO** NA ESTRUTURA SOCIAL

Insatisfação, mudança e contradição caracterizam o ser humano. Sem perceber, passamos a vida buscando “novas” emoções. Queremos sempre algo novo, diferente, singular no nosso modo de vestir, de ser, de falar. Reclamamos da mesmice, do igual, do desbotado;

¹GT - instrumento regulador de uso ideal da língua, tomando como parâmetro a norma culta.

cansamos da repetição; repudiamos o velho, o passado. Em nome do “moderno”, desrespeitamos até mesmo a experiência acumulada no decorrer dos anos. A idade nos torna velhos, não só no físico, mas também no modo de viver de pensar. Somos vistos como conservadores, tradicionais, caretas, desprestigiados, enfim. O tempo torna as ideias clássicas e ultrapassadas. Socialmente, a expectativa humana gira sempre em torno do “novo”. O novo é belo e atraente. Essa é a expectativa predominante.

Contudo, apesar desse comportamento, a realidade é outra. O “novo” não é novo. O que se supõe ser uma “novidade” não passa de uma ilusão. Socialmente, costuma-se fazer sempre as “mesmas” coisas, repete-se sempre o mesmo ritual. Embora não seja perceptível, ações/fatos/ideias, obedecendo a um movimento temporal cíclico, retornam sempre, repetindo-se no decorrer dos anos e dos séculos.

Isto não constitui nenhuma novidade e, não se trata de meras especulações filosóficas, sem nenhum fundamento. O sociólogo Michael Maffesoli fala sobre isso. Em seu livro “A conquista do presente” (2001), ele reflete sobre o viver social do homem, argumentando e comprovando que, historicamente, o homem reproduz sempre *o mesmo*, e que o conjunto das práticas sociais e as ideias que hoje constituem parâmetros existenciais são, na verdade, valores culturais e conhecimentos trazidos por gerações e gerações. Maffesoli, ao abordar o assunto, coloca o seguinte:

É certo, e este fato foi frequentemente salientado, que, em oposição a um tempo linear e progressivo que se torna rapidamente homogêneo e exterior, o tempo vivido social e individualmente é o da “repetição”, da “circularidade”. (MAFFESOLI, 2001, p. 40-45)

Essa concepção do tempo já é encontrada em pensadores do final da Antiguidade. Puech, na sua obra *Gnose*, revela que “no interior dos ciclos, dos éones e dos aeons se reproduzem as mesmas situações já produzidas nos ciclos anteriores e se reproduzirão nos ciclos subsequentes- ao infinito” (PUECH apud MAFFESOLI, 2001, grifo nosso).

Em sua argumentação, Maffesoli, mais uma vez, toma a palavra e diz:

Temos de nos haver com um devenir cósmico que se desenvolve de uma maneira cíclica, segundo leis imutáveis e necessárias. Para não deixar dúvidas, submeti à obra citada para uma análise precisa das diferentes concepções helênicas e gnósticas do tempo, confirmando que aquilo que é importante para nosso propósito é que essa ideia da repetição, ou do eterno retorno, encontra-se de uma maneira mais ou menos precisa (mais ou menos verbalizada) em diversas concepções populares. (MAFFESOLI, 2001, p. 40-45)

Maffesoli (*op.cit*) coloca que, no retorno cíclico do **mesmo**, é suficiente usar de astúcia- de diversas maneiras- face às múltiplas formas do mal social (a alienação), relativizando-o. Para fundamentar seu ponto de vista, ele buscou argumentos, inclusive, na astrologia, mostrando-a fortemente marcada pelo relativismo saído da recondução do **mesmo**. Nesse particular, ele recomenda a leitura de Manilius, autoridade no assunto, segundo o qual:

[...] o céu (mundus) permanece intacto e conserva tudo o que ele compreende, não aumenta um dia a mais, nem atenua o envelhecimento, não aplaca um só instante seu movimento, nem se cansa de seu percurso; ele será sempre o mesmo, porque sempre foi o mesmo; (Idem semper erit, quoniam semper fuit idem) (Astron.,I, 518-521).

Para Maffesoli (*ibidem*), uma das consequências desse pensamento é a atitude simplesmente reacionária da massa social, salientando que a recusa da novidade pode ser a expressão de uma saúde certa. Ele sublinha que o tema da modernidade, do desenvolvimento da novidade é uma maneira de pensar em termos de profano o mito do paraíso.

Nessa rápida reflexão, é oportuno considerar o minucioso estudo sobre a cultura popular desenvolvido por R. Hoggart, ressaltando a “continuidade” latente na cultura da massa. Segundo esse escritor, existe uma invariância das atitudes populares sob as mudanças aparentes. Numerosas sentenças, ditos espirituosos, observações que pontuam a existência exprimem essa perduração do **mesmo**. A relação com os valores, a vida familiar, a relação com a morte e o sexo, a atitude para com o trabalho, a habitação e o vestuário, numa palavra, tudo aquilo que concerne à arte de viver ou aos modos de vida é extraordinariamente invariante.

Essa ideia de perduração do **mesmo** no interior social de estabilidade não incita o homem a *traçar o caminho*, ao contrário, afirma Maffesoli, fortalece uma aceitação do trágico. É o que mostra o rico *corpus* de provérbios populares reunidos por ele: “[...] quem viver verá [...] é a vida [...] aceitar a vida como ela é [...] deixa a vida me levar [...] já vi esse filme [...] em time que vence não se mexe” (MAFFESOLI, 2001, p. 40-45).

Todos esses fatos mostram que, a despeito das resistências ao velho e do culto ao novo, na prática cotidiana, velhas tendências e costumes subsistem no fazer criativo do homem. Busca-se, no passado, inspiração, luz para os devaneios do presente.

Coincidência ou não, considereei essa discussão envolvendo o item em foco pertinente em alguns aspectos com este trabalho, muito embora reconheça que essas forças agem em diferentes dimensões. Quiçá, a leitura do social, fundamentada na noção de repetição e

continuidade subjacente à palavra **mesmo** traga alguma contribuição ao estudo senão do item, mas à sua abordagem no âmbito pedagógico.

Finalizando esta introdução, apresento a seguir os capítulos que integram esta tese:

No Capítulo 1 - *Explicitando o objeto: o item linguístico mesmo*. Apresento e justifico, inicialmente, o fenômeno a ser investigado, discutindo sua funcionalidade no português atual. Ressalto seu papel discursivo, as bases teóricas do estudo, seus objetivos e hipóteses. Em seguida, delincho os procedimentos metodológicos, explicando a constituição dos *corpora* e a operacionalização da análise. Esclareço também aspectos importantes aos respectivos *corpora* e os gêneros constituintes da pesquisa: entrevistas e cartas.

No capítulo 2, falo sobre o *Funcionalismo Linguístico*, aporte teórico no qual este trabalho se sustenta. Faço considerações sobre o conceito de Gramática Funcional, pontuando seus aspectos constituintes: a sintaxe, a semântica e a pragmática e os conceitos de cognição e interação. Na sequência, abordo o conceito de *gramática emergente* e os princípios de *gramaticalização*, *iconicidade* e *unidirecionalidade*. Finalizo o capítulo discutindo a questão da *discursivização* e dos *Marcadores Discursivos*.

No capítulo 3 – *De olho em mesmo*. Neste capítulo, faço uma revisão gramatical sobre o item, passando antes pela sua etimologia e pelos seus registros nos dicionários. Na sequência, detaco aspectos linguísticos relacionados ao item, a saber: sua polissemia, sua ação no campo mostrativo da linguagem, a referência, o reforço, sua dimensão comparativa e argumentativa na língua.

No capítulo 4 – *A verdade vem dos dados*. Aqui, analiso e interpreto os dados emanados dos *corpora* 1 e 2 na seguinte ordem: levantamento e categorização das ocorrências, distribuição da frequência, análise dos dados. Destaco o processo evolutivo de **mesmo** nos períodos visitados. Avanço a análise, correlacionando os respectivos resultados, delineando as trajetórias desenvolvidas pelo item no seu processo evolutivo.

No capítulo 5 – *O item mesmo no livro didático*. Verifico como o conhecimento sobre o item é abordado nos livros didáticos tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Antes, especulo sobre o método tradicional de ensino e a expectativa do aluno em relação ao ensino do português. Termino o capítulo, sugerindo algumas ideias que podem ser acrescentadas às atividades docentes no que se refere à funcionalidade do referido item.

Por último, faço uma reflexão conclusiva sobre o estudo, considerando os diversos conteúdos enfocados e sua repercussão no âmbito pedagógico.

Capítulo 1

EXPLICITANDO O OBJETO: O ITEM LINGUÍSTICO *MESMO*

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresento e justifico a proposta, situando o fenômeno a ser investigado: o item linguístico *mesmo* no português do Brasil – *confrontando usos e funções em diferentes sincronias*, e as bases teóricas que norteiam o estudo. Explicito as hipóteses, os objetivos e a orientação metodológica e operacional adotada. Aproveito este espaço para informar sobre os *corpora* que subsidiam empiricamente o estudo e sobre os respectivos gêneros discursivos de onde são coletados os dados para análise: a entrevista e a carta.

1.1 *MESMO* NO DISCURSO E NA GRAMÁTICA: DISCUTINDO A RELAÇÃO

Nas realizações discursivas do português do Brasil, o item linguístico *mesmo* aparece desempenhando diferentes valores semânticos e sintáticos no processamento das informações, ou, apenas, participando do texto, sem nenhum valor específico, parecendo de sobra nos enunciados, quando analisado com os olhos da gramática tradicional. Porém, basta tentar eliminá-lo para se perceber que muitas proposições ficam vagas e falhas de certas intenções que se tem em mente, sem sua presença; isso porque ele se ajusta coesivamente às informações do texto. Enfim, manifesta-se livremente e sem restrições em diferentes contextos discursivos, atuando, no nível da frase, ora como *substantivo*, ora como *adjetivo*, *pronome*, *advérbio* e, até mesmo, como *conjunção*, como revelam os seguintes trechos extraídos das entrevistas do *corpus* 1:

(1) *Eu [ganhe] sou dependente de mim mesmo hoje em dia. Por isso que eu digo, negócio de criança eu nunca tive essa liberdade não.* (Inf.3 masc. p.18)

(2) E* Você acha certo, o castigo?

I* É horrívi! O castigo é uma tortura que só faz mesmo deprimir a pessoa e a pessoa com tanto tanto naquela depressão a pessoa passa a aborrecer qualquer pessoa, **mesmo** o pai da gente ou alguma família porque o, a, a como é que diz? A, a melhor saída pra, pras coisas é o diálogo. Se não houver diálogo, como é que castigo vai resolver vida de ninguém. (Inf. 14, masc. p.135)

(3) I* I* A brincadeira que eu mais gostava de brincar era de academia, que eu gostava muito, que eu era muito danada. *Só era isso mesmo a minha brincadeira.* ((Inf. 5, fem. p.51)

(4) E* Como é o comportamento desse seu filho mais novo?

F* Mulher, olha, pra idade dele é normal, o que ele gosta de fazer que às vezes me preocupa, *é que ele gosta de assim sair de noite, aqui no bairro mesmo.* *e dar dez e meia, onze horas, onze e meia, aí ele num- num chega, né? *Eu tô na televisão, aí eu (Inf. 7, fem p.32)

(5) Quando eu tô brigando, assim, meu marido eu peço a Deus pra ele não dormir, ele agarro no sono, aí a gente fica quieto. Vou dormir também. Aí, quando ele num que dormi, ele fica implicando com a minha cara. Eu choro de raiva. *Choro, eu choro mesmo.* (Inf. 1, fem, p.15).

(6) E* Porque você não gosta daqui?

I* Sei não, é um bairro parado, num tem como a pessoa se animar de jeito nenhum, tem que tá a mesma, a rotina, *todos os dias a mesma coisa*, não tem jeito (Inf.7, fem p.73)

(7) E* Como é que você se relaciona com seus colegas de trabalho?

I* Ah! *Eu sou, eu aqui na, na, na repartição, eu sou, eu sou, eu sou o mesmo. Eu sou igual ao servente.* Eu num tenho essa coisa comigo não, porque eu sou o chefe, chefe de seção, tudinho, que eu vou, é, os serventes, porque, ele é servente que eu vou, num vou rebaixar ele não, eu sou igual a eles. (Inf. 16, fem, p. 163)

(8) E* Você assiste televisão?

I* Assistio, mas só lá na casa da patroa, porque: a televisão é nova, né? (Risos) Que a de lá de casa é preta e branca e é daquela pequeninha, que a gente vê o povo tudo pequenininho.. A gente doido pra vê, minha irmã foi falou lá com o marido dela, ele foi botou um fio pendurado e agarrou na parede. *Mayô é mesmo que nada!* A gente olha, olha, olha, num vê direito de jeito nenhum. (Inf.2, fem. p.. 24)

(9) *E um dia que ele levantar, eu digo sempre a ele: “O dia que você levantar, você levanta só uma vez, + que eu não vou dar o gostinho não, neguinho de bater. *Porque bateu a primeira vez se acostuma, né? *O meu padrasto, meu pai, o primeiro marido de mãe, ave maria, fey0 a coleção. *Só queria judiar, judiar. **Meu pai mesmo já tirou até sangue de mãe.* *Levou mãe pra + aquele matagal lá do dali do + do va0jão (bairro de João Pessoa) pra judiar com a pobrezinha lá. (Inf. 4, fem.,p.42)

(10)I* Se existisse é: uma condição ô melhor, se hovesse, assim, uma uma lei. Porque hoje em dia nós vemos que as gangues de bairros ela é muito feita por jovens de: abaixo de dezoito anos, ô **mesmo**, *acima de dezoito anos*, que diz que tem registro, que são de menores [...], porque aí o policial, **mesmo** qualquer pessoa que estivesse trabalhando contra esse esse povo, eles ião têm condição, ião têm autoridade contra um jovem desse para que pudesse prendê-lo. (Inf. 4. masc., p.29)

(11) Aí o resultado é que:: eu conclui o curso de cabo, mais quando eu cheguei ao fim eu como era soldado antigo...eu fechei o ciclo com distinção que é o dez chamado, né? E:: consegui um bom êxito no curso de cabo, **mesmo** conseguindo nota superior a todos no no no caso do do do curso fiquei inferior ao o o primeiro lugar geral, mays dentro da da especificação eu saí em primeiro lugar então eu saí em primeiro lugar mais mesmo assim não fui promovido (Inf. 26, masc. 276)

(12) Tem a tem a casa, tem pai, tem mãe, tem de tudo, né? *Num falta comeø*, **mesmo** que num seja bom, mais tem naquela hora certa. Pra mim, eu acho que: o pior a coisa pior que existe é você tá com fome e num ter o que comeø, pra mim isso é muito triste. (Inf. 4, fem. p. 36)

A controvérsia que paira sobre a classificação do item linguístico **mesmo** na gramática tradicional não é por acaso. É evidente que, nos enunciados acima, o item linguístico **mesmo** desempenha diferentes funções e apresenta diferentes sentidos.

Em (5), ele se apresenta como advérbio imprimindo intensidade; engraçado é que essa mesma ideia é expressa em (4). Nesse contexto, porém, o item **mesmo** tem valor de pronome, assim como também em (1), (2) e (3). Opções de uso, tais como (9) e (10), apresentam claramente a ideia de “inclusão”. Em (11), (12), é evidente sua conotação concessiva. Nos contextos (6), (7) e (8), **mesmo** funciona como adjetivo ou como substantivo, identificando, referindo ou comparando seres ou situações no texto, reafirmando sua origem anafórica.

Nos textos analisados, é possível encontrá-lo reforçando intenções e também fazendo referências no texto. Lidar com essa variedade tem sido complicado. Até mesmo os legisladores da Nomenclatura Gramatical Brasileira (de agora em diante NGB) ficaram atrapalhados com ela e, com razão, afinal, nas manifestações discursivas, as palavras não conhecem fronteiras, nem respeitam os esquemas lógicos de classificação. As palavras são formas expressivas e seus significados e funções, muitas vezes, ultrapassam a linha de atuação sintática. A ambiguidade decorrente desses diferentes usos tem determinado interpretações equivocadas do item em foco, trazendo implicações no âmbito pedagógico.

Porém, é interessante observar que falantes e ouvintes não demonstram dificuldades para capturar os seus diferentes sentidos no discurso. Ao empregá-lo, distinguem intuitivamente quando o item significa igual, realmente, concordância quando sugere inclusão, repetição, afirmação, gradação, ou, simplesmente, quando modaliza o discurso. O sentido é produzido de acordo com as intenções comunicativas do falante ou ouvinte.

Insisto nessas particularidades, chamando a atenção, sobretudo, para a espontaneidade que aflora no emprego do referido item no momento da interação entre falantes e ouvintes como revela o pequeno trecho de um diálogo entre pai e filho, flagrado no âmbito familiar:

Filho: “Pai, você vai à reunião da minha escola”?

Pai: “Ah, vou sim, filho”.

Filho: “**Mesmo**”!

Nesse contexto, **mesmo** está apenas expressando um questionamento, surpresa, até admiração do filho diante da resposta afirmativa do pai, porém, pode implicar outros entendimentos e informações.

Assim, cheio de “segredinhos”, esse item, que, muitas vezes, parece apenas de efeito decorativo, vai se impondo ao falar de muita gente, inclusive, culta. Seus diversos usos e sentidos são notórios não apenas na confabulação familiar, nas discussões, nos diálogos, mas também, no discurso literário polido, sem falar dos textos acadêmicos, históricos e científicos que permeiam as bibliotecas e os arquivos, enfim, nos textos orais e escritos presentes nos diferentes contextos sociais, inclusive os que chegam através da mídia televisiva.

Em textos escritos, o uso frequente do item, também, desperta atenção. Quem lê o livro “Limites do Sentido”² de Sírío Possenti (2002) pode constatar essa recorrência. Da mesma forma, a obra poética de Fernando Pessoa é um celeiro de manifestação do item em diferentes situações de uso. Biderman (2001) destacou aí alguns exemplos:

- 1) “Um pensamento ao **mesmo** tempo visível faz-me andar mais depressa.” (p.229)
- 2) “E ninguém, nem **mesmo** a criança que as deixa, / Pretende que elas são mais do que parecem ser.” (p.218)
- 3) “A Humanidade esquece, sim, a Humanidade esquece. Mas **mesmo** acordada a humanidade esquece.” (p.376)
- 4) “Sim, **mesmo** a mim, que vivo só de viver,/ Invisíveis vêm ter comigo as mentiras dos homens.” (p.218)
- 5) “**Mesmo** ouvir nunca foi para mim senão um acompanhamento de ver.” (p.237)
- 6) “Não, não, a verdade não! Deixai-me esta casa e esta gente;/ Assim **mesmo**, sem mais nada, estas casas e esta gente...” (p.318)
- 7) “Não tenho, **mesmo**, defesa nenhuma; sou lúcido.” (p.415)

² Santos (2003), em cinco textos dessa obra, analisa 70 ocorrências de uso do item **mesmo**, refletindo sobre suas relações no contexto linguístico, tomando como referência a Teoria da Argumentação na Língua de Ducrot (1983).

De acordo com os dicionários, o item linguístico **mesmo**, nos exemplos acima, seria classificado como: adjetivo na ocorrência (1), como pronome (reforço enfático) na ocorrência (4), como advérbio nas ocorrências (2, 3, 5, 6, 7). Porém, em todas as ocorrências, percebe-se a insistência na identidade de um membro da oração, seja ele um substantivo, pronome, verbo, advérbio, ou a relação sujeito-predicado (7); são, também, claras as noções de inclusão ou exclusão (2, 4, 5) e concessividade (4, 5,3); o valor demonstrativo só é perceptível em (1 e 4); nos demais casos, o item **mesmo** não pode ser considerado nem adjetivo nem substantivo; a classificação de advérbio caberia apenas à (7), embora nas ocorrências (3,5, 6) ele seja, também, entendido como advérbio (inclusão). (BIDERMAN, 2001, p.298).

É realmente impressionante a recorrência do item nas obras citadas. Isso demonstra que a alta frequência do item não é privilégio da oralidade. Ela também ocorre, insistentemente, na modalidade escrita da língua, mostrando-se muito produtiva na expressão do pensamento, em especial, quando a intenção é destacar, identificar e comparar, anaforicamente, articulando de forma coesiva as informações. Sua dupla vocação dêitica/fórica promove essas diferentes possibilidades de expressão da linguagem.

Desconsiderando essas características e peculiaridades discursivas arroladas acima e apesar de sua alta recorrência tanto na linguagem escrita quanto na falada, o item linguístico **mesmo** não ocupa uma posição privilegiada na análise que a descrição gramatical faz das palavras do português. E, as poucas vezes em que a esse item se faz referência é sempre do ponto de vista sintático, caracterizando-se por abordagens redutores diante de sua mobilidade sintática e de sua expressiva carga semântica no discurso.

E para complicar ainda mais a questão, a gramática normativa tradicional, pelo menos a maioria dos seus assinantes, acatando a sugestão dos legisladores da NGB, destacam sua ação como *palavra denotativa de inclusão*, considerando-o uma espécie de subclasse dos advérbios. Os referidos avaliadores sancionam, por projeto, o destino da palavra, ignorando, totalmente, as manifestações mais caras ao item, e por tabela, o destituem de suas referências etimológicas e evolutivas, isto é, do seu passado. O vazio deixado nesta abordagem suscita dúvidas e discussões na prática educacional.

Enfim, não é preciso dar volta ao mundo para mostrar a afinidade desse item no discurso, muito menos recorrer aos clássicos para provar sua pertinência comunicativa e aceitabilidade geral. A sabedoria popular já se encarregou de legitimá-lo.

Do ponto de vista funcionalista, esses diversos usos, além de atribuírem um caráter polissêmico ao item, representam regularidades resultantes de sucessivos processos de mudança (gramaticalização) ocorridos com ele no seu percurso evolutivo. São considerados, portanto, processos criativos, motivados pela prática intencional e criativa dos falantes/ouvintes ao interagir, verbalmente, uns com os outros. Assim sendo, os diferentes usos refletem elementos subjetivos relacionados às intenções, aos valores culturais e aos estados afetivos dos falantes no momento da interação verbal, afetando, sintática e semanticamente, seus valores no discurso.

É na interface dessa relação (discurso e gramática) que este estudo ganha sua importância e sentido, pretendendo ser um exercício de reflexão entre a prática de uso do item linguístico *mesmo* e sua interpretação nos estudos linguísticos e no âmbito gramatical.

1.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS NORTEADORES

A abordagem funcionalista da linguagem defende não só o estudo das formas linguísticas, tomando como referência o discurso individual no momento de sua realização, como a evolução dessas formas no eixo do tempo, como forma de se obter maior visibilidade dos processos de mudanças ocorridos na língua, prometendo dessa forma desvendar e auxiliar a compreensão dos fenômenos linguísticos.

De fato, estudos funcionalistas têm demonstrado que a análise contrastiva de enunciados representativos de diferentes sincronias do português pode trazer importantes revelações sobre a funcionalidade do item em pauta no momento atual da língua, destacando também, regularidades e inovações ocorridas com ele no seu percurso evolutivo, caracterizando-se pela sua natureza pancrônica.

Esta possibilidade de estudo pressupõe uma concepção aberta e dinâmica de gramática, sensível ao tempo e às modulações do uso determinadas pelo fazer criativo do homem, mas que, ao mesmo tempo, assegura-lhe continuidade atemporal. Por conseguinte, coaduna-se integralmente com a noção de *gramática emergente*, postulada por Hopper (1987), no sentido de que, do ponto de vista estrutural e evolutivo, concebe a língua como

instável e em contínuo fazer-se, pressupondo incompletude. E, no sentido sincrônico, pressupõe o conjunto de regularidades decorrentes de pressões cognitivas e, principalmente, do uso (discurso).

Partindo dessa premissa poder-se-á perceber que, na comparação dos enunciados, ao lado das mudanças sintáticas e semânticas, diacronicamente atestadas, o item em foco apresenta também estabilidades funcionais que se manifestam, via regularizações, permitindo sua continuidade no sistema linguístico.

Diante dessas constatações e amparada numa concepção funcional e dinâmica de gramática, perscruto, via gramaticalização, o item linguístico **mesmo** em diferentes sincronias da língua portuguesa, buscando compreender e explicar a variedade do item em pauta. A gramaticalização parece-me a opção ideal uma vez que possibilita uma perspectiva de análise que contempla aspectos discursivos, cognitivos e pragmáticos do fenômeno averiguado, bem como investigar sua trajetória evolutiva no tempo.

No decorrer dessa reflexão, alguns questionamentos foram se sobrepondo no arcabouço da proposta, constituindo-se pontos chaves para o seu desenvolvimento: O que motiva essa diversidade funcional, ou seja, que fatores favorecem essa instabilidade sintática e semântica no comportamento do item no português atual? Como os falantes e ouvintes da língua contribuem para essa instabilidade? Quais os usos mais recorrentes e que matizes significativos manifesta o item em contextos de usos reais, no presente e no passado. Como se comportava o item no passado? Que usos e sentidos já eram praticados? Que fenômenos linguísticos são evidenciados nos dados do presente e do passado? Que fatores linguísticos e sociais (variáveis) influenciam esse comportamento? Quais as diferenças no comportamento do item entre um período e outro? Qual ou quai(s) a(s) trajetória(s) empreendida(s) pelo item ao longo dos anos que separam os períodos integrantes dos *corpora* em estudo?

Feitas essas considerações preliminares, penso ser necessário situar os objetivos do estudo e as hipóteses que se pretende verificar.

1.3 OBJETIVOS

Considerando a diversidade funcional que cerca o fenômeno estudado, pretendo compreender e explicar os diversos usos do item **mesmo** e as relações estabelecidas por ele

em textos de diferentes sincronias da língua portuguesa, pontuando regularidades e evolução. Busco indícios que expliquem sua ambivalência no momento atual da língua como item de referência e de reforço, desempenhando diferentes funções e assumindo diferentes sentidos. Revela-se, sobretudo, importante ampliar o conhecimento sobre o item linguístico **mesmo**, apontando os processos ocorridos com ele na sua trajetória evolutiva no Português do Brasil. Nesse sentido, compete-me:

- Destacar, analisar e descrever o comportamento sintático, semântico e pragmático do item linguístico **mesmo** em diferentes sincronias do Português do Brasil;
- Explicar os diferentes fenômenos observados através dos princípios de iconicidade e de gramaticalização desenvolvidos por Hopper (1991, 1993);
- Confrontar o comportamento funcional do item **mesmo**, identificando e explicando os fenômenos e processos de mudança ocorridos com ele em cada sincronia investigada, e pontuando os fatores determinantes, inclusive, os socioculturais, cognitivos e pragmáticos.
- Descrever os percursos desenvolvidas pelo item de uma sincronia para outra, relacionando-as com as trajetórias propostas pelos estudos linguísticos e com o princípio de unidirecionalidade;
- E, de forma complementar, contribuir, nem que seja reflexivamente, com os estudos gramaticais, ampliando o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento da língua e incentivando uma postura crítica em relação ao ensino do Português nas escolas.

1.4 HIPÓTESES

A compreensão da multifuncionalidade do item **mesmo** requer o estabelecimento de alguns critérios e hipóteses na condução dos estudos. Inicialmente, adotando os princípios da *gramaticalização*, parto do pressuposto que a diversidade que se observa no uso do item linguístico **mesmo**, no Português contemporâneo, insere-se no âmbito de sua trajetória evolutiva no sistema linguístico, equivalente ao esquema unidirecional de mudança proposto por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991):

Espaço > Tempo > Texto

Especificamente, acredito que, no percurso do seu desenvolvimento em território brasileiro, nos últimos dois séculos, o item vem, cada vez mais, distanciando-se do seu valor referencial/reforço (concreto) e agregando novas funções e valores ao seu escopo sintático-semântico dêitico/fórico. Nesse processo, adquire um papel relacional (abstrato) no discurso, graficamente representado pelo esquema:

Referencial > relacional > texto/discursivo

Acredito que o uso frequente e repetitivo do item com valor de circunstância no discurso, neste momento atual da língua, já interfere no seu “status” linguístico, fazendo-o figurar em muitos contextos comunicativos, apenas, como *marcador discursivo*, tornando-se, assim, menos previsível e menos regular em determinados contextos discursivos, ignorando mesmo as restrições gramaticais.

Entretanto, apesar de sua vocação discursiva no português atual, acredito que certas propriedades originais ainda persistem no emprego do item linguístico **mesmo** em determinados contextos comunicativos nos períodos analisados, atestando tanto sua *estabilidade* como expressão anafórica no sistema linguístico como o valor das suas funções gramaticais.

Além disso, alimento a crença funcionalista que, nos textos históricos, é possível encontrar respostas para muitas dúvidas que pairam em torno da classificação do item em pauta. Ou seja, acredito que a comparação entre enunciados representativos de diferentes sincronias do português não só traga revelações importantes para a multifuncionalidade do item em questão, evidenciando, inclusive, as questões que as motivaram, como possibilita um olhar mais profundo dos processos de mudança ocorridos com ele na sua trajetória evolutiva no território brasileiro.

Partindo da premissa funcional de que o discurso molda a gramática e vice-versa (DU BOIS, 1985), suponho que elementos pragmáticos envolvendo o emprego do item linguístico **mesmo** conferem-lhe expressividade e flexibilidade interpretativa no evento comunicativo.

Portanto, a extensão de sentidos do item, bem como o seu emprego em novas estruturas gramaticais, não ocorre de forma arbitrária, ao contrário, ambos são processos decorrentes da criatividade humana, impulsionados por pressões externas à língua, ou seja, são oriundos tanto do contexto sociocultural quanto das questões cognitivas dos seus usuários.

No mais, estudar os processos de variação e mudança relacionados ao item que se cristalizam na língua, via gramaticalização, significa acreditar na possibilidade de esclarecer dúvidas que pairam em relação às classificações gramaticais de itens que a tradição não contempla, uma vez que não compreende a língua como um conjunto de elementos (sintáticos, semânticos, pragmáticos) integrados e em constante movimento.

Na sequência deste capítulo, descrevo a orientação teórico-metodológica adotada no desenvolvimento da pesquisa.

1.5 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

A proposta funcionalista de análise entende que a descrição linguística precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente.

A fim de atender a essa solicitação, apoio-me em diferentes fontes discursivas do português, do presente e do passado, uma vez que a intenção é verificar o comportamento de uso do item *mesmo* em diferentes momentos da língua, comparando regularidades, inovações, os diferentes contextos interativos e suas motivações. Selecionei, portanto, duas fontes de dados, a saber:

1.5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CORPORA

1.5.1.1 CORPUS 1 – AS ENTREVISTAS DO VALPB

Com a intenção de observar de perto o uso de *mesmo* no português atual, elegi o *corpus* Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB)³, organizado por Hora e Pedrosa (2001), já que esse acêrvo disponibiliza o material linguístico referente à primeira fase da pesquisa: o discurso oral, flagrado em contextos reais interativos, através de entrevistas.

Na íntegra, o referido *corpus* está constituído de 60 entrevistas. Cada uma possui, em média 40 minutos de duração e estrutura-se em torno de diferentes conteúdos, permitindo ao informante falar amplamente sobre suas experiências. Os dados foram transcritos e posteriormente armazenados eletronicamente, incluindo-se todo o material coberto na realização das entrevistas, até as marcas da oralidade.

Constituindo-se naturalmente uma pesquisa Sociolinguística, a construção do referido *corpus* obedece aos princípios variacionistas na seleção dos informantes, observando os seguintes critérios:

- ser natural de João Pessoa ou morar nessa cidade desde os cinco anos de idade;
- nunca ter-se ausentado de João Pessoa por mais do que dois anos consecutivos.

Participam do referido *corpus* pessoas do sexo masculino e do sexo feminino, levando-se em consideração ainda as variáveis: faixa etária e escolaridade, ficando a amostra assim estratificada:

1) SEXO

Masculino → 30 informantes

Feminino → 30 informantes

2) FAIXA ETÁRIA

15 a 25 anos → 20 nformantes

26 a 49 anos → 20 informantes)

Mais de 50 anos → 20 informantes)

³ Segundo Hora (2008, p.84), o VALPB obedece a orientação metodológica proposta pela Sociolinguística Quantitativa nos moldes de Labov (1966, 1972). Na análise dos dados, já armazenados eletronicamente e publicados em cinco volumes, utilizou-se o pacote de programas VARBRUL (PINTZUK, 1988, 1989), método de análise utilizado no Brasil pelos pesquisadores que seguem a linha laboviana.

3) ANOS DE ESCOLARIZAÇÃO

Nenhum → 12 informantes

1 a 4 anos → 12 informantes

5 a 8 anos → 12 informantes

9 a 11 anos → 12 informantes

Mais de 11 anos → (12 informantes

Atendendo os limites da pesquisa, opto fazer um recorte neste universo, ficando a amostra de estudo (de agora em diante *corpus 1*) reduzida a 20 (vinte) entrevistas. No capítulo 5, detalho esse fato.

1.5.1.2 CORPUS 2 - AS CARTAS OFICIAIS DA PARAÍBA (SÉCULOS XVIII E XIX)⁴

Retrospectivamente, recorro aos documentos históricos da Paraíba para conhecer o passado da língua. O conjunto de Cartas Oficiais da Paraíba escritas nos séculos XVIII e XIX, hoje, integrantes do *Corpus* Linguístico Diacrônico da Paraíba (FONSECA, 2005), parece-me adequado aos propósitos da pesquisa, já que possibilita a investigação do item em uma prática linguística real de um contexto histórico específico.

Não se trata de uma escolha aleatória. Na verdade, a opção por essas cartas, em particular, deve-se à escassez de documentos históricos que retratem, de forma mais autêntica possível, o português usado nos períodos selecionados. Sem contar que o referido *corpus*

⁴ Este *corpus* foi originalmente apresentado como resultado da Tese de Doutorado “Caracterização Linguística De Cartas Oficiais da Paraíba dos Séculos XVIII E XIX, defendida em 2003, na Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa. Para a sua utilização junto ao projeto *Competência escrita de cunho oral: marcas de oralidade em cartas oficiais da Paraíba*, os manuscritos foram fotografados, as fotos editadas e ampliados o glossário e a pesquisa sobre os autores dos textos. Essas etapas foram desenvolvidas por Márcia Bicalho, Jerônimo Vieira, Emanuele Carneiro e Emanuele Guedes, alunos de Letras e pesquisadores voluntários junto ao Projeto.

oferece a possibilidade de já se encontrar disponibilizado eletronicamente, facilitando o estudo.

Apesar do estilo formal da sua estrutura, essas cartas apresentam uma linguagem distensa, simples, própria dos contextos informais e da oralidade. Assim sendo, elas contemplam informações linguísticas e funcionais que podem subsidiar o estudo sobre o item **mesmo** em foco; além de revelar os diferentes usos da palavra no encadeamento das ideias, permitem observar traços linguísticos de uma época, envolvendo propósitos, intenções, opiniões e julgamentos desenvolvidos pelos emissores.

Apesar das cartas oficiais, no original, serem manuscritas⁵, o suporte usado nesta pesquisa são cópias digitadas, como se apresentam no *corpus* Linguístico Diacrônico da Paraíba. Segundo a autora, a transcrição reproduz o mais fielmente possível suas fontes.

Ao todo, o *corpus* Diacrônico de Estudos Linguísticos da Paraíba (VHPPB), publicado por Fonseca (2005) está compreendido de 203 (duzentas e três) cartas oficiais de caráter administrativo, sendo 80 concernentes ao período colonial e 123 do período imperial. Porém, buscando preservar a proporcionalidade entre os *corpora*, para este estudo, foram selecionadas 160 (cento e sessenta) cartas administrativas oficiais dos séculos XVIII e XIX, ficando a amostra (de agora em diante denominado *corpus* 2) constituída por 160 cartas ao todo, prevalecendo a seguinte distribuição:

Período colonial (Documento Colonial/DC) - da carta 1 a 80

Período imperial (Documento Imperial/DI) - da carta 120 a 200.

Escritos por pessoas de diferentes níveis socioculturais, esses manuscritos não só guardam histórias do Brasil dos períodos colonial e imperial como constituem amostras autênticas do português aqui faladoo naquele momento histórico, revelando traços característicos de um linguajar coloquial, simples, considerado ainda em formação, conferindo ao *corpus* confiabilidade para um estudo comparativo dos dados, apesar de escrito.

⁵ Até se constituir uma referência como *corpus* linguístico diacrônico, as cartas oficiais paraibanas foram submetidas a uma rigorosa análise e investigação. Segundo Fonseca, (2005, p.30), para investigação das cartas, ela tomou por base os modelos de análise utilizados por Oesterreicher (1994; 1999) e Stoll (1996), nos textos escritos por soldados cronistas na América espanhola, pessoas de pouca experiência escolar. Esses textos trazem divergências das obras de escritores apontados como modelos, distinguindo-se dos literários, tradicionalmente investigados na Linguística Histórica e na Filologia. A fundamentação tem caráter interdisciplinar, utilizando elementos da História Social da Linguagem, da Linguística de Texto de Eugênio Coseriu (1979, 1979^a, 1982, 1987, 1995), além dos conceitos de Paleografia, indispensáveis para a abordagem de textos de épocas passadas.

1.5.2 OS GÊNEROS DISCURSIVOS: ENTREVISTAS E CARTAS

Dois gêneros discursivos participam da pesquisa: *entrevista e carta*, portanto, um oral e outro escrito. As peculiaridades de cada um desses gêneros podem ser incompatíveis à primeira vista, podendo comprometer ou fragilizar o estudo. Entretanto, embora reconhecendo as dificuldades e as restrições quanto ao uso de diferentes fontes de dados, arrisquei-me em estabelecer um diálogo entre os gêneros selecionados.

Além da escassez de fontes orais sobre o passado da língua, inúmeras razões justificam as respectivas escolhas: compreender e esclarecer dúvidas quanto ao comportamento multifuncional do item *mesmo* no discurso, buscando no passado da língua fatos que justifiquem e/ou expliquem sua diversidade atual; a própria opção teórico-metodológica abraçada para o desenvolvimento do trabalho; a natureza dialógica e interativa de cada uma dessas fontes, bem como o estilo coloquial de linguagem veiculada nas cartas e entrevistas.

Apesar de distintas quanto à modalidade (oral e escrita) utilizada, essas fontes se aproximam por guardarem afinidades linguísticas, culturais, e, até mesmo, pelo grau de espontaneidade/informalidade no processamento das informações. Assim como outros gêneros, entrevistas e cartas caracterizam-se, segundo Bakhtin (1992, p.279), como uma atividade que se efetiva através de enunciados (orais e escritos) “*concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou outra esfera da atividade humana*”.

Do ponto de vista linguístico, a entrevista e a carta inserem-se no conjunto de gêneros textuais que se caracterizam por serem exercitados em contextos específicos, tais como espaços religiosos, acadêmicos, domésticos, repartições públicas, escolas etc, constituindo, portanto, práticas sociais e históricas como assinalou Marcuschi (cf MARCUSCHI, 2003)

Reconhecendo que a língua é uma forma de atividade social e histórica que se materializa no processo de interativo entre indivíduos, Marcuschi (2000) define os gêneros textuais como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo constituindo-o de algum modo. Portanto, ao se analisar entrevistas e cartas, estar se analisando textos de uso, situados em instituições específicas, com suas culturas e experiências.

Em resumo, entrevistas e cartas são vistas como formas discursivas orais ou escritas que se materializam em circunstâncias de uma comunicação verbal (diálogo, narrativa de costumes e experiências) relacionadas ao cotidiano, isto é, são formas textuais estáveis, histórias socialmente situadas.

1.5.2.1 AS ENTREVISTAS: OS INFORMANTES E A LINGUAGEM

A entrevista pressupõe diálogo, interação e contexto, elementos, sem dúvida, favoráveis à espontaneidade que emerge da expressão oral dos informantes, considerados aqui responsáveis pelas mudanças que ocorrem no sistema lingüístico.

De acordo com Hoffnagel (2003, p 181), a entrevista é considerada uma prática de linguagem padronizada que implica expectativas normativas específicas da parte dos interlocutores, como um jogo de papéis: o *entrevistador* abre e fecha a entrevista, faz perguntas, suscita a palavra do outro, incita a transmissão de informações, introduz novos assuntos, orienta e reorienta a interação e o roteiro das perguntas; o *entrevistado*, uma vez que aceita a situação, é obrigado a responder e fornecer as informações solicitadas, observando o tema e o tópico propostos. É, portanto, considerada uma forma de interação verbal.

Como observou Marcuschi (1988), a entrevista constitui um mecanismo de ação compartilhada de um indivíduo sobre o outro com determinado fim. Essa ação se manifesta pelo entrevistador através de diferentes formas/estratégias: introduz e incentiva os tópicos, define formas de polidez, coordena turnos, etc.

A entrevista é um gênero primordialmente oral e pode se manifestar em diversos subgêneros: entrevista jornalística, entrevista médica, entrevista científica, entrevista social etc. Esses vários subgêneros de entrevistas se diferenciam quanto aos propósitos para a sua realização. As entrevistas, em geral, visam a informações, entretanto, o tipo e uso destas informações podem servir a vários fins. No caso da entrevista social, as respostas são consideradas dados para elucidar um fenômeno social em estudo.

Segundo Hoffnagel (2003, pp. 180- 182), independente do tipo de evento que se realiza, a entrevista tem uma estrutura geral, que se apresenta em uma estrutura marcada por

perguntas e respostas a fim de se obter informações. Mas, segundo a autora, a entrevista também manifesta estilos e propósitos diversos. A forma estrutural da entrevista (pergunta/resposta) orienta a interpretação da interação. Constituindo a resposta uma reação à pergunta, é necessário analisar ambas para compreender o que está sendo dito na entrevista.

A pergunta pode ser aberta ou fechada, direta ou indireta. A pergunta aberta deixa o entrevistado discursar sobre um tópico livremente, expressando suas experiências e opiniões. É o caso, por exemplo, das entrevistas sociais, cujo objetivo é estudar a língua em sua realização.

Em particular, as entrevistas aqui analisadas podem ser entendidas como de “interesse social e científico”, já que visam subsidiar estudos que dizem respeito à linguagem.

Quanto à temática, as entrevistas focam tópicos do cotidiano dos informantes, mas, também, tratam das especificidades individuais e comunitárias, buscando desta forma favorecer a espontaneidade das informações e minimizar o constrangimento da situação.

A natureza aberta desse gênero favorece as longas respostas dos informantes nos textos das entrevistas do *corpus* analisado. Em tais casos, as respostas nem sempre obedecem à continuidade temática ou tópica, o que também é comum no par pergunta / resposta.

Os informantes do VALPB são pessoas nascidas ou residentes em João Pessoa (pelo menos por 3 ou 4 anos consecutivos) e oriundas de diferentes classes sociais. São informantes, professores, estudantes, comerciantes, donas de casa etc. Os informantes componentes do *corpus* foram previamente contatados e posteriormente selecionados por uma ficha cadastral de cunho social, visando, assim, assegurar o recontato e o compromisso com a pesquisa. Os entrevistados demonstram ser cooperativos. Suas falas caracterizam-se pelas longas respostas.

A linguagem usada nas entrevistas varia de acordo com o público-alvo, com o propósito e o tópico da entrevista. Nas entrevistas sociais, a linguagem é coloquial, tanto por parte do entrevistador quanto por parte dos entrevistados. Nelas, abundam marcas da oralidade (hesitações, repetições, falsos começos) e da interação (comentários do ouvinte, pausas, sobreposições). (MACHADO, 2003, p.189).

1.5.2.2 AS CARTAS OFICIAIS: O CONTEXTO, OS AUTORES E A LINGUAGEM

Do ponto de vista estrutural, a carta é vista também como uma forma de interação verbal, já que pressupõe a comunicação e o diálogo entre pessoas distantes, via escrita; constitui-se, por conseguinte, um recurso valioso para uma análise empírica de usos lingüísticos reais do português, representativos de comunidades identificáveis e determinadas.

A carta constitui uma produção de texto de uso prático, muito frequente no cotidiano das pessoas, principalmente, de outrora, caracterizando-se como única forma de interação entre elas, em certos contextos. A carta é um gênero discursivo identificado basicamente pelos elementos: local, data, saudação, texto e assinatura.

A carta possui estrutura composicional complexa, permitindo vários tipos de comunicação (pedido, convite, agradecimento, cobranças, intimação, notícias familiares, prestações de contas, informações e outros). Embora preservem a estrutura de cartas, essas comunicações não são da mesma natureza. Umas dizem respeito aos negócios, ao trabalho, circulam na burocracia social, outras tratam das relações pessoais, ou seja, circulam no âmbito familiar. De acordo com as intenções e com as formas de realização, ela pode ser considerada carta circular, carta pessoal, carta programa, carta ao leitor, carta administrativa (oficial) e tantas outras. Em outras palavras, a carta é um gênero transmutável que se realiza em diferentes formas para cumprir várias funções sociais.

Em qualquer uma dessas manifestações, a carta mantém uma estrutura básica que a distingue de outros gêneros discursivos: envolve a interação verbal entre duas pessoas (um destinatário e um remetente) e apresenta quatro seções (a saudação, a introdução, o núcleo e o fechamento ou despedida) (SILVA, 1997, apud BEZERRA, 2003, p. 210). Ou seja, a carta tem uma perspectiva funcional-interativa.

As cartas oficiais constituem um subgênero da carta e insere-se no conjunto de textos da Administração Pública, apresentando os seguintes traços prototípicos: é um documento público; possui relação assimétrica entre remetente e destinatário; tema altamente fixo; as dimensões da ação comunicativa limitam-se a: *requerer, ordenar, recriar, informar, agradecer, refutar, obedecer, relatar*; o texto é altamente controlado (formal) com a presença de formulas que seguem uma determinada tradição discursiva (SIMÕES, 2007, p.14).

Entretanto, as cartas administrativas paraibanas, apesar de possuírem uma estrutura nuclear comum a maioria das cartas, diferenciam-se pela forma de realização, pela intenção dos redatores e pelo estilo híbrido de composição, por um lado formal e, por outro, informal. À época, era o gênero de maior circulação na sociedade.

Segundo Fonseca (2005), esses documentos caracterizam-se pela preocupação dos atores em seguir as tradições textuais da época, tanto com relação à estrutura formal quanto com relação ao estilo e nível da língua.

Apesar de serem cartas administrativas e, portanto, respeitarem os devidos critérios de formalidade para este tipo de gênero discursivo, obedecendo a modelos pré-estabelecidos, é possível encontrar, na organização linguístico-textual, diferenças resultantes das condições sócio-históricas em que foram produzidos. Determinados fenômenos linguísticos encontrados mostram influência da oralidade. A linguagem espontânea, as repetições, as hesitações, etc. são aspectos que permitem seu enquadramento na rubrica de cartas pessoais, constituindo-se, por conseguinte, um recurso valioso para uma análise empírica de usos linguísticos reais do português, representativos de comunidades identificáveis e determinadas.

Para melhor se entender e explicar o uso do item nesses períodos faz-se necessário conhecer um pouco o contexto e os acontecimentos da época em que as cartas foram produzidas, seus redatores e sua linguagem.

Do ponto de vista dos acontecimentos sociais e políticos, no período das cartas, a Paraíba vivia em uma época de subordinação inserido num conjunto de acontecimentos marcantes para toda a Colônia (a vinda da família real, Independência política, 1º Reinado, regência, e 2º Reinado). Durante todo esse tempo, ocorreram mudanças na administração pública e nas relações burocráticas, mudanças refletidas nas cartas.

A Paraíba foi por muito tempo uma província subordinada a Recife, portanto, sem autonomia política, econômica e militar. A instrução, no geral, estava direcionada à camada dirigente, composta de pequena nobreza e seus descendentes e servia aos interesses metropolitanos, de acordo com o modelo político de colonização adotado. Os textos impressos eram poucos, o acesso à escrita também não era facilitado aos mais pobres. Só a partir do séc. XIX passou a haver uma demanda crescente em torno da educação escolar, agora encarada como instrumento de aristocratização. A finalidade da corte era formar apenas o profissional. A leitura passou a ser uma exigência do exercício profissional, em função do aumento dos documentos oficiais.

Em relação à instrução pública, mudanças só começam a aparecer nas províncias após 1822 com a instalação de cadeiras de instrução primária – todas para homens – na capital e nas vilas vizinhas. Após o primário (em geral feito no interior das fazendas e engenhos), os filhos dos proprietários continuavam seus estudos nas escolas secundárias em Pernambuco. Cadeiras de instrução primária foram criadas em 1822 nas villas do Conde, Alhandra, São Miguel e outros locais. O método era o da soletração. A repetição e a memória constituíam a base de ensino. (FONSECA, 2005). Nesse contexto, deduz-se que o analfabetismo era uma característica da sociedade colonial brasileira.

Quanto aos produtores das cartas, na medida do possível, buscou-se obter informações a respeito dos produtores e destinatários das cartas. Segundo Fonseca (2005), algumas informações foram obtidas através das próprias cartas ou de historiadores. Em alguns casos, tratando-se de altas autoridades ou de pessoas famosas, muitos dados foram encontrados até com certa facilidade, tendo em vista o cargo que ocupavam; raramente são encontradas informações sobre nível de escolaridade, lugar de nascimento ou idade. Em outros, no entanto, não foi possível localizá-los.

As cartas selecionadas para compor o *corpus* 2 foram redigidas por profissionais da escrita, que apresentam em maior ou menor grau o conhecimento das normas da escrita. Outros redatores não demonstram ter tanta familiaridade com o texto escrito, deixando transparecer um grau menor de escolaridade. Os redatores das cartas, em geral do sexo masculino, pertencem às várias camadas sociais e estão diretamente relacionados com a administração pública. O grau de instrução desses redatores era variado: havia tanto pessoas letradas e influentes que exerciam cargos públicos de destaque, ligados à política brasileira, nobres, militares, juizes, ouvidores, delegados, vigários, agricultores etc. como pessoas não letradas ou de pouca escolaridade (FONSECA, 2005).

Atendendo os propósitos do *corpus*, essa heterogeneidade na seleção dos textos/autores possibilita detectar possíveis variações linguísticas decorrentes tanto dos níveis de letramento, de influências regionais, quanto da posição social.

Assim sendo, no que se refere à linguagem das cartas, é possível verificar, no mesmo documento, características que vão da norma culta, ou exemplar, às variantes de menos prestígio. Em certas passagens, os autores fazem uso de variantes morfossintáticas e lexicais que, normalmente, não se empregam em textos formais. Trata-se, segundo a autora, de desvios da norma constitutiva da língua escrita culta e considera-se que muitas dessas marcas,

freqüentes na oralidade, permitiriam vislumbrar, parcialmente, o português brasileiro, que, a partir destes séculos, passa a ser registrado em textos escritos.

Apesar de serem cartas administrativas e, portanto, respeitarem os devidos critérios de formalidade para este tipo de gênero discursivo, a espontaneidade da linguagem permite seu enquadramento na rubrica de cartas pessoais. Ou seja, possuem características lingüísticas muito próximas da linguagem oral, tais como repetições hesitações etc.

Do ponto de vista lingüístico, as cartas apresentam estruturas variadas e grande heterogeneidade de sequências tipológicas. Em algumas, predomina a narrativa, com informações sobre pessoas e acontecimentos partilhados pelos parceiros ou interlocutores. Em outras, predomina a argumentação com passagens descritivas. Observa-se nos redatores uma preocupação em seguir as tradições textuais da época, tanto com relação à estrutura formal quanto com relação ao estilo e nível da língua. No entanto, mesmo tratando-se de textos burocráticos, formais, e obedecendo a modelos já estabelecidos, é possível encontrar, na organização lingüístico-textual das cartas, diferenças resultantes das condições sociohistóricas em que foram produzidas.

Do ponto de vista cronológico, a linguagem das cartas enquadra-se na fase que as gramáticas e manuais de história da língua classificam de Português Moderno (CUESTA e LUZ, 1983; CARDOSO e CUNHA, 1978 apud FONSECA (op. cit), todavia, apresenta grande variedade no tocante ao domínio das regras da escrita por parte de seus autores aproximando-se, em alguns aspectos, de fases anteriores da língua.

Uma das preocupações de Fonseca (2005) foi estabelecer a norma de escrita vigente na época da redação das cartas. Adotando métodos específicos e criteriosos de análise, ela conclui que a carta segue o padrão discursivo na época. Além de considerar as normas metodológicas de instrução para os professores, a autora considerou também a 4ª edição da *Gramática Philosophica da Língua Portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa, publicada em Lisboa, em 1866, e também outras fontes como a gramática histórica de Ali (1964).

1.6 OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE

A orientação teórico-metodológica adotada favorece tanto a aplicação de princípios *quantitativos* quanto *qualitativos* na abordagem dos fenômenos observados. Distintas e

complementares, essas perspectivas respondem por diferentes aspectos no desenvolvimento do estudo: a abordagem quantitativa tem como objetivo verificar o nível de ocorrências dos dados presentes e passados, revelando através da frequência a situação real de uso do item na língua nas sincronias selecionadas. A abordagem qualitativa permite a descrição dos fenômenos observados e sua relação com os contextos linguísticos e extralinguísticos.

Embora não tenha a intenção de desenvolver uma análise sociovariacionista de acordo com os preceitos labovianos (LABOV, 1972), torna-se necessário recorrer aos critérios adotados pela Sociolinguística Quantitativa para explicitar os fenômenos linguísticos relacionados ao uso do item e as influências socioculturais e comunicativas dos informantes no seu comportamento evolutivo. Não utilizo também nenhum pacote estatístico (do tipo Varbrul) aplicado às ocorrências, embora reconheça a eficácia desses instrumentos no controle dos dados.

Lidar com dados linguísticos, seja de entrevistas ou de cartas, requer alguns cuidados no que diz respeito à extração das ocorrências que servem de exemplos ilustrativos às análises.

As entrevistas são geralmente constituídas do par pergunta/resposta. O conteúdo a ser pesquisado está concentrado prioritariamente nas respostas dos informantes, contudo, as perguntas do entrevistador são levadas em consideração uma vez que elas são necessárias para elucidar partes do sentido nos textos dos informantes.

O recorte nas informações selecionadas obedece ao critério de manifestação do item em foco nos trechos recortados, observando-se aspectos referentes à textualidade, tais como coesão, coerência das informações e a continuidade temática.

A análise das cartas obedeceu aos mesmos critérios, observando-se as devidas peculiaridades do gênero.

Encerro aqui o detalhamento metodológico da proposta. Seguindo sua orientação, o passo seguinte consiste em apresentar as bases teóricas que amparam o presente estudo: o funcionalismo linguístico.

Capítulo 2

APORTE TEÓRICO: O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

2 INTRODUÇÃO

Este estudo ancora-se teoricamente no funcionalismo linguístico, principalmente, nos postulados desenvolvidos por Heine (1991), Traugott e Heine (1991), Hopper & Traugott (1993), Givón (1995), Votre (1996), Neves (2001), Martelotta (2003, 2008), principais defensores desse modelo de análise. Segundo esses autores, a descrição da língua deve ser desenvolvida a partir da fala e dos contextos discursivos específicos, espaços onde ela, realmente, se materializa.

Procurando dar objetividade e satisfazer as expectativas a que me proponho, optei por dividir este capítulo em três partes, assim distribuídas: na primeira, teço considerações gerais sobre o funcionalismo no contexto dos estudos linguísticos e discuto o termo “função” dentro do funcionalismo; na segunda, exponho os fundamentos epistemológicos dessa teoria, pontuando suas raízes, seus defensores, princípios e conceitos, enfim, os elementos que lhe asseguram reconhecimento como paradigma; em seguida, explico os conceitos de *gramática emergente*, *gramaticalização* e *discursivização* ressaltando, na passagem, os princípios de *iconicidade* e *unidirecionalidade*.

2.1 O FUNCIONALISMO

2.1.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

No pensamento linguístico contemporâneo, duas correntes teóricas alternam-se nas pesquisas acadêmicas: o formalismo e o funcionalismo. Embora estruturalistas, essas abordagens não só sustentam pontos de vista diferentes em torno da concepção da língua como divergem na opção dos seus objetos de estudo, crenças e, conseqüentemente, na forma e critérios de interpretar e descrever os fatos linguísticos.

Teoricamente, o funcionalismo surpreende porque, em primeiro plano, devolve à língua a sua soberania e completude como produto humano e, ao mesmo tempo, reconhece sua submissão à ação/volição humana. Em segundo lugar, porque se caracteriza como um paradigma interdisciplinar (LOPES, 2004, 98)⁶, absorvendo princípios caros a outros domínios da ciência e da própria linguística, isto é, faz ciência de outra forma. Sua vocação indutiva e empírica não o torna menor como programa teórico-metodológico de análise, ao contrário, assegura-lhe um desempenho confiável e legítimo no âmbito científico, como historicamente ficou comprovado.

O funcionalismo tem se destacado como paradigma nos estudos sobre a linguagem. Apoiados em evidências empíricas e na tese de que a língua é usada, sobretudo, para “*satisfazer as necessidades comunicativas dos homens no seu processo social-interativo*” (MARTINET, 1914), os funcionalistas não só negam a supremacia da língua sobre a fala e sua concepção como sistema autônomo e abstrato como lhe conferem uma natureza funcional, dinâmica e ajustável às circunstâncias de uso.

Naturalmente, essa compreensão gerou entre os estudiosos uma forte curiosidade não só redirecionando o curso das pesquisas sobre a linguagem, como tornando o funcionalismo uma opção atraente de investigação e explicação dos fenômenos linguísticos no âmbito da linguística estrutural.

Os funcionalistas elegem o uso como objeto de estudo e enfatizam que o importante, na análise, é verificar como se estabelece a comunicação entre os falantes/ouvintes de uma língua, explicando os mecanismos ativados no processo inter-comunicativo. Assim sendo, deve-se compreender que a forma verbal, nesse contexto, está a serviço do evento comunicativo, desempenhando diferentes funções e assumindo diferentes sentidos. (NEVES, 2001).

⁶ Lopes (2004, p. 98) defende que a ciência não se constrói de forma mágica, mas sim, da superposição de ideias complementares e no diálogo com outras áreas do conhecimento.

No contexto funcionalista, é a função da forma e sua relação com outros elementos linguísticos circundantes que tem o dever de guiar a reflexão sobre a língua, defendia Martinet (1914).

Não é difícil, portanto, entender a razão pela qual as diferentes abordagens sobre a língua(gem) em uso encontram amparo nessa teoria. Para melhor compreender o funcionalismo, na seção seguinte, explicito a compreensão funcionalista de *função*.

2.1.2 O CONCEITO DE “FUNÇÃO”

O conceito “função” assume diferentes acepções de acordo com as posições teóricas sobre a linguagem. Segundo Pezatti (2004), entre as diversas tendências de uso da palavra, duas se coadunam com o enfoque funcionalista contemporâneo: o conceito de função desenvolvido por Halliday (1976, 1985) e o conceito de função formulado por Givón (1979).

De um modo geral, os funcionalistas entendem a língua(gem) como instrumento de comunicação de experiência e interação e enfatizam que o objetivo principal de toda abordagem funcionalista é verificar como se processa a comunicação entre os usuários da língua, destacando que, na análise, a expressão verbal (fala) está a serviço do evento comunicativo, desempenhando diferentes funções e assumindo diferentes sentidos (NEVES, 2001).

Afinado com a perspectiva funcionalista da Escola de Praga, o conceito de função em Halliday (1976) não se refere aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos; ou seja, refere-se à motivação discursiva da estrutura sentencial e tem base na oposição entre *dado versus* novo e *tema versus* rema.

Segundo o referido autor (op.cit.), “uma teoria funcional parte da investigação de como a língua é usada, buscando descobrir seus propósitos e como os falantes são capazes de alcançá-los”. Ou seja, essa teoria busca a explicação da natureza da língua em termos funcionais, procurando verificar se “*a língua tem sido moldada para o uso e como uma forma*

da língua é determinada pela função a que serve”. (HALLIDAY, 1973, *apud* GIVON, 1995, 2001, p 2).

Givón (1979) explica a estrutura por meio de princípios comunicativos, como: dinamismo comunicativo, grau de planejamento, monitoramento face a face, conhecimento pragmático compartilhado e outros. Compreender a língua como “funcional” demanda o conhecimento em torno das “funções” que ela preenche no evento comunicativo.

No âmbito da linguística estrutural funcionalista, destacam-se algumas propostas de estabelecimento das funções da linguagem. Entre as mais conhecidas estão as estabelecidas por Jakobson⁷ e as de Halliday. Contudo, para este estudo, interessa-me compreender as funções defendidas por Halliday (1973, 1985), já que busca explicar a natureza do sistema linguístico em termos funcionais.

Em sua proposta, Halliday (1973) distingue três funções básicas envolvendo a linguagem: *ideacional, interpessoal e textual*.

A função *ideacional* serve para a expressão do conteúdo, correspondendo ao significado cognitivo. O falante e o ouvinte organizam e incorporam sua experiência dos fenômenos do mundo real, incluindo a sua experiência dos fenômenos do mundo interno e da própria consciência, ou seja, suas reações, cognições, percepções, assim como seus atos linguísticos de se expressar e de entender.

Através da função *interpessoal*, o falante emprega a linguagem como instrumento para participar do ato da fala, expressando o seu julgamento e suas atitudes, bem como as relações que mantém entre ele e o ouvinte. O elemento interpessoal extrapola as funções linguísticas, atuando num contexto mais amplo, no estabelecimento e manutenção dos papéis sociais, inerentes à linguagem. A referida função é, pois, interacional e pessoal, constituindo um componente da linguagem que serve para organizar e expressar o mundo interno e externo do indivíduo.

A função *textual* refere-se à criação do texto e, através dela, a linguagem contextualiza as unidades linguísticas fazendo-as operar no co-texto e na situação. Essa função compreende a organização interna da frase, seu significado como mensagem em si mesma e sua relação com o contexto.

⁷ Jakobson, também estruturalista, construiu o quadro das funções da linguagem distinguindo-as em: conativa, expressiva, fática, informativa e apelativa. Jakobson, assim como Bühler, ao postular as funções referencial, expressiva e apelativa levou em conta o conceito de interação na linguagem (Pezatti, 2004, p. 167).

2.1.3 ORIGEM E EVOLUÇÃO

Apesar de ser reconhecido e bem aceito hoje no seio acadêmico, o paradigma funcional não é uma descoberta recente, nem foi desenvolvido de uma hora para outra, como em um passo de mágica. Ancorada em consistentes postulados, a epistemologia funcionalista destaca uma preocupação com a natureza holística da língua, concebendo-a como faculdade humana que envolve diferentes domínios funcionais e relacionando-a com os vários modos de interação social, nos quais atuam os diferentes falantes/ouvintes. Porém, em se tratando de um complexo paradigma de compreensão da língua, ninguém melhor para falar sobre ele do que os diversos linguistas que o construíram ao longo do século.

Na verdade, ele ostenta uma longa história de estudos e seus princípios podem ser rastreados em linguistas anteriores a Saussure (1916), tanto nos primórdios quanto no final do século XIX, em muitos estudos históricos e comparativos.

Porém, é com os estudos desenvolvidos pela Escola Linguística de Praga (1929-1938)⁸ que as ideias funcionalistas começam a tomar consistência. Estruturalistas funcionais, os integrantes dessa escola distinguiam-se de outros estudiosos por sustentarem que as unidades linguísticas têm valor funcional no sistema, servindo a algum propósito ou intenção. Para eles, a língua é como um sistema de meios apropriados a um fim e as frases devem ser entendidas como unidades comunicativas que veiculam informações, estabelecendo a ligação da situação de fala com o próprio texto linguístico (THÈSES, 1929, *apud* NEVES, 2001, p.17-18)⁹.

Embora de forma subliminar, já se percebe nas ideias funcionais desses pioneiros uma preocupação com a natureza pragmática que envolve as expressões linguísticas estabelecidas na interação verbal. Mesmo retraído pelo movimento gerativista, o funcionalismo continuou e algumas adesões a esse modo de conceber e analisar a língua(gem) podem ser flagradas em diversos estudos posteriores, ampliando sensivelmente o seu escopo teórico. Por exemplo, entre os clássicos estudos de caráter funcionalista, citam-se:

a) na tradição britânica, salientam-se os de Firth (1957); um pouco mais tarde, os estudos de Halliday (1970, 1973, 1976, 1985) inspirados nas ideias de Firth, no funcionalismo

⁸ Principais representantes: Mathesius, Trubetzkoy, Jakobson, Martinet e outros; foram influenciados pelas idéias do psicólogo alemão Karl Bühler, o qual via a função como elemento essencial à linguagem.

⁹ As Theses de 1929-Tradução brasileira feita por Toledo (1978)

etnográfico e no contextualismo desenvolvidos por Malinowski nos anos 20; e, também, os estudos de Dik (1978, 1983), os quais mostram afinidades com as idéias do grupo de Praga, adotando uma concepção teleológica de linguagem.

b) na vertente americana, destacam-se os trabalhos etnolinguísticos de Sapir (1921,1949), os estudos etno e sociolinguísticos de Hymes, Bolinger, Labov, Kuno e a contribuição valiosa de alguns gerativistas como Langacker (1981) e Lakoff (1980), ao aderirem a gramática cognitiva. Para esses linguistas, a linguagem é vista como uma forma de ação no mundo, integrada com as outras capacidades cognitivas.

Além das ideias cognitivistas, aos postulados teóricos defendidos pelos linguistas de Praga foram se agregando outros pesquisadores de formação gerativista cujos trabalhos, desenvolvidos na perspectiva da mudança linguística, careciam de respaldo teórico que os sustentassem. O estudo de Traugott (1983), por exemplo, focalizando os aspectos semântico-pragmáticos da mudança, encontrou apoio na gramaticalização, princípio funcionalista, segundo o qual as formas linguísticas têm seus usos estendidos por processos unidirecionais de mudança.

São conhecidos os estudos de Givón (1979), Du Bois (1985), Hopper e Traugott (1993), e outros, os quais se distinguem pela inserção de elementos pragmáticos nas investigações linguísticas, ampliando e impulsionando, definitivamente, o paradigma funcionalista.

Em resumo, embora preserve suas premissas originais, a investigação funcionalista absorve, hoje, temas muito discutidos como a relação entre discurso e gramática, o fluxo de informação e fluxo de atenção, a gramaticalização, destacando-se aí os processos diacrônicos e pragmáticos da mudança, a motivação icônica e competição de motivações, a fluidez das categorias (protótipos), o dinamismo das línguas e outros. Como assinalou Neves (2001, p.1-2), “*sob o guarda-chuva do funcionalismo, abrigam-se diferentes temáticas*”.

Ao advogar uma abordagem linguística baseada no uso e no contexto, os funcionalistas rompem, em definitivo, com a ideia de linguagem autônoma e proclamam sua subordinação ao discurso. Na seção seguinte explicito o conceito de gramática numa perspectiva funcional.

2.1.4 A GRAMÁTICA FUNCIONAL: A SINTAXE, A SEMÂNTICA E A PRAGMÁTICA

Entre os funcionalistas, é unânime a concepção de que a gramática não se constitui isoladamente. Em sua formatação, aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos articulados entre si promovem a comunicação. Diversos estudiosos funcionalistas defendem essa compreensão.

Dik assim se manifesta:

Uma gramática funcional constitui uma teoria de componentes integrados, entendida essa como uma teoria em que os aspectos sintáticos e semânticos encontram um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática. Para ele, a sintaxe não está dissociada da semântica, nem a semântica dos aspectos pragmáticos, tampouco, existe dominância de um aspecto sobre o outro. (DIK, 1978, p.6)

Givón (1979) explica a estrutura por meio de princípios comunicativos, como: dinamismo comunicativo, grau de planejamento, monitoramento face a face, conhecimento pragmático compartilhado e outros. Segundo ele,

A estrutura da linguagem não pode ser adequadamente estudada, descrita, compreendida ou explicada sem referência à função comunicativa. As propriedades sintáticas, como sujeito, voz, subordinação etc. nascem das propriedades do discurso, defendendo o princípio de que toda explicação linguística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso ou na linguagem em uso no contexto social. (GIVÓN, 1979, *apud* Neves, 2006, p. 28.

Para Du Bois (1993, p. 8), as relações entre discurso (uso) e gramática podem ser resumidas nos princípios: a) a *gramática molda o discurso*; b) o *discurso molda a gramática*. Por esse princípio, entende-se que, em decorrência do uso, as formas linguísticas passam a ocorrer de forma previsível, isto é, sai do discurso e vai para a gramática. Porém, se um

determinado fenômeno na gramática passa a ser usado de forma não previsível no tocante às regras seletivas, ele sai da gramática e retorna para o discurso.

Pezatti (2004) ressalta que, no enfoque funcionalista, a pragmática representa um componente abrangente, no interior do qual se deve estudar a semântica e a sintaxe numa relação de interdependência.

Dik (1989) recomenda que uma teoria de gramática funcional deve ser concebida como modelo ou base para diferentes interesses, sejam teóricos ou de análises descritivas. Portanto, deve estar baseada em várias línguas e apresentar alto nível de adequação tipológica.

O modelo de gramática funcional postulada por Dik (1981; 1989) pressupõe alguns princípios de adequação explanatória, especialmente de natureza descritiva: i) adequação pragmática, ii) adequação psicológica e iii) adequação tipológica:

i) Inserida numa teoria pragmática em que a interação verbal constitui elemento de análise, a gramática funcional tem por tarefa revelar as propriedades das expressões linguísticas em relação à descrição das regras que regem a interação verbal.

ii) A adequação psicológica diz respeito à correlação entre a descrição gramatical e as hipóteses psicológicas evidenciadas no processamento linguístico e que determinam a maneira como as expressões linguísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas; enfim, dizem respeito ao modo como falantes e ouvintes constroem e formulam as expressões linguísticas e ao modo como o ouvinte processa e interpreta expressões linguísticas.

iii) A adequação tipológica refere-se à capacidade da teoria gramatical funcionalista fornecer gramáticas para as línguas, além de explicar pontos semelhantes e diferentes entre os sistemas linguísticos. (PEZATTI, 2004, p. 171-3).

Givón (GIVÓN, 1995, p. 9) salienta que,

[...] no complexo sistema da linguagem humana, existem princípios que atuam competitivamente com outros princípios, no contexto interativo da comunicação, e que só uma teoria suficientemente coerente pode abrigar esta complexa interatividade. (GIVÓN, 1995, p. 9)

Entre esses princípios, ele relaciona os seguintes:

- . a linguagem como uma atividade sociocultural;
- . a estrutura como mediadora de função comunicativa e cognitiva;

- . a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica;
- . a mudança e a variação estão sempre presentes;
- . as categorias não são discretas;
- . a estrutura é maleável, não- rígida;
- . o significado é dependente do contexto;
- . as gramáticas são emergentes;
- . as regras gramaticais permitem flexibilidades, são ajustáveis.

Nos estudos funcionalistas, noções como cognição, interação, pragmática, contexto, etc. são recorrentes. Diante dessa constatação, convém situar de que forma esses aspectos dialogam com a linguagem, na sua manifestação concreta.

2.1.5 LINGUAGEM, COGNIÇÃO E INTERAÇÃO

O avanço dos estudos linguísticos trouxe novos aportes teóricos à compreensão da língua. Conceitos como cognição, interação, diálogo, troca etc. instalam-se na concepção da linguagem, abrindo espaço para estudos centrados nos fenômenos pragmáticos, comunicativos, argumentativos e textuais como parte de explicação para a questão do sentido.

Além do interesse nos aspectos externos, sociais e históricos da linguagem, a necessidade de se compreender aspectos cognitivos ativados (conhecimento partilhado na produção e compreensão de textos falados e escritos) na interação verbal possibilitou a criação de modelos explanatórios do fenômeno textual. Consequentemente, categorias advindas de outros campos do conhecimento (processamento, memória, representação dos conhecimentos prévios e atenção) foram incorporadas aos vários domínios da Linguística.

A adesão de estudiosos cognitivistas, como Lakoff e Johnson (1980), Lakoff (1987), Langacker (1981; 1986) trouxe para o funcionalismo uma outra concepção da língua. Entre os pressupostos da linguística cognitiva, destaca-se a ideia de que a significação não se baseia numa relação entre símbolos e dados de um mundo real de vida independente, mas no fato de

que as palavras e as frases assumem seus significados no contexto, o que em outras palavras, significa compreender que os conceitos decorrem de padrões criados culturalmente.

Certos de que o pensamento provém da constituição corporal humana, os cognitivistas¹⁰, defendem que a linguagem apresenta características derivadas da estrutura e do movimento do corpo e da experiência física e social vivenciada pelas pessoas. Eles descrevem o processo metafórico como estratégia fundamental para a totalidade da organização conceptual e linguística.

Em outras palavras, para compreender conceitos que não são diretamente ligados à experiência física, o homem emprega metáforas e metonímias para expressar o pensamento. É a metáfora que permite ao homem compreender o mundo das ideias em função de um mundo concreto. As línguas possuem um sistema cognitivo de base experiencialista, que opera e determina as regularidades na derivação dos sentidos e na transferência do domínio real para o domínio abstrato.

Conclui-se, portanto, que a estrutura linguística (sintaxe) não é autônoma, mas subordinada a mecanismos semânticos que a mente processa durante a produção linguística em determinados contextos de uso.

Entretanto, a perspectiva funcionalista absorve não apenas noções cognitivas. Além da noção de sujeito, noções como interação, ação, diálogo etc. são apontadas como integrantes do ato comunicativo.

Diretamente conectados à concepção pragmática da linguagem, os estudos de Dik (1989) Gumperz, Goffman, Schegloff asseveram o lugar da interação no processo comunicativo.

Para Gumperz (1982), falar é também interagir. Morato (2004, p. 313) sustenta que *toda ação humana procede da interação*.

Dik (1989, p. 2) ressalta que, *“num paradigma funcional, a língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre seres humanos, usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os seus usuários”*.

Assim sendo, o compromisso principal da abordagem funcionalista é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas como um requisito pragmático da interação verbal. Ou seja, o fenômeno linguístico deve ser explicado com base nas relações que, no

¹⁰ Estudiosos que advogam uma abordagem psicolinguística da linguagem.

contexto sócio-interacional, contraem falante, ouvinte e a informação pragmática de ambos. (Dik, 1989).

Nessa perspectiva, uma questão que se deve, também, observar é como a linguagem se constitui na interação.

Na linguística, a adoção de um enfoque interativo apóia-se na concepção de linguagem como uma atividade “verbal” que se realiza entre duas ou mais pessoas dentro de um determinado contexto, em que um se situa em relação ao outro, levando em conta circunstâncias da enunciação. Torna-se, por conseguinte, necessário explicar o fenômeno linguístico com base nas relações que, no contexto sócio-interacional, contraem falante, ouvinte e a informação pragmática de ambos.

Para Dik (1989), a interação social que se estabelece entre parceiros constitui uma atividade complexa, estruturada cooperativamente, em torno de regras sociais, normas ou convenções. As expressões linguísticas chamadas para intervir na interação verbal, por sua vez, são, também, entidades estruturadas e governadas por regras e princípios que determinam sua formação. Compreende-se, assim, que a expressão linguística tem função mediadora entre a intenção comunicativa do falante e a interpretação do ouvinte manifestando-se carregada dos aspectos cognitivos e pragmáticos circunscritos aos dois.

A análise linguística funcional envolve dois tipos de sistemas de regras, ambos reforçados pela convenção social:

- a) as regras que governam a constituição das expressões linguísticas (semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas);
- b) as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas).

As regras de uma gramática funcional devem ser formuladas em termos de propriedades funcionais e categoriais dos constituintes da sentença. As categoriais são propriedades internas, enquanto as funcionais especificam relações referentes à construção em que elas ocorrem.

As relações funcionais dizem respeito às funções semânticas, sintáticas e pragmáticas. As semânticas especificam os papéis que exercem os referentes dentro do estado de coisas designados pela predicação, tais como agente, meta, receptor etc. As funções sintáticas especificam a perspectiva da qual é apresentado o estado de coisas na expressão linguística,

como sujeito e objeto. As pragmáticas especificam o estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicativo mais amplo em que eles ocorrem como tópico, foco, etc.

A expressão linguística é determinada por esses níveis funcionais e, mais, tanto a forma quanto o conteúdo semântico das expressões linguísticas podem variar de acordo com a atribuição de funções diferentes aos constituintes em cada um dos três níveis funcionais.

Depreende-se dessa compreensão que a linguística funcional credits em seus postulados a ideia de não-arbitrariedade, assumindo que a linguagem tem caráter icônico e, portanto, que as variações e mudanças ocorrem porque são motivadas por necessidades comunicativas ou cognitivas do homem. Discorro sobre esse aspecto na próxima seção.

2.2 O PRINCÍPIO DE ICONICIDADE

Aos olhos dos funcionalistas, a estrutura é dependente do uso e as formas linguísticas são moldáveis; isto é, são susceptíveis às variações e mudanças produzidas pela rotatividade do uso em diferentes situações comunicativas reais.

Para eles, as palavras e frases (forma) assumem seus significados no contexto e surgem para satisfazer às necessidades do homem. Em outras palavras, a linguagem/estrutura é determinada pela ação intencional do homem ao fazer uso dos termos linguísticos. Esta ação intencional gera alterações no léxico e na gramática, seja no nível fonológico, morfológico, sintático, semântico ou discursivo, possibilitando a funcionalidade do sistema. Portanto, existe uma correlação icônica entre linguagem e uso. Isso significa admitir haver uma relação natural entre discurso e gramática, como foi proposta por Lichtenberk (1991).

Na abordagem funcionalista, costuma-se explicar essa relação através do princípio de iconicidade.

Martelotta (2003) salienta que a arbitrariedade separa, no signo linguístico, o significante (a forma, o visível) do significado (seu correlato mental, o invisível), entendendo significado como referência externa. Continuando, ele argumenta que essa postura nega,

inclusive, a existência de pensamento ou de qualquer estrutura mental organizada preexistente à linguagem.

Linguisticamente, a iconicidade é definida como a correlação natural entre forma e função, entre o código linguístico (expressão) e seu conteúdo. Para os funcionalistas, a estrutura linguística reflete de algum modo a estrutura da experiência humana. Isto significa que as formas linguísticas não são criadas aleatoriamente.

Ulmann (1977) mostra através do exemplo “pé de mesa” que a criação de novas formas ou sons não é arbitrária, há uma motivação semântica, pois o falante recorre sempre ao material já conhecido na língua e estende o seu sentido.

Givón (1984) correlaciona a iconicidade na linguagem com os princípios que governam as correlações naturais entre forma e função nas ciências biológicas. Para ele,

O uso da forma linguística é motivado e a extensão ou complexidade (em maior ou menor grau) dos elementos de uma representação linguística reflete a extensão ou a complexidade da natureza conceptual. (GIVÓN, 1984, p. 30)

Para Croft (1990, p. 164), *“existe uma relação não-arbitrária entre forma e função, ou entre código e mensagem na linguagem humana, e que a estrutura da língua reflete de algum modo a estrutura da experiência”*.

Hopper e Traugott (1993, p. 26) vêem-na *“como uma propriedade de similaridade entre um item e outro, o que garante a não arbitrariedade da estrutura linguística”*.

Bolinger considera dois tipos de iconicidade na língua: uma forte, defendendo que *“a condição natural de uma língua é preservar uma forma para um significado e um significado para uma forma”*; outra branda, admitindo *“a existência de um continuum de transparência que pode evoluir até atingir níveis extremos de opacidade, nos quais não mais se torna possível a depreensão formal pelo papel funcional”* (BOLINGER, 1977 apud HAIMAN, 1985, p.21).

O princípio de iconicidade está cognitivamente associado à transferência metafórica. Segundo esse princípio, em sua versão forte, há, na codificação linguística, a relação motivada de um-para-um entre expressão/forma e conteúdo, em situação oposta à arbitrariedade. Essa relação é assimétrica, uma vez que o conteúdo determina a forma, e não vice-versa. Em sua formulação branda, a relação de um-para-um entre forma e conteúdo se insere num *continuum* entre os pólos transparência e opacidade (GIVÓN, 1995).

Entretanto, apesar do clima de solidariedade entre os funcionalistas em torno da questão, não se pode afirmar que tudo na língua seja icônico, ou seja, não se pode afirmar que os fatos são 100% icônicos. Por isso, a iconicidade é frequentemente debatida pelos estudiosos da linguagem que insistem em assegurar a relatividade na motivação.

Reconhecendo a relatividade dessa relação, Bolinger (1975) defende que *as línguas são em parte arbitrárias (não-motivadas, livres de intenção, involuntárias) e em parte, icônicas ou não-arbitrárias (motivadas, intencionais)*. Pierce (1940), para quem a linguagem humana é motivada, ou seja, não-arbitrária, afirmou o seguinte: *a iconicidade na sintaxe não é absoluta*.

Givón (1995) chega também a essa conclusão. Ele confirma não haver uma relação categórica de um-para-um entre forma e função. Segundo ele, as línguas estão sujeitas às pressões diacrônicas as quais provocam desgastes fonéticos nas formas. Isso pode gerar neutralizações e expansões de sentido e até alterações de mensagem. É possível, portanto, se encontrar nas línguas uma só forma desempenhando muitas funções. Apesar dessa constatação, o autor defende que *o natural da língua é preservar uma forma para um significado e um significado para uma forma* (GIVÓN, 1995, p. 106).

Investigando fragmentos de textos, Martelotta et al (1996) observam que nem sempre a motivação entre forma e significado é evidente; primeiro, existem partes em que a opacidade das formas linguísticas é aparentemente arbitrária. Segundo, o princípio de iconicidade só não se verifica em alguns contextos que são opacos, porque resultam de convenções especiais, e nas fases iniciais e terminais dos processos de mudança. Nas fases iniciais, não se verifica tal fenômeno porque os falantes ainda não os gramaticalizaram; e nas terminais, porque as formas entram em processo de desgramaticalização, liberando-se de suas restrições seletivas.

No entendimento dos referidos autores, *a relação forma e significado se realiza, processualmente, em três estágios:*

- i) *é o momento em que o processo se origina e se consolida através de nova associação metafórica entre forma e significado;*
- ii) *momento de estabilização aparente da forma; processo de gramaticalização ativo regulando a relação forma e significado;*
- iii) *as relações entre forma e significado mostram-se desgastadas, com liberdade progressiva da forma em termos de restrição de ocorrência, e*

com liberdade progressiva do significado em termos de empalidecimento e mesmo de esvaziamento semântico. (MARTELOTTA, 1996, p. 39).

Diante disso, na abordagem dos fatos, é aconselhável que se considere a existência de um *continuum* entre os pólos *transparência e opacidade*, observando-se as alterações da estrutura/forma na sua evolução como orientam Bolinger (1977) e Givón (1995).

A literatura linguística evidencia vários tipos de iconicidade. Porém, segundo Neves (2001), a que mais tem influenciado os estudos funcionalistas é a diagramática de Pierce (1940), que diz respeito à iconicidade no arranjo dos signos linguísticos no enunciado. Para ele, a ordem da narrativa é seguir a ordem dos eventos, observando-se a sequência dos fatos. Trata-se de um comportamento icônico, ou seja, motivado, porque está na intenção do falante.

O princípio de iconicidade manifesta três subprincípios na efetivação do fenômeno icônico:

- . O *subprincípio da quantidade* relaciona forma e conteúdo, isto é, diz respeito à complexidade cognitiva, estabelecendo que quanto maior o texto/informação maior será a quantidade de forma. Isto significa que a complexidade de pensamento tende a refletir-se na complexidade da expressão; o que é mais simples e esperado expressa-se com o mecanismo morfológico e gramatical menos complexo.

- . O *subprincípio de distância ou proximidade* diz que a distância linguística entre expressões corresponde à distância conceitual entre elas. Em outras palavras, os conteúdos que estão mais próximos cognitivamente também estarão mais integrados no nível da codificação – o que está mentalmente junto coloca-se sintaticamente junto.

- . O *subprincípio de ordenação linear* diz que o grau de importância atribuído aos conteúdos de um texto pelo falante, numa determinada situação de interação, determina a ordenação das formas, seja no nível oracional ou no nível da organização do texto; assim, a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar da cadeia sintática.

Como opção teórica, o princípio de iconicidade, em sua formulação atenuada, permite uma investigação das condições que regem o uso dos recursos de codificação morfossintática da língua. O conceito de gramática, até então considerado como sistema organizado e invulnerável, fechado em si mesmo, passa por uma reformulação.

Na sequência deste capítulo, abordo assuntos importantes para o funcionalismo: o conceito de gramática, a gramaticalização (a discursivização) e os princípios que lhe são caros.

2.3 A EMERGÊNCIA DA GRAMÁTICA

Defender a língua em uso como objeto de estudo envolve também uma mudança radical de percepção do sistema linguístico. Para os funcionalistas, o discurso individual dinamiza o sistema linguístico. Assim sendo, este deve ser visto como uma estrutura aberta, maleável e em constante renovação.

Neste movimento, as formas linguísticas, pressionadas pelo uso, garantem o funcionamento do sistema. Novas formas ou padrões estão sempre emergindo do discurso. Umas evoluem e se regularizam na língua, outras esmaecem, têm um caráter provisório, podendo, inclusive, serem abandonadas; e outras ficam temporariamente latentes como possibilidades do sistema, podendo ser ativadas a qualquer momento, a depender das necessidades comunicativas dos usuários da língua.

As noções de estabilidade e de instabilidade presente nesse movimento regulam a estrutura. A atualização e evolução do sistema dizem respeito à noção de instabilidade, enquanto as regularidades têm a ver com a noção de estabilidade.

Nessa perspectiva, gramática é um sistema adaptativo em que forças externas motivadoras dos fenômenos penetram no domínio da língua e passam a interagir com forças organizadoras internas, competindo e conciliando-se sistematicamente com elas (DU BOIS, 1985).

A ação dessas forças funciona como elementos de inovação e regularização das formas no sistema, empreendendo um movimento cíclico. A renovação do sistema ocasionada pelo surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes remete as considerações de “gramática emergente” postulada por Hopper (1987).

Hopper (1987, p.142) propõe que se considere a gramática como *emergente, no sentido que está sempre em movimento, refazendo-se*. Para ele, não existe gramática uma vez que se subentende que a gramática está ancorada na concepção de língua como atividade em tempo real (utterance), sendo preferível substituir o termo “gramática” por *gramaticalização*. Fica implícito neste postulado um movimento em direção à estrutura que nunca se completa.

Nesse contexto, os conceitos de gramaticalização/discursivização devem ser considerados processos especiais de mudança linguística. Detalho a seguir, um pouco mais sobre esses conceitos.

2.4 A GRAMATICALIZAÇÃO

Inúmeros fenômenos sobre a variação e a mudança linguísticas têm sido explicados como processos de *gramaticalização* que ocorrem nas línguas naturais como forma de corrigir o desequilíbrio provocado pelo uso ao sistema.

Fundamentados nos princípios de que a gramática emerge do uso e na instabilidade da língua, os funcionalistas, liderados por Givón (1971), vêm desenvolvendo estudos sobre os processos de mudanças que ocorrem nas línguas naturais, na ótica da *gramaticalização*. Através desse princípio, busca-se compreender e explicar a ocorrência desses fenômenos em diferentes fases da língua, e como eles se articulam entre si no eixo do tempo, caracterizando-se, hoje, como uma abordagem tanto sincrônica como diacrônica.

Alguns funcionalistas¹¹ costumam entender a *gramaticalização* sob dois aspectos: i) como princípio/teoria que busca explicar os processos de regularização do uso da língua, circunscritos à variação e à mudança, como já explicitado; ii) ou como um tipo de mudança linguística (fenômeno) que ocorre nas línguas naturais, fazendo com que itens e construções lexicais assumam funções gramaticais na organização interna do discurso. Nesse sentido, ela é vista como um processo. Essa duplicidade conceitual não implica dificuldades na efetivação

¹¹ Entre eles cita-se: Bybee et al. (1994) refere-se à gramaticalização como teoria; Hopper & Traugott como modelo; Martelotta et al (1996), Heine (1997), Cesário (2001) como paradigma.

dos estudos linguísticos, uma vez que dos próprios processos investigados (dados empíricos) emanam suportes explicativos e universais.

Traugott e Heine (1991) a definiram como

[...] parte da teoria da linguagem que tem por objetivo observar a interdependência entre *langue e parole*, entre o categorial e o menos categorial, entre o fixo e o menos fixo na língua e, também, como um processo lingüístico, tanto sincrônico como diacrônico, de organização das categorias e da língua. (TRAUGOTT e HEINE, 1991, p.1)

A definição destacada consagra à gramaticalização um estatuto teórico pelo qual se procura explicar os fenômenos linguísticos. Discutindo a questão, Neves (2001, p. 115-116) coloca que *a gramaticalização põe em relevo a tensão entre a expressão lexical, relativamente livre de restrições, e a codificação morfossintática, mas sujeita a restrições, salientando a indeterminação relativa da língua e o caráter não-discreto de suas categorias.*

Baseados em diferentes estudos, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) não hesitam em consagrar a gramaticalização como um novo paradigma de estudo dos fenômenos linguísticos.

Gonçalves (2007) prefere concebê-la como um aporte ainda em construção, ou seja, como um conjunto de princípios capaz de fornecer um aparato teórico-metodológico para a identificação de processos que permitam reconhecer mudanças categoriais na língua resultantes da interação das suas partes componentes: a semântica, o discurso e a gramática.

Diante das divergências, convém conhecer um pouco mais sobre esse paradigma, voltando um pouco no tempo dos estudos linguísticos.

2.4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO

Embora ajustada aos postulados funcionalistas, a gramaticalização foi por muito tempo esquecida nos centros acadêmicos, uma vez que estava relacionada, primordialmente, com os aspectos diacrônicos da mudança linguística, dimensão de estudo não privilegiada pelos estudiosos formalistas da língua.

Meillet foi quem pela primeira vez chamou a atenção para o assunto ao introduzir o termo “gramaticalização”, no âmbito da ciência linguística, referindo-se à *atribuição de um*

caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma (MEILLET, 1912, *apud* NEVES, 2001, p. 113). Ele assegura que *em todos os casos em que se podia conhecer a fonte primeira de uma forma gramatical, essa fonte era sempre uma palavra lexical, e que a transição é sempre uma espécie de **continuum***, ou melhor, desenvolve-se de forma processual.

Porém, Meillet via a gramaticalização como ferramenta da linguística histórica, com a qual se podia dar conta das origens e das mudanças típicas envolvendo morfemas gramaticais, vindo complementar, assim, o campo da etimologia e da evolução histórica das palavras. Para ele, palavras de uma categoria lexical plena (nomes, verbos e adjetivos) podem passar a integrar a classe das categorias gramaticais (preposições, advérbios e auxiliares) ou, até se tornarem afixos, em momento posterior. Ou seja, a *gramaticalização* envolve a passagem do [léxico] > [gramática] em seus domínios sintático e morfológico.

Outros pesquisadores aderiram posteriormente essa convicção, vendo-o, inicialmente, como um processo diacrônico de mudança, como assinala Heine et al (1991). Para eles, a *gramaticalização* consiste no avanço do lexical para o gramatical ou do menos gramatical para o mais gramatical. Segundo Heine, uma estrutura lexical passa funcionar como item gramatical ou um item já gramatical passa a exercer uma função ainda mais gramatical, ou seja, subentende-se uma sucessão de mudanças numa cadeia evolutiva.

Até então, a *gramaticalização* é vista, principalmente, como um dos fatores responsáveis pela mudança lingüística, ou seja, como um estudo diacrônico.

Givón (1971) correlacionando o conceito de *gramaticalização* às mudanças estruturais, mostra, através de evidências em várias línguas africanas, que formas verbais que são agora radicais com afixos podem ser encontradas nas colocações antigas de pronomes e verbos independentes. Diante dessa constatação, ele declarou que “*a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem*” (GIVÓN, 1971, p. 413), assinalando uma natureza cíclica da evolução linguística. Esse fato despertou o interesse de outros pesquisadores para o fenômeno, abrindo espaços para diferentes estudos sobre a gramaticalização.

Mais tarde, revisando esta colocação, Givón (1979) assume um novo paradigma na evolução linguística, introduzindo, em definitivo, o aspecto sincrônico no estudo da gramaticalização. Destacando o papel do “discurso” no estudo dos fenômenos linguísticos, ele defende que a linguagem humana teria evoluído do modo pragmático para o sintático, parafraseando, por conseguinte, seu próprio slogan para “*a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem*”. Em seu livro *On Understanding Grammar* (1979, p.208-209), ele

ênfatizou a função essencial de dependência das regras e categorias linguísticas, colocando o “discurso” como desencadeador da mudança.

Instaurando uma nova fase nos estudos sobre mudança, esse enfoque no seio da gramaticalização abriu uma perspectiva de análise que leva em consideração tanto a forma (construção) linguística e suas múltiplas manifestações (funções) no discurso em tempo real (estudo sincrônico), quanto às mudanças ocorridas com as expressões linguísticas no decorrer do tempo (estudo diacrônico). A gramaticalização passa a ser considerada, também, um parâmetro explanatório para a compreensão da gramática sincrônica.

Hopper e Traugott descrevem a *gramaticalização*

[...] como o processo pelo qual itens lexicais passam em determinados contextos linguísticos a servir a funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais, apresentando-se mais previsíveis no que diz respeito a seu uso. (HOPPER e TRAUGOTT 1993, p. 7)

Portanto, tratam-na como um processo sincrônico, voltado para o estudo dos fenômenos sintáticos, pragmáticos e discursivos sob o ponto de vista dos padrões fluidos do uso da linguagem.

Segundo Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), *a gramaticalização pode ser descrita, alternativamente, tanto como um fenômeno diacrônico quanto sincrônico. Numa perspectiva diacrônica, a mudança desenvolve-se no eixo do tempo. Sincronicamente, a gramaticalização está relacionada às mudanças discretas das categorias dentro de um continuum* (HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991, p.2-3)

Da mesma forma, Traugott e Heine (1991) defendem que a gramaticalização remete tanto a um processo sincrônico quanto diacrônico de organização categorial e de codificação e consideram impraticável uma separação rígida entre diacronia e sincronia; para eles, uma não pode ser entendida independentemente da outra.

Givón (1991) explica que, do ponto de vista diacrônico, a gramaticalização mostra que uma construção pode desenvolver-se gradualmente no tempo. Do ponto de vista cognitivo, a gramaticalização é um processo instantâneo, envolvendo um ato mental pelo qual uma relação de similaridade é reconhecida e é explorada. Assim sendo, a um item, primitivamente, lexical pode-se dar um uso gramatical em um novo contexto, e no momento mesmo em que, num determinado esquema, um item lexical está sendo usado, ele se gramaticaliza.

Martelotta, Votre e Cesário (1996) entendem a *gramaticalização* como um processo que leva os itens lexicais e construções sintáticas a assumirem funções referentes a organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas.

Castilho (1997) concebe *gramaticalização* como:

Um trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema. (CASTILHO, 1997, p. 3)

Hoje, a integração de estudos sincrônicos e diacrônicos tem sido estimulada pelos funcionalistas, assegurando que o estudo *pancrônico* vai possibilitar a correlação entre o sistema linguístico e o uso e entre a natureza fluida da gramática e a importância da história para a compreensão da gramática sincrônica.

Metodologicamente, a abordagem pancrônica se constituiu uma possibilidade de análise dos fenômenos linguísticos nas duas perspectivas: *diacrônica*, se a preocupação é a explicar como as formas gramaticais surgem e se desenvolvem na língua e *sincrônica*, se a preocupação for identificar os graus de gramaticalidade que uma forma linguística desenvolve sob um enfoque discursivo-pragmático.

Nessa perspectiva, Ferreira (2003, p.73-74), trabalhando com itens lexicais a partir de análise contrastiva de enunciados representativos de diferentes sincronias do português e do latim, assegura que “*a estabilidade semântico-sintática das palavras está relacionada, assim como a mudança, a princípios gerais, de caráter atemporal, que refletem processos contínuos, regulares e estáveis na mente dos falantes, que os atualizam a cada enunciado, há muitos séculos atrás*”.

Reconhecendo também a importância dessa integração para os estudos linguísticos, Silva (2005) declara que:

[...] a história das formas gramaticais está diretamente relacionada à compreensão do fenômeno da variação linguística, e mais, pode funcionar como importante ferramenta para a compreensão de caracteres profundos que permeiam aspectos intrínsecos às relações sociais, revelando a feição cognitiva dos homens. (SILVA, 2005, p. 53).

Hopper (1994), objetivando contribuir com os estudos sobre a gramaticalização, reúne em forma de princípios, resultados e conhecimentos de muitas pesquisas sobre a mudança linguística. A próxima seção descreve esses princípios.

2.4.2 OS PRINCÍPIOS DA GRAMATICALIZAÇÃO

Nos estudos que desenvolve sobre a mudança, Hopper (1991, 22) destaca cinco princípios inerentes à emergência dos fenômenos linguísticos:

1. *Permanência* (Layering).

Refere-se à coexistência de formas similares que podem ou não ser estáveis. No domínio funcional, novas formas (camadas) estão continuamente emergindo. Como isto acontece, as velhas formas não são necessariamente descartadas, ao contrário, elas coexistem e interagem com as mais novas. A gramaticalização não elimina nem substitui as velhas formas por novas

2. *Divergência*.

Quando uma forma lexical avança para um clítico ou afixo. A forma original pode permanecer como um elemento autônomo e desenvolver mudanças como um item lexical comum. A divergência significa que a gramaticalização da forma não implica o desaparecimento do seu uso lexical; preferencialmente, a forma gramaticalizada e a lexical podem coexistir.

Constitui um caso especial do princípio de permanência. A permanência envolve diferentes graus de gramaticalização em domínios funcionais semelhantes, usualmente de formas lexicais diferentes. Divergência é aplicável aos casos onde um e o mesmo item lexical torna-se gramaticalizado em um contexto e não se gramaticaliza em outro.

3. *Especialização*.

Indica que, em um estágio (sincronia), é possível uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas existirem. Como a gramaticalização ocorre, essa variedade de escolhas formais diminui e um número menor de formas selecionadas assume significados

mais gerais gramaticalmente. A especialização é um aspecto central da gramaticalização, desde que ela resulta em uma forma única fora de função gramatical, e torna-se quase de uso obrigatório. A especialização ocorre mais em estágios finais da gramaticalização.

4. *Persistência.*

Relaciona o significado e a função da forma gramaticalizada a sua história como morfema lexical. O princípio da *persistência* diz que certos itens lexicais, mesmo passando a exercer novas funções gramaticais, preservam alguns traços de seu valor original, em algumas fases do seu processo de gramaticalização. A coexistência entre novos valores/ usos ao lado dos antigos e a permanência de propriedades lexicais nas formas gramaticalizadas, principalmente, nos estágios iniciais e intermediários, demonstram o processo *continuum* da gramaticalização e atestam que os fatores que produzem mudanças atuam lenta e gradualmente. Essas variantes em conflito manifestam-se através dos usuários de forma irregular num processo que pode durar séculos, sem afetar o sistema linguístico em sua totalidade.

A gramática de uma língua, concebida como estrutura aberta e em atualização permanente, contempla tanto regularidades morfossintáticas como formas emergentes motivadas por fatores de ordem comunicativa ou cognitiva. As emergências comunicativas favorecem o próprio processo de gramaticalização, ou seja, a criação de novas formas/funções sem destruir as antigas.

Essa caracterização permite-me inferir que, em numerosos casos, uma mesma forma pode reter valores, usos, instâncias com variados graus de gramaticalização, resultantes do uso, evoluindo assim num processo polissêmico.

5. *Descategorização.*

Formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou neutralizar as marcas morfológicas e sintáticas características das categorias plenas (verbo, nomes) e assumir atributos característicos das categorias secundárias (adjetivos, preposições e advérbios).

A gramaticalização sempre envolve uma perda de categorialidade e orienta a direção seguinte: Nome/verbo > outra categoria, nunca o contrário. Por isso, advérbios, auxiliares, preposições e outras categorias menores derivam sempre de categorias maiores: Verbos e Nomes. Em suma, a descategorização pressupõe neutralização das marcas morfológicas (flexão) e de propriedades sintáticas.

Esse conjunto de princípios constitui um guia para identificação de processos de gramaticalização, ou de formas ou construções já gramaticalizadas, como sugeriu Hopper (1994), passíveis de serem observados na língua em uso. Sua aplicação em estudos permite identificar os limites difusos entre formas e construções lexicais e gramaticais. (cf. GONÇALVES, 2007)

No desenvolvimento dos estudos sobre a gramaticalização, é importante conhecer o que motiva esse fenômeno nas línguas naturais, qual o papel da metáfora e/ou da metonímia nesse processo, quais princípios estão subjacentes à gramaticalização ou o que define a mudança por gramaticalização. Na próxima seção, abordo, de forma sucinta, alguns desses aspectos.

2.4.3 OS MECANISMOS E AS TRAJETÓRIAS DE MUDANÇA

Apesar das definições acima destacarem a mudança sintática no conceito de gramaticalização, esse princípio abraça atualmente outros domínios da linguagem, verificando-se a ocorrência desse fenômeno na significação das formas linguísticas, por influência do contexto comunicativo ou da pragmática. Entre os funcionalistas, é difundida a ideia que a mudança semântica por gramaticalização se efetiva por mecanismos de base metafórica e/ou metonímica e está associada aos aspectos estruturais, comunicativos e cognitivos.

A ação da metonímia está relacionada à mudança de sentido pela associação sintática de itens lexicais. Embasados em Lakoff & Johnson (1980), Gonçalves et al (2007) dizem que a metonímia tem uma função referencial que permite usar uma entidade linguística em substituição a outra que funciona como mecanismo de entendimento. Os conceitos metonímicos não são arbitrários. Fazem parte de pensamentos, ações e fala e podem ser entendidos através das relações de substituição “da parte pelo todo”. A metonímia é vista, portanto, como uma categoria de extensão/associação de significados baseados na contiguidade.

De forma diferente, a metáfora envolve a associação de conceitos relacionados à experiência humana. Associada à gramaticalização, a metáfora constitui a abstratização de significados e diz respeito à forma como os seres humanos compreendem e conceituam o mundo que os cerca. Na maioria desses fenômenos, o processo de gramaticalização está relacionado à criatividade humana.

Traugott (1995) salienta que, combinando hipóteses morfossintáticas e semântico-pragmáticas em seus estudos, Bybee (1985), Heine (1984), Traugott (1991, 1993) e outros documentam a perda sucessiva de valores semânticos e de liberdade sintática no desenvolvimento das formas linguísticas, entendendo-os como mudanças por gramaticalização.

Funcionalistas advogam que formas abstratas emergem da experiência humana com o mundo concreto. Heine et alli (1991, p.182), por exemplo, documentaram nas línguas um grau crescente de abstração semântica dos itens lexicais, desenvolvendo-se trajetórias do tipo:

+ concreto > – menos concreto (espaço) > + abstrato (tempo) > texto.

Explicam os autores que quanto mais um elemento avança na sua evolução, maior grau de abstração vai adquirindo, perdendo transparência semântica em relação ao significado de origem. Ou seja, partindo da noção de espaço, às formas, associam-se significados cada vez mais abstratos, podendo passar pela noção de tempo até desembocar na categoria mais abstrata de texto.

Heine et alli (1991 p.182) propõem, então, a seguinte escala para representar a abstratização gradativa das formas linguísticas no percurso de gramaticalização:

Espaço > (Tempo) > Texto.

O conceito de gramaticalização torna-se ampliado, envolvendo, também, a mudança semântica, de caráter progressivo, segundo a qual os sentidos de certos elementos linguísticos vão do mais referencial ao menos referencial, ou seja, migram de conotações mais concretas e

mais dêiticas para as mais abstratas e discursivas, tornando-se cada vez mais opacos no seu conteúdo semântico, isto é, vazio de sentido.

Além desses processos, a mudança semântica pode ocorrer acionada por outros mecanismos, como por exemplo, por *pressão da informatividade* e pela *frequência*.

Os estudos funcionalistas ressaltam a importância do princípio de *informatividade* como forma de explicar a mudança linguística. Relacionado à perspectiva da interação verbal, este princípio focaliza o conhecimento que os interlocutores compartilham, ou supõem que compartilham informações ao interagir uns com os outros. A aplicação desse princípio está orientada para o exame do “status” informacional dos referentes nominais.

Um sintagma nominal pode ser classificado como *dado*, *novo*, *disponível* e *inferível*. Um referente pode ser *dado* (*velho*), se já tiver ocorrido no texto ou se estiver disponível na situação da fala como os próprios participantes do discurso: falante e ouvinte. Um referente é *novo* quando é introduzido pela primeira vez no discurso. Se já está na mente do ouvinte por ser geralmente um referente único (num dado contexto), é chamado *disponível*. Um referente é denominado *inferível* quando é identificado através de um processo de inferência, a partir de outras informações dadas. As entidades inferíveis são codificadas com um artigo definido e está relacionada à metonímia (inferência pragmática). (cf. CUNHA, 2003, p. 166).

Heine et al. (1991, p. 76) consideram importante observar o processo pragmático conhecido como *pressão de informatividade* ou “*força expressiva ou informativa das expressões envolvendo o falante*”. Um significado é especificado em termos de outro que está presente, mesmo que encoberto, no contexto, o qual induz a uma reinterpretação mediante implicaturas conversacionais que podem vir a se convencionalizar, pela pressão de informatividade, regulando a interação falante-ouvinte, envolvendo um processo *sintagmático de reanálise*.

Para Traugott e Köing, (1991, p. 190), trata-se de um processo em que por implicaturas conversacionais, o elemento linguístico passa a assumir um novo valor, que emerge de determinados contextos, em que esse sentido novo pode ser inferido do sentido primeiro, independente do valor textual das sentenças envolvidas no processo. Os autores ressaltam o caso, por exemplo, em situações de desenvolvimento de valores contrastivos (concessivo ou adversativo).

A metonímia também pode ser explicada por esse princípio. Pressionada pela informatividade, a metonímia ocorre em consequência de uma relação associativa ou de

contiguidade em contextos específicos. Trata-se de um processo estrutural de mudança de sentido, desencadeada pela contigüidade posicional ou sintática dos itens (magis - lat. Adv. de inclusão > mas conj. adversativa). Em função do contexto linguístico (pragmático), o item é ressemantizado, não guardando relações com o sentido anterior.

Bybee et al. (1994) também se referem à *pressão de informatividade* como fator desencadeador da gramaticalização que se apresenta através de diferentes mecanismos: da extensão metafórica, inferência, generalização, harmonia e absorção.

A extensão metafórica caracteriza-se por meio de duas propriedades:

- i) mudança de um domínio mais concreto para um domínio mais abstrato (metonímia)
- ii) preservação de algum traço da estrutura relacional original.

A *inferência* remete à implicatura, pois enquanto o falante obedece ao princípio da informatividade e da economia, o ouvinte extrai todos os significados necessários à compreensão da asserção.

A *generalização* diz respeito à perda de traços específicos de significado, com a conseqüente expansão de contextos apropriados para o uso.

A *harmonia* é aplicável a estágios mais avançados da gramaticalização referindo-se a elementos gramaticais que se encontram desprovidos da maior parte do seu conteúdo semântico.

A *absorção* corresponde à completa gramaticalização do item observado. Segundo Bybee (1984), esses mecanismos operam em diferentes estágios do processo de gramaticalização.

A *frequência* é também considerada um aspecto muito importante no processo de gramaticalização, uma vez que se constitui o fator primordial na geração de uma mudança. É ela que fixa o uso e cria estabilidade no sistema, via repetição. Segundo os funcionalistas, a repetição constitui fator responsável pela automatização das formas, fazendo com que seqüências de palavras ou construções freqüentemente usadas, sejam processadas como uma única unidade.

A frequência de uso, segundo Bybee (1984), leva ao enfraquecimento da força semântica de uma forma pelo hábito, ou seja, as formas tornam-se mais gerais, mais abstratas no significado, provocando o emprego da construção em outros contextos com novas associações, estabelecendo uma mudança semântica.

Como se observa, a mesma trajetória unidirecional que ocorre com as formas linguísticas do ponto de vista sintático, também, no âmbito da significação das palavras. As formas podem cristalizar-se na evolução, assumindo outras conotações e funções discursivas, ou até mesmo, desaparecer.

Pelo exposto, duas tendências de gramaticalização caracterizam as mudanças linguísticas: i) uma que acentua os aspectos sintáticos e semânticos desse fenômeno por influência da pragmática; ii) outro que deixa evidente a preocupação com o entendimento desse fenômeno como algo que se manifesta no discurso e se desdobra no tempo, sugerindo uma ideia diacrônica e unidirecional ($\rightarrow$). Portanto, apresentam a gramaticalização como um fenômeno estrutural e abrangente que se manifesta no discurso e se propaga, de forma unidirecional, gradual e progressivamente no tempo. Na próxima seção esclareço melhor o assunto.

2.5. O PRINCÍPIO DE UNIDIRECIONALIDADE

As definições e os conceitos sobre gramaticalização são muitos. Entretanto, em todos eles, a gramaticalização é colocada como um processo unidirecional de mudança, segundo o qual os itens lexicais e/ou construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas. Em outras palavras, tornam-se regulares e mais previsíveis.

A literatura linguística mostra que a unidirecionalidade tem se constituído em uma das mais fortes hipóteses associada à teoria da gramaticalização, sugerindo que a mudança linguística, prototipicamente, evolui numa trajetória irreversível rumo à abstratização e conuolidação das formas no discurso, perdendo, no processo, seus traços e funções originais.

A unidirecionalidade é vista como uma característica do processo de mudança. Essa ideia está implícita em todas as definições e tem sido frequentemente mencionada como uma propriedade desse fenômeno. Em outras palavras, a mudança se processa sempre do menos gramatical para o mais gramatical, do mais concreto para o mais abstrato, e nunca o contrário

(HEINE et alli, 1991) Porém, interessa entender, nessas definições, o que significa unidirecional, dos pontos de vista gramatical e semântico.

Hopper & Traugott (1993, p. 104) e outros, compartilhando dessa opinião, apresentam a unidirecionalidade como um *continuum*, sugerindo uma gradação categorial: maior [NOME, VERBO, PRONOME] > mediana [ADJETIVO, ADVÉRBIO] > menor [PREPOSIÇÃO, CONJUNÇÃO]. A gramaticalização dos itens obedece a essa escala, pressupondo-se um processo que configura a recategorização; isto é, a passagem da categoria maior para a categoria mediana ou menor. Entende-se, portanto, que um verbo, por exemplo, evolui para um adjetivo/advérbio e, em seguida, para uma preposição/conjunção, mas nunca ao contrário.

É bom ressaltar que esses autores consideram a especificidade dos contextos discursivos como fatores que propiciam a gramaticalização e afirmam que a passagem de [lexical] > [gramatical] não é direta. Ou seja, na passagem de um processo para outro, os itens lexicais que se tornam gramaticalizados cumprem, primeiro, funções necessariamente discursivas, tornando-se, em seguida, sintaticamente fixos e, posteriormente, vindo a constituir um morfema. Postula-se que existe uma relação entre os estágios A e B; A ocorre antes de B, mas nunca o contrário. É isso que se entende por unidirecionalidade.

Da mesma forma, os exemplos de mudanças semânticas de caráter metafórico, observados por Heine et al. (1991, p.160), apresentam um processo unidirecional do tipo:

Pessoa > objeto > espaço > tempo > processo > qualidade

Como observa Gonçalves,

essa unidirecionalidade implica que as mudanças são operadas sempre da esquerda para a direita e, nesse caso, de categorias cognitivas mais próximas do indivíduo [+ concretas] para categorias cognitivas mais distantes do indivíduo [– concretas]. Essa ordenação de categorias cognitivas mostra um processo de abstratização cada vez mais intenso. (GONÇALVES 2007, p. 40)

Supostamente, verifica-se um processo ascendente de mudança que se reflete na carga semântica das palavras, fazendo com que sua significação original torne-se cada vez mais

esmaecida, até mesmo dessemantizada, e/ou ao mesmo tempo, plenas de significação pragmática, pertinentes à atitude do falante para o que está sendo dito, como salientam Traugott e König (1991).

Entretanto, a questão da irreversibilidade dos fenômenos linguísticos tem sido discutida por muitos estudiosos, uma vez que evidências empíricas demonstram que esse processo linear de mudança não ocorre com alguns fenômenos investigados, colocando por terra esse postulado.

Objetivando esclarecer esses questionamentos, Heine et al (1991) colocam que os contra-exemplos apontados como fenômenos de degramaticalização devem ocorrer nas línguas, contudo eles são insignificantes, do ponto de vista estatístico, portanto, devem ser ignorados.

Votre et al (2000), por exemplo, propõem uma revisão da hipótese da unidirecionalidade da mudança semântica e sintática, nos processos de gramaticalização, pelo fato de se descobrirem, em estágios anteriores da língua, os mesmos usos encontrados hoje, no fenômeno que investigaram. Essas descobertas, segundos os autores, desafiam a hipótese de que, ao longo do tempo, os sentidos vão se abstratizando e as construções sintáticas se tornando mais integradas. Concluem eles que o que ocorre é um processo de estabilização das formas investigadas.

Traugott (2001) argumenta que não se deve entender a gramaticalização e os fatos a ela relacionados como hipóteses ou tendências absolutas. Para a autora, como uma boa hipótese de se verificar se certo fenômeno é ou não um caso de gramaticalização, a unidirecionalidade tem sido um instrumento bastante usado.

Segundo ela, historicamente, a hipótese de unidirecionalidade na mudança dos fenômenos linguísticos tem sido estudada e confirmada através de evidências empíricas, por inúmeros estudiosos: Meillet (1912) descreveu a gramaticalização como a mudança de uma palavra autônoma a um elemento gramática. Bybee (1984) e outros têm definido a gramaticalização em termos de fusão morfossintática e perda de liberdade sintática. Givón (1979), ao desenvolver o conceito de “ondas cíclicas” para explicar o processo de mudança, enfatiza que o discurso é o ponto de partida e também o ponto de chegada das mudanças que ocorrem na língua, empreendendo uma trajetória, supostamente, unidirecional do tipo:

Discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero (discurso)

É nessa perspectiva que se diz que o discurso é o ponto de partida e também de chegada para a gramática. O item lexical pressionado pelo uso – no discurso – passa a ocorrer de forma previsível e codificável, sujeitando-se às regras gramaticais (gramaticalização); ou num processo acentuado de evolução, mesmo gramaticalizado, ser usado imprevisivelmente, sem observar as restrições gramaticais, retornando assim ao discurso.

Em síntese, é no discurso que a forma linguística se atualiza gramaticalmente, ganha funções/status, como é também no discurso que ele se neutraliza, ganha liberdade sintática e, ao mesmo tempo, perde substância semântica e fonológica. Esse processo é conhecido na linguística como discursivização. Destaco, a seguir, alguns pontos de vista sobre o assunto.

2.6 DISCURSIVIZAÇÃO/ OS MARCADORES DISCURSIVOS

Os estudos sobre a discursivização são recentes. O termo discursivização refere-se ao processo “pós-gramaticalização” designado por Vincent, Votre e Laforest (1992)

Assim como a gramaticalização, a *discursivização* é entendida como um fenômeno de mudança associado aos processos de regularização do uso da língua. Em particular, caracteriza-se pelo total desligamento das formas da sua originalidade semântica e funcional, passando a operar no nível da criatividade verbal e da eventualidade inter-comunicativa, como *marcadores discursivos*.

Segundo Vincent, Votre e Laforest (1992), a pós-gramaticalização é o processo pelo qual uma forma migra para um nível não gramatical, no sentido de que ela deixa de obedecer às restrições gramaticais por pressão das restrições pragmáticas e interativas. As categorias pós-gramaticalizadas são diversas e vão da categoria mais efetiva a nível interativo, de aparência semanticamente plena e concreta (como os pedidos de reformulação) aos mais despojados de carga interativa, completamente dessemantizados e abstratos.

Duas correntes se distinguem em relação ao assunto: muitos estudiosos rejeitam esse fenômeno, vendo-o como um processo degenerativo dos itens linguísticos, relacionado tanto aos aspectos cognitivos como interacionais (pragmáticos) da linguagem ou por sugerir um

processo posterior à gramaticalização, que nem sempre ocorre (MARTELOTTA, VOTRE E CEZÁRIO, 1996, p.60).

Cunha et al (2003) discutem com propriedade esse processo, argumentando que o conceito de *discurso* está relacionado às estratégias criativas do falante visando organizar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte, em uma determinada situação comunicativa. Assim, quando um item lexical, pressionado pela frequência de uso, passa a ocorrer de forma previsível e estável, sai do discurso para entrar na gramática, ou seja, se regulariza. De forma igual, se já gramaticalizado, o item passa a ter um comportamento não-previsível, pode-se dizer que sai da gramática e retorna ao discurso. Também, é possível afirmar que o processo de gramaticalização se inicia e termina no discurso. Segundo os autores, a *discursivização* abrange elementos que funcionam em um campo de atuação mais vasto do que o da gramática, marcando relações entre os participantes ou entre os participantes e o seu discurso, sem estabelecer necessariamente relações entre os elementos da gramática.

Em suma, em uma fase inicial, a mudança do *lexical* > *gramatical* é casuística; o uso repetido pressiona sua regularização; assim, o que era eventual se converte em norma, entrando na gramática (*gramaticalização*). O grau de iconicidade (a relação transparente entre expressão e conteúdo) é acentuado. Na sequência do processo, o que foi estabilizado/sistematizado, entra em desgaste, com liberdade progressiva da expressão em termos de restrição de ocorrência, e com liberdade progressiva do conteúdo em termos de desbotamento e esvaziamento semântico.

Desta forma, as unidades migram para um nível não-gramatical, no sentido de que elas deixam de obedecer às restrições de seleção e literalmente retornam ao discurso (*discursivização*) (CUNHA, COSTA e CEZÁRIO, 2003).

Entretanto, Votré, Martelotta e Cezário (1996), em seus estudos sobre variação, mudança semântica e morfossintática na fala e na escrita da comunidade brasileira, reúnem trabalhos teóricos e empíricos sobre os fenômenos de *gramaticalização* e *discursivização*, distinguindo um fenômeno do outro.

Os autores entendem a *gramaticalização* como um processo que leva itens lexicais e construções sintáticas a assumirem funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas; e a *discursivização* como o processo que leva o item a assumir função de *marcador discursivo*, modalizando ou reorganizando a produção da fala, quando

sua linearidade é momentaneamente perdida, ou servindo como preenchedor de vazio causado pela perda dessa linearidade.

Na discursivização, o elemento linguístico sai das restrições gramaticais, sobretudo de ordenação vocabular e assume funções de caráter pragmático e interativo. Sua atuação se dá em um campo de atuação mais vasto do que a gramática, marcando relações entre aos participantes do discurso.

Gonçalves et alli (2007) concebem a *discursivização* como um fenômeno a parte da gramaticalização, salientando que este age no plano da gramática/sintaxe, enquanto aquele tem ação no plano da enunciação/discurso.

Em estudos recentes, Martelotta (2004, 2007), adotando uma nova postura em relação a esses fenômenos, tem enfatizado o papel discursivo dos itens linguísticos, não como decorrente de discursivização, mas como estágio avançado da própria gramaticalização.

Particularmente, considero que, nas concepções destacadas de gramaticalização, principalmente, a partir dos postulados givonianos, já está implícito o processo abstrato e discursivo das formas linguísticas, sendo desnecessário reafirmá-lo, através de um novo processo. A escala evolutiva proposta por Heine (espaço > texto) também deixa transparente essa possibilidade, sinalizando uma atuação abstrata das formas na tessitura do texto.

Com essas explicações teóricas sobre a *gramaticalização/discursivização*, finalizo este capítulo sobre o funcionalismo linguístico. No capítulo seguinte, dando continuidade ao estudo, focalizo o pensamento gramatical sobre o item linguístico **mesmo**. Na sequência, discuto os conceitos linguísticos relacionados ao item em foco.

Capítulo 3

DE OLHO EM *MESMO*

3. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, busco reunir informações sobre o item linguístico *mesmo*. Consulto dicionários, gramáticas de diferentes épocas, compêndios de lexicografia e linguística e até Internet. Começo investigando sua etimologia e uso no contexto latino, prossigo, registrando seus diversos usos em reconhecidos e consagrados dicionários do português e na sequência, faço uma revisão gramatical, refletindo sobre as diferentes propostas de classificação do item, em diferentes contextos históricos. Avanço destacando questões pertinentes ao item e a apreciação de estudiosos no âmbito da linguística.

3.1 NA ETIMOLOGIA: CONHECENDO AS ORIGENS

De origem latina, o item linguístico *mesmo* (*metpsimu*) aporta na língua portuguesa como pronome demonstrativo expressando reforço ou denotando semanticamente “identidade”, aquilo que é repetido, “igual”, fazendo referência a algo já enunciado ou conhecido no evento comunicativo. Objetivando mais informações sobre o referido item, consultei dicionários e outras fontes autorizadas.

Segundo Torrinha (1942), o item linguístico *mesmo* remonta ao pronome *Idem*, *eadem*, *idem*, significando “o *mesmo*”, “a *mesma*”. A forma *Idem* tem como correlativo *qui*, empregando-se muitas vezes na formação de comparações com sentido de: “o *mesmo que*” ou como “do mesmo modo”, indicando identidade, semelhança.

Entretanto, o item **mesmo** está ligado, também, à forma latina **Iipse, Ipsa, Ipsum**, partícula de reforço com sentido equivalente à: pronome demonstrativo – **o(a) próprio, ele(a) próprio(a), eu próprio, tu próprio** e também, **em pessoa, por si próprio**; tem ainda valor intensivo e serve para pôr em evidência uma pessoa ou coisa, ou para a contrapor a outras; pode também significar “**precisamente**”, “**exatamente**” demonstrando exatidão, autenticidade. Segundo o autor, as acepções semânticas foram indicadas segundo a ordem da sua natural evolução semântica.

Como se observa, o item **mesmo** traz em sua composição duas bases latinas: uma como palavra de referência (idem) e outra como palavra de reforço (ipse).

Houaiss (2007, 2001) disponibiliza, eletronicamente, as seguintes informações sobre o referido item: do Latim vulgar **met/ps/mus, a**, superlativo de **metipse**, da partícula **met-** pronome demonstrativo **ipse, a, um** indicando **mesmo, mesma, ele mesmo, ela mesma, de si mesmo, de si mesma** segundo o autor, o item aparece documentado desde 1265 em textos antigos, se apresentando como **/meesmo / menesmo, maesmo e mismo** em diversos momentos do século XIII.

Fixando o olhar sobre sua origem, não pairam dúvidas de que o item em foco provém de uma base conceitual concreta, guardando, inclusive, afinidades com os dêiticos¹² e com os fóricos¹³.

De lá pra cá, muita história rolou e o item **mesmo** já não é o mesmo.

3.2 NOS DICIONÁRIOS: SANANDO AS DÚVIDAS

Estudos recentes, assinados por autoridades no âmbito da lexicografia, registram diferentes possibilidades de uso do item, tanto do ponto de vista semântico quanto funcional.

¹² Entendendo por dêiticas as palavras que indicam a posição dos seres e coisas no tempo, no espaço ou no discurso.

¹³ Palavras que permitem a retomada de conteúdos, traços que na sua trajetória evolutiva vêm sendo esquecidos ou abandonados, pelo menos teoricamente, por alguns estudiosos da língua.

Embora divergentes quanto à forma de interpretar as diferentes funções, esses estudos constituem ponto de partida de investigação.

Houaiss (2007), no mapeamento que faz sobre as diversas funções e acepções do item linguístico **mesmo** no português atual, registra os seguintes exemplos de uso:

- Como *adjetivo* indicando:
 - a) igual identidade;
 - b) que é exatamente igual a outro ou outros em forma, cor ou conteúdo, portanto, idêntico;
 - c) que pouco difere em qualidades e características; semelhante;
 - d) de igual origem;
 - e) que se representa verdadeiramente, ou seja, em pessoa, próprio;
 - f) reflexivo de uma pessoa do discurso, próprio;
 - g) que acabou de ser enunciado, referido, citado;
 - h) como reforço contextual e de intenção à referência feita pelo nome ou pronome antecedente.
- Como *pronome*:
 - a) com função substantiva e valor demonstrativo (a pessoa, ele, aquele).
- Como *substantivo* significando:
 - a) coisa semelhante;
 - b) o que mantém suas características essenciais.
 - c) como possibilidade de uma comparação de igualdade.
- Como *advérbio*
 - a) como vocábulo cujo papel vai além das relações sintático-semânticas contidas na oração, denota:
 - Uma espécie de limite, até, também.
 - Inclusão, inclusive, também
 - Tempo enfático, seguindo-se de agora, hoje, ontem, neste exato momento.

b) dentro da oração, denota:

De fato, realmente, de verdade; dúvida; exatamente.

Segundo o dicionarista, sintaticamente, **mesmo** pode ser:

a) Anafórico, referindo-se a segmentos anteriores do discurso;

b) Uma palavra invariável, embora não integre a classe de advérbios.

c) Informalmente, **mesmo** adquire valor concessivo, frequentemente seguido de *assim* ou/e *que*.

No uso, segundo ainda o dicionarista, **mesmo** participa das áreas de pessoa do discurso – especialmente como dêitico – numa espécie de visualização gestual entre falantes e ouvintes e, frequentemente, tem sido usado como reforço de advérbios, ou como um equivalente do advérbio, especialmente, *aqui, ali, lá, agora* etc. ressaltando-lhes, mais uma vez, sua função dêitica. O autor registra ainda a expressão **dar no(a) mesmo(a)** indicando, ser igual a.

Complementando esse levantamento, do Dicionário UNESP do Português Contemporâneo, somam-se outras informações sobre o uso do item em foco. Seu organizador, Francisco Borba (2004), abre o verbete destacando o uso da palavra como:

a) *pronome demonstrativo*:

. Referindo-se à identidade entre duas entidades;

. Referindo-se à identidade entre aquilo que se menciona e aquilo que já foi mencionado;

. Referindo-se àquilo que não sofre ou não sofreu alteração, tal e qual;

. Localizando alguma coisa ou no tempo ou no espaço, próprio;

. Reforçando o pronome pessoal, próprio (eu **mesma**);

. Reforçando outros demonstrativos (isso **mesmo**);

. Reforçando a localização espacial ou temporal (aqui **mesmo**);

b) *adjetivo* equivalente a:

- Igual a;

- Idêntico, igual.

c) *advérbio*, equivalendo a ainda, até

Expressando uma atitude ou reação do falante diante do que está dizendo; na verdade, realmente;

. É **mesmo**! Usado como resposta a frase interrogativa para expressar espanto, admiração diante do que se disse;

. Assim **mesmo/ mesmo** assim equivalendo a ainda assim, apesar disso;

. **Mesmo** que equivalendo a ainda que ou a embora;

. Não é **mesmo**, usado em final de frase interrogativa, pedindo concordância com o que disse.

É interessante destacar que, do ponto de vista gramatical, os dicionários consultados apresentam o item em diferentes funções: como pronome, adjetivo, substantivo e advérbio e também como conjunção. Holanda (1975), também consultado, mostra o item **mesmo** nessas mesmas funções no português.

Divergindo de Houaiss (2007), Borba (2004) não pontua o uso do item como *substantivo*, embora faça referência às suas propriedades *anafórica* e de *reforço* como *pronome demonstrativo* e destaque a sua função como *adjetivo* quando estabelece uma comparação. A ação de **mesmo** como *advérbio* (de fato) e como *concessivo* é focalizada por ambos. Houaiss (2007) avança um pouco mais na sua descrição do item ao focalizar o seu valor como palavra cujo papel vai além das relações sintático-semânticas contidas na oração, denotando *limite* (até) ou *inclusão*.

Apesar de reconhecer o brilhante e messiânico esforço dos dicionaristas citados para coletar e registrar os diferentes sentidos e funções que se acoplam ao sema nuclear da palavra **mesmo**, considero importante acrescentar as conclusões de outros estudiosos referentes à palavra em destaque neste trabalho. Mesmo porque, por mais fidedigno que seja um dicionário, ele se baseia no uso mais corrente dos vocábulos num dado estado da língua. As informações nele contidas constituem uma caracterização baseada na maior frequência de determinadas ocorrências, muitas vezes extraídas de autores clássicos e renomados, nunca do uso propriamente dito. Tal inferência é apenas deduzida a partir de um exemplário que nunca é exaustivo, e nunca poderia sê-lo. Por conseguinte, as informações transmitidas pelo dicionário são necessariamente incompletas como ressalva Biderman (2001).

Concluído esse passeio pelas fontes históricas e dicionarizadas da palavra, enfoco nas próximas páginas o pensamento da teoria gramatical, comentando as tendências e os avanços de sua classificação à luz das contribuições linguísticas.

3.3 NA GRAMÁTICA TRADICIONAL: REVISITANDO CONCEITOS E REGRAS

É controversa e até conflitante a classificação de certos itens lexicais, pela gramática normativa tradicional. Centradas, sobretudo, no componente sintático, as análises tradicionais têm encontrado dificuldade em estabelecer a classe categorial de certas palavras uma vez que elas mudam seu valor funcional e significativo dentro do contexto de uso, como acontece com o item *mesmo*.

Na dúvida e com o aval da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) (1960), a maioria dos gramáticos opta por classificá-las como “palavras denotativas”, uma subcategoria à parte dos advérbios. A natureza aberta e acolhedora dessa classe gramatical tem levado muita gente de renome na área a cometer equívocos como esses, ignorando, talvez, a etimologia do item e até mesmo o seu conteúdo semântico.

Não pretendo neste estudo questionar os pontos de vista adotados pelos gramáticos para classificar as palavras, entretanto, a análise preliminar da literatura gramatical, antes e após a NGB, deixou mais evidente essa inconsistência, identificando-se aí três tendências classificatórias para o item em foco, correspondendo aos seguintes períodos:

- a) *clássica*, (1930–1960), classificação pautada na base etimológica da palavra;
- b) *tradicional*, (1960-1990), compreende a orientação classificatória sugerida pela NGB e que vigora ainda nos diversos livros didáticos;
- c) *linguística*, (a partir de 1990), orientação fundamentada em princípios linguísticos e etimológicos da palavra.

Exponho a seguir o pensamento gramatical dominante em cada período em relação à classificação do item aqui em destaque.

3.3.1 A TENDÊNCIA CLÁSSICA (1930 – 1960)

Compreende a orientação classificatória encontrada nas gramáticas da primeira metade do século e que se estende até a década de 1960. Entre os autores consultados, selecionei alguns para ilustrar esse período:

Cruz, José Marques (1953) está entre os autores consultados. Suas informações sobre o item resumem-se a classificá-lo como adjetivo determinativo demonstrativo.

Mendes de Almeida (1960), outro convidado para ilustrar esse estudo, destaca os seguintes usos do item em pauta:

-como *pronome*

a) localizando ou identificando o substantivo

b) como neutro, em frases: “o *mesmo* ouvi eu”

c) significando em pessoa, próprio, idêntico.

- como *adjetivo*

a) para identificar, comparativamente, uma pessoa ou coisa.

b) para indicar com mais ênfase de distinção a pessoa ou coisa determinada pelos demonstrativos este, esse, aquele.

-como *advérbio*, significando realmente ou de fato, como é explicitado em sua obra; “hoje *mesmo*”; “estive *mesmo*”; “é *mesmo*”; “só *mesmo*”. (p.173)

- como *concessivo* (*mesmo* quando e *mesmo* que), com sentido de “embora”.

Por fim, o autor menciona a expressão *mesmo assim* com três significados: “*igualmente*”, “*apesar disso*”, “*desse modo*”, porém não explicita em qual categoria gramatical seriam inseridas essas expressões (ALMEIDA, 1960, 167-9).

A gramática de Oliveira (1961) é também referência para este estudo, uma vez que enfatiza valores caros ao item *mesmo*, seja como pronome, adjetivo e como expressão de reforço ao lado do seu valor estendido em outras ocorrências como se observa a seguir:

a) como *pronome*, com a função de situar o objeto e indicar a relação com a pessoa, citando *mesmo (s)*, *mesma (s)* (p. 271);

b) como *adjetivo*, indicando qualidades idênticas entre os substantivos; igualdade (são iguais), tão quanto (p. 236);

c) como *palavra de reforço* (a si **mesmo**, **mesmo** nada) (p. 319);

Outras possibilidades de uso registradas por ele são:

d) como *conjunção concessiva*, relacionando elementos entre si, ou orações “quando **mesmo**” (p. 315);

e) como *interjeição*, exprimindo o sentimento na sua elocução; Segundo ele, são as palavras de inclusão: **mesmo**, até, inclusive, também. (p. 318);

f) como “outras palavras”, salientando que são “palavras que existem, mas que não se acomodam na classificação das palavras examinadas”; entre elas, ele cita as palavras de exclusão, inclusão, reforço, de situação (p. 316).

A distinção em torno das ocorrências (e) e (f) não é nítida; o autor, ora a classifica como “palavra de inclusão”, entre as interjeições (e), ora como “outras palavras” (f). A dificuldade na interpretação dessas ocorrências não é privilégio do autor, outros gramáticos, participantes desta revisão, têm ponto de vista diferente, como confirmam seus livros. Almeida (op.cit), na sua interpretação, classifica **mesmo** como advérbio (realmente). Oliveira (op.cit.) não faz alusão a esse valor do item, e seu valor hoje de “inclusão”, é classificado por ele como *interjeição*. Ao que parece, a ambigüidade do termo já era uma questão problemática, gerando, inclusive, conflitos para a sua classificação.

Na verdade, constata-se essa imprecisão no entendimento funcional da palavra em gramáticas mais antigas. Pereira (1942; [1907]), na gramática que assina, reconhece a propriedade demonstrativa da palavra, classificando-a como:

a) *Adjetivo*, indicando alguma circunstância de posição ou identidade. Ex. "o **mesmo** homem” (p. 97 / p. 306);

b) *Pronome neutro* em frases como: “é o **mesmo**”; “isto é o **mesmo**”.

c) *Pronome pessoal de reforço*; nesse caso, recebe o gênero e o número da pessoa que o pronome representa, como em: “eu **mesmo**” (a); a si **mesmo** (os) (p. 307)

Além dessas, o autor registra, ainda, ocorrências da expressão **mesmo**:

d) Como *advérbio*, equivalendo a “de fato”, “realmente” (p. 307).

e) Como *conjunção concessiva*, (quando **mesmo** e **mesmo** que) ligando orações e exprimindo apenas continuação do discurso ou transição de pensamento; (“Não te limparás, **quando mesmo** te laves com água de nitro”; “**mesmo que** chova, eu seguirei”) (p. 167).

No quadro a seguir, tento sistematizar as informações coletadas nos diferentes autores:

Quadro 4. Funções e sentidos do item mesmo registrados entre 1930-1960		
Classe gramatical	Função	Sentido
Pron.demonstrativo	Reforço (enfático)	Próprio, em pessoa/
Pron.demonstrativo	Reforço	Intensifica a intenção (exato, certeza)
Adjetivo	Referencial/ Comparativa	Igual/idêntico
Substantivo	Referencial/ Comparativa	Idêntico/igual
Interjeição	Denotativa	Inclusão / até
Advérbio	Circunstância	Realmente/De fato
Conjunção	Concessiva	Apesar de/

Em coro, as autoridades da língua que representam este período reconhecem no item linguístico **mesmo** sua propriedade *demonstrativa*, classificando-o como *pronome*, como determina sua origem *dêitica e fórica*. Por conseguinte, destacam, por um lado, sua ação como palavra identificadora, situando fisicamente no espaço e no tempo pessoas e coisas, e por outro, sua ação como palavra de referência, fazendo alusão a algo já mencionado dentro do texto, muitas vezes, estabelecendo uma relação anafórica de igualdade. Em outras palavras, mostram a força semântica embutida na palavra, incluindo o seu papel como item de *reforço* em determinados contextos.

Sintaticamente, os diversos autores consultados percebem também sua função adjetiva, acompanhando um substantivo e sendo afetado por ele em gênero e número. Enfocam seu uso como substantivo, esclarecendo ser este inapropriado, em alguns casos, do ponto de vista da correção linguística.

Com relação a outras possibilidades classificatórias em que se pode inserir o item e apontadas nos compêndios desse período, não se pode afirmar haver, por parte dos

gramáticos, uma compreensão abrangente. Ao contrário, suas conclusões mostram-se hesitantes e desencontradas quanto às diversas conotações semânticas que emergem no uso.

Ocorrências semelhantes, do ponto de vista sintático, tanto aparecem interpretadas como advérbio por um autor, como vistas como interjeição por outro, indicando flexibilidade nos critérios norteadores da classificação de palavras à época. A avaliação, ao que parece, ficava ao sabor da subjetividade interpretativa do autor.

Contudo, apesar dessa assistemática, esse período traz importantes contribuições para o presente estudo, uma vez que registram tanto os usos relacionados à base etimológica da palavra como os diferentes sentidos e valores acrescidos ao item, constituindo, portanto, referências para outros estudos, inclusive, como fonte para o entendimento de sua classificação gramatical.

3.3.2 A TENDÊNCIA TRADICIONAL (1960-1990)

Chamo “tradicional” a orientação classificatória das palavras sugerida pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB¹⁴), (1960-1990), período um pouco nebuloso no que diz respeito à categorização do item em foco, bem como de outras palavras do gênero. Apresento, a seguir, algumas dessas gramáticas como exemplo:

A gramática de Rocha Lima (1964) fornece, apenas, o seguinte registro sobre o item **mesmo**: “*pronome demonstrativo, indicando identidade e reforço: mesmo, próprio*” (ROCHA LIMA, 1964, p. 318). Nenhuma outra referência ao item é registrada.

Luft (1978) faz uma rápida referência ao item como concessivo (**mesmo que**). E, na classe dos advérbios, faz a seguinte ressalva às palavras: **mesmo**, tal, semelhante, etc.

Não se trata de palavras de circunstâncias situando a ação verbal. Certas palavras, por não se poderem enquadrar entre os advérbios, terão classificação à parte. São palavras que denotam inclusão, designação, realce. Não se podem enquadrar entre os advérbios por não modificarem verbo, adjetivo ou outro advérbio. (LUFT, 1978, pp. 91, 106 e 115)

¹⁴ Anteprojeto que orienta a classificação gramatical das palavras elaborado pelos Legisladores eleitos para dar uma versão definitiva à questão: Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro, Celso F. da Cunha, Candido Jucá Filho, Carlos Henrique Rocha Lima, José de Oliveira.

Cunha e Cintra (1984) ampliam um pouco mais as informações sobre o referido item, destacando os seguintes registros:

- a) pronomes demonstrativos (p. 320)
- b) reforço dos demonstrativos: “Isso **mesmo**” (Às vezes é acompanhado de gestos, indicando clareza ou por ênfase, para precisar a situação das pessoas e das coisas) (p. 327).
- c) com sentido de exato, próprio.
- d) palavra denotativa de inclusão, seguindo a orientação da NGB. (p.529).
- e) como concessivo (**mesmo** que), iniciando uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la (p.572).

Barros (1985, p. 207), seguindo a orientação da NGB, classifica palavras como **mesmo** como “denotativas – palavras que servem para mostrar, indicar, designar, por meio de sinais – certas expressões e advérbios ungidos de carga afetiva”, esclarecendo que essas palavras pertencem ao campo estilístico. Encerrando, classifica o item linguístico **mesmo** como uma palavra denotativa de *ênfase* ou *reforço* e também de *inclusão* (até **mesmo**).

Estranho, mas, nesse período, os compêndios analisados são restritivos na forma de abordar o item linguístico **mesmo**. As informações são superficiais, resumindo-se a rápidas alusões e até desorganizadas. Embora situem o item na classe dos demonstrativos, esses manuais não fornecem detalhes, distinguindo os seus diferentes usos e sentidos. Diferentes dos anteriores, alguns autores evitam classificar o item como advérbio, negando sua ação enfatizadora (circunstancial). Em compensação, ressaltam o emprego do item como “palavra denotativa de inclusão”, numa subcategoria “à parte” nos advérbios, sempre enfatizando a recomendação dos legisladores da NGB. Alguns deles registram, também, sua ação como conjunção concessiva.

O quadro gramatical deste período pode ser assim resumido:

Quadro 5. Funções e sentidos do item mesmo registrados entre 1960-2000.		
Classe gramatical	Função	Sentido
Pronome demonstrativo	Reforço/enfase	Certeza
Advérbio (à parte)	Denotativa	Inclusão
Conjunção	Concessiva	Apesar de

Comparado ao período anterior, a forma de abordagem do item pelas gramáticas desse período deixa de fora muitas possibilidades funcionais de uso do item, mesmo quando a ele fazem referências nas classes gramaticais que lhe são pertinentes.

Na compreensão dos legisladores *certas palavras, por portarem valores ambíguos e serem essencialmente afetivas e denotadoras de circunstâncias, não devem ser classificadas em nenhuma das dez classes gramaticais conhecidas, devendo ser compreendidas à parte na classe dos advérbios*

A intenção dos legisladores de uniformizar as interpretações de itens como **mesmo** se generaliza, embora se produza uma postura cautelosa em relação à sua classificação a partir dessa orientação.

Essa interpretação não se sustenta, sobretudo, quando se vislumbram usos reais que comprometem essa classificação, destacados na introdução deste trabalho. Deslocou-se, a meu ver, a ênfase da sua ação original como palavra mostrativa para denotativa¹⁵, realçando-se, exclusivamente, o seu valor como indicadora de inclusão.

Apesar das boas intenções dos eleitos, ao que parece, gramáticos e críticos acolhem, sem muita convicção, essa nova orientação, uma vez que não assumem diretamente a responsabilidade pela classificação que oferecem nos respectivos livros didáticos e nas gramáticas que assinam, remetendo ou comentando frequentemente a decisão da NGB; alguns autores preferem ser omissos em relação à questão. Said Ali (1966) e outros gramáticos, desse momento, não fazem alusão alguma à palavra.

Na verdade, essa classificação não é aceita pacificamente, nem mesmo entre os componentes da comissão, intensificando-se o problema, como se observa, pelos vários depoimentos a seguir:

¹⁵ Denotativa diz respeito à significação básica, objetiva atribuída às formas lingüísticas, está ligada à função referencial ou informativa da linguagem (LUFT, 1978, p.158).

Tentando desfazer a dúvida ou o conflito reinante em torno dessa questão, Cunha e Cintra (1984), sobre essa classificação, dizem o seguinte:

Certas palavras, enquadradas frequentemente e impropriamente entre os advérbios, passaram a ter, com a NGB, classificação à parte, mas sem nome especial. Tais palavras são de classificação difícil; não devem ser incluídas entre os advérbios, pois que não modificam o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio, característica desta classe de palavras (CUNHA E CINTRA, 1984, p.509).

Cândido Jucá Filho, que também assina o projeto, faz algumas ressalvas a essa classificação, argumentando que

Uma categorização de palavras só é possível dentro do contexto da oração, onde se consideram as associações entre os vocábulos, realçando assim o papel da função e não o significado. Nas línguas modernas, não tem sentido dizer que uma palavra é substantivo, adjetivo ou pronome fora de sua atuação na oração (JUCÁ FILHO, apud BIDERMAN, 2001, p. 245).

Embora considere a gramática e a estilística como modos opostos de encarar a linguagem, em seu comentário, Jucá filho mostra-se preocupado, apenas, com as relações sintáticas produzidas no texto pela palavra e não com as conotações contextuais que emergem da sua enunciação. É uma observação excludente do ponto de vista da linguística funcional.

Demonstrando também não acatar, pacificamente, essa classificação, Henriques (1997, p.73) considera improcedente a classificação de certas palavras na categoria dos advérbios, preferindo afirmar haver na Língua Portuguesa *palavras que não têm função sintática*. Na verdade, diz ele *tratam-se de vocábulos cujo valor semântico especial ora se vincula a toda a oração, ora a alguma outra palavra em particular*.

Faraco e Moura, observando a orientação da NGB, comentam o parecer:

Algumas palavras e locuções que antes eram consideradas advérbios, na verdade, não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais. A NGB fez uma classificação à parte dessas palavras e locuções chamando-as de palavras denotativas, entre elas as de inclusão. (FARACO e MOURA, 1997, P. 284)

Depoimentos desfavoráveis à orientação vigente não faltam. Mesmo assim, considero importante discutir o assunto, uma vez que são lacunares, não aprofundam e nem apontam soluções.

Acredito que afirmar que algumas palavras, como o item linguístico **mesmo**, não se inserem em nenhuma categoria gramatical, além de ser uma decisão precipitada, implica, sem dúvida, reconhecer que existem palavras no português cujo comportamento escapa ao nível do saber puramente lógico-gramatical.

Houaiss (2007), já citado, referindo-se à classificação do item como advérbio, coloca a questão nestes termos: *vocábulo cujo papel vai além das relações sintático-semânticas contidas na oração.*

Apreciando a decisão dos avaliadores, Bechara faz o seguinte comentário:

Essa proposta coincide com a de José Oiticica em relação às palavras denotativas, muitas das quais têm papel transfrástico¹⁶ e melhor atendem a fatores de função textual, estranhos às relações semântico-sintáticas inerentes às orações em que se acham inseridas. (BECHARA, 2002, P. 277)

Avaliando a noção “denotativa” atribuída ao item linguístico **mesmo** e a outras palavras do gênero, por melhor que seja justificada pelos tradicionalistas, não preenche ou elimina a lacuna que a própria proposta deixa em torno da questão; ou seja, não possibilita uma interpretação abrangente sobre a atuação linguístico-discursiva da expressão em foco, nem mesmo quando sua ocorrência é um advérbio. É o que ocorre em exemplos como:

- (1) Ele está tão triste que **mesmo** passear não o distrai (inclusão)
- (2) Ah! Ele gosta **mesmo** da prima. (advérbio/enfático)
- (3) Foi ele **mesmo** que eu vi no cinema. (reforço/enfático).
- (4) Ele passou por aqui agora **mesmo** (reforço).

Nesses enunciados é possível se verificar essa distorção: a palavra **mesmo** tem valores semânticos e sintáticos distintos nesses contextos; entretanto, a orientação gramatical assinada pela NGB tende a classificar todas as ocorrências como palavra denotativa de *inclusão*. Porém, uma releitura das ocorrências vai mostrar que só em (1) ele tem esse valor, em (2) **mesmo** tem ação adverbial, significando “realmente”, e em (3) **mesmo** imprime certeza ao enunciado como palavra de reforço; mas há quem diga ser, também, um advérbio, porém, nunca uma palavra de inclusão. Na ocorrência (4) da mesma forma **mesmo** atua como pronome dêitico, reforçando a intenção desejada (certeza), designando com um gesto para precisar o momento da ação.

Normalmente, define-se o advérbio como palavra modificadora da ideia expressa pelo verbo ou denotando as “circunstâncias” em que se dá o processo a que ele faz referência. Na prática, muitas vezes, a gramática defronta-se com exemplos em que seus critérios levam a conflitantes classificações. Inadequadamente, as gramáticas deste período parecem enquadrar os diferentes usos como reforço da expressão **mesmo** entre os denotativos de inclusão.

¹⁶ Diz respeito à estruturação gramatical, especialmente, à questão da retomada ou substituição.

Aderindo a esse movimento reflexivo em torno da classificação das palavras, oportunamente, Ilari (1991), no estudo que desenvolve sobre os advérbios, coloca o seguinte:

Os critérios adotados pela teoria gramatical para delimitar a classe dos advérbios não contemplam palavras que ela mesma aponta como advérbios. Os advérbios constituem uma classe extremamente heterogênea de palavras e caracterizam-se pelo caráter extremamente variado das funções sintáticas que exercem, e dos ambientes sintáticos em que ocorrem. (ILARI, 1991, p. 134-137)

Como destaca Dias:

É preciso que compreendamos o seguinte: apesar dessas formas parecerem secundárias na gramática, elas são muito importantes para compreendermos o funcionamento da língua. Assim, quando um gramático afirma que existem dez classes de palavras e depois da análise de todas elas apresenta uma relação de “palavras sem classificação”, com comentários dispersos sobre os usos dessas palavras, ele está apontando para um tipo de “comportamento” de algumas palavras (*mesmo*, inclusive, afinal, aliás, etc.) que escapam ao nível do saber puramente gramatical. (DIAS, 2005, p.127)

Em nota de rodapé, ele explicita: *hoje podemos entender que essas palavras têm um papel essencial na produção do texto (oral ou escrito), que é relativo ao desenvolvimento da argumentação* (DIAS, 2005, p.127).

É interessante reconhecer através desses fatos que o que assegura a gramática tradicional pode ser colocado em dúvida, em questão.

Afirmar que o item *mesmo* integra a categoria dos advérbios é contrariar as próprias regras gramaticais. Sendo o advérbio uma palavra invariável, como poderia o item *mesmo* ser classificado como tal, se ele pode ser flexionado em gênero e número, características peculiares às palavras plenas, ou de conteúdo (valor nocional). Que critérios foram adotados pela gramática tradicional para chegar a essa conclusão em relação a *mesmo* e a seus diferentes usos? Por que se priorizou a noção de “inclusão” se o item *mesmo* pode também veicular “veracidade” “reiteração” “concordância” etc.?

Observando a questão pelo lado da linguística funcional, pode-se argumentar que o princípio de unidirecionalidade, que envolve a gramaticalização dos itens linguísticos processa-se, invariavelmente, a partir de palavras plenas ou nocionais, evoluindo, cada vez mais, para palavras semanticamente vazias, ou seja, do concreto para o abstrato, e não ao contrário, como afirma Traugott (1983). Assim sendo, como advérbio, seria impossível ao item *mesmo* migrar para as classes nocionais como substantivo ou adjetivo, fato que compromete, mais uma vez, a postura da NGB.

Na verdade, a variedade de conotações léxico-gramaticais que pode assumir o item **mesmo** causa realmente ambiguidade; as fronteiras entre uma e outra são mal definidas, as matrizes de significação que ele assume no discurso, são muito próximas, e sua categorização, sem uma análise miúda das conotações contextuais e pragmáticas que ele assume no discurso, não é aconselhável do ponto de vista funcional.

No entanto, apesar dos diversos depoimentos dos gramáticos e críticos em relação à orientação oficial para a classificação dessas palavras, prevalece o que diz a “lei”, mesmo sem explicações consistentes. Ato falho ou não, é possível se corrigir, com o apoio, inclusive, da ciência.

3.3.3 A TENDÊNCIA LINGUÍSTICA (A PARTIR DE 1990)

Tendência que se firma a partir do ano 1990, orientada pelas evidências linguísticas e etimológicas do item. Busca-se aqui recuperar o elo perdido.

Bechara (2000), provavelmente amparando-se nas características etimológicas dêiticas e fôricas da palavra, apresenta um consistente estudo sobre o item **mesmo** nas gramáticas que assina, recuperando seus diversos usos com valor demonstrativo. Segundo sua classificação, o item **mesmo** pode figurar no texto:

a) *Substantivado pelo artigo (com restrições): Quando denota identidade, com o valor de em pessoa, ou referindo-se a seres e ideias já expressos anteriormente, como anafórico, (vale por esse, essa, aquele, isso e aquilo), como em: “eu fiz o mesmo”.* (BECHARA, 2000, p.168).

Sobre essa questão, Bechara (2000) diz o seguinte:

[...] o emprego anafórico do demonstrativo **mesmo**, substantivado pelo artigo e precedido ou não de preposição, para referir-se à palavra ou à declaração expressa anteriormente, não é bem tolerado pela maioria dos gramáticos, aconselhando-se sua substituição pelo pronome *ele* nos contextos linguísticos em que aparece. (BECHARA, 2000, p.168).

b) Como *adjetivo*:

Mesmo tem valor de demonstrativo anafórico, isto é, faz referência a pensamentos expressos anteriormente, com valor de igual (Ex. eu fiz a **mesma** coisa);

c) Como *reforço* de pronomes pessoais. (ela **mesma** quis ver o problema) (p. 168);

d) Como *reforço enfático* com o valor de *em pessoa* (Eu **mesmo** assisti à cena) (p.190);

d) Como *reforço* junto aos advérbios agora, aí, aqui. (Agora **mesmo**). Neste particular, trata-se ainda de um pronome dêitico.

Bechara (2002, p. 277), apoiando-se na decisão da NGB, menciona o emprego do item **mesmo** como palavra denotativa de “*inclusão*”, na classe do advérbio como já foi ressaltado na seção anterior. Entretanto, não mostra seu valor como “realmente” (advérbio) junto a verbos e outras expressões.

Encerrando esse levantamento, destaco o estudo de Neves (2003, p. 516). Aqui, a autora classifica o item linguístico **mesmo** como:

-*Pronome* (flexiona-se no feminino e no plural) quando:

a) Reforça identidade, equivalendo a próprio.

“Seria preferível que eles **mesmos** fizessem o lançamento”

“Ela **mesma** não sabia de si, o que faria logo, onde estaria amanhã”.

b) Indica identidade idêntica:

“Era mais uma questão de princípios, de interpretação dentro de uma **mesma** ideologia”.

c) Se refere a uma ação, um evento, um fato já mencionado (pronome neutro):

“Quando Mattos pegou o bonde o sujeito fez o **mesmo** e sentou-se dois bancos atrás” (invariável).

A autora também chama a atenção para o uso indevido do item (não creditado gramaticalmente) quando faz referência a alguma pessoa ou a alguma coisa já mencionada (valendo por ele, ela, eles, elas, respectivamente):

“Os recalques total e diferencial devem ser suficientemente pequenos e compatíveis com a estrutura de modo que a **mesma** não seja modificada pelos movimentos das fundações”.

A autora não faz referência ao uso da palavra como *adjetivo*. Mas registra o seu valor como *advérbio* (palavra invariável)

a) Indicando “de fato”, “realmente”:

Você é **mesmo** incorrigível!

b) Indicando “até” (inclusão):

Mesmo a monótona e cansativa leitura do processo prendia a sua atenção.

O quadro 3 oferece uma visão dos usos do item catalogados das gramáticas nesse período:

Quadro 6. Funções e sentidos do item mesmo registrados a partir de 1990		
Classe gramatical.	Função	Sentido
Pron. demonstrativo	Reforço (reflexivo/enfático)	Próprio, em pessoa.
Pron. demonstrativo	Reforço (contextual)	Intensifica o sentido da intenção
Adjetivo	Referencial/ comparação	Igual/idêntico
Substantivo	Referencial Comparação	Identifica (a pessoa já referida)
Advérbio (à parte)	Denotativa	Inclusão / até
Advérbio	Circunstância	Realmente/ de fato
*Conjunção ¹⁷ concessiva	Relacional	Apesar de, embora, etc.

O quadro em pauta mostra uma ampliação nos registros de uso do item. As gramáticas não só retomam o conteúdo original da palavra, mostrando as diferentes funções e acepções com seu valor demonstrativo, ao lado das novas funções que lhe foram incorporadas.

Esse contexto relutante e confuso da gramática abre, sem dúvidas, perspectivas para novas propostas. Alguns gramáticos, antenados com os estudos linguísticos, começam a se dar conta da atuação elástica de certas palavras e aceitam o desafio de classificá-las não só de acordo com valores sintáticos, mas também observando seus diferentes significados nos contextos comunicativos.

Destaco, nessa vertente, a proposta de Azeredo (1990) que promete ser revolucionária no âmbito da categorização das palavras.

¹⁷ O emprego de **mesmo** como conjunção não é mencionado pela maioria dos autores consultados.

Discordando totalmente dos pontos de vista apresentados e adotando, também, princípios linguísticos, Azeredo ressalta as afinidades semântico-discursivas dos itens **mesmo** e **outro**, propondo reagrupá-los numa subclasse que ele chama de *referenciadores*, provavelmente, seguindo as pegadas de Pontes.¹⁸ (1978, *apud* AZEREDO, 1996, p.54).

Para Azeredo (op.cit), as citadas expressões

Integram o complexo sistema de meios referenciais do discurso e constituem instrumentos de coesão textual e de coerência conceptual. Assim, servem para retomar porções de sentido (ANÁFORA) ou antecipar porções de sentido (CATÁFORA) na cadeia do discurso. (AZEREDO, 1996, p.54).

Trata-se realmente de uma proposta inovadora no sentido que contempla as propriedades essenciais do item como termo anafórico e coesivo. Todavia, não atende outras manifestações do item no discurso, entre as quais as diferentes possibilidades do item de reforçar intenções ou como expressão de circunstância, concessiva e de inclusão.

Para cobrir essas manifestações particulares do item entendido e *classificado à parte* como *denotativa* pela NGB, Azeredo introduz uma nova *classe*, a dos *marcadores discursivos*. Fundamentando-se nos princípios da Teoria da Enunciação, Azeredo (1996, p.) explica que: *Certas palavras marcam fronteiras sintagmáticas, exprimindo certas informações que o locutor considera serem ‘novas’ para o ouvinte; servem, portanto, para estabelecer relações de implicação e/ou pressuposição com outros enunciados.*

Concordo com Farias (2000). A proposta de classificação de Azeredo (op. cit.) enfocada aqui parcialmente, avança quando dá às palavras denotativas o *status* de “classe”, justificando-as através da Teoria da Enunciação.

No entanto, apesar de reconhecer o mérito de Azeredo (1996), fazendo a diferença no estudo do item, sua proposta classificatória parece difícil de ser aplicada na prática por alguns motivos: Distribuir certas palavras em “novas categorias” implica ampliar o número já grande de classes gramaticais. Propor novas classes gramaticais *-referenciadores e marcadores discursivos-* para essas palavras não equaciona a questão. Tratando-se de subclasse, os *referenciadores* deveriam integrar uma categoria maior, muito provavelmente a de pronomes demonstrativos. Se não me engano, a NGB procedeu da mesma forma quando instituiu a subclasse *expressões denotativas*.

¹⁸ Pontes (1978) situa **mesmo** e **outro** na classe dos referenciadores.

Na verdade, a proposta enfatiza um aspecto funcional da palavra, em detrimento de outros empregos do item, apenas, mudando o foco de análise. A proposta de classificação da NGB centraliza sua classificação no entendimento do item como “denotativa de inclusão”, ou à parte entre os advérbios; enquanto, a proposta de Azeredo destaca a classificação da palavra na sua ação fórica, recuperando uma dimensão pouco privilegiada na tendência tradicional discutida anteriormente.

Acredito que não se trata de instituir novas classificações, mas de reconhecer que o item comporta duas bases funcionais de uso: uma como *referencial* e outra como *reforço* ou intensificador.

Fico receosa também quanto à proposta de classificá-lo como *marcador discursivo*, uma vez que para isso se faz necessário uma investigação mais profunda de sua atuação no estágio atual da língua do ponto de vista funcional. Como *marcador discursivo*, o item teria uma ação circunscrita ao discurso, estabelecendo meramente relações coesivas no interior do texto, sem nenhum valor lexical. Ele não cumpre apenas essa função no texto.

Em resumo, a proposta, na verdade, traz uma grande contribuição aos estudos linguísticos e gramaticais exatamente por ressaltar essas dimensões funcionais do item, contudo, ainda não é suficiente diante das possibilidades de uso do item no discurso.

Enfim, as mudanças e orientações observadas a partir de 1990 em torno da classificação do item linguístico **mesmo** não significam avanços no comportamento gramatical no que diz respeito à sua categorização; na verdade, quando se retoma e enfatiza certas propriedades do referido item no seu quadro categorial, apenas está se fazendo um reconhecimento devido de algo a ele inerente, e que foi esquecido ou subestimado. No núcleo semântico da palavra, como mostra sua etimologia, os conteúdos dêiticos e fóricos, ainda, bastante perceptíveis nos enunciados, lhe conferem valor demonstrativo com dupla ação no sistema linguístico: de *reforço* e *referencial*.

Todavia, o estudo sobre o item **mesmo** está apenas começando e não se resume as questões simplesmente gramaticais. Prosseguindo a caminhada na trilha do item, na seção seguinte, são destacados, na literatura linguística, postulados e reflexões relevantes para este estudo.

3.4 NA LINGUÍSTICA: REVELANDO OS SEGREDOS

Os linguistas têm sempre algo a dizer. São eles que, por diferentes perspectivas, apontam sugestões e caminhos para as inúmeras questões sobre a linguagem. Na sequência deste trabalho, destaco, no pensamento linguístico, princípios que são suportes fundamentais para o desenvolvimento do tema, contribuindo na elucidação de pontos que fazem parte da história e da evolução do item linguístico *mesmo*. Discuto, inicialmente, os diferentes sentidos do item no português. Em seguida, trato da referência e da dêixis, questões que circunscrevem o seu campo mostrativo, situando, inclusive, suas dimensões comparativas, argumentativas e de reforço, que lhe são inerentes. Além de Martelotta (2003), lembro os postulados de Halliday & Hasan (1976) Mondada (1994), Apothéloz (1995), Ducrot (1983), Vogt (1977), Marcuschi (2000), Kock (2000), e muitos outros construtores dessa área de conhecimento.

3.4.1 DE SUA POLISSEMIA

Nem sempre a palavra guarda seu significado etimológico, isto é, o originário ou referencial. As palavras, em seu processo de expansão, adquirem outros significados. Nos estudos linguísticos, essa característica das formas linguísticas tem sido interpretada como *polissemia*.

A polissemia¹⁹ é uma propriedade inerente à linguagem humana e diz respeito aos diferentes significados que uma palavra assume no contexto comunicativo, embora mantenha suas propriedades originais.

¹⁹ A polissemia pode ser concebida como conjunto de significados relacionados com a mesma forma; ou seja, palavras de uma só forma (significante) com mais de um significado unitário pertencentes a campos semânticos diferentes. A polissemia favorece as línguas naturais, possibilitando a ampliação do léxico, sem aumentar o acervo lexical, razão porque é vista como um fator de economia e flexibilidade da língua, como resultado da mudança de aplicação da palavra, da especialização do meio social, ou da linguagem figurada. Entretanto, costuma gerar ambiguidade no processamento das informações, confundindo-se com outro fenômeno também muito corrente nas línguas naturais: a homonímia (palavras que têm significado e uso muito distinto). Os

O significado conceptual ou sentido é considerado um núcleo de onde partem várias conotações. Essas conotações ampliam o campo significativo das formas linguísticas através de associações, formando-se assim uma rede de significações em torno delas.

No português contemporâneo, o item **mesmo** apresenta um quadro conceptual semanticamente bem ampliado, mas isso não significa que seja esse um processo recente. Na sua história, o item linguístico **mesmo** agregou diferentes nuances significativas à sua base semântica. Em cada ocorrência do item destacada a seguir dá para se perceber um matiz diferente:

(13) E* Dona Giselda, quais os bairros em que a senhora já morou?

I* *Eu só me lembro que morei aqui mesmo, num tem outro não, só em Jaguaribe.* *Morei também na rua da Palmeira, que hoje é Rodrigues de Aquino, né, (Inf, GPS, 25, p. 276).

(14) E* Como foi essa briga?

I* *Ela me pegou eu esculhambei mesmo, esculhambei {inint} a menina que mora aí perto. É tanto que ela num mora mais nem aí, mora a mãe dela. Que ela foi fala0 que eu num era uma moça may0.*(Inf. 1, fem, p.9)

(15) É umas estóriaø sériaø, né? Tem uns negócioø bonitoø que aconteceu, né? *Até a estória mesmo da vida dos cantoø*; Os cantoø quando era pobre, nera? Morava no interiorø, que nem aquele menino Zezé de Camargo e Luciano. Morava numa casa tão veinha, num era? (Inf 2, fem, MLS, p.25)

(16) I* Ah, o melhor possível. Eu tenho uma facilidade de fazer amizadeø + enor:me, sabe? Sabe como é que é? *Mesmo no ônibuø assim, no ônibuø, na cidade em todo canto que eu chegar eu faço <ami-> se eu pudesse se eu pudesse eu tinha amizade cum todo mundo. Conhecia o mundo inteiro.* (Inf.14 TCS, fem ,p.148)

(17) E* Tem alguma história de carnaval para contar?

I* Teim da minha infância, quando eu era pequena, ia assistir, o carnaval lá na Duque de Caxias todo ano, então como eu era a filha mais nova, papai tinha maior prazer de me levar nas costas pra assistir aquele curso todinho ali, bem fantasiada, então pra ele aquilo não representava nada pra pessoa dele, porque ele não estava se divertindo, *mas ao mesmo tempo ele se sentia feliz*, porque me levava pra eu assistir aquilo que eu queria. (Inf, 28, fem, EBC, p.315)

(18) Sou mais aqui. Se é pobøe, é melhoø moraø num lugaoø pelo menos mais seguro, de que ir ser pobøe num lugaoø violento. É isso, vixi, num tem nem condição. Além de seø pobøe, passaø fome, ainda vai morreoø? De graça? *É mesmo que nada, menina!* (Inf 2, MLS, fem, p.21)

(19) E* Ela gostou?

I* Gostou. Mays antes se eu num tivesse dado nada, né? *Mai0, como meu filho deu foi mesmo que eu te0 dado.* Eu compreí: aí, ele deu, né? (Inf. 1, fem p. 12)

(20) E* E qual foi o professor que você mais gostou e por quê?

I* Ah! eu gostei muito muito de uma professora do primeiro ano, português, ela era ótima, se dedicaø tanto, com tantas dificuldades que... o ensino público apresenta, né? *mas mesmo assim, eu me saí muito bem na disciplina, e... ela era muito dedicada,* (Inf.10, fem p.102)

As ocorrências acima compartilham a propriedade de admitir diferentes sentidos do item em pauta: em (13) e (14) ele expressa exatidão, mas tem conotações significativas diferentes. Em (13), o item dá um tom afirmativo, categórico a intenção. Em (14), ele expressa *realmente*. Todavia, ainda, se percebe nele um matiz enfático. Em (15), o sentido de **mesmo** não é capturado de imediato. Mas, sem dúvida, ele aqui tem valor de *próprio(a)*. Basta mudar sua posição na frase para se perceber essa intenção. Em (16), **mesmo** muda seu sentido para *inclusive* ou *até*, sendo necessário para isso deslocar o termo para o início da oração. Em (17) o uso de **mesmo** na expressão *ao mesmo tempo* imprime uma ideia de “simultaneidade” ao enunciado. Em todos esses enunciados, é perceptível a conotação original de reforço, mesmo quando o novo sentido se revela distante da base.

Porém, as ocorrências (18), (19) e (20) estão alicerçadas em outra base conceitual do item. Em (18) o item **mesmo** associado a **que** tem sentido de *igual a*. Estranho, mais em (19), a expressão *mesmo que* já não pode ser entendida como *igual*. Aqui **mesmo que** tem sentido de *como*. Na ocorrência (20), **mesmo** pode ser entendido como *apesar disso*, imprimindo concessividade à estrutura que o hospeda. Todas essas acepções derivam de um mesmo étimo, de uma mesma base, formando um campo semântico ao redor do item.

Todavia, de nada vale identificar os diferentes significados do item, sem fazer referência ao jogo da linguagem em seu funcionamento onde eles se manifestam e se cristalizam. Como são explicados os diferentes sentidos das palavras?

No item em discussão, a rede de significações associadas a ele decorre em função de sua ambivalência etimológica²⁰, conferindo-lhe uma configuração significativa especial.

Nas ocorrências (13) e (15), o item **mesmo** ainda preserva seus valores originais como expressão de *reforço*. Em (18) e (19) está transparente uma *comparação* que se pressupõe constitutiva de sua base de *referência*. Nos demais casos, parece que o item foi contaminado pelo ambiente semântico criado pela proximidade de outras palavras que a ele se associaram,

²⁰ Ver sua etimologia, cap. III, p.)

alterando-lhe o sentido, o conteúdo original. Em outras palavras, a transparência do núcleo semântico do item é confiscada pela força de significações conotativas que a ele vão se associando.

Aos poucos, conotações novas foram incorporadas às já existentes. De item de reforço e de referência (base concreta), o item passa a imprimir também noções cada vez mais abstratas, distantes do seu escopo semântico original.

Diferentes estudos ressaltam que os significados de uma palavra não se constituem isoladamente nem de modo aleatório. Segundo Garcia (2000, p. 176), “*o significado nasce do contexto e das associações intra ou extralinguísticas*”.

Mudanças socioculturais e cognitivas acarretam alterações nos usos vocabulares, fazendo com que seus significados ultrapassem os limites de sua primitiva “esfera semântica” e assumam novos valores no decorrer do tempo. Ocorrências já destacadas (14, 15, 16) servem de exemplo.

Porém, como assinala Breal,

O sentido novo de uma expressão, qualquer que seja ela, não acaba com o antigo. Ambos existem um ao lado do outro. O mesmo termo pode empregar-se alternativamente no sentido próprio ou no sentido metafórico, no sentido restrito ou no sentido amplo, no sentido abstrato ou no sentido concreto. Cada significado acrescido à palavra vai adaptar-se a uma situação. (BREAL, 1992, p. 103)

Essa perspectiva é também encontrada nos princípios funcionalistas de Hopper (1987, 1991). Isso me permite inferir que quanto mais as formas linguísticas acumulam significações na sua história, mais se deve supor que ele represente valores e aspectos diversos da atividade intelectual e social do homem. Por conseguinte, quanto mais antiga a palavra, mais polissêmica ela é. Isso significa que as formas linguísticas não têm total autonomia semântica ou um sentido único, literal, relacionado à sua estrutura como elemento autônomo.

Na linguística funcional, a polissemia é entendida como resultante dos processos diacrônicos de mudança ocorridos com os itens no dinamismo e funcionamento da língua. Asseveram os linguistas funcionalistas que na sua evolução, as formas linguísticas acumulam diferentes nuances significativas, impulsionadas pelas necessidades culturais, cognitivas e comunicativas.

No conjunto das nuances significativas do item **mesmo**, é possível perceber esse dinamismo. As conotações de *referência* e *reforço* do item prestam ainda uma grande contribuição à língua, muito embora se mostrem estendidas em diferentes contextos do

português atual. Numa perspectiva sincrônica, esses matizes são entendidos como um conjunto de polissemias coexistindo. (MARTELOTTA, 2003).

Pesquisas em gramaticalização ressaltam que, ao lado de fenômenos que mudam com o tempo, existem aspectos que se mantêm ao longo da trajetória evolutiva das formas linguísticas.

O uso figurado da linguagem (metáforas e metonímias) também tem sido apontado como uma causa muito freqüente de polissemia das palavras. Traugott & Köing (1991) demonstraram que processos metonímicos nas construções concessivas têm sido responsáveis pela polissemia das expressões linguísticas. Assim sendo, a polissemia do item **mesmo** pode ser entendida como resultante dos diferentes processos metonímicos ocorridos com o item, quando usado concessivamente em diferentes contextos comunicativos.

Do mesmo modo, o valor semântico das unidades linguísticas se amplia em decorrência do uso. Isto quer dizer que a freqüência contínua de uma palavra gera, também, polissemia. Traugott & Köing (1991) colocam que, paralelamente aos processos metafóricos e metonímicos, mudanças por gramaticalização, motivadas pela *pressão de informatividade* acarreta novos sentidos às palavras. Este mecanismo de mudança relacionado às implicaturas conversacionais estimula o aparecimento de novos sentidos para as formas linguísticas, em forma de inferências. (MARTELOTTA, 2003).

A preocupação com as significações e sentidos das palavras tem sido foco de discussão em muitos estudos sobre a linguagem. A seção a seguir aborda um pouco mais essa questão através do conceito de referência.

3.4.2 NA QUESTÃO DA REFERÊNCIA

A significação das palavras está intimamente relacionada com o mundo das ideias e também com as experiências do falante no seu contexto sociocultural. A pragmática, ao considerar a linguagem a partir do uso que os interlocutores fazem em função da ação que exercem uns sobre os outros, fez surgir preocupações que não haviam sido registradas pela Linguística da Frase, destacando o lugar do sujeito da enunciação no campo dos estudos

linguísticos. Portanto, a significação se manifesta na língua em processo, isto é, na perspectiva da enunciação e do seu contexto.

No funcionalismo, a significação não se baseia numa relação entre símbolos e dados de um mundo real. As palavras assumem os seus significados no contexto, o que implica a noção de que os conceitos decorrem de padrões criados culturalmente. (MARTELOTTA, 2003)

Isso significa que certas expressões linguísticas são entidades carregadas de significação, acrescentando ao enunciado dados informativos, frequentemente, ligados às intenções dos falantes, que, entretanto, não se integram na estrutura lógico-sintática da oração. Ou seja, ao se materializar no discurso, elas acionam também a expressão de valores, crenças, desejos e até sentimentos que alteram os seus significados, tornando-as outras palavras em cada contexto de uso.

Para Benveniste (1970), esses aspectos demonstram a presença do homem na língua e são historicamente importantes para colocar em cheque várias visões limitadoras da significação.

Nos estudos linguísticos e filosóficos, diferentes premissas e conceitos sobre a relação da linguagem com a realidade têm sido desenvolvidos, ressaltando em particular a questão da *referência*. A maior parte dessas premissas pressupõe ou visa uma relação de correspondência entre a palavra e as coisas e acredita, não só que os objetos são estáveis e dados *a priori* de um ponto de vista perceptual como também que eles têm propriedades intrínsecas e inerentes que são mantidas, mesmo quando o objeto evolui perceptualmente ao sofrer transformações materiais.

Consciente desse equívoco, Benveniste (1970, p. 84) defende que “*a referência é parte integrante da enunciação, sendo por ele concebida como um processo de apropriação individual da língua pelo locutor*”. Discurso e enunciação, na perspectiva funcionalista do trabalho de Benveniste, pertencem à língua, pensada em forma de funcionamento. Nessa perspectiva, só o discurso tem referência. A referência é então incluída no quadro do funcionamento dialógico da língua.

Nas concepções atuais, a referência (nomeação das coisas) não depende apenas da percepção, mas da interpretação e do desenvolvimento cognitivo e das experiências culturais. Não mais se questiona como os estados do mundo são representados. Indaga-se, então, como as atividades humanas cognitivas e linguísticas estruturam e dão um sentido ao mundo.

É nessa direção que se estrutura a concepção de referência nos estudos de Mondada e Du Bois (2003), Apothéloz (2003). Para esses estudiosos,

A referência pode ser revisitada por duas linhas de abordagem: uma concernente à categorização, graças às pesquisas psicológicas sobre os processos pelos quais os sistemas cognitivos dão estabilidade ao mundo, e outra, relacionada a uma perspectiva linguística interacionista e discursiva, que considera os processos de referenciação em termos de construção de objetos de discurso e de negociação de modelos públicos do mundo. (MONDADA e DU BOIS, 2003, 48).

De acordo com esta concepção, as categorias e os objetos pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso das atividades, transformando-se a partir dos contextos. Assim sendo, as categorias e objetos de discurso são marcados por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não verbais, nas negociações dentro da interação.

Nessa perspectiva, deve-se falar em *referenciação*, uma vez que se busca a relação entre o texto e a parte não-linguística da prática em que ele é produzido e interpretado (MONDADA e DU BOIS, 2003). Em outras palavras, significa questionar os padrões e a estabilização, levando-se em conta um sujeito real, sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Esse sujeito constrói o mundo no curso de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias manifestadas no discurso.

Essa perspectiva pauta-se em alguns princípios: i) As categorias utilizadas para descrever o mundo não são estáticas, ao contrário, elas mudam sincrônica e diacronicamente. ii) a instabilidade das categorias está relacionada às suas ocorrências. No seio das atividades discursivas, a instabilidade se manifesta em todos os níveis da organização linguística, indo das construções sintáticas às configurações de objetos de discurso. Esta instabilidade é observável, sobretudo, na produção oral, mas acontece também nos textos escritos. iii) As categorias ou as interpretações que os homens fazem do mundo são estabilizadas, tanto no nível psicológico quanto linguístico, mediante diferentes processos cognitivos. E entre os processos acionados cognitivamente para a estabilização dessas categorias estão a dêixis e a anáfora.

Nos estudos linguísticos, os fenômenos da dêixis e da anáfora têm suscitado controvérsias e discussões. Porém, a despeito de andarem sempre juntas e até apresentarem as mesmas características, esses conceitos desempenham funções bem distintas na linguagem, fazendo-se necessário explicitar aspectos que distinguem um fenômeno do outro.

A dêixis diz respeito às expressões linguísticas cuja interpretação tem como apoio parâmetros de lugar ou do momento da sua enunciação ou ainda da pessoa que as enuncia. São palavras, comumente, conhecidas como dêiticas.

Apothéloz refere-se à dêixis como:

[...] a localização e a identificação das pessoas, objetos, processos, eventos e atividades em relação ao contexto espaço-temporal acreditado e mantido pelo ato de enunciação, e a participação de um locutor único e de pelo menos um interlocutor. (APOTHÉLOZ, 2003, p. 67)

A categoria dos dêiticos compreende, portanto, os localizadores espaciais e temporais (aqui, ali, agora, ontem, amanhã) e os pronomes de primeira e de segunda pessoa. Em situações dêiticas, **mesmo** apresenta-se sempre junto a uma expressão de lugar ou de tempo, reforçando-a.

Costuma-se classificar a dêixis em:

i) *Pessoal* – diz respeito ao papel do participante no evento comunicativo.

(21) . *Eu mesmo eu num gosto de política.* Eu gosto não: e principalmente cum esse negócio de vota0. <Eu mesmo> num vou tira0 o meu título nunca p0a vota0. (Inf. 1 fem, p.17).

ii) *Espacial* – diz respeito à localização do participante no momento da fala.

(22) E* Já houve assim, outro caso de violência aqui no seu bairro?

I* Houve, aí na outra rua, mais aqui vizinho, aqui perto **mesmo** de casa que mataram {inint.} barraca muito violenta. (Inf, fem

iii) *Temporal* – diz respeito ao momento em que se acha o falante.

(23) E* Como era esse bairro quando a senhora chegou pra morar aqui? (fem 25,p.276)

I* Não, desdø que eu cheguei que é como hoje **mesmo**, com essas casaø que tem hoje. (Inf.25, fem ,p. 276)

A anáfora, por sua vez, tem sido tradicionalmente entendida como o processo de remissão a conteúdos já expressos no texto/discurso, estabelecendo uma relação entre os segmentos constitutivos da frase.

Para diferenciar a dêixis da anáfora, Apothéloz (2003) propõe conservar no conceito de *dêixis* o que lhe dá especificidade semiológica. Para que haja dêixis é necessário que o meio utilizado para identificar o referente relaciona-se ao lugar, ao tempo, ou a pessoa da situação de enunciação. O modo de referência dos dêiticos apóia-se num *referencial*, e não nos *significados*. A *anáfora* consiste em identificar objetos, pessoas, momentos, lugares e

ações por alguma referência a outros objetos, pessoas etc., anteriormente mencionados no discurso. Todavia, deve-se observar que alguns dêiticos costumam ser interpretados como anafóricos, por engano. Nem todas as expressões dêiticas (ou melhor, os falsos dêiticos: na véspera, no ano anterior, hoje em dia) são suscetíveis de um uso anafórico.

A primeira coisa que marca os estudos linguísticos em relação à anáfora é a ênfase que se dá à frase ou ao texto. Segundo Apothéloz (2003, p.53), “*as expressões anafóricas têm propriedades diferentes; elas são dependentes dos fatores contextuais e pragmáticos e não são controladas sintaticamente por seu antecedente*”.

Koch e Marcuschi (1998) concebem a anáfora (ou retomada anafórica) como uma estratégia de progressão discursiva especial e complexa, considerando a expressão retomada como uma espécie de remissão que estabelece o contínuo tópico. Assim, ampliam a noção de anáfora, levando em conta, também, as relações estabelecidas por nomes e outras categorias.

Halliday e Hasan (1976) tomam a referência como um processo de coesão textual que se distingue em três tipos:

- i) *a referência pessoal* (retoma a situação da fala, através dos pronomes pessoais e dos possessivos);
- ii) *referência demonstrativa* (retoma entidades mencionadas no discurso, localizando-as no espaço e no tempo através dos artigos, demonstrativos e advérbios de lugar e de tempo);
- iii) *referência comparativa* (retoma entidades promovendo uma comparação implícita entre elas, através dos identificadores assim, tal, como).

A referência, segundo Halliday e Hasan (1976), pode ser: endofórica, que se processa de duas formas no discurso: i) anáfora – retomada de conteúdos verbalizados no discurso anterior; ii) catáfora – retomada de conteúdos verbalizados no discurso posterior; e exofórica - faz remissão a conteúdos não verbalizados, mas presentes na situação discursiva (inferível).

Para Castilho (1991), o conceito de referência proposto por Halliday e Hasan envolve dois processos: a remissão propriamente dita, desempenhada pelas classes gramaticais referenciadas, e um processo de localização de entidades no eixo do espaço e do tempo (denominado dêitico pelos gregos e traduzido pelos romanos como *demonstratiuus* = mostrar), que parece distinto da simples retomada de conteúdos. Com o tempo, esse termo

sofre uma restrição de sentido, vinculando-se apenas a alguns pronomes de “3^a. pessoa”, do “próximo” e do “remoto” (dêiticos), que podem também ser anafóricos.

O item *mesmo* enquadra-se nesse conceito, uma vez que retoma porções de conteúdos já enunciados bem como reforça a localização espacial e/ou temporal de entidades no texto/discurso. Por exemplo, o enunciado “é isso *mesmo*” não só se refere a algo já expresso como reforça o que já foi dito. A próxima seção destaca esse duplo conteúdo do item.

3.4.3 NO CAMPO MOSTRATIVO DA LINGUAGEM

Karl Bühler fala que:

[...] toda língua possui um sistema de formas, destinadas a situar os elementos do mundo bio-social no quadro de um ato de comunicação e que funcionam no campo mostrativo da linguagem, em face do campo representativo ou simbólico. Essas formas, meramente indicativas, ou dêiticas em sentido amplo, são os pronomes. São indicados pela posição que ocupam no momento de uma mensagem linguística. (BÜHLER, 1934, *apud* CÂMARA JR, 1976, p. 89)

O papel dos demonstrativos é essencialmente dêítico, isto é, indicador do espaço, afirma Said Ali (s/d, 262). Cabe-lhe, entretanto, um segundo papel que ele chama de anafórico, o qual consiste numa referência ao mundo biossocial, mas ao que foi dito ou vai ser dito no contexto linguístico.

Comungando com ele, Camara Jr. (1976) clareia um pouco mais essa informação, destacando que, como pronomes anafóricos, os demonstrativos servem a um campo mostrativo centrado no falante. Os mostrativos funcionam não só para uma indicação no espaço em que se situam falante e ouvinte (função dêítica propriamente dita), mas também no âmbito do contexto linguístico, o que constitui sua função anafórica (gr.anaphorá “referência”).

Para Ilari & Geraldi

[...] os demonstrativos são expressões que permitem identificar pessoas, coisas, momentos e lugares a partir da situação de fala. A linguística moderna chama os demonstrativos de dêiticos, ou seja, “palavras que mostram”. Em outras palavras, os dêiticos realizam o fenômeno da dêixis (ato de mostrar)

que é um dos traços que distinguem a linguagem humana das linguagens artificiais. (ILARI e GERALDI 2003, p.66)

A intervenção de Biderman (2001, p. 322)²¹ sobre o assunto merece ser considerada, embora seus estudos centrem-se em outra área de conhecimentos linguísticos. Segundo ela, “*as palavras podem ser de conteúdo e instrumentais*”. Mas, entre estes conjuntos de palavras situam-se zonas lexicais mal definidas e de limites difusos. Nessas zonas, situam-se os dêiticos (pronomes demonstrativos, pessoais, pronomes adjetivos e advérbios), cuja função é mostrativa, portanto, não possuem conteúdo nocional. Como signos do campo mostrativo, são peças vitais que fazem funcionar a comunicação linguística. Assim, situam os seres e as coisas em relação ao espaço ou em relação ao tempo. Aí, estão incluídos os pronomes pessoais, os pronomes e adjetivos demonstrativos, alguns advérbios de lugar e de tempo.

Salum (1984) chama *demonstrativos* os dêiticos que indicam, com respeito às pessoas do discurso e à não-pessoa, a noção básica de relação espacial e subsidiárias, como a de tempo; ao valor dêítico, associam-se o anafórico e o catafórico. Ela situa, ainda, entre os demonstrativos, os indicadores de identidade e da ênfase (do tipo **mesmo**), que se prestam ao reforço da dêixis e à anáfora e que se relacionam, por origem, a formas incluídas no quadro do demonstrativo latino.

Enfim, segundo Castilho (1991, p. 121), os demonstrativos **mesmo**, *próprio*, *tal* e *semelhante* compartilham propriedades sintático-semânticas com os pronomes pessoais e com os artigos, ou seja, guardam a disposição no mesmo lugar sintagmático e apresentam um traço em comum: a foricidade. Em outras palavras, promovem a retomada de conteúdos e indicam a posição espacial, temporal ou textual ocupada pelo referente. São palavras definidas por seu papel fórico e dêítico na linguagem.

Pelo exposto, não resta dúvida que, no conteúdo semântico do item **mesmo**, participam duas matrizes conceituais (dêítica/ fórica), atestando a complexidade cognitiva subjacente ao item. Essa dupla base conceitual lhe permite um leque abrangente de possibilidades de uso: reforçar, identificar, designar, comparar, fazer referências ou retomadas de porções informativas no texto. A seção seguinte destaca mesmo e sua propriedade de reforço.

²¹Apesar de estruturalista, considero o pensamento desenvolvido por Biderman pertinente a essa questão, contribuindo, do ponto de vista interdisciplinar, para o avanço da pesquisa lingüística.

3.4.3.1 SUA VOCAÇÃO DE REFORÇO

Destaquei na seção 3.3 a posição de **mesmo**, como dêitico/fórico no quadro mostrativo da linguagem, com missão de situar o referente no espaço e no tempo. Nessa missão, cabe ao item *reforçar* mensagens e intenções.

Entretanto, o *reforço*, apesar de se constituir uma propriedade das línguas naturais e ser, ainda hoje, uma tendência marcante no português, ao que parece, não é uma preocupação dos estudos linguísticos. Poucos estudos discutem essa característica, provavelmente, pela escassez de fontes de referência, entre outros aspectos.

Segundo Ilari (1992), no Latim Vulgar era comum o hábito de reforçar a ideia de identidade por meio do sufixo *-met* mais o artigo indefinido *ipse*, propiciando o aparecimento de construções *egomet ipse* (eu próprio em pessoa) e *patremet ipse* (o próprio pai em pessoa).

Logo, porém, essas locuções são reanalisadas em *ego metipse*, *patre metipse* e as duas expressões de reforço são vistas como formando uma única palavra, o adjetivo *metipse* que, colocado no superlativo vira *metipsissimum* ou *metipsimum*. Esse é o antepassado do port. *mesmo*, esp. *mismo*, fr. *même*, e it. *medesimo*.

Salum (1981), nos estudos que desenvolve sobre o *reforço* na formação dos demonstrativos e dos indicadores de identidade e da ênfase nas línguas românicas, traz algumas informações a respeito do assunto, que, sem dúvida, contribuem na construção deste estudo. Ela comprova, através de dados históricos, que a intenção de *reforço* já é conhecida desde o latim clássico, integrando o sistema tríplice demonstrativo da língua. Esse sistema chega às línguas românicas através do latim vulgar, porém, já reduzido a um sistema bigradual.

Salum (1981) ressalta que na composição dos demonstrativos das formas latinas, já se manifesta a tendência para o *reforço* através de *idem* e *ipse*, que representam a junção de *is* com as partículas *dem* e *pse*. Observa ela que desde o latim, de duas maneiras se realiza o reforço: por partículas epidíticas (do lat. *ecce*) e por acumulação de demonstrativos com *ipse*. As partículas epidíticas encontram-se como reforço na formação dos demonstrativos tanto no sistema do latim literário como, posteriormente, no latim vulgar e nas línguas românicas.

Da mesma forma, nas línguas românicas, a indicação dos valores da identidade e da ênfase, representados em latim por *idem* e *ipse* concentram-se em *ipse*, a que se aglutinam elementos diversos. Na origem dos indicadores dessas duas noções, repete-se o mesmo processo da junção de partículas de reforço a formas latinas. Ou seja, ao processo de junção acrescentam-se dois outros processos: a acumulação de demonstrativos latinos com *ipse* e a combinação de formas do pronome pessoal.

Salum (1981, p. 90) explica que a partícula *met* consta de *metipse* e *metipsimu*, formas latinas de que procederam a maior parte dos indicadores de identidade e da ênfase, nas línguas românicas. Essa partícula (*met*) foi reforço do pronome pessoal; ao lado dela ou, em concorrência com ela, usou-se *ipse*. A soma dos dois tipos de reforço originou expressões como *egomet ipse*; em seguida, observa-se o deslocamento da partícula para *ipse*, formando *metipse*, ou *metipsimu*²².

De *metipse* provém *medes* (port. antigo)

De *metipsium* provém o. *meesmo* (port. ant) e o atual *mesmo*.

Finalizando, Salum (1981, p. 91) coloca que “o problema do reforço é apenas um dos aspectos de um tema mais amplo - a evolução dos demonstrativos e dos dêiticos, anafóricos e catafóricos a ele relacionados por origem”.

Vale a pena ainda acrescentar, respaldada em Neves (1981), que *Ipse* entra na formação de **mesmo** usado junto de substantivos, de pronomes pessoais e demonstrativos, como reforço de identificação. O papel desse pronome *ipse* era identificar ou pôr em evidência a pessoa designada pelo pronome pessoal. Aparece acompanhando os pronomes pessoais ou substantivos. Semanticamente, ele equivale a “pessoalmente” ou “sozinho”, “por si”.

No português atual, o item **mesmo**, além de continuar exercendo suas funções habituais de reforço, amplia essa possibilidade para outros contextos de uso.

3.4.3.2 SUA VOCAÇÃO ANAFÓRICA

²²De *Metpsimu* deu origem ao port. ant. *medesmo* > *meesmo* > *mesmo*. (SALUM, 1981, p. 90)

O item **mesmo** em destaque desenvolve outras funções, integrando o complexo sistema de meios referenciais da língua como instrumento de coesão textual e de coerência conceitual.

Como anafórico, uma das suas propriedades é fazer referência dentro do texto. Assim, além de servir para retomar porções de sentido (anáfora), pode também antecipar porções de sentido (catáfora), fazendo progredir o texto. O item **mesmo** em pauta desenvolve essa operação quando usado como substantivo (nome) na frase. Sua natureza anafórica facilita essa operação, tendo o privilégio de resumir e recuperar proposições inteiras, evitando a repetição de informações.

Nos estudos linguísticos sobre a referência, esse fenômeno é entendido como *nomeação*.

A nomeação é interpretada por Apothéloz & Chanet como:

[..] a operação discursiva que consiste em referir-se, por meio de um sintagma nominal, a um processo ou estado que foi anteriormente expresso por uma proposição. As nomeações podem ser operadas por um pronome demonstrativo. A principal característica das nomeações reside no fato de elas darem um estatuto de referente, ou de objeto de discurso, a um conjunto de informações que antes não tinham esse estatuto discursivo. Na medida em que se trata das mesmas informações, as nomeações se parecem com a correferência; mas delas se distinguem pelo fato de que seu objeto não foi previamente estabelecido nem individuado por meio de uma expressão referencial. (APOTHÉLOZ e CHANET 2003, p. 132-134)

Um aspecto reconhecido das nomeações anafóricas é seu caráter resumidor. Mas deve-se considerar como *nomeações* apenas os casos em que o anafórico designa não uma enunciação única, mas uma sequência mais ou menos longa de enunciações. A atualização discursiva de **mesmo** como substantivo tem conotações estilísticas, afetiva, e também, de gosto popular, porém, do ponto de vista funcional, pode ser interpretada como um fenômeno de mudança linguística por gramaticalização. Na linguística funcional esse fenômeno tem sido discutido sobre o prisma da reanálise.

Segundo Gonçalves et al,

a reanálise permite a criação de novas formas gramaticais no eixo sintagmático, à medida que, gradualmente, alternam-se as fronteiras de constituintes em uma expressão, levando uma forma a ser reanalisada como pertencente a uma categoria diferente da original. (GONÇALVES et al 2007, p.50)

Um dos principais tipos de reanálise presentes na gramaticalização é a eliminação de fronteiras entre duas ou mais formas morfológicas no processo de desenvolvimento de novas regras gramaticais. Deve-se atentar, porém, que a reanálise é diferente da gramaticalização, pois, nem sempre, ao se instanciar a reanálise, uma categoria lexical muda para gramatical ou amplia uma condição gramatical preexistente.

Como anafórico, uma das suas particularidades é estabelecer comparações dentro do texto. Na próxima seção, trato desse assunto, destacando, inclusive, sua força argumentativa no discurso.

3.4.4 SUA DIMENSÃO COMPARATIVA E ARGUMENTATIVA NA LÍNGUA

No núcleo semântico referencial do item **mesmo** duas dimensões funcionais de uso destacam-se: a de comparação e a de argumentação. Entretanto, essas possibilidades do item ficam subjacentes em suas funções referenciais, dando-se a elas pouco destaque nos estudos sobre o item. Nesta seção, em particular, saliento essas categorias por serem manifestações recorrentes veiculadas pelo item, principalmente, na oralidade.

Entende-se aqui a *comparação* e a *argumentação*, assim como o *reforço* e a *referência* propriedades constitutivas das línguas naturais.

Ducrot, no prefácio do livro “Intervalo Semântico” de Vogt (1977), diz o seguinte:

[...] tudo na língua é comparação ou pelo menos, muita coisa – muito mais do que se pensa habitualmente. Em especial estas partículas que voltam sem cessar no discurso (mas, também, **mesmo**, ainda...), e que a linguística tradicional considera com um certo desprezo – ainda que, sem elas, o discurso perca toda organização, toda coerência e toda a vida, e reduza a uma sucessão de exemplos gramaticais. Essas partículas, desde que se experimente descrevê-las um pouco minuciosamente, revelam-se como comparações implícitas. Mesmo que estabeleçam uma concessão, um excesso, uma compensação terminam sempre por confrontar dois dados, por colocá-los na balança. Empregar essas palavras já é colocar-se fora das coisas que se diz, no seu intervalo. (DUCROT, 1977, p. 14)

De fato, o item **mesmo** não se constitui um termo comparativo nos moldes da gramática tradicional. Todavia, ninguém tem dúvida que ele produz um efeito comparativo nos discursos, ressaltando a “igualdade” de diversas formas.

As relações comparativas são tradicionalmente veiculadas por expressões como: igual, tão (tanto) quanto, mais (ou menos) do que, como etc. Na ocorrência (24) o uso de **mesmo** desenvolve a mesma intenção, avaliando e comparando o comportamento entre pessoas.

(24) E agora como é seu dia-a-dia no trabalho?

I* Ah, legal, né? todos gostam de mim, eu sei me conter com as pessoas, *meu relacionamento com as pessoas sempre foi e sempre será o mesmo*. (Inf. 24, fem, p. 266).

Azeredo (2001) mostra alguns processos de estabelecer a relação comparativa de igualdade ou desigualdade no português, ressaltando a dependência das informações envolvidas nessa relação.

Segundo Azeredo (2001), as construções comparativas são oriundas de estruturas relativas (Ex. A pele dela é mais branca *do que* a neve). A locução do ‘do que’ é resultado da sequência de: ‘de’ (preposição) “o” (pronome pessoal neutro) e ‘que’ (pronome relativo). Este tem como antecedente o pronome e desempenha na oração que introduz o papel de um modificador de conteúdo quantitativo. Esta função fica ainda mais evidente nas construções com ‘quanto’ como se observa no exemplo:

(25) Ela tem a pele tão branca quanto a neve.

As relações comparativas, geralmente, são anafóricas. No contexto comparativo, a interpretação semântica do segundo termo da comparação depende das informações explícitas no primeiro. O segundo termo da comparação tanto pode ser uma oração plena, uma oração elíptica ou um sintagma nominal. Em termos funcionais, o segundo termo da comparação pode ser um modificador subordinado ao SV da primeira oração, seja ele constituído por um SN, uma oração plena ou ainda uma oração elíptica. (AZEREDO, 2001)

No entanto, essa não é a única forma de se entender e explicar a *comparação*. Do ponto de vista da Teoria da Argumentação de Língua, a comparação pode ser compreendida, também, como um recurso argumentativo. Em seus estudos sobre a comparação, Vogt (1977) observou que o uso de **mesmo** pode ser tratado de um ponto de vista argumentativo, uma vez que traz para o interior do enunciado a marca de uma apreciação do falante. Isso é perceptível na ocorrência (26) a seguir:

(26)...Ele disse *que não sou mais o mesmo que ele conheceu* (Inf 29, masc. p.314)

Do ponto de vista funcional, o item **mesmo** nessa ocorrência estabelece uma comparação no enunciado. Porém, o item, nessa construção, deixa em suspenso uma informação. Subentende-se que o uso do item, na ocorrência (26), desenvolve também uma suposição, sugerindo que João foi uma pessoa melhor (ou pior). É nesse sentido que se diz que **mesmo** é um item anafórico ou catafórico argumentativo (VOGT, 1977).

Para os estudiosos da Semântica Argumentativa, certos elementos linguísticos como **mesmo**, por exemplo, opera um valor argumentativo nos enunciados, pelo menos do ponto de vista virtual. Considero importante destacar essa perspectiva de estudo no âmbito da linguística, particularmente, no estudo do item **mesmo**.

Guimarães (1995, 49-52) destaca alguns aspectos relacionados à essa perspectiva: i) a argumentação é vista como uma forma de produzir sentidos na linguagem, sendo, por conseguinte, considerada de caráter linguístico. ii) a argumentação não é uma relação da linguagem com o mundo, mas uma relação que orienta de um sentido para o outro que se interpreta, então, como uma conclusão, numa enunciação particular. iii) a argumentação permite pensar a textualidade e a relação entre língua, discurso e enunciação.

A Teoria da Argumentação postula que, nos sentidos dos enunciados, os valores argumentativos são fundamentais e defendem que a argumentatividade está na língua. (Ducrot & Anscombre, 1983).

Espíndola (2004) explicita que:

A teoria da argumentação na língua postula que algumas relações argumentativas não fazem parte do valor semântico fundamental do enunciado, mas devem ser consideradas elas mesmas como fundamentais, como linguísticas no sentido pleno, uma vez que estão presentes na língua desde os níveis básicos. Tais valores são fundamentais na significação... Há presentes, nos sentidos dos enunciados, alguns valores semânticos que não podem ser nem deduzidos, nem mesmo derivados, de valores informativos mais fundamentais. Tais valores, considerados argumentativos, passam a ser considerados fundamentais na significação; enquanto os valores informativos deixam de ser fundamentais e passam a ser derivados daquele. (ESPÍNDOLA, 2004, p. 18)

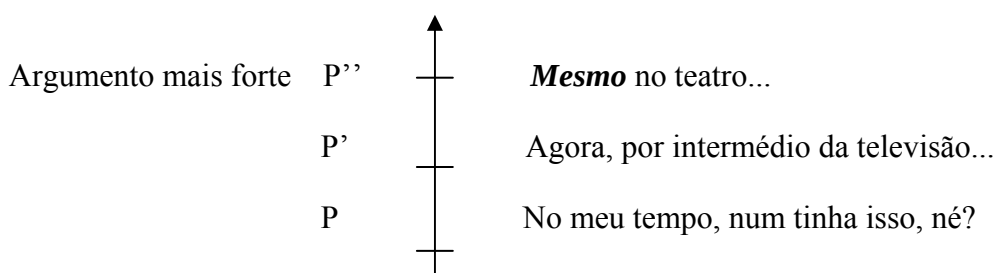
As relações argumentativas não são absolutas. Os enunciados contem valores argumentativos e entre esses existe uma hierarquia que aponta numa direção dada. Em outras palavras, um argumento não é prova para algo, mas uma razão que é dada ao interlocutor para aceitar uma conclusão. O ato de argumentar resulta da concatenação de segmentos do discurso: um constituindo o argumento e o outro, a conclusão. Para demonstrar esse aspecto, Ducrot (1983) desenvolveu um raciocínio escalar dos argumentos, adotando para isso as

expressões *mesmo*, (*até* e *até mesmo*). Há entre os argumentos uma relação de maior ou menor força para uma certa conclusão. Segundo Vogt (1977), em uma estrutura comparativa em que **mesmo** é atuante deve-se tentar descrevê-lo, levando-se em conta esta disponibilidade argumentativa. Tento explicar esse postulado através do exemplo a seguir:

(27) I* Não. Como era que eu podia? Agora, por intermédio de televisão é que a gente vê mais o povo, conhece. Mais, no meu tempo num tinha isso, né? **Mesmo** no teatro mesmo, assim, eu gostava muito de teatro. (Inf, mas, p. 253)

Embora possa ser interpretado com valor de inclusão, na ocorrência (27), o uso de **mesmo** sugere uma gradação de fatos, principalmente, se a ele se antepõe a expressão até (*até mesmo* no teatro). Nesse enunciado, a presença de **mesmo**, além de está indicando que outras instituições religiosas já tinham esse comportamento, destaca esse fato como algo novo, estranho. Numa escala imaginária, o argumento introduzido por **mesmo** assume um caráter conclusivo e mais importante dentre outras possibilidades argumentativas, constituindo-se o argumento mais forte da escala. Isso indica que a presença de **mesmo** (ou *até mesmo*) na construção ressalta que a relação de argumentação está marcada na língua.

Uma classe argumentativa é formada por enunciados que levam a uma mesma conclusão. Na concepção de Ducrot (1988), uma escala argumentativa deve ser ordenada pela força menor ou maior dos enunciados. Ou seja, se p e p' são argumentos para uma conclusão r, p' é sempre mais forte que p:



Os enunciados para constituir uma escala argumentativa devem trazer, sobretudo, a marca da língua. Ducrot (1988) demonstrou que **mesmo** (*até*, e *até mesmo*) estabelecem uma ordem argumentativa em função das intenções do discurso entre os enunciados p e p', funcionando como um *operador argumentativo*. Segundo Guimarães (1995), deve-se observar que a escalaridade envolve relações de natureza comparativa, mesmo não se tratando de uma construção comparativa, o item **mesmo** pressupõe a comparação.

Finalizo esse quadro descritivo do item, relembrando suas diferentes funções na língua portuguesa.

3.4.5 MESMO E SUAS FUNÇÕES NO PORTUGUÊS ATUAL

Revelada a natureza multi-conceitual que envolve o item **mesmo** e o seu papel na estrutura discursiva, retorno aqui a uma questão crucial sobre o item em pauta: suas multi-funções na língua. A princípio, parece uma questão deslocada no eixo da discussão aqui estabelecida, porém, se isso ocorre, é porque existe um propósito nesta orientação: entender os diversos usos de **mesmo** na estrutura linguística requer conhecer alguns aspectos de sua constituição original e como os estudos linguísticos têm explicado cada uma dessas facções.

O conceito de *função* aqui adotado diz respeito ao papel que a forma linguística desempenha no ato comunicativo. O conceito de função em Givón (1979) explica a estrutura sintática por meio de princípios comunicativos e cognitivos. É nesse contexto teórico que se deve explicar a funcionalidade de **mesmo** no português atual.

Para a linguística funcional, as classes de palavras não podem ser concebidas como instituições fechadas nas quais cada forma vai se acomodar. Não é assim que funciona a língua. No sistema, os signos linguísticos assumem propriedades combinatórias, permitindo aos falantes estabelecer arranjos infinitos com um número finito de palavras, criando novas opções de uso para os elementos linguísticos já existentes, sem ampliar o domínio lexical da língua.

No português atual, o item linguístico **mesmo** desempenha funções, provavelmente, não usadas em momentos anteriores da língua. Essas novas funções agregam-se ao seu valor demonstrativo, fazendo com que o item apresente-se hoje com sua configuração gramatical ampliada. Assim sendo, ele tem uma ação multifuncional no interior da frase (sintagma), figurando não só como palavra dêitica/fórica (desempenhando funções de pronome, adjetivo ou substantivo) como modificadora de circunstância (função de advérbio) ou, até mesmo, como palavra relacional, (função de conjunção).

Exemplos colhidos do *corpus* 1 mostram muito bem essa variedade:

(28) Pronome

Não, quero não. Quero não porque acho que se eu for pra uma escola noturna eu vou esquentar muito a minha cabeça. *Tá bom. Fica **assim mesmo**.* Eu sabendo assinar meu nome tá bom demais. (Inf 1, masc.)

(29) Advérbio

Ói, num tem um dia que a gente num brigue, que a gente num diga assim: “- Ói, hoje é dia da gente arenga”. *Oxe, **pio** que é **mesmo**.* Pronto, eu saí de lá ele tava lá {inint}. Ele num sabe que eu tô aqui. Aí quando ele chega ele vai pergunta p0a onde eu fui. Vai pergunta (Inf.1, fem p,6)

(30) Pronome

E* O senhor acha que o horário dos filmes devia ser censurado?

I* Bem, dependendo do filme, tem filme que passa aqui de seis, oito horas assim, né? Que é pesado pra criança, mas as novela também é pior, tem delas que é pior do que filme....*então quem faz a censura é a pessoa **mesmo**, né?* A criança o se o pai quiser ele retira da sala, e se num quer deixa ele ver e você é quem vai saber. (Inf. masc. 253)

(31) Adjetivo

I* *Não. Não. Tem uma amiga minha lá, que ela trabalha na **mesma** sala.* Ela ela:: ela tá terminando Psicologia. Quer dizer, ela parou, né? Aí, eu discuto muito cum ela mais::, só coisa de religião, sabe? (Inf. mas., p. 253).

(32) Substantivo

I* Eu nem sei no momento. Que num tem, eu num tenho, eu num tem [exi-], é, eu num sou - eu num tenho é, olho grande com nada não. Eu sei, sou, sou uma pessoa simples e se eu tivesse muito [dinhe-] um dinheiro assim muito grande eu era o **mesmo** (Inf. masc. 16. p. 170)

Apesar de distintas sintaticamente, essas funções não são independentes uma vez que uma decorre da outra do ponto de vista evolutivo. Em outras palavras, em cada uma das novas funções do item **mesmo** encontram-se elementos residuais das anteriores, fazendo com que esses diversos usos sejam permeados entre si e, dessa forma, conectados ao núcleo.

Graficamente, as diversas funções do item **mesmo** podem ser representadas através do diagrama:



As diversas funções do item mostram que as categorias não são discretas. Elas flutuam entre as diversas possibilidades categoriais do sistema. A flutuação categorial dos itens linguísticos não é um fenômeno ocasional; na verdade, trata-se de um recurso produtivo para o sistema, que se amplia a partir das formas já existentes. Isso revela o aspecto não-estático das formas linguísticas.

Do ponto de vista funcional, as possibilidades de uso do item *mesmo* no português de hoje estão relacionadas às suas propriedades básicas constitutivas: reforço, anafórica ou referencial e também às suas dimensões comparativa e argumentativa.

Na construção desse capítulo, abordo, sobre diferentes ângulos, os muitos aspectos relacionados ao item. As diferentes perspectivas de estudos mostram a densidade de conceitos que estão subjacentes a ele na sua manifestação concreta. Minha intenção foi oferecer uma visão abrangente do fenômeno estudado, visando esclarecer à análise e à descrição dos dados emanados dos *corpora*. Espero ter alcançado esse objetivo.

Finalizada essa parte teórica, continuo o estudo, averiguando em diferentes contextos reais de produção, o comportamento do item *mesmo*.

Capítulo 4

O ITEM *MESMO*: A VERDADE VEM DOS DADOS

4. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, analiso os dados do presente e do passado. Busco, em diferentes contextos históricos, situações de uso da expressão *mesmo*, objetivando verificar em que nível os princípios funcionalistas (gramaticalização, iconicidade e unidirecionalidade) operam quando aplicados ao uso da língua. Em outras palavras, que explicações eles propiciam aos dados emanados dos *corpora* selecionados para compor esta pesquisa.

A natureza pancrônica do estudo determina sua efetivação em três etapas:

Na primeira, examino os dados relacionados à sincronia atual do português (*corpus* 1), na seguinte ordem: levantamento das ocorrências, estabelecimento das categorias analíticas, distribuição da frequência das ocorrências por categorias e, por fim, descrição e discussão dos dados.

Na segunda, faço um retorno no tempo, investigando a amostra constituinte do *corpus* 2, observando a mesma sequência anterior.

Na sequência do estudo, correlaciono os respectivos resultados, ressaltando os fenômenos ocorridos com o item no intervalo do tempo que distancia um *corpus* do outro, destacando as inovações e os fatores contribuintes desses processos. O confronto desses períodos permite identificar e compreender os processos de mudanças por gramaticalização ocorridos com o item no território brasileiro e os fatores condicionantes.

Essa orientação metodológica pareceu-me a forma didaticamente correta de abordagem das diferentes sincronias constantes do estudo, permitindo, em primeiro plano, a compreensão do fenômeno estudado no estágio atual da língua para, em seguida, olhar o passado, buscando aí explicações para os fenômenos detectados no presente, como postulam os princípios funcionalistas.

4.1 CORPUS 1 - AS ENTREVISTAS DO VALPB

O *corpus* do VALPB compreende uma amostra da fala gravada de informantes da comunidade de João Pessoa, constituindo-se um suporte fundamental para o conhecimento da realidade linguística paraibana e fonte inestimável de ocorrências do item em foco no português atual. Com já explicitado, o seu universo está constituído originalmente de sessenta entrevistas, entretanto, considerando a repetição dos dados e buscando resguardar a proporcionalidade quantitativa dos *corpora* que integram este estudo, para esta pesquisa em particular, optei fazer um recorte, ficando a amostra (de agora em diante denominado *corpus* 1) constituída de 20 entrevistas. Além disso, considerei importante reduzir o número de informantes no que diz respeito à variável faixa etária e escolarização, ficando o *corpus* 1 assim estratificado:

1) Sexo:

Masculino → 10 informantes

Feminino → 10 informantes

2) Faixa Etária:

15 a 25 anos → 10 informantes

Mais de 50 anos → 10 informantes

3) Escolarização:

Nenhum → 5 informantes

1 a 4 anos → 5 informantes

9 a 11 anos → 5 informantes

Mais de onze anos → 5 informantes.

Considerando que os três segmentos sociais, juntos ou separadamente, influenciam na inovação das formas linguísticas alterando-as, significativamente, tanto no aspecto sintático, quanto semântico-discursivo, pretendo verificar em que nível essas variáveis atuam no

comportamento do item **mesmo**, aqui em pauta, Para melhor orientar o estudo, parto das seguintes hipóteses:

- i) Quanto ao sexo, acredito que o comportamento espontâneo e comunicativo da mulher favorece a recorrência do item no contexto sócio-familiar.
- ii) Quanto à faixa etária, parto do pressuposto que a linguagem particular e desinibida dos jovens tende também a influenciar a frequência de uso do item no discurso.
- iii) Quanto à escolaridade, imagino que a pouca instrução e a carência vocabular favorece o uso de uma linguagem simples e informal e a recorrência ativa do item no discurso dos informantes.

4.1.1 OCORRÊNCIAS: CATEGORIZAÇÃO

A leitura preliminar das entrevistas evidenciou de imediato uma grande dificuldade na distinção e quantificação das ocorrências com o item **mesmo**. As fronteiras semânticas entre elas nos textos dos informantes são quase imperceptíveis, sobrepondo-se umas as outras numa espécie de cadeia. A falta de clareza dos limites significativos do item em foco pode determinar interpretações equivocadas, comprometendo sua distinção e classificação.

A fim de minimizar a imprecisão na interpretação das ocorrências analisadas e assegurar a confiabilidade na sua quantificação, considere importante iniciar a pesquisa caracterizando as diferentes manifestações do item **mesmo** e agrupando-as em (sub)categorias pelo conjunto de traços prototípicos apresentados.

Para isso, além do contexto linguístico, observei os aspectos semântico-pragmáticos subjacentes às ocorrências, tomando como base as propostas linguísticas que relacionam o discurso (uso) à gramática, ou melhor, que admitem uma motivação pragmática no uso das formas linguísticas. Pautei-me também na concepção funcionalista que considera a categorização das formas linguísticas em termos de um *continuum* (i) em que o significado de uma participa do significado da outra e (ii) em que algumas manifestações partilham traços

associados tipicamente ao item enquanto outros quase não partilham propriedades. (TAYLOR, 1995).

Levei, também, em consideração os estudos gramaticais, reportando-me a eles sempre que necessário, adotando, entretanto, uma postura reflexiva e articuladora entre os diferentes níveis de análise (morfo sintático e semântico) propostos no pensamento gramatical e os diversos conhecimentos linguísticos.

Por fim, embora meu interesse particular centre-se nas respostas dos informantes, recorro, com frequência, às perguntas do entrevistador uma vez que o sentido do item *mesmo*, em particular, se constrói e se completa nas entrelinhas através da interação. Portanto, a categorização proposta neste trabalho fundamenta-se na concepção de que manifestações de uma forma linguística apresentam diferentes graus de saliência, em que umas são exemplares da configuração prototípica (primários) e outros são desdobramentos funcionais secundários.

Contudo, devo esclarecer que, apesar de todos esses cuidados, a proximidade conceptual entre uma ocorrência e outra, sem dúvida, permite divergências de pontos de vista, levando, em consequência, a outras leituras.

Assim sendo, além de resumida, a categorização proposta tem aplicabilidade circunscrita ao âmbito desta pesquisa, visando não só orientar o estudo como evitar a interpretação equivocada das ocorrências do item neste trabalho. No decorrer da análise, informações adicionais complementam a caracterização de cada categoria.

As diferentes ocorrências encontradas na amostra foram agrupadas e distribuídas em sete categorias analíticas: “*reforço enfático*” ou “*reflexivo*”, “*reforço contextual*”, “*referência adnominal*”, “*referência nominal*”, “*circunstância*”, “*inclusão*” e “*oposição*”. A depender do contexto morfo sintático e semântico, determinados usos do item podem oscilar entre uma categoria e outra e, no âmbito de uma mesma categoria, entre um nível e outro. Descrevo cada uma delas a seguir.

- **Reforço enfático**

Classificado morfologicamente como pronome demonstrativo pelas suas características dêiticas/fóricas, o item *mesmo* nessa categoria, reafirma a(s) pessoa(s) do discurso, chamando a atenção para elas no texto ou indicando aquele que se representa

verdadeiramente *em pessoa*. Geralmente, emprega-se junto a um pronome pessoal ou junto a um substantivo, sempre que a intenção for enfatizar as pessoas do discurso. Nesses contextos, o referido item costuma concordar em gênero e número com a palavra com quem se relaciona como mostram os exemplos a seguir:

(33) Claro que a solidão, num significa que você tá (gaguejo) pensa que muitas vezes você está acompanhada, e esta só. A a solidão é algo estrutural. *É uma coisa que : : de você para com você mesma, tá?* E isso num é bom. E isso desmotiva a pessoa. A gente perde um pouco o prazeø. Então, isso incomoda. O que não dá satisfação incomoda, né? (Inf 29, fem, p. 328).

(34) I* Eu não, Deus me livøe! *Eu num posso nem comigo mesmo eu vou teø filho!* Tinha um homem que andava atráyø de mim, sabe? Disse que queria casaø comigo, que a gente ia teø muito fí, pøa famía seø grande, mas eu eu quero nada! (Inf. 2, fem. p.26).

- **Reforço contextual**

Igualmente aqui, o item **mesmo** apresenta-se reforçando a intenção do falante, quando, por motivo de clareza, se deseja precisar a situação espacial/temporal das pessoas/coisas a que se faz referência, indicando *certeza, confirmação, consentimento*. Na oralidade, é possível se acompanhar esse uso com um gesto indicador, acentuando-se, assim, o traço dêitico/fórico que lhe é peculiar. Tem ação restrita, ocorrendo sempre junto a um demonstrativo (esse, este, isso, etc.) ou de expressões que denotem espaço/ tempo, distinguindo-se assim da categoria de circunstância. Nesses contextos, **mesmo** comporta-se como uma palavra invariável, como evidenciam as ocorrências:

(35) Tantas informações que aí as pessoas num tem num tem capacidade de agiø como deveriam agiø. Eu acho que isso né nem... eu acho que *as pessoas tão um pouco é... inseguras com isso sei lá, querem querem passaø por isso mesmo*, eu acho que elas querem passaø por isso, porque informação tem, porque elas não agem do jeito que deveriam agiø, eu acho que é falta de de consciência entre as pessoas.(Inf. 9, fem., p. 94).

(36) Compraru da minha irmã, compraru da: da cunhada do meu irmão:, eles ajudam muito agora quando é p0a da0 pouco, da0 pouco, agora quando num dá p0a da0 muito, eles num dão não. *Pronto, que nem dia das mãe0 mesmo:*, foi hoje, aí sexta-feira teve a festa. Num teve muita coisa, num vou dize0 que não teve, mais achei boa a festinha que teve (Inf.1, fem, p. 14).

(37) E* Você sofreu com sofreu com a separação de seus pais?

I* Não, porque eu era muito pequena quando eles se separaram. Ele vem aqui, mas num é como deve sê0, né? de jeito nenhum, que faz tempo que se separam, *mas tô indo assim mesmo*. (Inf.7, fem p. 74)

- **Referência adnominal ou atributiva**

Nessa categoria, o item **mesmo**, antepondo-se ao nome, tem valor gramatical de adjetivo na frase, atribuindo qualidades ou características ao substantivo a que se refere, concordando com ele, em gênero e número. Preserva sua vocação dêitica/fórica, tanto sintática quanto semanticamente. Assim sendo, tanto faz referência e identifica pessoas, coisas ou fatos, anaforicamente, como pode adotar um conteúdo semântico comparativo no discurso, sugerindo igualdade entre duas situações ou pessoas (o que é exatamente igual a outro). Pode, também, indicar simultaneidade temporal e espacial ou repetição de fatos. As ocorrências a seguir servem de exemplos:

(38) E* Como você vê a emancipação feminina?

F* Você tocou num problema muito sério. É bom: que haja essa emancipação. A questão me faz lembrar a questão da reforma agrária. *Olhe, a reforma agrária num é pegar e e que num tem terra e (hes) entregar, e ele é patrão vai fazer a mesma coisa:, tá intendendo?* Bem, eu agora num tenho terra: bem, num tenho nada de bens materiais. *Então, vou lutar por uma terra, conseguir. Aí eu vou cometer as mesmas injustiça sendo proprietário.* Então, a questão que você- num é questão de emancipação. (Inf 29, fem, p. 325).

- **Referência nominal**

O item **mesmo** pode apresentar-se, também, com uma função substantiva precedido de artigo (**o mesmo**), constituindo o núcleo da estrutura sintagmática como sujeito ou objeto, com o qual concorda em gênero e número. Como no caso anterior, estabelece uma relação anafórica no texto, identificando e fazendo referências a situações, palavras ou pessoas já explicitadas, ressaltando semelhanças ou igual identidade como mostram as ocorrências:

(39) E* Conhece alguém que fala diferente do senhor?

I* Ah! Bom, conhecer por exemplo com o português, realmente é, quando eu tive no Rio de Janeiro ele falava completamente diferente da gente, e muito embora ele entendia o que a gente dizia mais se ele falasse bem devagarzinho a gente tava vendo que o português é o mesmo. A diferença de um português de Portugal pra nós brasileiro que falamos a mesma língua, é que o jeito do português falar: “Maria”; Maria, como nós falamos lento, cantando, esse falar nosso paraibano (Inf. 3, masc, p. 26).

- **Circunstância**

Nessa categoria, o item **mesmo** comporta-se morfologicamente como um advérbio, assumindo as singularidades dessa classe, permanecendo invariável no discurso. Como tal, apresenta-se modificando um verbo, um adjetivo ou o próprio advérbio, etc. significando *realmente, de fato, verdade* intensificando a intenção do falante. Destaco, a seguir, alguns exemplos ilustrativos:

(40) Infelizmente a gente tem de dizer isso né, que é a realidade **mesmo**. E agora o Congresso tá tendo a oportunidade de mostrar que o regime é democrático **mesmo**. (Inf. 29, masc. p. 312)

(41) E* Dos lugares que o senhor já foi qual o senhor mais gostou?

I* *Eu só num gosto **mesmo** é Rio e São Paulo, mais o resto conheço.* Brasília, bom, Minas, Belo Horizonte é bom, Fortaleza, sabe? Rio Grande do Norte (Inf. 27 Masc, p. 295)

- **Inclusão**

Sintaticamente, mostra afinidade com os advérbios denotando *inclusão* com a intenção de destacar uma determinada informação no texto. Nessa categoria, o item **mesmo** apresenta-se como vocábulo cujo valor vai além das relações sintático-semânticas contidas na oração (valor textual). Pode sugerir noção de limite (*até, também*), como mostram os enunciados:

(42) E é pedindo auxílio pra dar a esse povo e esses auxílio num vai resolver nada. Eu creio que isso não vai resolver nada. O que eu (gag.) eu acharia:: que isso aí o que ia resolver:: era que se fizesse um colégio, botasse esses menino pra trabalhar, pra estudar: **mesmo** *aqueles que tem boa vontade, que num tem chance, mais eles vão aprender uma arte, como eu aprendi* (Inf. 23, fem, p. 253).

(43) **Mesmo** *dentro do do pensamento liberal ou neo-liberal, como agora estão falando, eu considero que num existe ensino, num existe educação.* Existe uma improvisação. Todas as medidas são superficiais, então não (Inf. 29,fem. p.323).

- **Oposição**²³

O item **mesmo** é, também, empregado como elemento dando a ideia de “oposição”, estabelecendo uma relação concessiva dentro do enunciado. Como conjunção subordinada

²³ Segundo Garcia (2000, p. 50) a ideia de oposição ou contraste tanto pode ser expressa por uma coordenada adversativa (através de “mas” ou equivalente) quanto por uma subordinada concessiva (através de “embora” ou equivalente). Porém a opção pela subordinação dá mais destaque à oração de que ela depende.

apresenta-se introduzindo uma oração reduzida de gerúndio ou unido a **que** e **assim**, formando as expressões **mesmo que** e **mesmo assim**, equivalendo semanticamente a *apesar de, embora ou ainda que*.

(44) Ele era um menino bom. Pøa arrumaø um emprego bom, ser dôtôø, studiaø pøa seø dôtôø. Mas a gente, também nunca mais a gente teve notícia dele. Eu acho que agora ganhaø dinheiro, ele vai se lembraø de pobøe? **Mesmo sendo da família?** Lembra nada! É aí fayz falta, mayø a gente acaba esquecenø, né (Inf. 23, fem, 253).

(45)E* Você acha que a televisão, é, deveria ter uma censura mais rigorosa?

I* Deveria teø uma censura mais rigorosa, porque: *principalmente mesmo que passe em horário mais tarde, né?* Deveria teø uma censura porque: eu acho que é falta de respeito passaø tudo que deve ser filmado eu acho uma falta de respeito pøa sociedade. (Inf.9, fem. p.92).

(46) Acabou. Foi logo assim. Aí, depois que eu fui começar a [bio], assim::, observando ela, o jeito, que ela num era:: aquilo que eu pensei, sabe? *Mais, mesmo assim eu quero muito bem a ela. Sou louco por ela* (risos). (Inf.23, masc. p. 244).

Esclarecidos os contornos de usos das categorias de análise, prossigo o estudo com o levantamento quantitativo dos dados.

4.1.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1.2.1 AS CATEGORIAS: FREQUÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

Nesta seção, busco, ancorando-me na frequência, assegurar uma visão real sobre os diversos usos do item linguístico **mesmo** na fala atual de João Pessoa, pontuando rotinas e tendências inovadoras que foram se acoplando ao referido item no percurso do seu desenvolvimento no português do Brasil.

A análise *quantitativa* de abordagem dos fatos linguísticos apresenta-se indispensável em um estudo dessa natureza, na medida em que tem a função de dar sustentação empírica e explicativa às afirmações que emergirem dos dados sobre o comportamento sintático-semântico do item **mesmo** no português atual.

Segundo Bybee & Hopper (2001), o estudo da língua deve dar conta dos contextos reais de produção (condições discursivas) em que se operam as regularidades, devendo-se considerar, também, o número de ocorrências, observando se elas fazem parte das estratégias discursivas dos usuários da língua e como elas se estabelecem na estrutura ao longo do tempo, investigando e explicando seu uso e evolução.

Na amostra analisada, foram encontradas 611 ocorrências do item no total das vinte entrevistas componentes do *corpus* 1. A tabela 1, a seguir, mostra o percentual de uso do item por categoria:

Tabela 1. As categorias funcionais x frequência de uso				
Categorias analíticas	Intenção	Sentido	Frequência	%
1.Reforço enfático	Enfatizar	Em pessoa/próprio	75	12.27
2.Reforço contextual	Reforçar/ situar tempo/espço/	A(com)firmar Dar certeza	183	29.95
3.Referência adnominal/ atributiva	Identificar/ fazer referência/ comparar	Semelhante idêntico, igual,	93	15.22
4.Referência nominal	Identificar/ fazer referência/ comparar	Igual, idêntico	13	2.13
5. Circunstância	Intensificar fatos/ ações	Realmente, de fato,	195	31.92
6..Inclusão	Destacar informação/intenção gradação	Inclusive/até	27	4.43
7.Oposição conjunção	Refutar/contrapor	Apesar de/ embora	25	4.09
Total			611	100.00

As mudanças ocorridas com o item linguístico *mesmo* e apontadas pela frequência não foram poucas. Os dados percentuais confirmam, revelando, através dos números, a preferência dos informantes, suas intenções e também as influências do contexto sócio-interativo na sua caminhada em terras brasileiras.

No desenvolvimento da análise, interpreto e descrevo os diferentes usos do item, pontuando seus respectivos valores funcionais na tessitura do texto e, também, as mudanças

ocorridas na sua trajetória evolutiva. Destaco as estabilizações e os avanços do item em foco, discutindo esses fenômenos à luz dos princípios funcionalistas de iconicidade e gramaticalização.

4.1.2.2 PROCESSOS DESENVOLVIDOS: ESTABILIDADE E EVOLUÇÃO.

A análise quantitativa dos dados não é surpreendente. Embora com uma margem pequena de diferença, a predominância da categoria de *circunstância* (com 31.92% dos dados) sobre os demais usos de **mesmo** apontados na pesquisa apenas confirma o que já se observa na prática cotidiana da língua: a reiteratividade do item no discurso atual, sempre, com uma apelação intensificadora e afirmativa. Nessa categoria, o item **mesmo** tem seu valor estendido tanto sintática quanto semanticamente, aparecendo na frase como *advérbio* e significando “verdade”, “de fato” etc. Em poucas palavras, o item **mesmo** deixa de se comportar como um pronome *dêitico*, passando a agir como uma palavra de *circunstância* (*advérbio*), imprimindo intensidade ou outros efeitos de sentido aos enunciados. A linguística funcional costuma interpretar esse processo de atualização categorial como *reanálise ou recategorização*²⁴.

A recorrência no uso do item **mesmo** com o valor de circunstância, além de atestar sua regularização (abstratização) no português atual, deve-se tanto ao conteúdo pragmático e categórico que o item imprime às informações quanto a sua fluidez no discurso, constituindo-se, assim, um forte aliado da oralidade. Na verdade, sua repetição na fala se torna abusiva embora contribua com o falante na expressão do seu estado emocional.

Ocorrências destacadas na amostra facilitam a compreensão do assunto:

(47) E* E a senhora sabia cozinhar?

I* Bom. [Cozi] (risos) saber cozinhar **mesmo**, não, né? Fazia o necessário, num é? E todo mundo tinha que gostar, o que eu fazia. (Inf. 27, fem, p. 306).

(48) E* E o que é que a senhora espera do ano novo, desse ano?

²⁴ A recategorização implica mudança de regra, uma vez que atua na modificação de representações subjacentes, tanto semânticas quanto sintáticas ou morfológicas (Silva, 2006, p. 24).

I* *Desse ano eu espero que : as coisaø melhorem um pouco, num sabe, que tá muito ruim, muito (gaguejo) preta mesmo as coisaø, muito ruim mesmo.* (Inf. 25,fem, 281)

Destaquei entre tantas outras, as ocorrências (47) e (48) por serem bem representativas desse uso particular do item na fala dos informantes e, acredito, no português atual de todo o Brasil. Na ocorrência (47), o uso de **mesmo** após a forma verbal “cozinhar”, super dimensiona o sentido expresso pela palavra, modificando-a. Nesse contexto, **mesmo** significa “realmente” no sentido de “ser bom”/“mestre” no assunto, destacando essa informação. Em (48), o uso de **mesmo** também amplia a qualidade/intenção expressa pelos adjetivos “preta” e “ruim”. Em ambos os casos, a preocupação com a verdade ou certeza absoluta é perceptível.

Do ponto de vista funcional, o uso do item **mesmo** significando “de fato”, “realmente” ou produzindo outro efeito de sentido em situações de reforço nos enunciados indica uma extensão no seu escopo funcional, caracterizando-se como uma mudança por *gramaticalização*.

A categoria de “reforço contextual”, a segunda mais frequente na amostra analisada, com 29.95% das ocorrências, quase empatando com a sua rival de “circunstância” possibilita essa mesma intenção no discurso, porém, como *pronome*, trazendo implicações na interpretação e análise do item **mesmo**. Os trechos das entrevistas a seguir confirmam essa constatação:

(49)E* Como era esse bairro quando a senhora chegou pra morar aqui?

I* *Não, desde que eu cheguei que é como hoje mesmo, com essas casaø que tem hoje, mesmo,* (Inf. fem.p. 276).

(50) Às veyz tem uma colega minha lá no Varjão que diz assim: “Bora, mulhe0, p0a igreja. Tu reza p0a arruma0 serviço”. Eu digo: “*Não, minha filha, se eu quiser arrumar serviço, eu arrumo aqui nessa igreja mesmo*”. Ela di0 assim: “É, mulhe0, tu não gosta0 de Deus”. Eu digo: “Eu gosto de Deus. Nunca Ele nunca me feiz0 mal p0a eu num gosta... (Inf. 1, fem, p.12).

(51) E o resto, esses aqui me acompanham também, Antônio e Sheila. Às vezeø, por causa de atraso de salário dos meninoø que sai tarde, daí da prefeitura. Aí. vem, corta a água, manda botar a mangueira pro lado de cá e manda ligar a água. Chego da maré. Uma mão lava a outra, né? Aí chego da maré. Mas num tem isso não {inint} não, mas é isso mesmo. *Deixe pra lá. A gente velho é assim mesmo* (Inf. 21 Masc. p.222).

Nas ocorrências (49) e (50), o item **mesmo** aparece reforçando a temporalidade e a espacialidade das expressões *hoje* e *nessa igreja* confirmando ou indicando certeza. Em (51), o uso de **mesmo** após *assim*, intensifica a ação mostrativa dessa expressão, sugerindo imutabilidade (dessa forma).

Assim, além de reforçar a localização espacial e temporal dos demonstrativos e dos fatos como pronome, **mesmo** passa também a intensificar outras intenções dos falantes em outros contextos linguísticos. Teoricamente, embora se distingam do ponto de vista sintático, essas manifestações de uso do item não se estranham quanto à mensagem transmitida. Do ponto de vista pragmático-discursivo, uma pode ser interpretada pela outra, como já acontece na prática e nos manuais da gramática.

Ademais, o hábito de reforçar as palavras no português contemporâneo não se encerra nesses contextos. Distinguindo-se quanto ao uso, a categoria de “reforço enfático”, com 12.27% dos dados, representa, teoricamente, outra possibilidade de manifestação do item com a mesma intenção, ratificando, assim, o “reforço” como uma dimensão constitutiva do item. As ocorrências a seguir ilustram essa possibilidade:

(52) I* Eu creio + eu creio que tudo tem limite. Tudo em exagero deixa de ser normal. Então, o que acontece atualmente é o quê? *Um excesso de liberdade sexual que muitas vezes ultrapassa até (hes.) o amor próprio, que o jovem deveria sentir por si mesmo.* Chegando muitas vezes ao quê? (Inf 19, fem, p. 230).

(53) I* A festa foi foi boa, foi ótima. Elas cantaru parabéns, depois a gente foi comeo, depois de comeo, lá vem a bagunça, né? pa limpaø tudinho. *Mais eu num fiz nada, elas mesmo limpou.* Depois a gente começo a conversaø, bateø papo, e: pronto. Passoø-se. (Inf. 3, fem. p. 36).

Morfologicamente, nas ocorrências (52), (53) o item **mesmo** apresenta-se como *pronome demonstrativo*, reforçando as expressões: “jovem” e “elas”, respectivamente. Em (52) ele está posposto a forma pronominal “si”. Nesse contexto, sua missão é *ênfatizar* a ação realizada pela própria pessoa, indicando reflexibilidade. Em (53), o item apenas reforça o pronome *elas*, não denota uma ação reflexiva.

Portanto, como ressaltam as evidências, o uso de **mesmo** como “reforço” no português atual atesta, apenas, a continuidade de usos antigos da expressão, constituindo um dos focos representativos da funcionalidade do item.

Seu uso estendido como reforço (indicando circunstância) em situações novas de uso não desativa os usos já existentes. Opções novas e antigas passam a coexistirem na linha evolutiva do item, processo natural nas línguas explicado pelo *princípio de estratificação* de Hopper (op.cit.) De acordo com esse princípio, em um mesmo “domínio funcional, novas camadas (formas de uso) estão continuamente emergindo. A gramaticalização não elimina nem substitui as velhas formas por novas”.

Entretanto, deve-se observar que, do ponto de vista sintático, essa mudança envolve alterações na expressão, no que diz respeito à concordância das palavras no eixo sintagmático. Por *analogia*²⁵, nas categorias anteriores (circunstância e contextual), o item apresenta-se como palavra invariável em gênero e número, divergindo funcionalmente da sua atuação como “reforço enfático”.

Em Hopper (1991), esse fenômeno pode ser explicação através do *princípio de divergência*, segundo o qual, embora gramaticalizada, a forma linguística continua a sofrer outros processos de mudança na sua evolução. Ocorrências do item como elemento de “inclusão” mostram o item ainda mais especializado após ter se gramaticalizado como advérbio. Esse fenômeno será discutido mais detalhadamente no decorrer do estudo.

Até agora, detive-me, discutindo a funcionalidade do item através das categorias essencialmente responsáveis por imprimir intenções de reforço destacadas na frequência. Porém, se por um lado, os dados revelam estabilidades e extensões de uso do item **mesmo** como *reforço* no quadro das ocorrências, por outro, evidenciam, também, regularizações e desdobramentos de sua atividade como anafórico na sincronia atual do português. É sobre esse aspecto do item que focalizo a atenção, fazendo avançar um pouco a análise.

As categorias de foco referencial caracterizam-se pelo uso do item **mesmo** sempre em função *anafórica*, fazendo alusões a referentes já mencionados ou por mencionar no eixo sintagmático.

Segundo Apothéloz (2003, p. 57), “as expressões referenciais ou anafóricas são aquelas que indicam sempre retomadas”. Porém, constituindo-se uma expressão de conteúdo dêitico/fórico ao mesmo tempo, o item **mesmo** tanto propicia a identificação e localização de pessoas, objetos, seres, palavras etc. no contexto espaço-temporal dos falantes/ouvintes como retoma algo já explicitado.

O foco referencial do item está representado na amostra por duas categorias analíticas: uma *nominal* e outra *atributiva* ou *adnominal*

Na categoria “referência nominal”, o item em análise assume o valor de *substantivo*, identificando e/ou fazendo referências a informações já veiculadas no do texto.

²⁵A analogia atua na estrutura visível, impondo-se como sinal mais concreto de mudança, manifestando-se na superfície (SILVA, 2006, p.25).

Conhecida como *nomeação* ou *nominalização*²⁶, essa estratégia é marcada no discurso pela presença do artigo definido “o” ou “a” que é anteposto ao item. Segundo Koch (2006, p. 90), “as nominalizações concedem um estatuto de referente ou de objeto-de-discurso a um conjunto de informações que antes não tinham esse estatuto discursivo, assinalando simultaneamente uma mudança de nível e uma condensação da informação”. A ocorrência (55), a seguir, ilustra o uso:

(54) E* Quais são os seus objetivos profissionais?

F* Não, os *objetivos* são estes **mesmos**. Eu acho que pela minha fala você já deve ter percebido, que eu cumpro meu papel. Eu trabalho uma disciplininha que é uma disciplina muito prática, que é a parte da didática, a prática de ensino. E : eu tento (hes) trazeo para os meus alunos: uma: uma compreensão do que seja a educação:, certo? E aí isso é muito amplo. (Inf. 27, fem. 303).

Na ocorrência 54, o item **mesmo** faz referência clara a “objetivos”, palavra presente na pergunta do entrevistador e com a qual estabelece uma relação anafórica tanto de dependência semântica quanto sintática entre pergunta e resposta e, ao mesmo tempo, implícita uma informação partilhada entre falantes e ouvintes. Portanto, exerce um papel coesivo tanto na interação como no texto. Mas, em determinados contextos, ele ressalta semelhança, como mostra a ocorrência a seguir:

(55) I* Não, tenho não. Fora de João Pessoa não, porque praia desse litoral, as praias são muito parecidas, uma cum as outrao. Tanto faiz, você tá aqui como em Maceió, como em Fortaleza. *Você olha é tudo parecido, [me] o sistema da da {inint} é o mesmo, num tem erro não.* (Inf. 25, masc. p. 273)

Em (55), o item **mesmo** faz referência à palavra “sistema” mencionada anteriormente e com ela concorda em gênero e número. Além de promover a coesão entre as informações de texto, participa da construção do sentido, sugerindo semelhança física entre as regiões de Maceió e Fortaleza. No núcleo semântico do item, é perceptível tanto o valor de “referencialidade” como o de “semelhança”, diferente do que expressa em (55) como mostra a ocorrência seguinte:

(56) E* E como é ser mãe pela primeira vez?

I* Eu acho que ser mãe, cada vez que a pessoa vai ser mãe é um um, é assim, é um algo diferente, nunca é igual, nunca é igual, acho que cada vez que [voc] a pessoa vai ser mãe, a alegria é a maior. Ah, porque [a], como as

²⁶ Conceito para expressar o uso das palavras como *substantivos* para fazer referência a uma expressão anteriormente utilizada no texto.

peessoas dizem, ter um filho, tem dois, só tem um filho num presta, cada filho é um filho, é um filho único por isso que eu digo: *ser mãe, tanto pela primeira vez, pela oitava, pela quinta, num importa, é mãe, é mãe e acabou-se, alegria é a mesma, igual com todos.* (EBC, Inf. Fem 27, p.313).

Na ocorrência (55), o item ostenta, extensivamente, uma forte denotação de “igualdade”, colaborando com a intenção da informante de comparar o sentimento materno em torno dos filhos.

Como mostram os números, a ocorrência da expressão **mesmo** como *substantivo* tem uma frequência bastante limitada no *corpus* analisado com apenas 2.13% dos dados da amostra. Entretanto, não interpreto esse fato como uma questão de “apagamento” desse valor do item no português atual como se pode deduzir apressadamente das leituras dos dados.

Mesmo eventual, a ocorrência da forma nominalizada do item nos textos dos informantes significa que ele se mantém funcional no sistema, constituindo-se um recurso importante no processamento coesivo desse tipo de informações e na continuidade tópica do texto. Em outras palavras, trata-se de uma possibilidade de manifestação com ampla funcionalidade em diferentes contextos comunicativos. Seja identificando, referindo, comparando, o uso do item nessa categoria propicia a recuperação de palavras ou proposições inteiras, abreviando a fala ou o discurso. Nessa perspectiva, ele mostra-se relevante como recurso na codificação informativa de um referente *dado* ou *velho*, a partir do conhecimento compartilhado entre os interlocutores do evento comunicativo. Ocorrências na amostra ilustram essa possibilidade:

(57) O melhorzinho que entrou foi esse agora, por causa desse plano desse plano que ele lançou agora, né? Do real. Mas deixa que o salário tá lá em baixo. Matar o pai e um pobre de fome.

E* Continua, né?

I* É, continua o **mesmo**. Ficou bom pra o rico, né? Pra quem tem + não derrotou nada, mas para o pobre, hum! (Inf.21, masc.,p. 223).

Em (57), o uso do item **mesmo** substantivado pelo artigo (**o**) possibilitou ao informante expressar, de forma concisa, sua opinião sobre o processo econômico do país após o Real, compartilhando o conhecimento da situação com os ouvintes. Estrategicamente, o uso do item tanto permitiu fazer alusão a uma situação conhecida por todos como mostrou sua *continuidade*. Nesse processo, o item **mesmo** ativa cognitivamente na memória informações velhas, já conhecidas, articulando-as com o que vai ser dito/explicitado.

A ocorrência a seguir enfoca essa mesma possibilidade, porém, em outro contexto de uso da expressão:

(58) E* E o que é se a senhora pudesse, o que é que a senhora mudaria no seu modo de falar?

I* *Acho que eu num mudava nada, ficava **no mesmo, na mesma*** (Inf. 25, fem. p.283).

Em (58), o informante, respondendo a pergunta do entrevistador, demonstra sua intenção de “continuar” com o seu próprio modo de falar, usando a expressão **no(a) mesmo**. O uso de **mesmo** nesse contexto implica uma informação conhecida e compartilhada, mas que não está imediatamente presente. O sentido da expressão só se efetiva no contexto interativo e na interlocução dos participantes no evento comunicativo, confirmando o que ressaltam os princípios teóricos interacionistas da linguagem ao afirmar que a língua só se atualiza a serviço da comunicação intersubjetiva, em situações de atuação social e através de práticas discursivas. Portanto, funcionalmente, trata-se de um uso do item pragmaticamente motivado, exigido pela interatividade da situação pergunta/resposta que envolve os participantes.

Martelotta (2004) referindo-se às características das expressões dêiticas/fóricas, ressalta a dimensão inferível, que muitas delas, inclusive **mesmo**, possibilitam em certos contextos de uso, fazendo alusão a dados conhecidos ou compartilhados e, ao mesmo tempo, suscitando expectativas em torno do assunto, articulando-as às informações novas.

Antes de fechar esses comentários sobre essa propriedade particular do item em pauta, lembro mais uma informação importante para os afeiçoados ao padrão culto da língua. Deve-se ter cuidado quanto ao uso desse valor, alerta a **gramática**, para não forçar as regras, evitando-se o emprego do item em situações indevidas²⁷.

Salvo essa restrição, o uso “nominal” do item continua liberado, ratificando o seu valor no sistema linguístico do português. Sua afinidade com a categoria de “referência adnominal” ou “atributiva”, sobre a qual discorro a seguir, estimula e consagra essa possibilidade, podendo alterar, por conseguinte, a interpretação dos dados.

A ocorrência (59), a seguir, é uma opção de uso do item que deve ser destacada nesse contexto.

(59) Das escolas que você estudou, qual a que mais gostou?

²⁷ É incorreto o uso do item em lugar do pronome do caso reto em situações de sujeito. Exemplo: Ao usar o elevador, verifique se **o mesmo** está em ordem. O uso correto é “... verifique se **ele** está em ordem”.

F* Instituto de Educação da Paraíba. Porque era um estudo muito eficiente; bons professores. Lembro-me que os professores que davam aulas na Universidade Federal da Paraíba, que tinham se iniciado a pouco eram os mesmo professores do Instituto de Educação. **Os mesmíssimo**²⁸ da Universidade do cursos de Filosofia. De Letras, de Biologia. (AAM, inf. fem. 320)

O uso de **mesmo** no *superlativo*, ressaltando a coincidência de alguns fatos, além de corriqueira, reafirma seu valor nominal na língua. Trata-se de uma forma muito comum de fazer referências no texto e, ao mesmo tempo, de traduzir uma intenção apelativa de reforço, produzindo um efeito pragmático.

Como anafórico, o item desempenha outras funções no texto, apresentando-se junto a substantivo como qualificador ou *atributivo*, especialmente nos contextos cuja intenção é fazer referência ou mostrar a identidade ou semelhança entre informações, enunciados, seres e objetos dentro do texto. Neste estudo, essa ocorrência do item corresponde à categoria “referência adnominal”. Trata-se de uma opção bastante ativa do item no português atual com 15.22% das ocorrências. A funcionalidade do item em tais situações é perceptível no discurso dos informantes como mostram os exemplos a seguir:

(60) E* Você acredita no amôø verdadeøro? Por quê?

I* Acredito sim. Eu acho que amôø verdadeøro é aquele que num acaba nunca, e tá sempre com a pessoa. Por quê?.... É, e eu acho que um prova de amôø verdadeøro é esse. *A pessoa passáø vinte e cinco, trinta, trinta e cinco ano, as vezes até cinqüenta, sessenta anos de casado, sempre com aquela mesma pessoa.* Eu acho que num tem prova de amôø maiøø que essa não. (Inf 23, masc. p.247).

(61) E* O que acha do casamento?

I* *Eu acho o casamento ótimo :: onde existindo compreensão, amor os dois pensando [no] nos mesmos ideais, trabalhando trabalhando os dois para o mesmo fim, sabendo educar os filhos também,* os dois juntos, então o casamento não teim trabalho. (Inf. 28, fem p.317).

Em (60), o uso de **mesmo** fazendo referência específica a uma pessoa no passado, colabora com a intenção do informante de identificar e expressar e permanência. Porém, tem função atributiva no texto como determinante da palavra “pessoa”. Em outros contextos, o uso do item como *adnominal* mostra outros sentidos. Em (61), ele já não expressa continuidade, mas *identidade* e *semelhança* entre pontos de vistas, sempre concordando em gênero e número com a palavra a que se refere no texto. Pode ainda sugerir *igualdade*, estabelecendo uma comparação entre informações do texto. Vale a pena conferir a diferença analisando o exemplo seguinte:

²⁸ Mesmíssimo: o item **mesmo** pode sofrer derivação sufixal de superlativo –íssimo quando com valor de substantivo.

62) E* Quem é Deus pro Senhor?

I* Deus:: Deus é um Pai Todo Poderoso, né? Que Ele pode tudo. A: a partir do momento que você entregar toda a sua vida e toda a sua fé a Ele, Ele tudo: [re] resolve por você, só entregar seus problema a Deus, com fé:: e pedir. Você [se] você entra no seu quarto, feche a sua porta e pede em oração, só em pensamento, você e Deus aí Ele lhe atende, porque o inimigo também pode lhe dar. O inimigo é muito sabido::, pa ganhar a sua alma. *Ele também tem:: ele tem o **mesmo** poder, agora só que ele não conhece seu coração e sua mente::, que Deus não deu essa:: esse poder a ele::, né?* Mais o inimigo sabe tudo:: da nossas vida. Só não sabe o nosso coração e o nosso pensamento. Mesmo, pedindo, aí, Ele lhe dá. (Inf. 23, masc. p. 249).

A ocorrência (62) acima é um relato de opinião. Através dele o informante procura convencer seu ouvinte sobre o poder de Deus. O item **mesmo**, usado em função *adnominal* ou *adjetiva* qualificando o substantivo “poder”, cumpre no texto não só um valor referencial quanto comparativo em relação a Deus e ao inimigo, ambos explicitados anafórica e cataforicamente no texto. Ou seja, o item apresenta-se como um articulador importante entre as informações do texto, referindo-se ao mesmo tempo ao poder de Deus e ao poder do inimigo, referentes evocados no texto. A seguir, apresento outras situações de uso do item ainda estabelecendo comparação no interior do discurso:

(63) E* O que era cruzada?

I* Era assim:: era um um:: um bocado de menino:: e aquela professora só ensinando:: a religião, sabe? como era que a gente:: devia se conduzir:: e a gente:: tinha um: uma fita azul aqui com uma medalha. Era das cruzada. Os menino das cruzada. Respeitar, tratar bem as pessoa, fazer caridade, ajudar na rua, era isso. **Mesma coisa** de ser escoteiro, que eu também fui ser escoteiro, uma vez. Só não fiquei, porque minha mãe era:: muito pegada, assim no meu pé, ela ia bater lá (risos). (Inf.23, masc. p.249).

(64) E* Quando a senhora vai à igreja, o que pede?

I* Ah, peço a salvação do meus filho, peço benção para o meus filho, para os meu conhecido, para aqueles que não me conhece::, para Jesus converter o nós e o povo do mundo, porque:: tá faltando é que Jesus converta o povo, porque o povo não quer se converter, o povo está duro. **Tá mesmo como no tempo de faraó** (risos). Se você botar em prática, você ver isso. (Inf, 23, fem, p. 262).

(65) Veja que a minha questão aí, num é questão de dizer assim: É pecado, num pode tirar uma vida. Bem, isso tá implícito, porque ninguém pode tirar a vida de ninguém. **Pra mim matar matar fazer um aborto é mesmo que você chegar ali na esquina fazer o que o ladrão faz: Assalta.** Na minha opinião. Eu num vejo diferença. (Inf. 29, fem. p.326).

As ocorrências apresentadas mostram diferentes formas do item estabelecendo “igualdade. Em (63) o informante narra suas experiências de vida, comparando-as. Não hesitou para isso em usar a expressão **mesma coisa** (= a mesma coisa) estabelecendo através

delas uma relação coesiva entre as diferentes porções informativas do texto, tanto de ordem anafórica quanto catafórica. Em (64), a expressão **mesmo como** da mesma forma também estabelece uma relação comparativa entre fatos, remetendo a informações anteriores. Em (65), a comparação é expressar através de **é mesmo que**²⁹, equivalendo a **a mesma coisa que**. Nesses contextos **mesmo** apresenta-se como *adnominal* e tem conotações discursivas, equivalentes a **igual a/ como**. Nesses casos, a igualdade é estabelecida pelo elemento que está adjungido.

Em síntese, como se observa, a vocação referencial do item em foco se manifesta através de diferentes usos, sinalizando sua eficácia no discurso. Essa referencialidade poderia ser ainda mais fortalecida pela junção das duas categorias, já que ambas (“referência nominal” e “referência adnominal”) compartilham o mesmo escopo semântico mostrativo. Muitos especialistas em estudos linguísticos costumam interpretar as palavras substantivas e adjetivas como integrantes de uma única categoria conhecida como “nominal”.

Além disso, o quadro categorial de ocorrências revela desdobramentos do valor anafórico do item, legitimando sua funcionalidade no sistema linguístico.

No português contemporâneo, o item **mesmo** aparece expressando a ideia de *oposição* em contextos *concessivos* apresentando-se acompanhado de **que** ou **assim** (**mesmo que/mesmo assim**) como mostram os exemplos a seguir:

(66) E nós num:: condenemo meu pai não, nem minha mãe, nem ninguém não. A gente, graças a Deus, a gente <mais ante> juntou, né? *Porque o pai a gente deve honrar, mesmo que ele faça a gente tem que perdoar*, porque:: a gente tem que e pro Céu, e se a gente num fizer isso, a gente num entra no Céu, né? (Inf.23, fem. p.257).

(67) F* O que eu mudaria na minha forma de falar era se eu soubesse ler. Se eu pudesse voltar pra. Se eu fosse estudar e, quem sabe, se eu até é: aprendia a falar mais, né? *Mas, assim mesmo sem estudar, eu vou aprendendo a falar*. A gente só sabe falar direito também se estudar não. A gente também aprende aprende com aquele dom que Deus dá, né? Vê as pessoas falar direito e aprende, também falar direito (Inf 1, fem, p.3)

Embora fora do escopo sintático-semântico original, a categoria de “oposição”, com apenas 4.42% das ocorrências, representa manifestação de **mesmo** no português atual. Nesses contextos, o item assume um papel relacional estabelecendo relações coesivas entre os segmentos oracionais opostos:

²⁹ Nessa expressão, estão elípticos a palavra *coisa* e o artigo *a*. Alguns autores consideram a manifestação de *mesmo* nesses contextos com valor de substantivo invariável, precedido de artigo e seguido de *que*, formando a expressão *o mesmo que*; no discurso informal o artigo desaparece (Houais, 2007); Borba, 2004).

Em (66), o uso da expressão **mesmo que** introduzindo uma oração intercalada, proporciona ao informante acrescentar um argumento decisivo ao expressar sua opinião, mesmo com uma conotação de plausibilidade. Em (67), a informante usa a expressão **mesmo assim** para argumentar opositivamente que, sem estudar, também, se aprende a falar, refutando a opinião do seu interlocutor, antecipadamente. Tanto em (66) quanto em (67), o uso de **mesmo** estendido, além de favorecer a coesão entre duas informações do texto coloca a ocorrência da situação ou dos fatos no plano eventual, podendo ocorrer ou não.

Nesses enunciados, **mesmo** desenvolve uma relação subordinada contrastiva entre dois segmentos do texto, na qual um depende do outro, tanto sintática quanto semanticamente, envolvendo falantes/ouvintes em torno das informações (dadas e novas), isto é, gerando expectativas entre os falantes/ouvintes, aguçando o interesse do interlocutor para a continuidade do pensamento. Essa relação é anafórica e catafórica ao mesmo tempo. Nesses contextos, **mesmo** não só se refere ao que já foi mencionado (informação dada/velha) como ao que será dito (informação nova).

Silva (2005, p.158)³⁰ salienta que “*a oração concessiva é apenas mais um argumento que contraria e repele o exposto anteriormente, mesmo tendo força de verdade, sendo real*”. Ao assumir o valor de *conjunção concessiva* na frase, o item **mesmo** opera ajustes interno na estrutura do enunciado, tanto de ordem sintática quanto semântica, promovendo o surgimento de uma oração intercalada.

Os valores concessivos desenvolvidos por **mesmo** representam atualizações do valor *referencial* do item, atestando sua evolução no português do Brasil. Na verdade, apesar de distante do seu “status” original dêitico/fórico, traços representativos desse valor continuam ativos nessa manifestação do item no discurso dos informantes pessoenses, confirmando o princípio de persistência de Hopper (1991) que postula que os itens lexicais, mesmo passando a exercer novas funções gramaticais, preservam alguns traços do seu valor original. A coexistência entre valores antigos e novos e a permanência de propriedades lexicais nas formas gramaticalizadas em estágios iniciais e intermediários de mudança, demonstram o processo *continuum* da gramaticalização.

A concessividade exercida por **mesmo** pode, ainda, ser expressa de outra forma como mostra a ocorrência a seguir:

³⁰ Silva (2005) analisou o comportamento do item em função opositiva em textos jornalísticos do início do século XX, mais, exatamente, editoriais.

(68) F* Trabalho. Eu trabalho, sou uma professora alfabetizadora, gosto daquilo que faço, me sinto realizada, **mesmo** não *sen0o uma pedagoga de nível superio0* mays eu me sinto uma pessoa realizada naquilo que eu faço. Eu sou uma professora de nível [pedago-] (Inf. 9 fem. p, 85).

Em (68), a informante, na tentativa de se fazer tão informativa quanto possível ao expressar sua satisfação com a atividade profissional que exerce, apela para a expressividade do item e o introduz na sua fala concessivamente, a fim de atingir a sua intenção comunicativa.

Porém, a noção de concessividade expressa por **mesmo** nessa construção não é muito transparente no texto. O uso do **mesmo** antes de uma forma verbal no gerúndio camufla essa manifestação. Entretanto, substituir o item por outra expressão opositiva (embora, apesar de) ajuda a perceber essa concessividade (*embora não seja uma pedagoga*).

Em certos contextos, ao se interpor na oração como *concessivo*, **mesmo** acarreta uma noção de condicionalidade à proposição, prendendo a atenção dos falantes/ouvintes para o que vai ser dito. O trecho seguinte ilustra bem essa intenção:

(69) Aí ela disse: “Mas você não sabe que você não pode passar assim um dia sem vir?” Aí eu disse: “Por quê? Se eu num trabalho de carteira assinada, **mesmo** se eu trabalhasse de carteira assinada, eu ainda podia passar um dia, eu ainda perdia um dia, quanto mais que eu trabalho clandestina! Você não me paga nem direito, você não me paga!” Aí ela disse: “Tá certo!” Aí eu ainda disse: “É, eu num [ve], eu num vou vir mais não”. (Inf. fem. 5p. 55)

Na ocorrência (69), a oração concessiva introduzida por **mesmo**, além de constituir uma inferência particular sobre o assunto, produz um efeito modalizador junto aos ouvintes. Isto é, funciona como um mecanismo linguístico para determinados fins, constituindo-se uma informação acessória. Para Gonçalves (2007, p.152), “a oração concessiva intercalada rompe, temporariamente, com a estrutura oracional onde está estabelecida, podendo, até, ser eliminada do texto”.

Em todas as situações analisadas, **mesmo** acentua a co-ocorrência dos fatos, fazendo alusões a segmentos expressos anteriormente e, ao mesmo tempo, impulsionando outras informações.

O valor funcional de **mesmo** pode ainda ser verificado em outras realizações estendidas do item. A categoria de “inclusão” com 4.09% representa mais uma dessas possibilidades, incorporando mais de uma nuance significativa a configuração conceptual do item.

Os exemplos a seguir revelam esse desdobramento na caminhada funcional do item no português brasileiro:

(70) E* E o que acha da atual seleção brasileira, essa do Parreira?

I* Rapaz, o Brasil entrou numa fase de decadência, mas agora tá até pode até superar. O problema é que o futebol passou a ser profissional profissão mesmo. Hoje em dia o jogador aqui, sai para para o exterior, vai pensanço no dinheiro. Quando há uma decisão ele num entra numa bola cum medo de se machucar. Cê veja um exemplo agora: os grandes times do Brasil são São Paulo, Flamengo, Corinthians, *Santos, mesmo Vasco, Botafogo, esse times têm jogo* em (Inf. 29, masc., p.308)

(71) I* Bom, de primeiro, que hoje em dia num tem uma igreja que num tem os seus díziço, né? Que de primeiro tinha, mas num era que nem agora, né? Que quando dá fé, qualquer pessoa na hora da:: dava uma ali, rezava uma missa, aí <tudo> todo mundo sentava aí, vinha aquela mulher, com aquela bolsinha, né? cada um dava um díziço por exemplo. *Agora não, agora os padres mesmo faz um envelope: “Mande tanto, mande tanto”*. É que nem igual a Igreja Universal. Pede o que quere e se num der já viu. (Inf. 21, masc. p. 220).

À primeira vista, as ocorrências (70) e (71) parecem indicar concessividade, contudo, nesses contextos o item manifesta a idéia de “inclusão” ou “gradação” podendo ser substituído pelas expressões *inclusive* ou *até* para melhor se verificar esse efeito. Ou seja, quando o informante diz “Flamengo, Corinthians, *Santos, mesmo o Vasco*” (70), ele está fazendo uma ressalva, ou melhor, incluindo, este time entre os grandes do Brasil. Esta oração intercalada por **mesmo** funciona como um ‘argumento conclusivo’ na classe hierárquica dos enunciados na Teoria da Argumentação da Língua (cap III).

Da mesma forma acontece no relato de experiência de uma religiosa na ocorrência (71). O item **mesmo**, embora deslocado na frase, indica inclusão da ação dos “padres” em um conjunto maior de práticas religiosas. Nesses casos, para facilitar a interpretação do texto, recomenda-se antepor a expressão *até* à palavra *mesmo* em “*agora, até mesmo os padres*”, inferindo, assim, uma gradação dos fatos.

Uma leitura cuidadosa e interpretativa dos enunciados revela que, na verdade, nos segmentos analisados o item não estabelece relações de “oposição” no texto. Aqui, particularmente, seu papel parece ser o de modalizador da fala, sugerindo uma gradação entre as informações do texto, bastando para isso antepor *até* ao item. As gramáticas atuais costumam classificá-lo nesses contextos como “palavra de inclusão”.

Esclarecendo melhor, **mesmo** manifesta duas possibilidades de uso semelhantes no português atual: uma, com matiz de “inclusão”, relacionada à categoria de “circunstância” (advérbio), sugerindo gradação (até), e outra, relacionada à categoria de “oposição”,

sugerindo concessividade (embora). Em outras palavras, as duas bases originais do item revelam ter passado por gramaticalizações no português, isto é, acionando novos valores.

Através desses enunciados, confirma-se o que Silva (2005) ressalta sobre essa dupla ação do item:

Mesmo pode sugerir uma conotação concessiva no enunciado, como instrumento de coesão entre orações ou porções informativas do texto ou, pode, também, se apresentar estendido, estruturalmente, ao se unir à preposição “até” (*até mesmo*) implicando uma informação, constituindo-se, assim, um forte argumento numa escala gradativa entre os enunciados. (SILVA, 2005, p. 233)

Nesse estágio evolutivo, o item apresenta-se tanto sintática quanto semanticamente distante dos seus valores originais concretos e realçando traços, caracteristicamente, abstratos.

Linguisticamente pode-se inferir que, nesses contextos, o referido item já se apresenta em processo adiantado de mudança, cumprindo funções meramente textuais, como *operador argumentativo*, cuja intenção é, sempre, pôr em destaque uma informação dentre outras no discurso. Segundo Espíndola

[...] na perspectiva semântico-argumentativa, em contextos concessivos, o item em análise caracteriza-se como operador argumentativo por introduzir um argumento mais forte na escala dos fatos e constituir uma orientação em favor de uma determinada conclusão. (ESPÍNDOLA, 2003, p.101)

Recentemente, os funcionalistas têm se reportado a essa atuação argumentativa do item como decorrente de processo de gramaticalização na sua trajetória evolutiva (MARTELOTTA, 2008). Na verdade, trata-se aqui de mais um desdobramento funcional do item em sua trajetória evolutiva na língua, relacionado à sua ação como advérbio.

Deve-se observar que, apesar de apresentar novos valores e sentidos, esses desdobramentos funcionais ainda guardam traços originais do item, fazendo alusões a segmentos expressos anteriormente e, ao mesmo tempo, impulsionando outras informações e expectativas entre os falantes/ouvintes para o que vai ser dito/acrescentado. Ou seja, persistem ativos, na estrutura, usos da palavra caracteristicamente referenciais que, não só atestam a propriedade fórica/dêitica do item em estudo, como asseguram sua continuidade e estabilidade da língua.

Em resumo, do ponto de vista funcional, os dados revelaram:

- i) a coexistência de dois focos de uso representativos do item, ambos circunscritos ao seu “status” dêitico/fórico: um relacionado à sua vocação de *reforço* e outro relacionado à sua vocação *referencial* (anafórica). Entretanto,

essa bi-polaridade detectada no comportamento funcional do item não implica ruptura conceitual. Seus diversos usos podem ser explicados diacronicamente como integrantes de uma cadeia evolutiva no interior da qual eles se apresentam sucessivamente através de diferentes matizes. Atualizados no discurso, esses diferentes matizes semânticos mesclam-se entre si aparecendo em primeiro plano, ora um ora outro.

- ii) a generalização do uso do item **mesmo** como *reforço* no contexto oral da língua desempenhando, em determinados contextos, funções discursivas como circunstanciador.
- iii) estabilidade dos valores referenciais.
- iv) desdobramentos funcionais.

Na seção seguinte, mostro o processo evolutivo desenvolvido pelo item, a partir de sua base referencial e de reforço.

4.1.2.3 MESMO: SUAS TREJETÓRIAS EVOLUTIVAS NO PRESENTE

Os diversos processos de atualização desenvolvidos pelo item atestam a dinamicidade da estrutura e a fluidez das formas linguísticas no sistema, ratificando os pressupostos funcionalistas sobre a linguagem. Os movimentos de regularização e mudança apontados na análise comprovam a evolução acentuada do item em duas direções no estágio atual da língua. Partindo dos usos referências (anafóricos) e de reforço, ativos no *corpus* 1, é possível se observar as seguintes trajetórias evolutivas para o item **mesmo**:

- i) Referencial > relacional > discursivo /textual
- ii) Reforço > circunstanciador > inclusivo > discursivo /textual

Como se observa, o item **mesmo** prescreve duas rotas evolutivas que se manifestam inicialmente de sua forma concreta (referencial), operando, inicialmente, funções adnominais (atributivas) e nominais, comparando e fazendo referências a seres do mundo real, e também de reforço, peculiares ao seu escopo dêitico/fórico. Afastando-se dessas funções originais,

avança tanto para funções relacionais como concessivo, como para valores de circunstância e inclusão, como advérbio. Continuando sua caminhada, afasta-se ainda mais de sua base concreta, desempenhando papel meramente discursivo, isto é, no nível do texto. Portanto, evolui, gradualmente, até um nível acentuado de abstração, indicando um movimento unidirecional, podendo ser visualizado na seguinte trajetória:

Referencial/reforço > (circunstanciador/inclusivo) relacional > discursivo /textual

Esse processo de mudança operado por *mesmo*, enquanto elemento anafórico e de reforço, enquadra-se na proposta de Heine (1991):

Espaço > (tempo) > texto

Esse movimento unidirecional desenvolvido pelo item e evidenciado na análise comprova a suspeita levantada como hipótese principal desse trabalho: o item em estudo, embora mantenha seus usos fundantes, evoluiu no sistema linguístico português pessoense, apresentando-se hoje no *continuum* temporal, com outros valores e significados por ora distantes de sua origem, decorrentes de diferentes processos de mudança, via gramaticalização.

É notória a predominância de ocorrências do item como valor de reforço, principalmente, como intensificador de ação e de nomes. Esse papel, ampliado pela soma das frequências das categorias de reforço enfático e contextual, destaca sua vocação discursiva no contexto interativo no português atual ao lado de suas demais funções. Em outras palavras, em certos contextos de uso o item vem atuando como *marcador discursivo*.

Os estudos funcionalistas garantem que esses processos de regularização e mudança observados na estrutura não surgem do nada na língua, ou melhor, não são arbitrários. Segundo eles, embora inconscientemente, falantes/ouvintes alteram a estrutura da língua, devendo, portanto, esses processos serem interpretados como resultantes das estratégias criativas na organização do discurso em situações comunicativas reais.

Através da linguagem, falantes/ouvintes alteram e rotinizam os padrões lingüísticos de uso, de acordo com as suas necessidades culturais e cognitivas dando origem a inovações.

Na próxima seção, investigo como os diferentes usos do item se estabelecem ao longo do tempo na estrutura da língua. Antes, porém, avalio a frequência de uso do item pelos informantes da amostra, observando qual, dentre as três variáveis sociais destacadas, mais contribui para a evolução do item no português do Brasil.

4.1.2.4 MESMO: SUAS MOTIVAÇÕES SOCIAIS

A seção anterior revelou que o item em pauta vem assumindo progressivamente sentidos e valores cada vez mais refinados na sua realização na língua, apresentando-se hoje como um item multifuncional no discurso. Para a linguística funcional essa variação é determinada pelas escolhas dos falantes/ouvintes ao fazer uso das formas lingüísticas, buscando satisfazer suas necessidades comunicativas.

Em outras palavras, isso significa acreditar que nos diferentes sentidos do item em foco estão subjacentes elementos subjetivos relacionados às intenções, às atitudes, aos valores culturais e aos estados afetivos dos falantes/ouvintes no momento da interação verbal, afetando sintática e semanticamente seus valores no discurso. Em síntese, seu uso é pragmaticamente motivado. (HEINE et al, 1991; HOPPER e TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT, 1995).

A proposta funcionalista de análise entende que a descrição lingüística precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis dentro da situação de interação determinada socioculturalmente.

De fato, ocorrências lingüísticas colhidas na amostra investigada atestam, por exemplo, o emprego recorrente do item **mesmo** em diferentes posições no sintagma, traduzindo diferentes intenções (de igualdade, de concordância, de reforço, de inclusão, de certeza, de admiração, etc) e estados emocionais do falante, em diferentes situações da vida: quando se surpreende com algo (**é mesmo!**), quando se zanga (vá **mesmo**), quando concorda (**é mesmo.**), quando quer que outro concorde (**não é mesmo?**).

Parto do pressuposto que, além das exigências comunicativas e cognitivas, motivações de ordem social também são responsáveis pela disseminação das inovações no que diz respeito ao item. Conhecer o nível dessa influência no uso e comportamento do item *mesmo* constitui ponto fundamental para se entender o processo funcional relacionado ao uso do referido item e sua evolução no português do Brasil.

Com esse objetivo, investiguei a fala de vinte informantes do VALPB, previamente selecionados e distribuídos em três variáveis: sexo, faixa etária, e grau de escolarização. O sexo, a faixa etária e a escolaridade têm sido compreendidos como fatores sociais que mais influenciam as mudanças linguísticas, merecendo, por isso, serem investigados. A pesquisa aponta os seguintes resultados:

4.1.2.4.1 QUANTO AO SEXO

Estava convencida de que o estilo feminino por ser mais comunicativo e espontâneo influenciaria o uso do item. Todavia, contrariando a hipótese, na amostra, foram encontradas 318 (trezentos e dezoito) ocorrências com o item linguístico *mesmo* na fala masculina e 293 (duzentos e noventa e três) ocorrências na fala feminina, como mostram as tabelas a seguir:

Tabela 2. Distribuição da frequência: sexo x uso		
Informantes/sexo	Frequência	%
Masculino	318	52.05
Feminino	293	47.95
Total	611	100.00

Esse resultado surpreende em relação à hipótese concebida. Embora discreta, observa-se uma diferença na frequência de uso do item, favorecendo quantitativamente o gênero masculino. Essa pequena diferença não significa que os homens falem mais que as mulheres. É mais provável que ela esteja relacionada ao canal entrevista, celeiro favorável ao uso do item, ao número de páginas das entrevistas masculinas³¹, ou mesmo ao fator idade. Assim

³¹ Nas entrevistas masculinas, o total é de 110 páginas, nas entrevistas femininas, o total é de 98 páginas

sendo, essa predisposição ao uso do item pode ser explicada pelo *princípio icônico de quantidade*. Esse princípio estabelece que quanto maior o texto mais quantidade de informação.

Seja qual for a razão, entendo que esse resultado não nega o estudo, ao contrário, mostra que o uso do item não está confinado a um segmento populacional masculino ou feminino em particular, mas é um fato comum aos dois: homens e mulheres recorrem ao item *mesmo* com muita facilidade na sua comunicação diária com seus pares, manifestando intenções e sentimentos diversos.

Tabela 3. Distribuição da frequência: categoria x sexo				
Categoria	Masc.	Fem.	Total	%
Reforço enfático	38	37	75	12.27
Reforço contextual	102	81	183	29.95
Ref. adnominal	50	43	93	15.22
Ref. nominal	5	8	13	2.12
Circunstância	99	96	195	31.93
Inclusão	18	9	27	4.43
Oposição	8	17	25	4.09
Total	318	293	611	100.00

4.1.2.4.2 QUANTO À FAIXA ETÁRIA

Acredito que a idade é um fator de influência no modo de falar das pessoas. Em especial, em relação à faixa etária, parti do pressuposto que o estilo coloquial de linguagem praticado pelos jovens atrairia o uso do item, principalmente em situações de reforço, já que esta é uma opção muito comum na oralidade com a qual os jovens se identificam. Esta suspeita também não se confirma, isto é, a frequência não ocorre nessa mesma proporção, como ressaltam os números na tabela 4 a seguir:

Tabela 4. Distribuição da frequência: faixa etária x uso				
Informante/Idade	15-25 anos	Mais de 50	Total	%
Masculino	108	210	318	52.05
Feminino	121	172	293	47.95
Total	229	382	611	100.00

Os dados evidenciam que o número de ocorrências entre os informantes mais jovens é menos expressivo (37.47% das ocorrências) em relação aos informantes com mais de 50 anos (62.53% ocorrências), contrariando a hipótese. As pessoas com mais de 50 anos revelaram-se mais susceptíveis ao uso do item como revelam os dados.

Esse resultado, não cogitado, pode ser explicado através das possíveis mudanças a que está sujeita a linguagem dos indivíduos durante as diferentes fases da vida. Pesquisas sobre o idoso afirmam que a linguagem das pessoas mais velhas tende a ser espontânea, repetitiva, abundante em narrativas e relatos de experiências, etc.

De fato, as entrevistas dos informantes mais velhos mostram-se mais generosas e ricas em informações. As respostas tendem a ser mais prolongadas e abundantes em narrativas e descrição dos fatos, comparações de experiências vividas fatores comuns na linguagem coloquial, favorecendo a recorrência do item. Ou seja, a própria linguagem dos idosos pode ter atraído o uso do item em diferentes situações, denunciando mesmo ser um uso habitual no repertório seu linguístico.

Pode-se aventar também que o clima de liberdade e espontaneidade que caracteriza a entrevista tenha influenciado nesse resultado, favorecendo a ocorrência do item em certas situações de uso, principalmente nas categorias de “reforço contextual” (28.54%) e de “circunstância” (35.60%), respectivamente, como ressalta a tabela 5, a seguir.

Tabela 5. Distribuição da frequência: categoria x faixa etária e sexo								
Categoria/ faixa etária	masc.	fem.	Total	%	masc.	fem.	Total	%
	15-25 anos				+ 50 anos			
Ref. enf.	13	16	29	12.66	25	21	46	12.04
Ref. Cont.	34	32	66	28.83	68	49	109	28.54
Refe. adnominal	22	23	45	19.65	28	20	48	12.56
Ref. nominal	0	0	0	0	5	8	13	3.40
Circunstância.	31	36	67	29.25	74	62	136	35.60
Inclusão	8	3	11	4.80	10	6	16	4.19
Oposição	2	9	11	4.80	6	8	14	3.67
Total	110	119	229	100.00	208	174	382	100.00

Entendo que, apesar de não confirmadas, as hipóteses relacionadas às variáveis sociais de sexo e faixa etária contribuem de alguma forma com o estudo, realçando outros aspectos relacionados ao uso de *mesmo*. Os resultados destacam a disseminação da categoria de *circunstância*, confirmando tanto um processo de mudança do item por gramaticalização como o seu avanço para uma atuação como *marcador discursivo*.

4.1.2.4.3 QUANTO À ESCOLARIZAÇÃO

No que diz respeito ao grau de instrução, parti do pressuposto que as pessoas com menor grau de instrução usariam com mais frequência o item nos seus discursos, devido, entre outras questões, à carência lexical no seu repertório linguístico. Em outras palavras, acreditava que o uso acentuado do item poderia estar associado à qualidade de expressão verbal das pessoas com pouca instrução. Os resultados revelam surpresas como mostra a tabela 6, a seguir:

Tabela 6. Distribuição da frequência: categorias x escolarização (masculino e feminino)				
Escolarização	Masc	Fem.	Total	%
0 ano	66	80	146	23.89
1-4 anos	90	57	147	24.05
5-8 anos	30	44	74	12.11
9-11 anos	87	54	141	23.08
Mais de 11	45	58	103	16.82
Total	318	293	611	100.00%

Com uma margem mínima de diferença, os resultados, por um lado, confirmam a hipótese: informantes com grau de instrução inferior a quatro anos de escolarização mostram-se vulneráveis ao uso do item (23.89% das ocorrências). Por outro lado, os índices revelam que o uso do item é, também, muito frequente (23.08% das ocorrências) entre pessoas portadoras de graus de instrução mais elevados, inclusive, entre pessoas de grau universitário (16.82%).

A diferença entre um segmento e outro é muito estreita, quase inexistente, levando-me a concluir que a disseminação do item é mais abrangente do que se esperava, fazendo-se presente tanto no discurso das camadas populares e sem instrução quanto na linguagem das camadas cultas da sociedade. Em outras palavras, o uso do item *mesmo* não está circunscrito a um grupo social específico, tampouco tem a ver com o padrão formal ou informal de linguagem. Muito ao contrário, sua manifestação, principalmente em situações de reforço (expresso pelas categorias de circunstância, reforço contextual e reforço enfático), mostra-se disseminada entre os diversos segmentos sociais, contagiando diferentes contextos de produção da fala e tornando-se quase automático.

Concluindo, os resultados, além de revelarem a motivação social no uso do item, confirmam o avanço do item como *marcador discursivo* no estágio atual da língua.

O gênero entrevista cumpre papel fundamental nesse resultado. O clima de espontaneidade que se estabelece entre falantes/ouvintes, não importando a idade, o sexo e o grau de estudo, propicia a reiteratividade do item, principalmente, em contextos informais. Constituindo o espaço da interação, a entrevista, além de facilitar a troca de informações, propicia uma linguagem coloquial, sem censuras, mesclada de narrativas e relatos de experiências e opiniões, ambientes favoráveis à manifestação do item.

Além disso, considero que a natureza elástica e funcional do item permite seu emprego em diferentes situações discursivas, possibilitando ao falante expressar diferentes intenções com uma mesma palavra, expandindo, assim, sua rotatividade.

Em resumo, fatores linguísticos (oralidade, contexto verbal interativo, a linguagem informal, gênero discursivo) e extralinguísticos agem e colaboram para a recorrência do item na fala dos informantes.

Isso não só tem implicações na análise como envolve um conceito de língua ancorado em pressupostos sociointeracionais. Ou seja, é preciso se compreender a língua como uma atividade social, inserida em um contexto interativo, por meio da qual os indivíduos se comunicam, dialogam, trocam informações e agem sobre ela, atualizando-a.

Como esses diferentes fatores influenciam na atualização do item **mesmo** é explicitada nesta pesquisa pelo princípio de *iconicidade*, embora outros princípios possam ser acionados no decorrer da análise, se necessários. A seção seguinte dá maiores detalhes dessa motivação, ressaltando onde elas são mais marcantes e como se processam na estrutura linguística.

4.1.2.5 MESMO E OS PROCESSOS ICÔNICOS DE USO

No português atual, além dos usos nucleares já conhecidos (reforço e referencial), o item **mesmo** apresenta opções de uso estendidos tanto sintática quanto semanticamente. É natural, portanto, que a sua dimensão cognitiva original tenha sido afetada no seu processo evolutivo, por diferentes processos de gramaticalização, provocados pela influência tanto de fatores linguísticos como extralinguísticos.

Votre et al (1996) ressaltam que inúmeras razões (cognitivas, contextuais ou mesmo de economia e eficácia) levam o falante a fazer uso do sistema, de modo a atender melhor a sua expectativa no processo comunicativo. Este uso intencional deixa marcas significativas na estrutura da língua, tanto do ponto de vista sincrônico quanto diacrônico.

Nesta seção, analiso como se processa a influência desses fatores no processo de variação e mudança do item linguístico **mesmo** no português falado em João Pessoa,

assinalando em que nível o princípio funcionalista de *iconicidade* (Givón, 1995) opera quando aplicado aos fatos da língua. Ou melhor, que explicações ele propicia aos dados emanados do *corpus* 1 no que se refere ao referido item e seus diferentes usos no estágio atual da língua e quais as influências operadas pelos informantes no manejo do item em pauta.

O princípio de *iconicidade* preceitua uma motivação na relação forma e significado ou entre forma e função, relacionada às propriedades cognitivas e culturais do falante. Para os funcionalistas, a motivação entre categorias linguísticas e cognitivas pode ser percebida tanto no uso das palavras (léxico) como nas relações estabelecidas por elas no discurso (gramática); por isso, deve-se levar em conta que entre a gramática e a base conceptual existe uma relação icônica.

Givón (1995, p. 9) salienta que “*a estrutura serve a uma função cognitiva ou comunicativa*”. Antes deles, Du Bois (1985) demonstrou que os fatos sintáticos aparentemente autônomos são resultados transparentes dos objetivos funcionais dos falantes, e que, portanto, existe uma interação entre as forças externas e internas. No ato da fala, mecanismos cognitivos são acionados, determinando a seleção e uso das palavras de acordo com as informações/mensagens que se deseja transmitir, demonstrando que há uma relação icônica evidente entre cognição e gramática (LAKOFF, 1987).

A análise dos dados revelou a recorrência do item nas categorias que denotam reforço, assim distribuídas: de “circunstância” (31.92%), “reforço contextual” (29.95%) e “reforço enfático” (12.27%). Esses resultados não surpreendem e demonstram a predisposição dos informantes de reforçar palavras e construções.

Essa característica pode estar relacionada ao hábito latino de reforçar. Etimologicamente, como já foi esclarecido, o item **mesmo** apresenta-se como um *pronome*, reforçando a temporalidade ou espacialidade das expressões demonstrativas³² ou junto a pronomes pessoais, com uma conotação enfática ou reflexiva, constituindo-se uma relação icônica fechada (uma forma para uma função) em estágios prévios da língua (ILARI, 1992; SALUM, 1981).

O que parece novo não é tão novo. Certos hábitos linguísticos observados hoje na interação comunicativa podem ter sido também os de outrora. Em condições favoráveis podem ser ativados. A propriedade de reforço está na língua, isto é, é uma questão inerente ao

³² Alguns autores preferem interpretar essas opções como reforço do advérbio, enfatizando o tempo/lugar, ressaltando a função dêitica da palavra.

ser humano assim como é a comparação, a referenciação e outros processos cognitivos. As diferentes formas linguísticas de expressão desses processos circulam de uma geração para outra, fazendo fluir a língua no tempo.

Vestígios de circularidade são encontrados no português atual. O item **mesmo** continua a manifestar essa propriedade da mesma forma que *metipsimum* fazia há séculos atrás, mantendo assim o parentesco linguístico, com uma diferença: além de reforçar pronomes pessoais e demonstrativos, hoje, ele reforça também outras expressões, isto é, evoluiu no tempo. A língua funciona assim como um elemento de preservação e continuidade, mesmo dentro da diversidade e em constante mudança.

A sequência de enunciados ilustra diferentes usos do item como *reforço* no português atual:

(72) E* Ah, foi? E o que que o senhor sabe do governo de João Pessoa?

I* João Pessoa ele ele num mandava, ele quando queria, *ele ia ele ia mesmo em pessoa*. Se ele queria tudo tabelado no mercado, ele num num mandava fiscal, num mandava não, *ele mesmo ia em pessoa*. [grifo meu] Chegava lá: “A tabela é essa. Quero assim, assim, assim, assim, assim”. (Inf.masc. p. 224)

(73) E* Você tem medo da solidão?

F* Não, eu num tenho medo da solidão não. Eu me [in-] ela me incomoda.

Ah! porque a gente se distancia da gente mesma. Num num num é não, a gente num se distancia dos outros. A gente se distancia da gente mesma. E num existe coisa pior do que você se distanciar de você. Aí você cai no vazio.....*A a solidão é algo estrutural. É uma coisa que : : de você para com você mesma, tá?* E isso num é bom. E isso desmotiva a pessoa. A gente perde um pouco o prazeø. Então, isso incomoda. O que não dá satisfação incomoda, né? (Inf fem 29, p. 327).

(74) E* Quando o senhor matava aula, o senhor ia pra onde?

I* *Pra rua, andar, [lá no] aqui mesmo, mays eu era garoto tinha dez anoø, doze, treze aí, ia pra rua mesmo, {inint} bonde, gostava, tinha uns bondinhø pra gente pendurar, ficava segurando, o o trocador vinha dum lado a gente passava pro outro, quando ele passava a gente passava pro outro, pulava aí pegava o outro que vinha atrás e assim era bom. Na minha época era assim.* (Inf.27, masc, p. 293)

(75) I* Ah, minha esposa eu conheci através das colegas, né? Amigas, aí vai se conhecendo (risos).

E* A primeira vez que o senhor a viu onde foi?

I* Ah, na minha casa **mesmo**, que ela era amiga das minhas irmãs, né? (Inf. 27, msac, p.288)

(76) Mas [num sa] não sabia o, o que significava muito aquilo não. Hoje eu reconheço devido à História. *Mays, infelizmente::, a vida é assim mesmo* e o, os que nasceram hoje não sabem nada disso que eu tô falando, que eu

tenho certeza. Eu hoje fui procurar na livraria essa:: gramática de “FTD”. O rapaz se espantou. O senhor: “Pra que quer isso?”. (Inf. 25, masc. 274)

Nas ocorrências (72), (73), (74), (75) e (76), o item desempenha funções já previstas, circunscritas às suas propriedades originais, apresentando-se como pronome, cujo papel é reforçar os constituintes (pro)nominais com os quais se associa. Porém, mesmo trazendo determinações linguísticas e históricas, a recorrência de uso do item como *reforço* nos contextos acima tem explicação motivacional. Falantes e ouvintes têm diferentes motivos para empregá-lo nos seus discursos: *destacar fatos*, *afirmar* ou dar *certeza* às informações etc. Em qualquer dessas situações, seu emprego denota motivação cognitiva e pragmática, na medida em que diferentes *intenções* comunicativas estão subjacentes ao uso. Ou seja, a relação forma e conteúdo nestes contextos de uso do item é transparente, ressaltando suas propriedades originais

Porém, o hábito de reforçar os enunciados e as palavras através do item **mesmo** propaga-se linguisticamente por outras situações da fala, envolvendo também *verbos* e *nomes*, cumprindo o papel de *circunstanciador*, aspecto já discutido na seção anterior.

Exemplos extraídos da amostra denunciam opções intencionais nos discursos dos informantes com esse valor, com intenção de intensidade, mas, revestidos de valores pragmáticos, provocando, inclusive, repercussões no seu “status” semântico e gramatical:

(77) E* Como o senhor vê a educação no Brasil hoje?

I* A educação no Brasil atualmente é muito péssima, porque:: <o::>, antes na minha época a pessoa [sabia] aprendia **mesmo**, hoje sai da Universidade num sabe nem assinar o nome. Num sabe concordância verbal, num sabe verbo, num sabe concordância nominal. Enfim, é universitário é um doutor que que sai, que que como eu já vi muitos por aí, que eu conheço que eles num têm capacidade nem de de enfrentar sua função porque num sabe **mesmo**. (Inf. 25, masc.p. 270)

(78) E* E carrega alguma frustração da infância?

I* Não. Uma infância normal porque:: num tenho frustração porque era (gaguejo) menino muito pobre, pobre **mesmo** pobre **mesmo**, pobre, pobre **mesmo**, né? Mays meu pai ele era do tipo que, fim de semana fazia a feira de casa, comprava o que comer na semana assim, com muitos simples a comida de casa porque num podia comprar, era operário, né? (Inf. 29, masc. 308).

Nas ocorrências (77) e (78), o uso do item modifica o sentido do verbo “aprender” e do adjetivo “pobre”, ampliando seus conteúdos informativos e alterando também o seu valor morfossintático na frase. O item nesses contextos perde tanto transparência conceptual quanto funcional, rompendo desta forma o princípio icônico de *um para um* entre forma e significado (BOLINGER, 1977).

Essa alteração não é arbitrária. Ela se produz no decorrer do tempo, via pressões sociais e comunicativas. Segundo Givón (1995), as línguas estão sujeitas a processos diacrônicos de mudanças, assimilando novos padrões de uso, o que significa acatar a ideia de uma forma e várias funções. Sendo mutáveis, as formas linguísticas ajustam-se às intenções e às necessidades do discurso dos seus usuários, em diferentes contextos comunicativos. No âmbito da gramática, esses ajustes implicam novos conceitos e classificações.

A manifestação recorrente do item nas categorias de “reforço” e “circunstância” é favorecida pela fluidez que caracteriza a expressão linguística em foco e, também, pelo tipo de canal que envolve os dados (a entrevista), como ressaltei na seção anterior. Ou seja, tem motivação pragmática. Provavelmente, em textos escritos formais, esse uso específico do item não tenha a mesma aceitabilidade.

Como ressaltam os dados, essa reiteratividade é motivada por fatores socioculturais principalmente, idade e escolarização. As pessoas com faixa etária superior a 50 anos de idade mostraram ser mais sensíveis ao uso do item na categoria de “circunstância” com 35.60% dos dados da amostra (tab. 6). Seus textos são mais propensos à narração e à repetição, elementos convidativos ao uso irrestrito do item. O falante, envolvido pelo contexto verbal interativo, deixa fluir também seu estado emocional. O item **mesmo** traduz essa subjetividade em determinados contextos, como mostra a ocorrência (78).

A insistência no uso do item nessa ocorrência denuncia também a pobreza de expressão do falante. Para destacar sua intenção de mostrar a realidade dos fatos, ele repete o item algumas vezes, potencializando o reforço. A linguagem oral permite essa repetição, caracterizando-se pela força apelativa que imprime ao discurso.

Surpreendentemente, porém, essa preferência pelo reforço circunstancial é observada mesmo entre os informantes de elevado grau de instrução, indicando não só a disseminação de uso do item entre os falantes da língua de um modo geral como a influência de fatores pragmáticos nesse processo.

Exemplos do *corpus* 1 ressaltam a influência do contexto interativo na conotação semântica da palavra:

(79) Eu digo: - “Eu vou-me embora, nem que eu peça as vizinha0 p0a dormir aqui, mays eu vou.” *Ele*: - “vai **mesmo**”. *Aí eu fui tirei o menino. Aí fui dormi0 na casa do irmão dele. Porque eu durmo no chão, eu num tenho uma*

cama p0a dormi0. Durmo num colchão dessa finura, que pode dize0 que eu tô dormin0o no chão. (Inf. 1, Fem.p. 8)

(80) “Eu num arrumo serviço porque num tem serviço, porque se eu arrumasse serviço eu tava tava disposta p0a trabalha0, que eu tenho gente que tome conta do meu filho. Ele: -“ Arrume **mesmo**”. Agora se você arruma0 você nem vem nem praqui pra dentro.”Eu digo: - Que0 ve0? Eu vou vive0 esses tempo0 todinho às custa0 da minha mãe? (Inf.1, fem, p.10).

Nos contextos (79) e (80), o uso do item **mesmo** em posição pós-verbal, apresenta-se envolvido em alto grau de subjetividade, reforçando a intenção do falante. Ao responder “arrume **mesmo**” ou “vá **mesmo**”, reforçando o discurso, o falante deixa claro “sua concordância” com a intenção do parceiro de “ir embora” e mais denuncia o seu estado emocional no momentoda interação. Esse efeito de sentido expresso por **mesmo** decorre da intenção e do grau de envolvimento entre falante e ouvinte no contexto comunicativo.

Da mesma forma, a intencionalidade e o contexto interativo determinam a estrutura organizacional e semântica das formas no enunciado, como prevê o princípio de iconicidade de *ordenação*. No eixo sintagmático, o item **mesmo** expressando valor adverbial normalmente se apresenta depois de formas verbais e nominais, revelando diferentes processos de subjetivação, como mostram as ocorrências:

(81) *A gente **mesmo** cozinha mesmo* (Inf 21, masc. p. 224)

(82) *Não. A gente mesmo cozinha **mesmo***_(Inf 21, masc. p. 224)

As ocorrências (81) e (82) mostram com precisão a importância da posição do vocábulo na frase: relembrando, em (81) **mesmo** é um dêitico de reforço indicando “próprio”. O uso do item nesse contexto tem a intenção de destacar a palavra “gente” (nós). Porém, em (82), ele apresenta-se como expressão de circunstância, cuja função no enunciado é imprimir intensidade ao verbo “cozinhar”, pondo-o em destaque.

Entretanto, a posição do item na estrutura do texto pode ser alterada. Pressionado por estratégias interacionais e comunicativas, o item pode circular ora no início de frase ou oração, ora no meio ou, no final, alterando seu significado. Destaco, a seguir, ocorrências do item, nas quais a intenção comunicativa dos falantes e a importância da informação determinam sua posição na oração, confirmando haver uma relação icônica entre forma e função no uso do item:

(83). *E **mesmo** o carnaval tá muito [de] depravado, assim. Só bota mais aquelas mulher nua, aqueles homem bicha:: se remexendo e acha que aquilo*

<tá agradando> aos outros homem. Aí é melhor desistir, né? (Inf,23, masc, p.253)

(84) E* Seu Antônio, o senhor já se identificou com algum desses personagens dos filmes?

I* Não. Como era que eu podia? Num tinha chance. Agora, por intermédio de televisão é que a gente vê mais o povo, conhece. Mais, mais:: no meu tempo num tinha isso, né? **Mesmo** no teatro mesmo, assim, eu gostava muito de teatro. Porque no meu tempo ninguém escutava muito dessas:: isso era muito escondido esses negócio de gay. Hoje gay é tudo liberado pra trabalhar em canto eu trabalhei:: em pecinha assim besta que me chamavam, assim de teatro, mai:: no teatro Santa Roza (Inf.23, masc. p.253).

O que chama a atenção nas ocorrências (83) e (84) em relação ao uso do item é exatamente sua posição inicial no parágrafo, introduzindo frases ou orações, favorecendo a topicalização temática. Ou seja, burlando a expectativa do princípio de iconicidade, no que diz respeito à ordenação das palavras no texto.

O *sub-princípio icônico de ordenação* diz que o grau de importância atribuído aos conteúdos de um texto pelo falante numa determinada situação de interação determina a ordenação das formas no texto, seja no nível oracional, seja no nível de organização do texto.

Na verdade, essa flexibilidade de uso no sintagma não é arbitrária. Ela é favorecida pelo matiz modalizador de **mesmo** como item de “inclusão”, ou seja, pelo conteúdo informativo do texto. Seu significado é constituído no contexto de acordo com os propósitos do falante, portanto, se produz instantaneamente.

Todavia, essa iconicidade é perceptível em outros contextos de uso do item. Fatores cognitivos e pragmáticos são também acionados quando se pretende fazer referências a situações ou fatos já conhecidos ou até mesmo estabelecer comparações no texto. Os trechos a seguir não deixam dúvidas quanto a essa motivação.

(85) Se o senhor pudesse escolher, qual profissão gostaria [te-] de Ter exercido?

I A **mesma** que eu escolhi, né? Porque eu gosto. Perfeitamente. (Inf. 9, fem., p. 95)

(86) Em que setores o senhor acha que o Presidente deveria investir mais?

I* O Presidente da República devia investir em rodovia ferroviária, para tentar o barateamento do frete norte-sul e leste-oeste em toda economia brasileira. Negócio de caminhão, essas coisas, só dá prejuízo. *Aonde a locomotiva puxa trinta, quarenta vagões, o caminhão só carrega um, e o consumo é o mesmo, entendeu?* Sabe-se que no Estado de São Paulo, de Santos a São Paulo existe uma composição ferroviária que transporta caminhões (Inf. 25, masc. p. 273).

As ocorrências (85) e (86) ilustram exemplos de **mesmo** cuja interpretação depende do conhecimento da situação discursiva: em (85), o item **mesmo** tem valor nominal, assumindo o “status” da palavra a que se refere “profissão”; em (86), refere-se à palavra “consumo” adotando o mesmo valor funcional. Sintaticamente, nesses contextos o uso do item conserva sua vocação original dêitica/fórica. Entretanto, elas se distinguem, estruturalmente, quanto ao contexto de uso da expressão.

Em (85), a resposta *A mesma* reporta-se à pergunta do entrevistado, porém, semanticamente, essa resposta só faz sentido no contexto da interação com quem se partilha a informação. Nesse contexto específico, a codificação pretendida através de **mesmo** é opaca. Aplicando-se o *subprincípio da integração ou proximidade* na análise da ocorrência observa-se que não há uma relação clara, transparente, entre forma e conteúdo no emprego do item referindo-se à profissão na ocorrência (85).

O referido princípio prevê que conteúdos que estão mais próximos cognitivamente também estão mais integrados no nível da codificação - o que está mentalmente junto coloca-se sintaticamente junto. Em (85) os conteúdos informativos subjacentes à resposta *a mesma* não estão próximos do ponto de vista cognitivo e sintático, portanto, não integrados no nível da codificação, colocando em cheque o que reza o referido subprincípio.

Em (86), a posição do item é um pouco diferente. Ele se situa no mesmo nível sintagmático da expressão a qual se refere (consumo), ficando fácil a interpretação do item. O autor, ao expor sua opinião sobre a política econômica brasileira estabelece uma comparação entre o *consumo* de uma locomotiva e o *consumo* do caminhão, usando o item **mesmo** com valor de *substantivo*.

Pode-se dizer, portanto, que o uso de **mesmo** como *nome* está relacionado às questões da construção do texto e às exigências do próprio contexto informativo, muito embora se manifeste na estrutura sintática. Fatores discursivos e pragmáticos em diferentes graus de combinações atuam nesse processo revelando a relação icônica que existe entre o uso da expressão e sua função anafórica nos respectivos contextos.

Esse tipo de construção com o item **mesmo** é comum na linguagem oral, embora os dados em análise (2.13%) tenham revelado o contrário. Atribuo essa limitação, por um lado, às pressões diacrônicas circunscritas ao processo evolutivo do item, por outro, às complicadas estratégias cognitivas acionadas pelo item no momento da articulação e processamento do discurso. O traço dêitico/fórico constitutivo do item acarreta complicada disposição do termo

na organização estrutural da frase e, também, acentuada complexidade cognitiva, dispensando esforço mental, tempo e atenção para o processamento das informações ocultadas em **mesmo**.

É verdade que nesses contextos o item cumpre três funções anafóricas ao mesmo tempo: identificação, remissão e comparação, exigindo do falante/ouvinte domínio cognitivo para desenvolver essas operações. Mas a dinamicidade do evento inter-comunicativo aliada à natureza aglutinadora do item, propiciam o uso do termo nessa função, facilitando a codificação/decodificação da mensagem.

Essa relação é observada em contextos de uso do item com função nominal (percentual de 15.22% das ocorrências na categoria de *referência adnominal*) Embora o item se comporte como um adjetivo, estabelecendo uma relação comparativa entre segmentos do texto, sua motivação icônica original é preservada, ou seja, a palavra continua agindo como uma expressão mostrativa com dupla função (dêitica/fórica). As ocorrências a seguir ilustram esse fato:

(87) I* Era assim:: era um um:: um bocado de menino:: e aquela professora só ensinando:: a religião, sabe? como era que a gente:: devia se conduzir:: e a gente:: tinha um: uma fita azul aqui com uma medalha. Era das cruzada. Os menino das cruzada. Respeitar, tratar bem as pessoa, fazer caridade, ajudar na rua, era isso. **Mesma coisa de ser escoteiro, que eu também fui ser escoteiro, uma vez.** Só não fiquei, porque minha mãe era:: muito pegada, assim no meu pé, ela ia bater lá (risos) (Inf 23, masc. p.249)

(88) *E escoteiro é a **mesma** vida do exército.* Você:: vai acampar. Lá a gente faiz aquelas mesa, aquelas coisa, um vai pa tomar conta de [al] do almoço, outro lava os prato, sabe? Faiz aquelas excursão, a gente canta. (nf. 23, masc. p.249)

(89) Eu viajei com ela pra Brasília, e de volta eu digo: “Eu tenho que conhecer a gruta do Maquiné”, é em Minas Gerais. *Aí a gente foi, bonita, né? {inint} aquela grutona bonita ali, é **mesmo que** eu tivesse vendo mil anos atraiz daquela gruta.* É é por isso que eu gosto de história. (Inf. 25, masc. p. 268).

As ocorrências (87) e (88) e (89) mostram diferentes maneiras do item **mesmo** expressar “igualdade” Em (87) e (88), a comparação se estabelece através do item **mesmo** anteposto aos substantivos “coisa” e “vida”, respectivamente. Em (89), a comparação se estabelece através da expressão **é mesmo que**. Nas três ocorrências, o item promove a coesão entre segmentos anteriores e posteriores do texto e, ao mesmo tempo, impulsiona a progressão informativa.

Essas construções com **mesmo**, muito comum nos discursos informais interativos e no cotidiano de alguns contextos sociais, constituem formas populares de expressar “igualdade”

no português atual. Aliás, comparar constitui um hábito geral das pessoas. O uso do item **mesmo** nesses contextos não só permite essa possibilidade como se ajusta às necessidades comunicativas dos falantes/ouvintes.

Os informantes são pessoas simples e de pouca renda, seu modo de falar traduz essas características. Em outras palavras, “*a estrutura da língua reflete de algum modo a estrutura da experiência, ou seja, a estrutura do mundo, incluindo a perspectiva imposta sobre o mundo pelo falante*”, como salienta Croft (1990, p. 164).

Todavia, a língua disponibiliza outras possibilidades de estabelecer essa relação, substituindo o item **mesmo** por *igual* ou simplesmente por *feito* ou *como*, dando, por conseguinte, uma outra estrutura ao texto. Contudo, é bom lembrar que a opção de usar uma ou outra expressão tem um caráter subjetivo implícito, denunciando influências sócio-culturais ou do contexto interativo. A seleção fica a cargo da experiência linguística do falante, tendo, portanto, conotação pragmática.

Nesses contextos, a iconicidade no uso da expressão fica ainda mais evidente ao se focalizar os conteúdos que ele relaciona anaforicamente através do *subprincípio icônico de proximidade ou de integração* discutido anteriormente. Esse princípio diz que “quanto mais próximos estiverem dois conteúdos, conceptual e cognitivamente, mais próximos deverão também estar as formas que os representam”. Ou seja, as informações ou os conteúdos de um texto (os constituintes da sentença) devem ter afinidades semânticas e cognitivas para que este seja coerente.

Nas ocorrências em foco, quando o informante usa **mesmo**, ele aciona o valor anafórico e comparativo do item para expressar a semelhança que mentalmente ele estabelecia entre uma situação do presente com uma experiência passada na sua vida que estava na sua memória. As expressões **mesma coisa** e **é mesmo que** produzem um efeito real, on-line, na informação desejada, anulando a distância temporal e aproximando as duas informações.

Têm-se como premissa que a maior recorrência desse princípio é na linguagem escrita por se tratar de um texto formal e, portanto, estruturalmente mais complexo. No texto escrito, normalmente, os conteúdos apresentam alto grau de proximidade cognitiva o que favorece a integração entre as frases, orações e sintagmas refletindo o grau de integração estabelecida entre os componentes cognitivamente representados.

Entretanto, apesar de constituírem enunciados orais e, portanto, apresentarem características discursivas peculiares, como hesitações e repetições, os conteúdos informativos

vistos em (87), (88) e (89) apresentam-se integrados tanto cognitiva quanto semanticamente, não se verificando frases soltas ou incompletas. Os informantes, como nativos, não apresentam dificuldade em interpretar e articular esses enunciados. Ao contrário, demonstram, cognitiva e linguisticamente, estar familiarizados com esse tipo de construções. A gramática interna (repertório linguístico) disponibiliza automaticamente esses conteúdos para o falante. Na verdade, os diversos usos da palavra **mesmo** já estão tão internalizados que o falante os utiliza automaticamente e sem tropeços, fazendo acreditar que são destituídos de propósitos.

Nos exemplos analisados, focalizei usos do item em sua vocação original, como dêitico/fórico, seja identificando, comparando algo ou alguém no evento discursivo ou reportando-se, anaforicamente, no texto. Em outras palavras, ocorrências que envolvem mais concretamente participantes do mundo real (referenciais) e que atestam mais uma vez que a língua mantém ativa na sua estrutura as mesmas possibilidades de expressão de outrora. Isso não impede que novas manifestações apareçam na língua no decorrer dos tempos.

Em determinados contextos, o item **mesmo** apresenta-se opaco tanto sintática quanto semanticamente. Isto é, seu significado original não transparece plenamente, sinalizando perda relativa dessa iconicidade e, ao mesmo tempo, revelando novos processos icônicos de uso. Ocorrências do *corpus* em estudo exibem níveis diferentes dessa opacidade em relação aos papéis que desempenham:

(90) Foi logo assim. Aí, depois que eu fui começar a assim:: observando ela, o jeito, que ela num era:: aquilo que eu pensei, sabe? *Mais, mesmo assim eu quero muito bem a ela. Sou louco por ela (risos)*. (Inf.21, masc., p. 244).

(91) E o que lhe deixa mais triste, Eliane?

I* Mais triste? O que me deixa mais triste, eu acho que é essas crianças que vivem na rua, que num têm um a comida, aquela alimentação na hora certa pra comer. Você veja que você: em casa você tem: você tem um teto pra moraø, tem a hora que você quiseø uma comida ou comeø, **mesmo que não seja do bom e do melhor, mas você tem naquela hora exata**. Imagine uma criança com fome, sem ter o que come, sem ter uma casa pra moraø, sem ter aquele aquele amoø do dos pais, vive abandonada, jogada. A gente, pelo menos, tem tudo isso. (Inf. 23, masc, p. 7)

(92) “O que me levo0, por coincidência foi o último cu0so que eu procurei. Científico eu sempre coloquei na minha cabeça “eu não quero científico, não tenho cacife pra passa0 no vestibula0”. E eu, isso era o bicho-papão. Eu não vou estuda0 o científico porque não vou passa0 no vestibula0. *Eu sabia que mesmo eu tentando, eu não aprendia o suficiente pá faze0 o vestibula0, e era muito frustrante pra mim, :: é: faze0 o vestibula0*”. (Inf. 9, fem, p. 92).

(93) I* Influi muito, mays a causa num é essa não. É a menor parte aí. A causa é problema produtivo do Brasil e distributivo de renda, porque [se você] nós nós tamoo no interior produzindo tivemoø trabalhar, digamoø um sujeito pobre que tem sua casinha, **mesmo humilde sem nada, como pobre**,

mas tem pra trabalhar com a família ali ao redor dele, a educação é outra.
(Inf. 23, masc. p.253)

(94) O cabra se cria no interior, trabalhanø todo mundo, **mesmo** passanø num num passanø bem, maiø ele num tem condiçõeø de ficar no interior.
Vem (Inf. 23, masc. p.253)

Em todas as ocorrências destacadas, o item opera concessivamente, ligando orações ou informações do texto, porém, estruturalmente, apresentam-se diferenciadas. Em (90) e (91), o item desempenha valores concessivos, porém do ponto de vista estrutural, o referido item tem sua configuração formal ampliada pelas expressões *que* (**mesmo que**) e *assim* (**mesmo assim**), o que, do ponto de vista *icônico*, tem a ver com o *subprincípio de quantidade*.

Segundo esse princípio, “quanto maior a informação maior a quantidade de forma, de tal modo que a estrutura de uma construção gramatical indica a estrutura do conceito que ela expressa”.

No conteúdo semântico das expressões **mesmo assim** (*que*) estão condensadas informações que o item recupera anaforicamente. Ao mesmo tempo, o uso de **mesmo** como concessivo pressupõe a expressão de informações novas dando continuidade ao propósito discursivo.

Em (92), (93), (94), a concessividade é marcada pelo deslocamento do item no sintagma, iniciando oração e pela forma verbal no gerúndio, implícita ou explicitamente. O mecanismo sintático desenvolvido pelo item nessas construções concessivas mostra-se mais complexo cognitivamente e, até, de difícil interpretação³³. Substituir **mesmo** por uma expressão equivalente ajuda na compreensão:

(95) **mesmo** humilde sem nada, como pobre - (embora) **mesmo que** seja humilde)

(96) **mesmo** passanø num num passanø bem - (**mesmo que** passe ou não passe bem)

(97) **mesmo** eu tentando - (**mesmo que** eu tente)

Levando-se em conta o contexto de uso e o estilo coloquial como são estruturadas, as ocorrências (95), (96) e (97) refletem a informalidade das situações interativas em que são produzidas, podendo-se afirmar que o uso de **mesmo** tem motivação pragmático-discursiva.

Do ponto de vista funcional, as construções concessivas expressas por **mesmo** são entendidas como resultantes de processos de mudança por *gramaticalização* decorrentes das

³³ Em muitos contextos o uso de **mesmo** como concessivo confunde-se com sua ação inclusiva, como já notificado na p.15

necessidades comunicativas e, explicáveis pelo princípio de *pressão de informatividade*. Traugott e Köing explicam que

[...] os processos de mudança por gramaticalização podem ocorrer com itens que assumem valor contrastivo (concessivo) por influência desse mecanismo em situações de concomitância ou co-ocorrência temporal entre fatos. (TRAUGOTT e KÖING 1991, p.190)

Em todos os casos concessivos observados, o item apresenta-se afastado de suas atribuições originais, embora continue exercendo um papel coesivo na sentença, relacionando um segmento informativo a outro. Devido às necessidades comunicativas e à própria predisposição funcional (fluidez) do item, ele se submete, em parte, a um processo gradual de enfraquecimento do seu sentido lexical e de especialização morfossintática e semântica.

Apesar dos funcionalistas defenderem a ideia de uma forma para um significado, na visão forte do princípio de iconicidade, acredito que, no caso específico do item **mesmo**, essa correlação não se aplica no momento atual da língua. Os diversos usos e sentidos do item devem ser explicados através de um *continuum* de transparência, no qual evolui um dos outros rumo à opacidade plena no nível do discurso. Subentende-se uma sucessão de mudanças numa cadeia evolutiva (HEINE et al, 1991). Muitos desses processos, embora não muito recentes, podem estar ainda em curso. Alguns estacionam temporariamente, reaparecendo depois, outros avançam na evolução, prescrevendo a história do item.

A análise mostrou que os diversos usos do item **mesmo** no português atual são resultados de processos icônicos no uso da palavra, comprovando a não arbitrariedade da estrutura. Isso significa reconhecer a ação humana e do tempo no uso das formas linguísticas e o caráter diacrônico da gramaticalização assinalado pelos funcionalistas.

Dúvidas deste processo evolutivo e até mesmo da prestatividade do item em diferentes situações de uso no português atual podem ser esclarecidas através de uma imersão no passado.

É o que faço na próxima seção. Viajar, retrospectivamente, no tempo, vasculhando os segredos linguísticos do passado, pode ser também emocionante.

4.2 CORPUS II – AS CARTAS OFICIAIS DA PARAÍBA

4.2.1 INTRODUÇÃO

Estou agora no Brasil colônia e imperial, exatamente, em João Pessoa. Depois de observar tantas travessuras do item linguístico *mesmo* no português atual, debruço-me sobre o passado da língua, procurando observar o seu comportamento em textos históricos da Paraíba dos séculos XVIII e XIX, período em que o Brasil vive intensas contradições sociais, na formação de sua própria identidade. Acredito encontrar nesses textos históricos, especificamente, em cartas oficiais do Brasil colonial e imperial, informações/respostas que esclareçam as dúvidas que ainda restam em torno de sua classificação e até explicar fenômenos apontados na análise em torno da sua funcionalidade no português atual.

Meu interesse mesmo é saber se nesse passado, não muito distante, o item já revelava a mesma predisposição funcional que ostenta no português atual ou tinha uma aplicabilidade mais restrita no âmbito da língua. Que processos funcionais no uso do item eram mais salientes, quais deles perduram até hoje no sistema linguístico?

Será que a inexpressividade do item como anafórico “nominal” que hoje se observa já era um fato no português de outrora ou trata-se realmente de um apagamento dessa função do item no português atual, sendo por isso desprezada nos estudos gramaticais?

Será que os papéis (relacional e modalizador) desempenhados pelo item já eram exercitados em momentos anteriores da língua ou representam aquisições mais recentes decorrentes do investimento sociocultural e linguístico que envolveu o país após a instalação da corte portuguesa em territórios brasileiros?

Enfim, como se comportava o item naqueles períodos e que matizes significativos ele manifestava em contextos de usos reais, no passado?

Que fenômenos linguísticos são evidenciados nos dados em torno do uso do item passado? Que fatores linguísticos e extralinguísticos influenciaram esse comportamento?

Sem deixar-me abater pelo cansaço da viagem, procuro, no decorrer do estudo, responder essas questões.

4.2.2 MESMO NOS TEXTOS COLONIAIS E IMPERIAIS

Como já especificado, a amostra está constituída de 160 (cento e sessenta cartas) oficiais, escritas nos séculos XVIII e XIX, integrantes do *corpus* linguístico diacrônico da Paraíba (VHPPB), publicado por Fonseca (2005). Escritos por pessoas de diferentes níveis socioculturais, esses manuscritos constituem exemplos autênticos do português falado/usado no Brasil naquele momento histórico, revelando traços característicos de um linguajar coloquial, simples, considerado ainda em formação, conferindo ao corpus confiabilidade para um estudo comparativo dos dados, muito embora, na modalidade escrita da língua.

Assim sendo, dou segmento ao estudo. Primeiro, seguindo a ordem cronológica dos períodos constituintes do *corpus* 2 e observando as especificidades de cada momento da língua, faço o levantamento quantitativo das ocorrências, distribuindo-as por categorias. Sequencio, com a análise dos fenômenos observados, identificando estabilizações e avanços do item nos referidos períodos e identificando os fatores socioculturais que os determinaram. Finalizo o capítulo, correlacionando os dados das duas sincronias em estudo, e pontuando os processos de gramaticalização do item nos últimos duzentos anos.

4.2.2.1 AS OCORRÊNCIAS: CATEGORIZAÇÃO

A leitura preliminar e pontual dos dados não evidencia um comportamento de uso muito alterado do item *mesmo*. Exceto o seu uso como elemento de circunstância, repetem-se aqui as mesmas ocorrências observadas no presente. Por isso, opto por seguir a mesma orientação metodológica desenvolvida na investigação dos dados do presente, considerando, a

princípio, as mesmas categorias analíticas de análise: reforço enfático, reforço contextual, referência adnominal, referência nominal, inclusão, oposição.

4.2.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.2.3.1 AS CATEGORIAS: FREQUÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

Na amostra selecionada foram encontradas 125 (cento e vinte e cinco) ocorrências do item *mesmo*, sendo 75 (setenta e cinco) nos textos coloniais e 50 (cinquenta) nos textos imperiais. A tabela 7, a seguir, mostra o total em cada categoria por período:

Tabela 7. Distribuição da frequência de uso: categoria funcional x períodos colonial e imperial					
Categorias funcionais	Intenção	Período colonial	%	Período imperial	%
Reforço enfático	Enfatizar			2	4.00
Reforço contextual	Enfatizar	2	2.67	1	2.00
Referência adnominal	Identificar/referir /comparar	55	73.33	32	64.00
Referência nominal	Idem	14	18.67	7	14.00
Inclusão	Destacar	4	5.33	7	14.00
Oposição	Relacionar			1	2.00
Total		75	100.00	50	100.00

Nos contextos históricos observados, os dados revelam aspectos surpreendentes no que se refere à frequência de uso do item *mesmo* por categorias: i) a semelhança funcional do item nos dois períodos; ii) por um lado, a predominância de ocorrências nas categorias *referenciais* (adnominal e nominal) e, por outro, a baixa representatividade do item nas demais categorias, inclusive, nas duas de *reforço* nos dois períodos, iii) frequência de ocorrências levemente acentuada no período colonial.

Diante das semelhanças e sem desprezar as especificidades evidenciadas em cada período, na análise e discussão dos dados, levo em consideração o resultado da soma dos períodos visitados apresentado na tabela 8, a seguir:

Tabela 8. Distribuição da frequência: categoria x usos				
Categoria funcional	Colonial	Imperial	Total	%
Reforço enfático	-	2	2	1.60
Reforço contextual	2	1	3	2.40
Referência adnominal	55	32	87	69.60
Referência nominal	14	7	21	16.80
Inclusão	4	7	11	8.80
Oposição	-	1	1	0.80
Total	75	50	125	100.00

A soma dos resultados parciais apresentados no quadro 8 são bastantes reveladores quanto ao comportamento do item em foco. Considerando os aspectos morfosintáticos e semânticos das ocorrências, seu emprego mostra-se quase restrito a sua propriedade anafórica ou referencial, contemplada pelas categorias *adnominal* e *nominal*. Só o valor adnominal expresso pelo item corresponde a 69.6% dos dados, enquanto a categoria nominal apresenta 16.8%. As duas somadas totalizam 86.4% das ocorrências nos dois períodos, o que é muito significativo. As demais categorias exibem os seguintes percentuais de uso: reforço enfático

com 1.6%, reforço contextual com 2.4%, inclusão com 8.8% e a categoria de oposição com 0.8% dos dados, totalizando 13.6% das ocorrências.

Passo, a seguir, para a análise descritiva das ocorrências, iniciando pelas categorias referenciais destacadas pela frequência. Em seguida, avanço, apresentando as categorias menos concorridas, quantitativamente, ficando a análise do item centrada nos dois focos representacionais de usos detectados nos períodos: usos estabilizados (referenciais ou anafóricos) e não estabilizados (novos usos).

Embora tentasse, não foi possível evitar a repetição na descrição analítica dos fenômenos em foco. A semelhança dos fatos do presente com os do passado torna obrigatório o enfoque de muitas questões já discutidas anteriormente. Não reapresentá-las poderia prejudicar o entendimento da análise aqui desenvolvida. Prefiro não correr o risco.

Seguindo a orientação prevista, desenvolvo, a seguir, a análise, enfocando os dados preferenciais destacados no *corpus* 2.

4.2.3.1.1 **MESMO: A PREFERÊNCIA ANAFÓRICA**

Olhando os dados do ponto de vista quantitativo, entende-se que a preferência pelo valor anafórico do item observado nas diversas situações funcionais nos textos oficiais analisados ressalta as peculiaridades remissivas e aglutinadoras do item herdadas do latim, bem como atesta sua continuidade no português do Brasil.

Particularmente, nas cartas coloniais e imperiais, como ressaltam os dados, o item **mesmo** apresenta-se expressando diferentes valores anafóricos seja como *adnominal* ou como *nominal*. Em qualquer situação, ele estabelece diferentes relações coesivas ao mesmo tempo, tais como: identifica e ressalta semelhanças, faz referência a algo já, explicitamente, mencionado ou conhecido ou estabelece comparações no texto.

Na categoria *referência adnominal*, desempenhando funções atributivas, o item em pauta apresenta-se flexionado e anteposto a um substantivo precedido de artigo, atribuindo-lhe uma qualidade. Nas cartas, são frequentes ocorrências do item com esse valor funcional,

expressando semelhança e repetição, com a intenção de destacar certos fatos ou palavras, como mostra o exemplo a seguir:

(95)

Participo a *Vossa Senhoria*. que entimando
ao Criado do Consul Inglez, que não
viesse a bordo do Brigue, em que me
acho destacado; foi me atacar
com *palavras* enjuriosas, e depois
disse-me que vinha dar um re-
cado, tornando a dizer-lhe que
não viesse, *tornou a dirigir-me*
as mesmas palavras, e a miaçou-me
com hum pão que trazia na mão,
presinciando o Filho do Ramos, e hum
Marujo Portugues que se acha a
bordo, então pedi a dous soldados
que se achão nessa Guarda, que
o prendessem. (DI, C.160, 1855)

Em (95), a ação dêitica/fórica do item **mesmo**, propriedade típica dos pronomes demonstrativos, caracteriza-se pela dimensão comparativa que produz aos fatos. É o que ocorre quando o autor da carta, ao narrar uma situação vivenciada por ele duas vezes, faz uso do item, antepondo-o ao substantivo “palavras”, mencionado, anteriormente, com a intenção de destacar a identidade dos fatos narrados, produzindo, também, um efeito repetitivo entre eles.

Entretanto, é possível se observar na amostra outras manifestações de uso do referido item no eixo sintagmático, ainda, com valor *adnominal*. As ocorrências (96), (97) e (98) no trecho da carta abaixo mostram essa preferência:

Examinando o conteudo daparte, que a V.S. deo oDiretor da
Vila de Alhandra, axei, (96) *pelo que respeita as terras **damesma***
Vila, destinados para asplantações dos Indios, que elas são su-
ficientes para eles, huã vez, que semandem expulsar os perten-
didos foreiros que nela seaxão sem satisfazerem ao fim
*para que asarrendavaõ,(97) eque bem Longe de civilizarem os **mesmos***
Indios os poem em perturbação, e dezordem, por que são
da intima e mais abjeta plebe: he verdade, que destes foras
significantes gentilezas do Parrocho para as funções da Padroeira
*da Vila, (98) **porem os indios podem concorrer da mesma forma***
para afeividade sehe queo Parrocho não tem obrigação deagra-
cer aSuacusta. (DC,C.43, 1800)³⁴

³⁴ DC (documento colonial); C (carta).

Na carta selecionada, o autor, procurando ser explícito e objetivo, lança mão da expressividade anafórica do item em pauta três vezes (ocorrências 96, 97, 98), visando especificamente, expor sua opinião sobre as terras dos índios em Vila de Alhandra e sobre os próprios índios.

Na primeira ocorrência (96), “*Examinando o conteudo daparte, que a V.S. deo oDiretor daVila de Alhandra, axei, pelo que respeita as terras **damesma** Vila, destinados para asplantações dos Índios*” o uso de **mesmo**, antes de “Vila” manifesta sua vocação dêitica/fórica, identificando e fazendo referência “Vila de Alhandra”, anteriormente citada, reafirmando-a como local destinado as plantações dos índios.

De forma semelhante, na ocorrência (97) “*eque bem Longe de civilizarem os **mesmos** Indios os poem em perturbação, e dezordem, por que são da intima e mais abjeta plebe:*”, observa-se o uso do item **mesmo** (no masculino plural) antes do nome, identificando e fazendo remissão “aos índios” já citados no texto e entendidos como vítimas da má conduta dos foreiros.

Na ocorrência (98), “*porem os indios podem concorrer da **mesma** forma para afestividade sehe queo Parrocho não tem obrigação deagra-cer aSuacusta*”, observa-se o uso do referido item, sintaticamente, semelhante às anteriores, entretanto, diferente do ponto de vista do conteúdo expresso. A expressão **da mesma forma** estabelece, no texto, uma comparação anafórica, podendo ser interpretada por “igualmente”. Ou seja, o uso do item, nesse contexto, sugere a ocorrência anterior de uma situação/fato semelhante, com a qual se estabelece, explicitamente, uma comparação.

Esse matiz comparativo do item foi detectado em outras ocorrências nos documentos analisados, embora em número pequeno (cinco ocorrências nos textos coloniais e sete nos textos imperiais). Seleciono na carta 69, a seguir, uma ocorrência que ilustra essa característica:

(99)

Como Vossas Excelências no Officio de 25 deJunho do Corrente an-
anno nós- pedem um exacta informação
sobre as Ser cunstancias desta Freguezia, para
nella se estabelecerem Aullas deprimeiraS Letras,
informamos oseguinte pellos mesmos artigos dodito
officio = Primeiro Esta Villa, (VillaNova da Rainha)
eseu contorno não
só as apresenta uma numeroza mocidade para
asprimeiras letras, como até para Gramatica
Latina, por que oReverendissimo Parocho des-
ta Freguezia Virginio Rodrigues Campello,
quando aqui chegou daprimera vêz con-

tava quazi trinta alunos, que ensinava gratuitamente ; sendo entã apopulação muito menor; ealem disto como esta Villa é oponto central do Sertaõ do Cariri nehun outro lugar é taõ adequado para esse estabelimento, como ela. Segundo noseu termo á Povoações, *quenaõ* (____) mui consideraveis a exceSsaõ d’Alagoa Nova, *porém todas ellas apresentaõ amesma necessidade* pella *pella falta demeios*; que tem muitos Pais desses emterem oseos filhos fora de suas cazas, eestas Povoações naõ em premeiro lugar a Alagoa Nova, emSegundo oBrejo do Fagundez e enterceiro adeCabaceiras. ” (C.69, DC, FJS, 1822).

Em (99), *porém todas ellas apresentaõ amesma necessidade* pella *pella falta demeios* o uso do item **mesmo** (no feminino concordando com a palavra necessidade), além de está reafirmando as condições de precariedade das vilas em relação a “aullas” (escolas), citadas anteriormente no texto, ressalta as semelhanças e identidades entre elas, visando a convencer as autoridades da necessidade de aí se instalar uma unidade escolar. Como aparece em um relato de opinião, em que o autor apresenta, anteriormente, inúmeros argumentos, o uso do item, especificamente, no final do texto, sintetiza todas as informações citadas, sugerindo, também, igualdade de condições entre as citadas vilas.

A presença de exemplos no *corpus* 2 com matiz comparativo, embora limitado, atesta o desdobramento semântico no uso da palavra **mesmo** no português colonial e imperial. Entretanto, é impossível, no âmbito desta pesquisa, precisar se se trata de uma propriedade do item, pouco usada naqueles períodos, ou se, de fato, caracteriza-se como uma emergência de uso no português colonial do Brasil.

De forma muito singular, a carta 118, a seguir, escrita pelo vigário da Vila de Alhandra informando sobre os índios e seus costumes, registra duas ocorrências (100) e (101) de uso do item **mesmo** com valor adnominal, estabelecendo, mais uma vez, relações comparativas claras no interior do texto:

(100) *Aindole, inclinação, e costumes dos noSsos Indigenas São ainda hoje com pouca diferença a mesmo que antes de sairmos do estado brutal, em que os havia collocado a Natureza.* Por quanto naõ tendo elles hua-*Authoridade* , que previa, e diligentemente regule, dirija, eprovidencie as suas ações todas oppostas ao bem estar de si proprios, e dos que estaõ inherentes ao seu immediato influxo, he tudo entre elles desordem, e nada tudo.

(101) *acho ser de nenhuma vantagem, e inutil aldear-se semelhante gente, porque he omesmo que conservalla no mesmo estado, quedantes, ehe por isso que acho razoavel ser tida em o numero do mais*

Pôvo, que fôrma o Corpo das Ordenanças, ficando à inspeção do Capitão-mor respectivo ocuidar de seu mi-lhoramento, sem distinção de suas qualidades. (DI³⁵, C 118, fl. 2, 1826).

As ocorrências (100) e (101) registram usos reduzidos da expressão *a mesma coisa* **que** estabelecendo comparações no texto, recurso comum na linguagem coloquial, equivalente à *igual a* como já foi ressaltado na análise anterior. A hesitação observada na ocorrência (100) ressalta o coloquialismo da linguagem nas cartas e evidencia dúvidas do autor quanto à modalidade escrita do português. São ocorrências semelhantes do ponto de vista funcional, todavia, chamam a atenção por se apresentarem estruturalmente diferentes e reduzidas, sem implicações sintáticas, porém, sinalizadoras da disseminação referencial e comparativa de uso do item em situações do dia a dia.

Estudos linguísticos diacrônicos têm ressaltado que o português no Brasil colonial e imperial apresentava variações de uso tanto no léxico quanto na morfossintaxe relacionadas tanto ao padrão culto da língua quanto ao padrão coloquial.

Embora cause estranheza, é compreensível, portanto, o fato de expressões próprias do contexto oral da língua aparecer nos textos das cartas oficiais. A divergência quanto ao conhecimento do código escrito do português apresentado pelos redatores e a falta de um padrão regulador da escrita naqueles períodos favoreciam, naturalmente, o aparecimento de singularidades da oralidade nas cartas, evidenciando influências pragmáticas e subjetivas no uso do item.

Em todas as ocorrências analisadas, o item linguístico **mesmo** aparece com valor *adnominal*, no entanto, a atuação do item com valor anafórico vai além dessas possibilidades de uso analisadas até agora. Com 16.8% das ocorrências, a categoria *referência nominal* marca o uso do item **mesmo** com valor de substantivo ou nome nos textos, desempenhando, igualmente, papéis referenciais anafóricos. Essa substantivação é marcada no discurso pela presença do artigo definido que lhe é anteposto (**o mesmo**).

Identifiquei nas cartas coloniais e imperiais alguns exemplos de uso do item com essa função:

(102)

Os Escravos, de que trata oofício de Vossa Senhoria da data de hoje estão na posse de Jose Correia Botelho do Amaral desde que saio doCelebre Engenho de Gargau: Oactual Procurador do Morgado deVila Cova tem pertendido haver asi parte dos **mesmos**, esobre isto pen-

³⁵ DI- Documento Imperial

de cauza neste Juizo, em Consequencia da qual estaõ Letigiosos, e em' -
quanto não ouver hua sentença definitiva, que declare aquem
pertencem, devemse conservar napoSe, emque seaxaõ.
(DC, inf. GJSC, C.50, 1800).

Em forma de relato, embora desempenhando função sintática diferente das assinaladas anteriormente, na ocorrência (102) *Oactual Procurador do Morgado deVila Cova tem pertendido haver asi parte dos mesmos*, o item **mesmo** une-se, anaforicamente, a palavra “**escravos**” mencionada no segmento anterior do texto, assumindo suas características sintáticas. Apesar de distante, o uso de **mesmo** em (102) possibilita ao autor recuperar o referente *escravos*³⁶, estabelecendo a ligação entre os segmentos oracionais, sem repetir a palavra. Esse recurso, comum nas cartas coloniais e imperiais, envolve operações cognitivas sofisticadas como mostra a ocorrência a seguir:

(103)

Nesta Junta da Real Fazen
da representou o Doutor Provedor dessa Capitania; em como seacha=
va o Aquartelamento dos Soldados do Cabedelo necessitado de con
certo, por se acharem todos a ruinados, e que o Mestre José Cardozo
queria por elle oito centos milreis epara sedeterminar o mesmo
concerto, mandará Vossa Senhoria fazer a planta do terreno do dito Aquar=
telamento eorsamento da despeza do concerto de que necessitaõ; de=
clarando o estado emque estão, ea ruina que tem, e tudo remeterá
desta Junta, para nella seasentar o que for mais util; **omesmo**
mandará praticar, sobre a ponte do fosso da dita Fortaleza.
(C 25, DC, 1777, J.C.M)

Em (103), a função da palavra **mesmo** como sintagma nominal não se reduz a fazer remissão a um referente em particular, previamente, estabelecido e individuado, como ocorre nos exemplos anteriores. Aqui, ele aparece resumindo várias informações proposicionais, anteriormente, citadas e, ao mesmo tempo, suscitando expectativas em torno do que vai ser dito sobre a questão. Por ser uma possibilidade de uso cognitivamente complexa, sua interpretação exige estratégias importantes de reativação de informações na memória ativa do interlocutor. Ou seja, a interpretação de **o mesmo**, como expressão referencial (nominal) consiste não em localizar um segmento linguístico (um “antecedente”), mas sim, em estabelecer uma ligação com algum tipo de informação que se encontra na memória discursiva.

Esse tipo de manifestação anafórica/catafórica do item **mesmo** assinala sua flexibilidade tanto sintática quanto semântica no discurso, apresentando-se como resumidor, isto é, que “*tem a propriedade de aglutinar seqüências de informações com o mesmo teor*” (ALPHOTELLOZ, 2003, p.141) e, ao mesmo tempo, desenvolver um movimento para trás de

³⁶ Entende-se que em (102) ocorre elipse do referente “escravos” no contexto analisado e em (103) elipse diz respeito a Joaquim José de Sua Santanna.

recuperação (anáfora) e para frente de progressão no discurso (catáfora), alocando informações novas dentro do quadro da informação dada, exigindo dos usuários da língua atenção e maior esforço mental na expressão do pensamento.

Semanticamente, no exemplo acima, é possível perceber o uso do item **mesmo**, estabelecendo uma relação tipicamente referencial entre os segmentos estruturais do texto. Porém, uma nova leitura vai mostrar outras nuances funcionais desse item nesses contextos: isto é, além de recuperar os fatos, **mesmo** implica uma comparação remissível de conteúdos. Pode-se inferir que, em (103), o autor usa “**o mesmo**” com sentido de “procedimento igual”, fazendo remissão aos conteúdos evocados anteriormente.

A carta (97), a seguir, destaca uma ocorrência similar:

(104)

Graças sejaõ dadas a Providencia aca=
barão, e proclamou-se em todo Portu=
gal sucecivamente a ElRei com os
Poderes como em outro tempo lhe
eraõ Conferidos e pedindo o Povo espon=
taneamente a extinção de todos os mal=
vados mações indeviduos que de=
fl. 3
veraõ ser esquecidos de uma vez a todos
os Portugueses onrados, e ensinar-mos
aos nossos vindoiros, que foraõ e seraõ
em todo tempo os Causadores de todos os=
malles passados, e presentes, **eomesmo**
faraõ para o futuro se por acaso naõ
foi esta epidemica arvore cortada pela
rais. Assim me seria perciso ocupar
(C 97, fl 5, DI, JMC, 1823)

Na ocorrência (104), o uso do item retoma o conteúdo, imediatamente, expreso, subentendendo-se que em **o mesmo** a palavra “mal” está elíptica. Nesse mecanismo, a referida expressão possibilita, mais uma vez, a comparação entre uma situação acontecida no passado (dada) e outra, possível de acontecer no futuro (virtual), ou seja, favorece uma informação inferível, tratando-se, portanto, de um referente nominal.

Em resumo, é importante assinalar que, em (103) e (104), o item **mesmo**, como constituinte sentencial, remete a segmentos posteriores no texto promovendo uma relação catafórica, mas, ao mesmo tempo, impõe um movimento retrospectivo a segmentos anteriores com os quais se liga anaforicamente, desempenhando uma dupla função referencial. Seu conteúdo dêitico, nesses contextos, parece menos perceptível; em contrapartida, seu lado

fórico estende-se além da estrutura textual, deixando a cargo do interlocutor, a recuperação de informações ou sentidos implícitos.

Detive-me, até agora, na análise dos valores estabilizados (anafóricos) do item, coincidentemente, não só os mais antigos como os mais recorrentes nas cartas, constituindo-se, por conseguinte, representações autênticas do item estudado.

Na sequência, apresento usos do item **mesmo** que apontam sua evolução nos períodos, muito embora, sejam limitados no *corpus* analisado.

4.2.3.1.2 **MESMO: AS INOVAÇÕES FUNCIONAIS**

Embora em pequeno número, a frequência dos dados ressalta usos que quebram a hegemonia referencial do item nos períodos visitados e contrariam o princípio de arbitrariedade na língua, ou seja, sinalizam motivações no uso do item. Por exemplo, na categoria de “inclusão”, com 8.8% das ocorrências nos dois períodos, registram-se exemplos de usos do item **mesmo** com valor, inteiramente, fora do seu uso habitual como dêitico/fórico. Na carta 48, observa-se um bom exemplo:

(106)

carta, *que Vossa Senhoria* omandou juntar por despacho de 8 do Corrente oque ele satisfes: esta carta posto *que* ao principio fosse organizada com algum equivoco, toda avia oseo contesto decida do empenho do Juis a favor do damnador. Hé publico, *que* o Juis receando, *que* o Suplicante a publicase, fizera todas as diligências *para* ahaver asi, e por *que* não o conseguiu pasou a insultalo por diferentes modos. A condenação está apelada *para* a Camara, e este juis *que* está demas, *nao deve assistir a decidaõ em razãõ mesmo* *damecionada carta*, *que* o constitue em suspeita, ordenandose por conseguinte, *que* va prezidir a Camara *nao Casiaõ* do conhecimento o-outro Juiz (C 48 fl. 2, DC, GJSC, 1800).

Nesse caso (106), o item não faz referência a uma palavra do texto, porém, estabelece uma relação coesiva no eixo sintagmático como conectivo, podendo ser substituído por *inclusive* ou *até*. Aqui, o item afasta-se de sua característica dêitica/fórica, propiciando ao

autor realçar uma informação, em favor de sua intenção. Trata-se de um uso motivado do ponto de vista icônico. O uso do item **mesmo** nesses contextos pressupõe uma escala/sequência de argumentos, na qual a informação introduzida por ele é destacada, constituindo-se a mais importante da escala, como declarou Ducrot (1983) ³⁷.

Em algumas ocorrências, esse valor de inclusão passa a impressão de ter evoluído do valor do item como reforço enfático.

Continuo a análise focalizando mais uma vez um uso estendido do item, reafirmando o caráter icônico no uso da expressão. Na carta 129, uma exposição de motivos datada do início do império, aparece uma ocorrência do item **mesmo** que vale a pena comentar por ser a única em todo o *corpus*:

(107)

O Comandante, para ser a Camara, Composta de Pais, parentes, e amigos, a execução do Juiz João Roiz Sermento, e primeiro Virador João de Souza Martins.

Terceiro pelo qual procedimento o Antecessor de Vossa Excelência fazendo respeitar as Imperias ditirminações, reprehendemos, aspramentos a Camara por officio de 10 de outubro do anno paçado, pela opposição feita amim Contra a Lei.

Quarto, que o Antecessor de Vossa Excelência Compilou com amiaços de prisão por officio de 10 do mes a Sima, ao Camandante José Ferreira para este me entregar a Regencia que Sem isso o não faria, unido com a Camara Parenta, e amiga.

Quinto que Senão fosse Aenergia, e Costancia do Ex Presidinte, não medariaão poSse domeo Posto, e perpetrariaão huma revolução Completa, a pezar deque Só por elles agentes, e alguma parte de Satelitos; **toda via a-sim mesmo não seções dequererem iludir**, a thé mesmo (quem tal diria!) o Ministro de Sua Majestade Imperial, e por isso que desde o anno paçado que tramaão subornos, a fim denão haver outra
(C 129, Fl.2, DI, 1827)

Na ocorrência (107), “toda via **a-sim mesmo** não seções dequererem iludir”, o item **mesmo** revela mais uma das suas possibilidades de uso fora do seu escopo prototípico, ou seja, como uma conjunção. Nessa situação de uso, **assim mesmo** tem valor idêntico a *apesar de*.

³⁷Para Ducrot (1983) e colaboradores, palavras como **mesmo**, dependendo do contexto em que estão inseridas, funcionam como operador argumentativo, classificando os enunciados de acordo com a sua força, em uma escala argumentativa.

Associando-se a *assim*, o item **mesmo** promove uma articulação concessiva, ligando informações que se opõem no texto, mas que se complementam funcionalmente.

No trecho analisado, o autor, objetivando ser o mais informativo possível, no primeiro momento, reconstrói com uma série de argumentos, toda uma situação adversa contra ele articulando-a, posteriormente, através de **assim mesmo**, com uma informação que ele considera importante e imprescindível para atingir sua intenção comunicativa. Estudiosos funcionalistas costumam explicar essa informação suplementar, introduzida concessivamente, sob a ótica do princípio da *informatividade* e relevância (TRAUGOTT e KÖNIG, 1991).

Apesar de ser a única manifestação do item nos textos analisados, sua ocorrência no *corpus 2* já anuncia a predisposição do item a novos contextos de uso acionada pelas necessidades comunicativas e cognitivas dos usuários da língua.

Antes de finalizar esse detalhamento descritivo de usos e funções da expressão **mesmo** nos períodos colonial e imperial, focalizo, a seguir, dois exemplos significativos de uso do item em estudo, embora, quase inexpressivos, em termos de ocorrências nas cartas oficiais, de acordo com os percentuais apresentados pelas categorias. Falo dos usos do item como *reforço*, correspondentes no quadro categorial proposto, como *reforço enfático* e *reforço contextual*. Proponho a leitura atenta das ocorrências, a seguir:

(108)

os da Praça alem deserem mais civilizados,
e abonados todos tem fiadores a dezerção, sem os quaes os não deixo
sahir daprisão, edesta sorte experimento menos dezerçoens; eSuposto Vossa Senhoria
mediga *que* os capazes seauzentarão tal vez *que* isso proceda deVossa Senhoria não
praticar com afactura das recrutas o *que* Eu aqui pratico,- *que* he ordenar
de baixo deprizão aos Pays deFamílias *aque* pessoalmente apresentem os
Filhos *que* tiverem; desta sorte foi nesta Praça cento etantas reclu
tas sem *que* fosse necessario prender hum unico Pay por todos com
parecerem, efaria mais seos houvesse; *isto mesmo* he o *que* Vossa Senhoria deve
praticar nessa cidade, eno cazo *que* os Pays não obedeção castigalos
conforme lheparecer justo:(C39, DC, JCM,1780)

Em (108) o uso de **mesmo** aparece desempenhando uma ação dêitica, reforçando o demonstrativo **isto**. Muito embora não seja esta uma opção frequente no *corpus* analisado, apresentando apenas 2.4% das ocorrências na categoria de reforço contextual, o *reforço* é uma função prototípica do item, como palavra mostrativa, ressaltando, principalmente, outros demonstrativos e localizações espaciais e temporais.

No trecho selecionado, um relato de opinião, em que o autor procura convencer um colega a mudar a prática de recrutar jovens para o serviço militar, usando uma série de

argumentos, o item *mesmo* coloca-se como reforço anafórico, confirmando e referindo-se a tudo que foi exposto anteriormente e recuperado pelo demonstrativo *isto*.

Entretanto, sendo o reforço uma característica original do item, estranha-se o baixo percentual de uso flagrado nas cartas, principalmente, nos textos coloniais. Essa restrição verifica-se também, com a categoria de “reforço enfático”, na qual o papel do item é reforçar pronomes pessoais. Destaco, a seguir, duas ocorrências (109) e (110) dessa manifestação do item na carta imperial 121, que, apesar de extensa, é reproduzida na íntegra para facilitar a compreensão do texto:

Vossa Excelência medetremina lhemande huma informação, da indule, Custumes, enclinações dos Indios destas duas Villas do Conde, e Alhandra de q. sou Commandante, aSim Como tão bem do terreno mais proprio - para o seo adiantamento eas Couzas que tem inutilizado os Esforços para a Sivilização delles, sobreo que informo aVossa Excelência Conforme omeo pensar. O Costume ordinário destes Indios em todo tempo hé furtar, beber Agoardente, por Cujo motivo vivem em abati mento etudo proçedi Osiozidade em que vivem, elles não temem, num respeitaõ aninguem saõ muito mudavês na sua Conduta emuito inconstantes em todos os seos progetos, não há quem vigie sobre eles para os domar einclinalos a sivilização. Estes Indios teriaõ melhor comportamento se viveçem de baxo dedesiplina deoutra Naçaõ aquem elles temesem. Governados pue outro Indio seo semelhante nunca já mais poderaõ – ter melhoramento; por que quem vio hum vio todos, aconduta de hum hé detodos, domesmo modo aOsiozidade; apreguiça emais inclinações, etudo quanto fazem eObraõ hé pegado às ramas do seo gentilismo: dos Directores não fazem Cauzo, ese querem fazer oseo elles Indios se rrebelaõ contra ele; o terreno mais proprio para o seo melhoramento esivilizaçãohera empregallos na Marinha, ou no serviço das Tropas (109)eas Cauzas que tem avido para não serem sivilizados, saõ elles *mesmos* (110) por que só procuraõ por *si mesmo* abaterem-se em todas as suas aSsons, eomodo que tem devida. Saõ muitos imCnstantes, e histante, e histante mudaõ depaRiçer, enelles não sepodi fazer Confidencia, por que so olhaõ – para intereçe decarne e Agoardente; poderaõ ter adiantamento nas Suas Villas seforem governados com hum jugo pezado que os obrigue atrabalhar, vigiando sobre ellesaSim como os Misionarios nos Seos principios; a o contrario nunca já mais paSaraõ doque. Saõ, é hé oque Posso informar aVossa Excelência Deus Guarde aVossa Excelência muitos annos. (C.121, DI, FCS, 1826)

Na ocorrência destacada (109), *eas Cauzas que tem avido para não serem sivilizados, saõ elles mesmos*, o item apresenta-se flexionado e posposto ao pronome pessoal “elles”

mostrando os índios como os responsáveis pela impossibilidade de serem civilizados. A função de **mesmo** nesse contexto é, sobretudo, de reforçar a palavra, promovendo um efeito além do fato, mas não está ligado a esse pronome do ponto de vista sintático. É visto, assim, como anafórico uma vez que faz referência a “índios” (Apothéloz e Chanet 2003, p.56).

Em (110), *por que só procuraõ por si mesmo abaterem-se em todas as suas aSsons*, o item **mesmo** aparece posposto ao pronome “si”, ligando-se à ele como reflexivo, referindo-se aos índios do ponto de vista sintático.

Constituindo usos peculiares do termo, esperava, do ponto de vista da frequência, uma recorrência acentuada do item **mesmo** nessas funções, confirmando sua afinidade funcional com a forma latina *metipse*³⁸. Não é o que ocorre no *corpus* 2.

Nos contextos históricos analisados, a comunicação linguística não se fazia em português³⁹, o que pode ter influenciado a baixa recorrência do item como *reforço*. Além disso, o material linguístico analisado, apesar de apresentar características coloquiais, pertence à modalidade escrita da língua. E como se sabe, o *reforço* é caracteristicamente um uso da oralidade.

No português atual, os usos do item como *reforço* são motivados pelo contexto interativo oral como ficou comprovado na pesquisa do *corpus* 1.

Creio que a insuficiência de dados do item com intenção de *reforço* nas referidas cartas pode estar relacionada com o contexto histórico de produção da época, indicando, portanto, “retração” temporária dessas funções, nunca, porém, o seu apagamento.

Não pretendo no espaço deste trabalho contemplar essa hipótese. No entanto, conhecer esses detalhes mostram que o dinamismo da língua comporta diferentes processos de estabilidade e evolução das formas linguísticas. Ora mostra-se circunscrita e limitada, ora, expande-se e avança em novas direções, determinadas pelas circunstâncias socioculturais.

4.2.3.2 MESMO: AS MOTIVAÇÕES SOCIOHISTÓRICAS E CULTURAIS

³⁸ Retomando o quadro teórico. Salum (op.cit.) explica que a partícula *met* foi *reforço* do pronome pessoal e ao seu lado usou-se também, *ipse* dando origem a *metipse* e *metipsimu* (latim) indicando identidade e ênfase nas línguas românicas. Portanto, o *reforço* é uma questão que se insere no âmbito da evolução dos demonstrativos, dos dêiticos, anafóricos, e catafóricos, relacionados por origem. (cf. Salum, 1981 p. 90).

³⁹ Informações históricas afirmam que no período colonial falava-se o tupi-guarani.

Croft (1990, p.103) afirma que “a estrutura da língua reflete de algum modo a experiência”. Documentos históricos sobre o Brasil colonial e imperial mostram que o século XIX, particularmente, apresenta-se, do ponto de vista da língua, como um período extremamente dividido entre o português brasileiro vernáculo e o português brasileiro normativo que se tentava instaurar. Ambos estavam em formação naquele período. Segundo Pagotto (2005, p. 68), “*os falantes da elite social se debatiam entre uma norma em construção e um português popular que se desejava evitar, mas cuja força fazia subir do porão para a sala hábitos linguísticos ‘corrompidos’*”.

Em outras palavras, na medida em que a língua se ajustava aos padrões socioculturais trazidos com a mudança do reino para o Brasil, diferentes fatores conjugados podem ter incentivado o desenvolvimento de usos especiais do item no território brasileiro ou contribuído para a permanência dos velhos hábitos linguísticos europeus, confirmando a premissa de Croft, referida acima. Segundo Gonçalves et al (2007, p.65), “*a estabilidade de uso de certos padrões linguísticos são determinados não só por fatores intralinguísticos, mas também sociais*”.

A estabilização da vocação original do item nos referidos períodos pode estar relacionada a fatores socioculturais inerentes àqueles períodos. Como se sabe, a língua portuguesa não era usada pelos habitantes da colônia⁴⁰. Por conseguinte, estando a língua circunscrita a certos contextos sociais e sendo preferencialmente usada na modalidade escrita, a tendência a estabilização das suas formas linguísticas era inevitável.

Na linguística funcional, o dinamismo da gramática é gerado (motivado) no discurso através da interatividade cotidiana entre falantes e ouvintes pelas pressões de uso. Assim, se, naqueles momentos históricos, o português não circulava entre os habitantes da colônia, aliás, era até desconhecido pela maioria da população, não havia como o português e suas formas linguísticas evoluírem.

⁴⁰ Informações históricas asseguram que o português só era usado em documentos oficiais, isto é, na sua forma escrita, em situações administrativas. No convívio diário das pessoas, rivalizando com o português, reinava incontestemente, a “língua geral”, por todas as camadas sociais. Trouche, discutindo o Diretório de 1757 no qual o Marques de Pombal traça as Diretrizes para a implantação da Língua Portuguesa no Brasil, afirma que “se houve necessidade de uma legislação sobre as formas de implantação da língua portuguesa, é porque esta não era a língua corrente no Brasil (Trouche, (UFF), internet, texto acessado em 30/04/08).

Tomada ao pé da letra, essa realidade confirma o slogan de Givón (1979, p.208-209) “*a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem*”, no qual ele defende que a linguagem humana teria evoluído do modo pragmático para o sintático, destacando o papel do discurso na evolução da linguagem humana.

Do ponto de vista icônico, a alta recorrência do item com valor anafórico demonstra que a correlação entre forma e significado (função) original era marcante naqueles períodos, correspondendo ao princípio Bolingeriano (1977) em sua versão forte: a condição natural de uma forma é preservar uma forma para um significado e um significado para uma forma.

O uso confinado do português no Brasil, nos períodos visitados, pode ter contribuído com o traço conservador observado no uso do item no recorte sincrônico em estudo.

Outras variáveis também podem ter contribuído com essa questão. O nível cultural dos escritores das cartas, muitos deles pessoas, simples sem ou com pouca instrução, pode ser apontado como responsável tanto pelo caráter conservador como pelo tom coloquial registrado nas cartas, como ressaltou Fonseca (2005).

Concluindo, a análise dos documentos investigados revelou-se importante por diferentes razões:

- i) esclareceu questões relacionadas à funcionalidade do item em pauta no português do Brasil, salientando suas peculiaridades e apontando suas possibilidades na língua.
- ii) evidenciou detalhes da realidade linguística vivenciada naqueles períodos no Brasil, destacando, em especial, o caráter conservador do português brasileiro.
- iv) ressaltou as influências histórico-sociais daqueles períodos na estrutura da língua e, principalmente, na continuidade e/ou retração dos usos originais do item no território brasileiro.

Sem dúvida, valeu a viagem até o passado. De volta, prossigo o capítulo, destacando os processos evolutivos de **mesmo**, correlacionando os resultados dos *corpora* constituintes da pesquisa.

4.2.3.3 MESMO: PROCESSOS EVOLUTIVOS NO PASSADO

A análise propiciou revelações importantes sobre o item nos períodos em pauta, destacando, em especial, os seguintes processos na sua trajetória evolutiva no Brasil nos últimos duzentos anos:

- Estabilidade dos usos referenciais anafóricos.
- Retração dos usos do item como *reforço*.
- Extensão semântica do item, sugerindo “igualdade”.
- Desdobramento de uso do item, sugerindo “inclusão”.
- Desdobramento de uso do item, sugerindo “oposição”.

Projetando em escala esses resultados, observa-se a seguinte configuração no percurso evolutivo de **mesmo** nos períodos em pauta:

Referencial/reforço > (igualdade) > inclusão/oposição

Como se observa, o item **mesmo** descreve uma rota que se manifesta de forma concreta, operando, inicialmente, funções referenciais (adnominais/nominais, inclusive com matiz de igualdade), avança, timidamente, para funções mais abstratas de “inclusão” e “oposição”, ligadas às suas noções de reforço e referencial.

Explicitamente, em relação ao uso do item nesses períodos, a análise não registrou avanços significativos no que diz respeito ao seu comportamento evolutivo, porém não deixou dúvidas quanto a sua prototipicidade funcional como categoria anafórica no sistema linguístico português naquele momento histórico.

4.3 MESMO NO PRESENTE E PASSADO: CORRELACIONANDO OS DADOS

No presente (gráfico 1), o item ostenta uma configuração diversificada, contemplando diferentes nuances e funções de uso, dentre as quais se destaca sua ação como

circunstanciador, inteiramente, fora do seu escopo sintático-semântico. As categorias de “reforço”, pouco observadas no passado, reaparecem no quadro funcional, reativando essa propriedade do item. Em contrapartida, seu valor anafórico perde sua notoriedade de uso no português atual, principalmente na sua função “nominal”, e as categorias de “inclusão” e “oposição”, embora integrem o quadro funcional, mostram-se, ainda, não estabilizadas no português atual. Da mesma forma, tomando como referência os dados do passado, a categoria de “inclusão” mostra-se retraída na sincronia atual da língua. O gráfico 1, a seguir, mostra bem esses resultados:

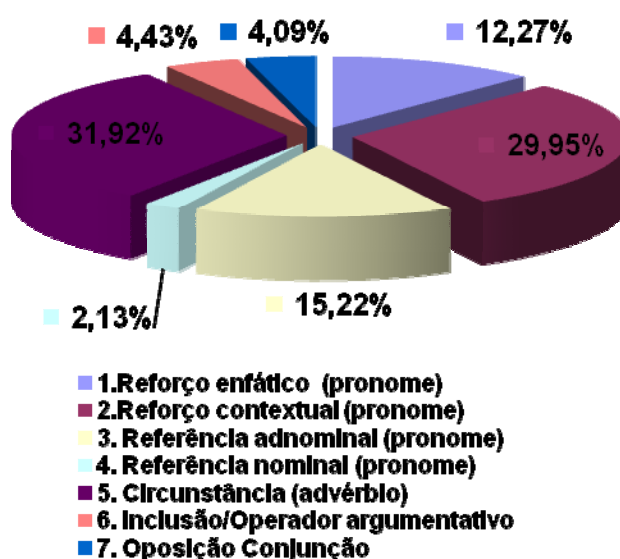


Gráfico 4. Uso de *mesmo* no presente

No passado, entretanto, o item apresenta uma configuração de uso sem muitas oscilações, aparecendo preferencialmente, como elemento anafórico, seja em posição *nominal* ou em posição atributiva ou *adnominal* na cadeia sintagmática, ostentando estabilidade funcional naqueles períodos. As demais categorias, inclusive as que denotam “reforço”, quase não aparecem nos períodos históricos visitados. Entretanto, as categorias de *inclusão* e *oposição* já aparecem no sistema linguístico, figurando no quadro funcional do item naqueles períodos. Essa realidade é destacada no gráfico 2, a seguir:

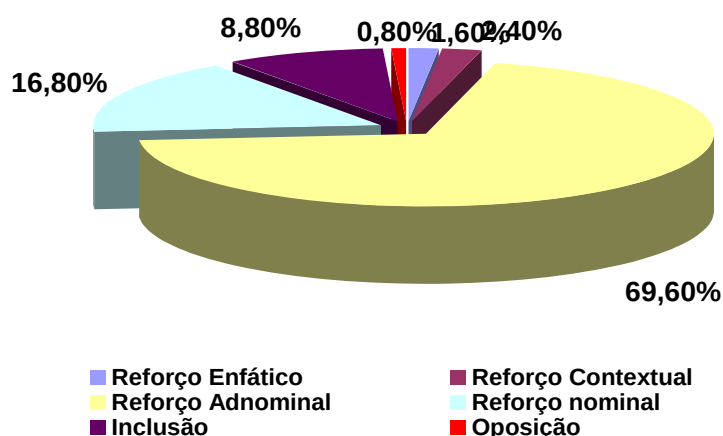


Gráfico 5. Usos de *mesmo* no passado

No passado, a categoria “referência adnominal” (69.6%) sobrepõe-se quantitativamente a sua parceira “nominal” (16.8%) com uma diferença de 52.8 %, incluindo-se nesse resultado a extensão de um matiz de *igualdade* nas manifestações do item. Os resultados obtidos coadunam-se, assim, com a expectativa alimentada em relação às propriedades originais do item, evidenciando sua representatividade *anafórica* no português.

Todavia, esperava, também, encontrar inovações no uso do item no português daqueles períodos no Brasil, atestando a natureza dinâmica e emergente da língua em diferentes contextos reais de uso.

Entretanto, os dados quantitativos não mostram alterações significativas no comportamento do item no passado, ou seja, as modulações observadas não significam regularizações na sincronia selecionada. Pelo menos no que diz respeito a esta pesquisa, o número pequeno de ocorrências registradas com valores de *inclusão* e *oposição* sinalizam tendências evolutivas, constituindo, portanto, naquele momento, mudanças em curso.

É surpreendente também o inexpressivo percentual de ocorrências do item (4.0%) nas categorias do *reforço*, uma vez que esse valor tem procedência no latim. Isso, porém, não indica “apagamento” dessa possibilidade, posição que se sustenta pelo percentual 8.8% de ocorrências do item com valor de “inclusão” como conectivo, ligado à sua função de *reforço*.

4.3.1 DUZENTOS ANOS APÓS: ROTAS E PERCURSOS

O estudo comparativo dos resultados mostra a evolução do item no decorrer dos 200 (duzentos) anos que separam uma sincronia da outra. O gráfico 3, a seguir, ressalta esse aspecto:

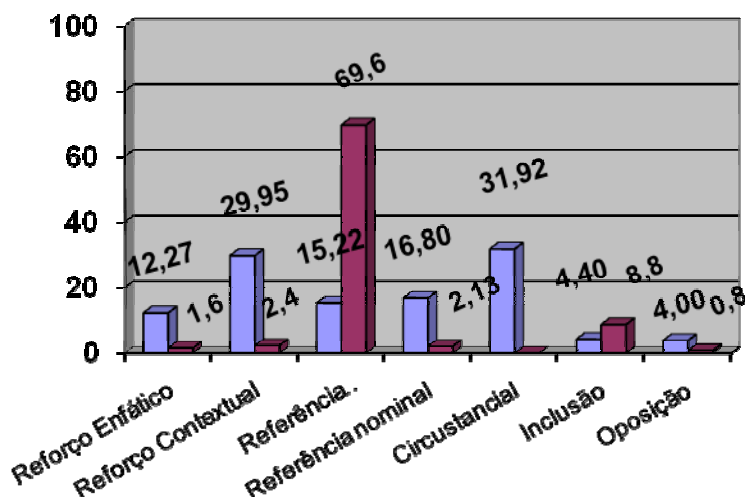


Gráfico 6 Uso de *mesmo* no presente e no passado

Do ponto de vista evolutivo, as diferenças representadas no gráfico 3 demonstram que o item *mesmo* evoluiu tanto sintática quanto semanticamente, deixando de ser um item preferencialmente *referencial* (dêitico/fórica) para se constituir um item *relacional* na estrutura sintática.

Referencial > relacional

Essa trajetória envolve um movimento cada vez mais crescente de abstratização na evolução do item, na qual sua noção original de espaço vai sendo paulatinamente diluída e superposta pela noção de texto, confirmando a proposta de Heine et al (1991):

Espaço > (tempo) > texto

Os percentuais das categorias “referência nominal” e “referência adnominal”, de maiores projeções no passado, não deixam dúvidas sobre esse fato. A categoria “referência adnominal”, como ressaltam os números, destaca-se nos dois períodos do passado, com 69.6% do total dos dados, seguida, imediatamente, da “categoria nominal” com 16.8% das ocorrências. Isso significa que, até aqueles momentos, a anaforicidade do item prevalecia no

seu conteúdo semântico, favorecido pelas condições sociohistóricas, mantendo suas características funcionais de uso. Embora se considere a ampliação gradual do conteúdo fórico do item flagrada em contextos comparativos, o ritmo evolutivo da língua não favorecia a circulação ativa do item no português do Brasil como hoje se verifica.

No panorama atual da língua, o quadro se inverte. Os usos tipicamente anafóricos da palavra estão representados, predominantemente, com 15.22%, pela categoria referência “adnominal” e com 2.13% pela categoria “nominal”, ou seja, com apenas o total de 17.35% dos dados. Apesar de menos recorrentes do ponto de vista estatístico, como ressaltam os dados, essas diferentes categorias ainda se apresentam eficazes em situações de uso onde a função referencial do item justifica-se.

Entretanto, comparado com os períodos anteriores, aparentemente, poder-se-ia cogitar que esses valores vêm se tornando opacos, deixando de serem usados no contexto atual da língua, na medida em que outros usos foram aflorando. No entanto, o percentual atual de ocorrências do item nas referidas categorias analisadas mostra-se, a meu ver, proporcional ao desdobramento funcional do item no seu movimento evolutivo entre um período e outro.

Inserida na dinâmica da língua, a complexidade dos movimentos estabilidade e evolução constatada nesse uso particular do item está prevista no seu quadro evolutivo, podendo ser alterado, de um período para outro, como revelou a análise, em consequência das condições sociohistoricas vivenciadas nos períodos. Segundo Du Bois (1985), forças externas e internas interagem na produção dos fatos da língua determinando, ou não, sua funcionalidade.

Por hipótese, suspeito que o processo inverso ocorreu com o item **mesmo** na sua ação como **reforço** no sistema linguístico do português nos períodos passados. De uso inexpressivo, como revelaram as cartas oficiais, passa a competir com as outras categorias na preferência do usuário, como item intensificador na sincronia atual da língua, constituindo-se hoje um uso ativo e disseminado. Contudo, apesar de insuficientes, os percentuais revelados pelas respectivas categorias de reforço nos períodos passados referidos representam o elo dessa propriedade no *continuum* evolutivo do item entre os períodos investigados na língua portuguesa no Brasil.

Contrastando com sua ação limitada atestada no passado da língua (*corpus* 2), o item é flagrado, repetidamente, reforçando palavras ou informações na frase no português atual, função que lhe assegura, confortavelmente, 42.22% dos enunciados (“reforço contextual” com

29.95% dos dados e “reforço enfático” com 12.27% dos dados), restaurando a autenticidade funcional do item como expressão de *reforço*.

O gráfico 3 revela, ainda, outras divergências no comportamento do item entre os dois períodos, destacando-se, nesse confronto, sua evolução fora dos seus focos representacionais no português contemporâneo.

Embasada nos resultados quantitativos e na análise dos dados, acredito que esse impulso evolutivo coincide com a política de difusão linguística implantada no Brasil no período imperial (1757)⁴¹, visando incentivar a circulação da língua portuguesa no espaço brasileiro.

Afetado pelas necessidades comunicativas oriundas das transformações ocorridas na estrutura social como um todo, após a instalação do Império no Brasil, o uso da língua expande-se, refletindo-se nas expressões linguísticas. Fatores de natureza pragmática forçam adaptações e mudanças no uso do item ao longo dos anos.

Merece destaque, nesse particular, pelo percentual elevado dos dados 31.92%, a categoria de *circunstância*, indicando a ampliação funcional de *reforço* do item em situações, sintaticamente, divergentes. Em outras palavras, a intenção de *reforço*, antes função desempenhada pelo item como pronome demonstrativo, passa, também, a ser manifestada por ele como valor adverbial no eixo sintagmático, disseminando-se, posteriormente, para outros contextos de uso ainda mais abstratos. É o que ocorre com o item ao assumir o valor de *inclusão(até)* numa situação hierárquica.

No português atual, esse valor aparece retraído com 4.42% em relação ao passado (8.8%). Provavelmente, essa retração tenha a ver com contexto de uso atual, favorável ao aparecimento do item ora com valor concessivo, opondo informações, e ora com valor enfático de inclusão.

Nesse mecanismo, o item **mesmo** vai perdendo progressivamente sua transparência semântica em relação ao significado original (dêitico/fórico) e associando nuances mais abstratas ao seu inventário, caracterizando-se, por conseguinte, como um processo de gramaticalização pleno no estágio atual da língua. Em determinados contextos de usos, esse processo de mudança mostra-se ainda mais avançado, chegando o item a desempenhar um papel *discursivo*, modalizando o texto, isto é, completamente, livre das restrições gramaticais.

⁴¹ O Marquês de Pombal, através do documento “Proposta do Diretório” (1757) traça Diretrizes da política linguística visando a implantação e implementação da Língua Portuguesa no Brasil.

Esse distanciamento acentua-se, quando o item *mesmo* unindo-se a *que* ou *assim*, desempenha uma função *relacional*, como conector concessivo, fazendo oposição entre segmentos no texto. Semanticamente, esse processo envolve mudança de sentido, passando o item a expressar concessividade com o mesmo valor de “embora” ou “apesar de” no texto. Sintaticamente, ele afasta-se ainda mais de seu valor pronominal (mostrativo) para se instalar entre as conjunções. Ou seja, evolui para uma função relacional, conectando partes contrastivas de uma proposição. Em termos funcionais, essa evolução crescente caracteriza-se pela perda completa de suas referências originais, indicando abstratização.

Entretanto, de acordo com os percentuais revelados no português atual (4.09% das ocorrências) e 0.08% no português de outrora, pode-se questionar a estabilidade desse processo, especificamente, no momento atual da língua. Comparados com os percentuais das demais categorias, o uso do item com valor “concessivo” deve ser interpretado como opção de uso “emergente” no contexto atual e não como um processo consolidado, como acontece com a categoria de circunstância.

Em síntese, a análise comparativa dos dados emanados das diferentes sincronias constituintes dos *corpora* 1 e 2 da pesquisa assinalou diferentes comportamentos de uso do item no português de João Pessoa, como já era esperado. No português de outrora, condicionado pela inatividade social da língua, o comportamento do item caracteriza-se pela estabilidade de uso em funções *anafóricas*, provavelmente, preservando os traços do português lusitano e pela retração de suas possibilidades de *reforço*. No português atual, naturalmente, afetado pelas influências socioculturais e pragmáticas atuantes na esfera inter-comunicativa no decorrer desses 200 anos, seu comportamento destaca-se pela sua disseminação em diversas opções de uso, evidenciando sucessivas mudanças, via gramaticalização, no seu trajeto evolutivo na língua.

Concluída essa correlação, apresento, na sequência, uma síntese desses processos correlacionando com o princípio de unidirecionalidade.

4.3.2 AS TRAJETÓRIAS DE *MESMO* E A UNIDIRECIONALIDADE

Os dados trabalhados, tanto do presente como do passado, ressaltam dois focos na base (anafórico e reforço) comportamental do item. Amalgamados pela origem, esses dois focos constituem a base significativa do item de tal forma que um sempre está presente no outro e vice-versa, parecendo indissociáveis.

Os diversos processos de mudança ocorridos no comportamento do item no percurso dos períodos observados até os dias atuais mostram trajetórias evolutivas unidirecionais relacionadas à sua ambivalência conceitual latina como expressão dêitica/fórica indicadora de reforço e de referência e que se prolonga como tal no português colonial. Apresenta-se, assim, como um termo, essencialmente, concreto, sempre, desenvolvendo relações de dêiticas (de reforço) por um lado e, relações fóricas, por outro, como qualificador/atributivo, fazendo referências a seres do mundo na tessitura do texto.

Desse ponto, ele evolui assumindo funções cada vez menos concretas e mais gramaticais, apresentando no percurso alterações significativas em duas perspectivas:

1) uma relacionada com sua noção de (dêitica) reforço, da qual ele evolui para a noção de circunstância como advérbio, seguindo, passa pela noção de inclusão e, ainda, com esse valor, avança até alçar um grau de abstração pleno como modalizador, com efeito, sobre o discurso, assim representada:

Dêitica (reforço) > circunstância > inclusão > modalizador (discurso)

2) outra relacionada com a noção de foricidade, na qual ele desempenha papel referencial como qualificador/atributivo, estendendo-se com esse valor para uma relação de igualdade, daí segue seu curso, ativando um valor relacional como conjunção concessiva assim representada:

Referencial > relacional > texto

Entretanto, considerando que no contexto interativo, essa ambivalência conceptual não é transparente e que a evolução do item se processa em duplo sentido, propõe-se a seguinte trajetória de gramaticalização para o item:

Referencial/reforço > (circunstância > inclusivo) > relacional > modalizador (discurso)

Nesse processo evolutivo, o item desenvolve uma trajetória unidirecional de mudança, na qual vai progressivamente perdendo suas peculiaridades lexicais dêiticas e fôricas e, desenvolvendo, nessa caminhada, funções cada vez mais gramaticais e outras conotações significativas, cujo final aponta para a cristalização de suas nuances de acordo com o princípio funcionalista.

Concluindo, observo que a análise surpreende em alguns aspectos, pois, revela conhecimentos científicos e peculiaridades do próprio item que são desconsideradas nos estudos linguísticos e podem ter repercussões nas propostas de ensino. O próximo capítulo aborda essa questão, em relação ao entendimento do item pelos livros didáticos.

Capítulo 5

O ITEM *MESMO* NO LIVRO DIDÁTICO

5 INTRODUÇÃO

Finalizando essa reflexão, no presente capítulo, analiso o tratamento dispensado ao item linguístico *mesmo* nas propostas de ensino-aprendizagem de alguns Livros Didáticos do Português (doravante LDP)⁴², visando contribuir com o ensino da língua. Os pontos aqui tratados são, na verdade, os que já circulam nos textos acadêmicos e que, em geral, se mostram consensuais. Fundamento esta reflexão na relação discurso e gramática subjacente aos princípios funcionalistas evocados neste trabalho, nas diretrizes oficiais contempladas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN⁴³) e nos resultados das análises dos *corpora* investigados. Na seção 1, teço alguns comentários sobre as propostas de ensino da língua e a motivação dos alunos. Na seção 2, resalto a contribuição linguística para o ensino da língua. Na seção 3, situo a intervenção oficial no processo pedagógico. Na seção 4, investigo manuais de ensino do português, tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio, destacando avanços e permanências. Encerrando o capítulo, faço sugestões de atividades pedagógicas com o item *mesmo*, visando estimular a reflexão no ensino dos fenômenos linguísticos em sala de aula.

5.1 AS PROPOSTAS DE ENSINO: ENTRE ACERTOS E ERROS

⁴² Inscrito no Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), o LDP constitui hoje um guia indispensável de consulta e apoio ao livro didático (*Guia do livro didático*) objetivando o ensino efetivo da língua materna no nível fundamental.

⁴³ Os PCN(1997) - Conjunto de diretrizes oficiais que tem como objetivo subsidiar e regulamentar a elaboração das propostas de ensino fundamental e médio no Brasil.

Lembro ainda do meu tempo de estudante e das aulas de português. Todos os anos, além das famosas categorias gramaticais das palavras, devia aprender também os diferentes nomes das suas funções na frase, distinguir e aplicar as regras de concordâncias verbal e nominal, as intrigantes funções do *que*, do *se* e tantas outras questões que fazem parte dos conteúdos gramaticais que se devem dominar para conquistar uma linguagem fluente e correta.

Dessa forma, entre o certo e errado, aprendi a amar a língua portuguesa, isto é, a modalidade culta que a escola ensinava, suas confusas regras e conceitos. Aprendi como todo mundo a rejeitar formas como “encontrei ele em casa” porque o padrão ditado pela gramática tradicional dizia que era impróprio/errado usar *pronomes pessoais do caso reto* como complemento direto do verbo. O certo seria dizer “encontrei-o em casa”. Interessante é que se aprendia tudo isso sem saber a razão. Assim era o ensino da língua.

Tempos depois, lá estava eu repetindo para os meus alunos, com pouca diferença, os mesmos conceitos e normas, fazendo-os acreditar que esse é o caminho certo para se chegar à perfeição na fala e na escrita.

A orientação escolar preconizada pela LDB (5.692/71), principalmente para o ensino médio, segmentava os conteúdos de literatura e gramática. Era frequente a repetição dos conteúdos nas séries dos níveis fundamental e médio. A produção de textos, além de eventual, versava sobre temáticas não familiares ao cotidiano do aluno. Sem compromisso com o desenvolvimento linguístico, a produção de texto terminava sendo apenas uma atividade de rotina complementar. (OLIVEIRA, 2003, 91).

Hoje, como estudante e pesquisadora, constato que, apesar dos muitos esforços e mudanças, o ensino da língua ainda preserva o mesmo ritual, imitando o passado em métodos e conteúdos.

A ênfase na fixação da nomenclatura e nas normas gramaticais, essas, via de regra, descontextualizadas, ainda tem levado, injustamente, ao banco dos réus, muita gente que não consegue dissimular sua dificuldade, pavor ou até mesmo bloqueio para seguir ao “pé da letra” a orientação normativa imposta pela gramática.

5.1.1 EXPECTATIVA E DESENCANTO DO ALUNO

Estranho, mas é comum ouvir universitários, após anos de estudos, dizerem que não sabem o português, apesar de serem exímios falantes na língua. Há entre eles a crença que saber português é saber o *padrão culto* da língua e a gramática na qual ele se sustenta.

O desencanto em relação ao ensino da língua tem levado muitas pessoas a pressuporem que “*falar e escrever bem e correto*” é um privilégio de poucos. E, de fato, não é fácil adquirir uma linguagem fluente e elaborada, compreender textos, organizar ideias, enfim, escrever um texto bem estruturado, legível e coerente, “*observando o conjunto de normas estabelecidas pelos estudiosos e especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores*”, como ressalta Franchi (1991, *apud* TRAVAGLIA, 2003, p. 48).

Mesmo assim, esse é o sonho de muitos brasileiros. Naturalmente, não por vaidade, mas porque dominar essas habilidades culturais significa ser incluído e aceito socialmente e ser capaz de participar, efetivamente, das diferentes situações da vida. Essa verdade está clara nas diretrizes oficiais de ensino:

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, v.2, 1997, p. 15).

A escola vislumbra também esses ideais, seus métodos, porém, não têm facilitado o acesso. Apartada do uso real da língua, a proposta escolar cria obstáculos e preconceitos dificultando a apreensão da variedade de prestígio do português pela maioria da população brasileira. Como referência de ensino da língua, o doloroso caminho para a “ciência do bem dizer e escrever” trilhado por ela, por muitas décadas e séculos e, ainda, hoje, cheio de regras e normas gramaticais, tem ofuscado a expectativa de muitos alunos.

Inúmeros estudos focalizam a questão do ensino da língua materna, abordando os diferentes aspectos que envolvem o processo em sala de aula. Do ponto de vista linguístico, principalmente, a partir da inserção de aportes teóricos que focam a linguagem em funcionamento, a preocupação tem se concentrado no caráter normativo do trabalho com a linguagem nas escolas brasileiras. Essa forma de abordagem deslocou o eixo dos objetivos do

ensino da língua para o ensino de gramática, negligenciando o caráter multifuncional e dinâmico da língua.

A bem da verdade, a opção gramatical, em favor da morfologia e da sintaxe, tem provocado uma série de distorções em torno dos estudos sobre a linguagem/língua. Ao abstrair o significado e centralizar seu enfoque sob uma perspectiva meramente morfossintática, a perspectiva tradicionalista não só mutila a palavra de outros componentes essenciais para a compreensão dos fatos linguísticos como compromete a dinâmica do processo comunicativo. A gramática, nesse modelo, mostra-se como “verdade absoluta”, que não pode ser violada.

A validade dessa opção já é uma questão bastante discutida e comentada. Entretanto, apontar contradições e lacunas da gramática não quer dizer desistir dela, mas reafirmá-la como via instrumental de acesso aos objetivos que lhe são outorgados, mesmo advogando-se uma perspectiva de ensino da língua materna como uma atividade reflexiva sobre os usos das expressões linguísticas em seus contextos reais de produção.

No entanto, se antes esse modelo tradicional deu bons frutos, como ilustram nomes famosos da literatura, a exemplo de Machado de Assis, João Ubaldo, Clarice Lispector e tantos outros, hoje, já não responde às expectativas de uma demanda escolar ampliada e culturalmente diferente, ciente da importância desses conteúdos para a vida.

Atualmente, exigem-se níveis de leitura e de escrita diferentes e muito superiores aos que satisfizeram as demandas sociais até bem pouco tempo atrás. Essa exigência tende a crescer ainda mais.

As necessidades estruturais da sociedade atual, cada vez mais sofisticadas, exigem dos indivíduos competência técnico-profissional e, isso passa pelo que Hymes (1972) e Travaglia (2003, p.33) chamam de “*competência comunicativa*” para lidar com questões linguísticas simples do dia a dia, tais como facilidade de expressão, leitura, interpretação, compreensão e produção de diversos tipos de textos orais e escritos, enfim habilidade com a variante culta da língua.

Essa competência extrapola a mera descrição de sentenças e funções gramaticais das expressões linguísticas. Ninguém é mais contratado por qualquer empresa sem fazer um teste psicológico, uma entrevista ou produzir um pequeno texto escrito, atividades sócio-comunicativas que demandam alta complexidade cognitiva e bom domínio da língua materna.

Acredito que é preciso inverter os caminhos e buscar uma forma de orientar o ensino da língua/gramática que não se resuma aos conhecimentos informativos e aos exercícios de treinamento da gramática, todavia, que seja *comprometida com o exercício da cidadania e com o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem* (PCNs., 1977, p. 23).

Não me refiro apenas a uma revisão das práticas metodológicas de ensino, mas a própria concepção de língua(gem) e aos pressupostos teóricos que têm fundamentado as práticas docentes do ensino do português ao longo dos anos. Investir em uma postura pedagógica consubstanciada numa perspectiva dinâmica e interacional da língua pode não só trazer resultados animadores como tornar o ensino real, prático e também menos doloroso para alunos e professores.

5.2 DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, A ESPERANÇA

Os recentes estudos sobre a linguagem (Sociolinguística, Psicolinguística, Linguística Textual etc.), através dos seus postulados, vêm introduzindo noções e conhecimentos que são muito significativos para o ensino. Além de esclarecer as diferentes questões relacionadas ao processo pedagógico, a linguística e suas afiliadas buscam explicar as distorções e impropriedades na orientação do ensino da língua materna e têm mostrado alternativas de conciliação entre a prática e a teoria.

Valores como “certo” ou “errado”, super-dimensionados na tradição gramatical, passam a ser relativizados com o advento da Sociolinguística. Ao postular a variação e a mudança como fenômenos constitutivos da língua, a Sociolinguística amplia a ideia de norma circunscrita ao pressuposto valor culto da linguagem e revela a importância de se considerar as variantes não-padrão como conteúdo de reflexão e aprendizagem, combatendo, assim, mitos e preconceitos.

A Linguística Textual (doravante L.T.) trouxe contribuições valiosas, oferecendo ao professor subsídios indispensáveis para a realização do trabalho com o texto, como por exemplo, a noção de “contexto” na explicitação do sentido. O contexto abrange, não só o co-

texto, como a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sócio-político-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores. (KOCH, 2002, p.4)

A abordagem funcionalista de estudos linguísticos insiste na premissa de que a língua deve ser analisada através de fatos reais e autênticos emanados da fala, observando-a sob diversos ângulos, em sua total dimensão e variedade. Entende-se assim que o ensino da língua deve, por sua vez, contemplar os diversos domínios estruturais que a constitui (o morfológico, o sintático, o semântico e o pragmático) e suas várias manifestações sociais. A importância da semântica e da pragmática para análise das estruturas linguísticas é defendida por diversos funcionalistas, entre eles Givón, (1979,1984), Dik (1989) e Halliday (1976,1985).

Essa orientação favorece, em especial, procedimentos didático-pedagógicos que estimulem a reflexão sobre a relação gramática e discurso, percebendo as formas linguísticas como elementos integrados no sistema e ajustados a determinados fins, ou seja, às intenções comunicativas dos usuários. Em outras palavras, isso significa que fatores cognitivos, culturais, comunicativos e sociais atuam no discurso, pressionando o uso desta ou daquela expressão linguística, isto é, as escolhas linguísticas. Assim sendo, explicações para os diferentes usos e significados das expressões podem ser buscadas também fora do sistema linguístico (Du Bois, 1985).

Tal entendimento não é mais novidade no meio educacional e nem constitui uma afronta aos cânones greco-latinos que fundamentam a gramática tradicional. Na verdade, a linguagem em uso e sua variação apresentam-se, hoje, como uma porta auxiliar para a questão do ensino da língua materna, contempladas, inclusive, pelas diretrizes educacionais em vigor no país. Em muitos aspectos, as diretrizes de ensino recomendadas pelos PCNs mostram-se afinadas com a perspectiva teórica funcionalista. Na seção seguinte, abordo alguns aspectos dessa sintonia.

5.3 A INTERVENÇÃO OFICIAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Fundamentados nos estudos linguísticos, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ressaltam que, para o Ensino Fundamental, o objetivo do ensino da língua é *analisar e refletir*

sobre os fenômenos da linguagem, particularmente, os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, a discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua (PCN, 1997, p. 31-32).

Em primeiro lugar, *analisar e refletir* sobre os fenômenos da língua e sua variedade significa adotar uma postura acolhedora e respeitosa em relação ao “saber linguístico” do aluno, evitando depreciá-lo através de julgamentos valorativos sobre o seu “jeito de falar”. Atitudes preconceituosas têm sido responsáveis por traumas profundos que marcam o aluno na sua carreira de aprendiz.

Nessa perspectiva, cabe ao professor não apenas auxiliar o aluno em sua reflexão sobre a língua e sua variedade, como usar sua própria prática linguística como instrumento de partida dessa atividade, *“por meio da qual deve ser aprimorada a capacidade de compreensão e expressão dos alunos, em contextos de comunicação oral e escrita”*, como salientou Oliveira (2003, p.92).

Além dessas constatações, os PCNs destacam a utilização competente do português, não só como instrumental de acesso e apropriação de bens culturais e participação plena no mundo letrado, como também, e de forma acentuada, sua utilização na resolução e superação de situações e problemas do cotidiano.

Nessa perspectiva, a educação comprometida com a cidadania deve criar condições e oportunidades para o desenvolvimento e uso eficaz da linguagem. Com esse objetivo, os conteúdos gramaticais caracteristicamente prescritivos, descontextualizados e fundamentados na tradição literária, devem ceder espaço para atividades integradas de leitura, compreensão, produção e revisão de texto, o que significa lidar, de modo criativo, com as questões relativas à morfologia, à sintaxe, à semântica e à pragmática da língua. Ou seja, em lugar de partir de definições e conceitos para se chegar à análise, como tradicionalmente se faz, o trabalho didático de análise linguística deve partir da exploração ativa e da observação das regularidades no funcionamento da linguagem, auxiliando o aluno nas suas conclusões como ressalta o documento oficial (PCN, p. 80).

Na verdade, espera-se que o aluno observe que as formas linguísticas são imprevisíveis e que novos sentidos e funções podem ser acionados, dependendo do contexto de uso e das intenções comunicativas, ou seja, são motivadas pragmaticamente.

Na ótica funcionalista, essa propriedade instável das expressões linguísticas faz parte da dinâmica da língua no seu contínuo fluir e encontra explicações através dos princípios de

iconicidade, gramaticalização, frequência, informatividade, etc. Professores antenados nessas informações podem promover mudanças sensíveis na prática docente, dando um novo enfoque ao ensino da gramática.

Entre os objetivos do ensino da língua preconizados pelos PCNs, destacam-se ainda a leitura, a produção e a interpretação de textos. Nesse documento, encontra-se a seguinte recomendação:

Cabe a escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circula socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los, tornando-o capaz de compreender um conceito, apresentar uma informação nova, descrever um problema, comparar diferentes pontos de vista, argumentar a favor ou contra uma determinada hipótese ou teoria. (PCN, p. 30).

Comentando essa orientação, Koch (2004) ressalta que:

[...] a maior “novidade” no ensino de língua materna – se realmente o for – é o deslocamento que se vem operando já há alguns anos - do foco na gramática normativa para o foco no texto. Contudo, isto não quer dizer que a gramática seja inútil e não deve ser ensinada. Mas sim que é possível ensinar a gramática dentro das práticas concretas de linguagem. Tampouco, significa fazer do texto um simples pretexto para ensinar a gramática. Significa levar o aluno a uma reflexão sobre como se produzem sentidos na interação social por meio da língua, ou seja, por intermédio de textos. (KOCH, 2004, p. 2-3).

Ancorada na L.T., ela ressalta postulados e princípios dessa teoria que devem ser considerados nas atividades com texto em sala de aula.

Na concepção interacional da língua, o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, como sujeitos sociais ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos. Desta forma há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação. (KOCH, 2004., p. 2-3)

Nessa perspectiva, um texto deve ser entendido em termos de interação entre produtor e leitor/ouvinte. Enfim, como acentua Koch (op.cit.), cabe a L.T. o estudo dos recursos linguísticos e das condições discursivas que presidem à construção da textualidade e, em decorrência, à produção textual dos sentidos.

Particularmente para o Ensino Médio, os PCNs (137-138) ressaltam o aprofundamento dos conhecimentos linguísticos e sua integração com a literatura e continuam pondo em destaque a importância da produção textual com ênfase na relação entre os gêneros discursivos e as exigências sociais. Mantém e reforça a relevância de uma prática que se resume na atividade de “*análise e reflexão sobre a língua*” já estabelecida para o Ensino Fundamental. Recomendam também o desenvolvimento da capacidade cognitiva do aluno e a dimensão interativa da linguagem, aspectos relacionados aos estudos funcionalistas.

Assim, tanto pelo lado teórico, quanto pelo lado prático, como se constata, a proposta oficial apresenta-se bem construída e fundamentada, promovendo diferentes sugestões e possibilidades para a ação pedagógica, a fim de garantir sua total viabilização. Mesmo assim, romper os vínculos seculares que prendem o ensino à tradição não é tarefa fácil. Trata-se de um desafio a ser abraçado pelas escolas, pelos professores e até pelos editores de livros didáticos de português (doravante LDPs).

Esforços têm sido empreendidos. As redes pública e particular já contam hoje com professores licenciados e aptos para dar sustentação a uma proposta de ensino nesse nível. Embora questionados, os autores dos LDPs, de algum modo, têm procurado fazer a sua parte, investindo em propostas afinadas com os aportes teóricos da linguística e com as diretrizes oficiais.

No momento, a solução, aparentemente ingênua, encontrada pela maioria dos professores tem sido confiar e seguir a orientação do LDP adotado pela escola, embora quando necessário, recorram, também, a outras fontes. Na verdade, o livro didático acaba sendo o apoio, por excelência, de alunos e professores. Criticados ou não, são eles que instrumentam a prática pedagógica e vão revelar realmente os métodos e pressupostos subjacentes ao ensino da língua na sala de aula.

Complementando esta reflexão, reporto-me a eles nas próximas páginas, investigando o tratamento dispensado ao item *mesmo*.

5.4 O LIVRO DIDÁTICO E AS ORIENTAÇÕES OFICIAIS

Há uma ou duas décadas, o ensino da Língua Portuguesa ainda era apontado como o responsável pelo fracasso escolar e os livros didáticos eram vistos como colaboradores diretos da situação. A causa era o método defasado e distante da realidade, a ênfase na escrita e nos conteúdos prescritivos da gramática, difíceis de serem assimilados na prática, enfim, o descompromisso do LDP com a aprendizagem dos alunos.

Reagindo positivamente a esses questionamentos, os PCNs, juntamente com o conjunto de princípios e critérios estabelecidos pelo MEC/FAE/96 para a Avaliação dos LDP,

fundamentados nas orientações teórico-metodológicas da linguística e no conhecimento construído pelas ciências da aprendizagem (sócio-construtivista), passam a constituir um paradigma no que concerne ao ensino da língua materna. De acordo com as recomendações aí encontradas, trata-se de saber se o livro:

- oferece ao aluno textos diversificados e heterogêneos, do ponto de vista do gênero e do tipo de texto, de tal forma que a coletânea seja o mais possível representativa do mundo da escrita;

- prevê atividades de leitura capazes de desenvolver no aprendiz as competências leitoras implicadas no grau de proficiência que se pretende levá-lo a atingir;

- ensina a produzir textos, por meio de propostas que contemplam tanto os aspectos envolvidos nas condições de produção, quanto os procedimentos e estruturas próprias da textualização;

- mobiliza corretamente a língua oral, quer para o desenvolvimento da capacidade de falar/ouvir, quer para a exploração das muitas interfaces entre oralidade e escrita;

- desenvolve os conhecimentos linguísticos de forma articulada com as demais atividades. (RANGEL, 2005, p. 19).

Em síntese, como ressalta Rangel (2005, p.19), o credenciamento do LDP para o ensino da língua materna passa pelo reconhecimento do discurso, da língua oral, da textualidade e das diferentes “gramáticas” de uma mesma língua, etc. como instrumentos didáticos mínimos adequados aos novos padrões oficiais.

Espera-se que os manuais editados após a publicação desses estudos apresentem-se focados com as novas tendências e orientações na teoria e na prática. A análise de alguns deles pode mostrar em que nível as mudanças conceituais e metodológicas foram incorporadas na prática.

5.4.1 O ITEM MESMO NO LIVRO DIDÁTICO: LIMITES E AVANÇOS

No capítulo 3 deste trabalho, apresentei o item linguístico **mesmo**, focalizando sua descrição pelas gramáticas tradicionais. Pontuei a distração de alguns autores em relação a sua classificação, principalmente, após a NGB. Nas obras analisadas, salvo algumas exceções, as referências feitas a ele são resumidas e lacônicas, em relação a tantas outras funções desempenhadas pelo item no evento comunicativo.

Agora direciono minha atenção para as propostas de ensino da língua nos LDPs para os níveis de ensino Fundamental e Médio. Especificamente, foco meu olhar na análise dos conteúdos gramaticais, observando, sobretudo, o tratamento dispensado ao item **mesmo** pelos seus autores.

Parto do entendimento de que ensinar português é ampliar o conhecimento do aluno sobre as possibilidades reais da língua como instrumento de cidadania e participação social, e como tal interagir verbalmente, seja de forma oral e escrita, em qualquer situação da vida. Nesse sentido, deve-se propiciar ao aluno o acesso à variante de prestígio, via regras e conceitos gramaticais.

Por conseguinte, defendo a ideia de que, diferente da gramática que é um manual de consulta, cabe ao LDP oferecer ao aluno uma visão mais abrangente dos fenômenos linguísticos estudados, uma vez que o seu objetivo é dar suporte teórico e prático à atividade docente, na tarefa de desenvolver as habilidades de *ler, falar, ouvir e escrever* do aluno e sua compreensão sobre a funcionalidade da língua.

Além de observar as recomendações funcionalistas, priorizo na análise o objetivo oficial declarado nos PCNs: *a análise e reflexão sobre a língua em uso*. Adoto, portanto, a concepção de gramática/língua como estrutura maleável, regulada por princípios de instabilidade e estabilidade. Nesse sentido, a morfologia e a sintaxe, aliadas à semântica e à pragmática, passam a constituir pontos cuja reflexão se faz necessária para o competente exercício da língua.

Não tenho a pretensão de fazer um rastreamento exaustivo desses manuais. A lista é imensa e meu objetivo é apenas situar os LDPs nesta reflexão sobre o item **mesmo**, visando contribuir com a qualidade pedagógica desse instrumento, já que eles constituem, praticamente, o único suporte auxiliar do processo ensino-aprendizagem. Além disso, de um modo geral, os manuais didáticos de português apresentam-se muitos semelhantes na sua forma de abordar o item **mesmo**, isto quando a ele fazem referência.

Dentre os manuais consultados, antes e após a proposta dos PCNs, destaquei cinco coleções do Ensino Fundamental e duas do Ensino Médio para integrar a análise, a saber:

i) Ensino Fundamental

SOARES, M	Português através de textos	1990
MESQUITA, R e MARCOS, C.	<i>Gramática Pedagógica,</i>	1996
CEREJA, W e MAGALHÃES, T.-	<i>Português: Linguagens.</i>	1998
ABAURRE, M. e PONTARA, M.-	<i>Gramática: Texto, análise e construção.</i>	2006
CAMPOS, M.T.	<i>PROJETO ARARIBÁ/ Português- Ensino fundamental.</i>	2006

ii) Ensino Médio

ERNANI E NICOLA.-	<i>Gramática, Literatura e Redação.</i>	1997
PEREIRA, H. E PELACHIN, M.	<i>Português na trama do texto</i>	200

5.4.1.1 NO ENSINO FUNDAMENTAL

Começo a tarefa, investigando um manual de reconhecida referência na década de 90, antes da publicação dos PCNs - *Português através de textos* de Magda Soares (1990), pressupondo encontrar nele uma orientação teórico-metodológica de ensino da língua bastante diferenciada para a época.

Fundamentada em pressupostos da Teoria da Comunicação Linguística Estrutural Distributiva, como declara a autora, a proposta assinada por Soares (1990) para o ensino fundamental destaca a linguagem oral e a diversidade linguística e textual como pontos de partida para todo o trabalho de linguagem a ser desenvolvido. Adota o princípio de que o ensino é “*primordialmente um processo de interação através do qual se constrói o conhecimento*”.

Estruturalmente, o livro apresenta-se dividido em unidades, tendo sempre o texto como instrumento de leitura e introdutório para as demais atividades (compreensão de texto, vocabulário, ortografia, redação, linguagem oral e gramática).

No ensino de gramática, a autora toma como perspectiva teórica orientadora a Linguística de Texto. A ênfase é colocada no exercício da interação verbal entre os alunos e na reflexão sobre “*o funcionamento da língua como um sistema de estruturas, tornando explícita a gramática implícita no uso da língua*” (SOARES, 1990, p. XV).

Não se pode deixar de reconhecer o mérito e o esforço da autora na elaboração da proposta de ensino que assina. Contudo, os conteúdos gramaticais ainda são tratados de forma tradicional, através de regras e nomenclaturas, priorizando-se a morfologia e a sintaxe. Particularmente, no estudo que desenvolve sobre os *pronomes demonstrativos e advérbios*, o procedimento metodológico segue o padrão adotado em toda a coletânea, partindo-se de sua apresentação através de frases, contradizendo a própria proposta.

Estranhamente, porém, o item **mesmo** não é contemplado nesses conteúdos e nem nas demais atividades propostas no manual analisado. Tampouco, encontra-se referência ao item como *palavra denotativa*, como *reforço* ou *concessivo*.

Constituindo uma palavra recorrente e multifuncional no português atual, essa omissão depõe contra a obra em análise e mostra a insuficiência do método utilizado em relação aos fatos da língua. Apesar de adotar uma concepção interativa de ensino e evocar a reflexão sobre a língua em uso como meio de aprendizagem, a proposta não consegue operacionalizar esses pressupostos nos conteúdos relacionados ao estudo da língua.

Em sua ampla análise sobre a referida obra, Souza (2002) destaca que, apesar de louvável, a concepção de linguagem circunscrita à função instrumental adotada no manual passa uma falsa ideia de homogeneidade da língua e pacificidade entre os sujeitos envolvidos na interação. Para Souza, a linguagem em uso contempla conflitos e contradições, e os exercícios gramaticais propostos no manual como atividades de reflexão (transformação, substituição, etc.) não propiciam a percepção do funcionamento dinâmico da língua, uma vez que são apresentadas através de frases isoladas e não através de textos devidamente contextualizados como postula a LT

O manual *Gramática Pedagógica*, assinado por Mesquita e Martos (1996) concentra o ensino da língua nas atividades *ouvir, falar, ler, escrever* (grifo do autor) e no enfoque, essencialmente, tradicional dos conteúdos gramaticais, enfatizando a classificação das

palavras e sua função sintática. Embora conservador na sua estrutura, o manual analisado é mais informativo em relação ao item em foco, registrando algumas de suas funções gramaticais no português atual à medida que vai sendo estudada a classe de palavra que lhe é pertinente.

Assim sendo, ele classifica as expressões **mesmo(s)**, **mesma(s)**, próprio(s), própria(s) como *pronomes demonstrativos*, com sentido de *idêntico*, *exato*, *em pessoa*, porém não explicita as situações de uso e a razão desses diferentes sentidos. Descontextualizados, esses diferentes sentidos dão a impressão que são “soltos”, ou seja, que não progridem um do outro, constituindo-se uma desvantagem desse modelo de ensino.

No estudo sobre conjunção, o item **mesmo** volta a ser apresentado, desta vez, como palavra *concessiva*, sem nenhuma explicação ou ilustração de uso. No capítulo sobre advérbio, não se faz menção alguma ao item, seja como palavra de *inclusão* ou de *reforço* (circunstância), o que seria esperado na perspectiva gramatical.

Como se observa, os manuais anteriores à publicação dos PCNs aqui analisados não são convincentes ao tratarem do item **mesmo** não só por omissão, mas, sobretudo porque o método de ensino não propicia a reflexão sobre os fatos reais da língua, isto é, não avança na perspectiva do processo discursivo. Ao contrário, as atividades se organizam em torno da análise descritiva, por meio da categorização e da sistematização dos elementos linguísticos. Trata-se, na verdade, da utilização de uma metalinguagem sobre a língua a qual se realiza através da exemplificação, atividades de reconhecimento e memorização de nomenclaturas (PCNs, p. 38).

Epera-se um coportamento diferenciado nas obras posteriores aos PCNs. Da lista, destaco duas coleções direcionadas ao Ensino Fundamental editadas após sua publicação:

Português: Linguagens, obra desenvolvida por Cereja e Magalhães (1998) embasada na relação *linguagem e interação*. Segundo os autores, a proposta contempla contribuições recentes da Linguística, avançando nos domínios da semântica, da pragmática e da estilística. Dessa forma, abre-se espaço para a gramática de uso e para a gramática reflexiva. A proposta tem como objetivo mostrar o funcionamento da língua, estimulando a capacidade de refletir e analisar do aluno.

Apesar de introduzir inovações no que diz respeito à diversidade e no manejo dos textos selecionados, os conteúdos linguísticos são abordados, ainda, através de regras, com ênfase na nomenclatura gramatical, destacando certos assuntos através de estratégias visuais,

como quadros, resumos, leads, etc. Em relação ao estudo do item **mesmo**, a abordagem segue o caminho dos manuais anteriores, sendo classificado gradualmente como *pronome demonstrativo, palavra denotativa de inclusão e conjunção concessiva*, à medida que vão sendo abordadas as categorias gramaticais, porém, sem nenhum aprofundamento das informações sobre os referidos usos comprometendo os objetivos da proposta.

Analiso também *Gramática: Texto, análise e construção*, coleção assinada por Abaurre e Pontara (2002), Na seção Estudos Gramaticais da coleção, o item **mesmo** é apresentado na seguinte ordem: como *pronome demonstrativo* ao lado de *este, esse, aquele*, determinando substantivos. Além dessa informação, acrescentam os autores que “*a principal característica dos demonstrativos é a função dêitica ou indicativa em relação ao tempo/espço ou fazendo retomadas no texto*”, sem detalhar nem exemplificar a compreensão sobre o item. (ABAURRE e PONTARA, vol. 6, p. 229). No estudo sobre os advérbios, ele aparece como *palavra de inclusão*, sem explicações a respeito. Da mesma forma, é enfocado como *concessivo* no estudo sobre as conjunções, sem aprofundar e contextualizar o assunto devidamente.

As duas obras analisadas, da mesma forma que as anteriores, revelam-se omissas em relação ao tratamento dispensado ao item **mesmo**.

Para sanar as dúvidas reinantes, consulto uma obra mais recente: *O Projeto Araribá / Português para Ensino Fundamental* (2006)⁴⁴ (adotado pelo Estado da Paraíba para orientar o ensino fundamental. Quem sabe os esforços para integrar o ensino da gramática ao uso da língua sejam mais transparentes.

Considerada obra de referência no momento atual, a coleção ARARIBÁ tem como propósito oferecer às escolas um Projeto integrado, visando contribuir com a qualidade de ensino do idioma. A proposta está estruturada em torno de três pilares: *Estudo de texto*, oferecendo uma análise aprofundada de diferentes tipos e gêneros de texto; *Produção de texto*, tendo como método a combinação de dois aspectos: “*imitação de modelo*” e “*processo de redação*”; e *Estudo da língua*, pondo a gramática a serviço do uso da língua.

Com essa intenção, adota-se uma programação em espiral com ênfase na retomada dos conceitos e na sua compreensão através de atividades sobre os assuntos abordados,

⁴⁴ Obra coletiva dividida em quatro livros, concebida e organizada pela equipe técnica do Departamento de Edições Educativas da Editora Moderna, sob a responsabilidade de Kanashiro (2006). Cada livro contém oito unidades de estudo equivalentes a um mês de trabalho. Essas unidades apresentam uma estrutura fixa de organização das atividades a serem desenvolvidas.

observando-se assim a orientação oficial quanto à orientação escalar no tratamento dos conteúdos gramaticais. Os conceitos são abordados a partir de uma análise do texto, enfatizando-se o papel do *contexto* na produção/interpretação do sentido etc. conforme os postulados da L.T. Para facilitar a aprendizagem, além de se estimular diferentes atividades, são utilizadas como apoio diferentes estratégias didáticas, principalmente, explanações, quadros resumos, “leads” e esquemas que ajudam a organizar e sintetizar a informação (Op. cit. 2006, p. 5-7). Complementam a proposta, atividades em equipe de pesquisa e outras modalidades.

De fato, a referida proposta procura cobrir muitas das recomendações sugeridas pelos órgãos oficiais quanto ao ensino da língua. Porém, no conjunto, como pontua Christiano (2007), a disposição dos conteúdos e das atividades na coleção em análise, embora bem intencionada, passa uma impressão repetitiva das informações, podendo levar ao cansaço, fazendo-se, portanto, necessário uma redistribuição.

No que diz respeito ao item **mesmo**, especificamente, o conteúdo informativo oferecido na obra em nada se diferencia das demais analisadas. No estudo sobre os *pronomes demonstrativos*, encontra-se uma rápida referência ao item. Na seção “Pratique”, consta um exercício de identificação dos pronomes demonstrativos, oferecendo, entre outros exemplos, o seguinte trecho: “*Eu mesmo já tive essa doença e fiquei curado*” (v. 2/ 6ª série, p.62-65).

Ressalta-se, nesse exemplo, apenas o uso do item como demonstrativo, porém não esclarece o valor funcional que ele expressa na frase, deixando, a meu ver, incompleto o conhecimento sobre o assunto.

No estudo sobre as conjunções, o item **mesmo** é novamente abordado, ressaltando-se seu valor como *conjunção subordinada adverbial concessiva*. A frase: “**Mesmo que** eu confiasse nele, guardaria o segredo” é usada como exemplo (v.3/ 7ª série, p.244-247).

Interessante é que o exercício proposto como atividade de fixação traz uma outra possibilidade de uso do item como concessivo como ilustra o exemplo: “Uma guerra sempre avança a tecnologia/ **Mesmo** sendo guerra santa, quente, morna ou fria”. (Renato Russo/ Legião Urbana, 1992).

Considero pertinente mostrar as duas alternativas de uso do item com valor *concessivo* (**mesmo que** e **mesmo**), porém, pelo menos duas irregularidades na abordagem do assunto são observadas do ponto de vista didático: uma, a falta de esclarecimento sobre as duas formas de uso do item expressando essa concessividade e outra, não terem sido explicitadas ao mesmo

tempo, antes das atividades de compreensão. A meu ver, a forma separada de apresentação não está nem linguística nem didaticamente correta.

Em suma, com relação ao item **mesmo**, a abordagem desenvolvida pela coletânea Araribá mostra-se incompleta e distante do discurso. Em nenhum momento se entra em detalhes sobre os diferentes usos apresentados, o que é uma contradição em relação ao uso recorrente do item nas próprias instruções didáticas das atividades detectadas nos livros e como a própria opção da proposta.

Curioso é que, em diversas ocorrências ao longo do livro 6 da coleção, o item é empregado cumprindo diferentes funções e com diferentes valores significativos:

Que características Garfield reconhece nos gatos, mas não nele **mesmo**? (v.2/ 6ª série, p.63). (reforço).

Palavras da **mesma** família mantêm a **mesma** grafia (v.2/6ª série, p.196). (adnominal anafórico)

Ao ler esse texto, sua opinião sobre o passado continua a **mesma**? (v.2/6ª, p. 216). (nominal anafórico)⁴⁵

Mesmo que o tema seja o **mesmo**, é provável que as frases tenham ficado com estruturas diferentes (v.2/6ª série, p. 218). (oposição e nominal anafórico)

Pode-se inferir que, embora essas ocorrências não tenham um fim pedagógico, elas possibilitam uma visão mais ampla da funcionalidade do item na língua do que o que é proposto como conteúdo de estudo pelos próprios autores. Tal fato coloca em cheque o conhecimento gramatical conferido ao item dentro da própria obra.

Prosseguindo a caminhada, analiso, a seguir, manuais didáticos de português direcionados ao ensino médio.

5.4.1.2 NO ENSINO MÉDIO

⁴⁵ Trata-se de um uso indevido para a gramática (ver cap. 3).

Focalizo inicialmente *Gramática, Literatura e redação para o 2º grau* obra assinada por Ernani e Nicola (1997).

Apesar de constituir uma obra para o segundo grau, o tratamento conferido ao item não é diferente do apresentado nos livros analisados. Os referidos autores fazem apenas o seguinte comentário sobre o item **mesmo**, no estudo que fazem dos demonstrativos: “*a depender do contexto, mesmo pode desempenhar o papel de pronome demonstrativo*”. (op. cit., p. 61). Não esclarecem em que situação, se de reforço ou referencial. Na edição de 2003, p. 155, esses autores classificam o item como *demonstrativo de reforço*, ressaltando que ele está sempre se referindo a um substantivo ou pronome com o qual deverá concordar.

No estudo sobre os advérbios, os autores apresentam o item como palavra *denotativa de inclusão*, seguindo a orientação oficial contida na NGB (op. cit. p. 94-95). Essa é toda a informação sobre o item oferecida por esse manual.

Na sequência, encerrando essa incursão pelos livros didáticos do português, analiso *Português: na trama do texto*, manual assinado por Pereira e Pelachin (2004).

Como outros já observados, a orientação metodológica desse manual apresenta-se dinâmica e atualizada, valorizando diferentes registros linguísticos e adotando diferentes tipos e gêneros de textos, preenchendo os requisitos propostos para os LDPs.

No que concerne ao ensino da língua, a distribuição programática adotada pelos autores observa, no primeiro momento, aspectos relacionados à língua e sua variação, à fonologia e ao léxico. A partir do capítulo 9, elas enveredam pela morfologia e sintaxe, ressaltando a classificação do item, seguindo a ordem de apresentação das categorias gramaticais. Como as demais coleções analisadas, são omissas e também lacunares em relação a essa questão. Nenhuma informação particular é acrescentada ao uso do item, esclarecendo seus valores como expressão de *reforço e anafórica* no texto, deixando brechas no tratamento. Nas atividades complementares propostas, o item também não é enfocado.

Até aqui, a proposta de ensino em foco não apresenta diferenças significativas em relação às anteriores. Repetem-se aqui as mesmas fragilidades apontadas. Como na maioria dos compêndios analisados, as referências ao item **mesmo** acompanham a lógica progressiva de abordagem das classes gramaticais sem nenhum esclarecimento de uso nem exemplos ilustrativos.

Todavia, apesar dos lapsos assinalados, devo fazer aqui um destaque ao manual assinado por Pereira e Pelachin (2004). Na seção concernente à redação, seus autores

avançam, introduzindo aspectos semântico-pragmáticos no estudo das formas linguísticas e contemplando os conceitos de *coesão referencial* e *coesão co-referencial* relacionados à tessitura do texto (cap. 11, p.537), diferenciando-se assim das demais obras analisadas.

Seria aqui uma oportunidade para se explorar a natureza polissêmica de **mesmo** e ressaltar as diferentes acepções anafóricas contraídas por ele no discurso, completando o vazio deixado na classificação gramatical. Isso, porém, não ocorre. Apesar da referência constituir uma propriedade do item, como evidenciaram os *corpora*, nenhuma observação é feita pelas autoras, perdendo-se assim, uma oportunidade de pontuar o valor nominal e adnominal do item no discurso.

Posteriormente (cap.19, p. 566) as autoras ressaltam o papel argumentativo dos *conectores* nas relações semânticas entre as frases de um texto (*coesão interfrásica*)⁴⁶, exemplificando através da ocorrência:

“O médico Paulo de Tarso Lima, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, recomenda a procura de centros cirúrgicos bem equipados **mesmo** para operações mais simples” (Revista Veja, Abril, 2002).

Com base na Semântica Argumentativa (Ducrot, 1983), as autoras explicam que, nesse contexto, “**mesmo** enfatiza o argumento mais forte”, hierarquizando semanticamente as idéias do texto (cap. 19, p. 566).

Como se observa, progressivamente, as autoras mostram nuances significativas manifestadas pelo item que extrapolam a visão morfossintática da gramática, o que comumente não se observa nos LDPs. Além de destacarem as relações semânticas entre as idéias veiculadas, as autoras enfatizam a importância de certas expressões linguísticas (conjunções, advérbios) como elementos de coesão entre as partes do texto.

Provavelmente, existem outras formas de apresentar esses valores do item, porém, a meu ver, a forma encontrada pelas autoras mostra que é possível mudar e inovar no que diz respeito ao ensino da língua, apontando caminhos alternativos em busca da sintonia dos estudos linguísticos com os conhecimentos gramaticais.

Na seção seguinte, discuto a relação LDP e a abordagem do item **mesmo**.

⁴⁶ A análise transfrástica é uma gramática do enunciado, tendo como um dos principais fatores a coesão textual. Objetiva estudar os tipos de relação que se pode estabelecer entre os diversos enunciados que compõem uma sentença. O fenômeno da coreferenciação se torna um dos objetos de investigação (cf. Christiano, 2007, p.55).

5.4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, cabe-me reconhecer o justo papel do LDP na prática docente como mediador dos conhecimentos linguísticos entre professor e aluno. Quebrando uma longa tradição de descompromisso com a qualidade do ensino, o LDP vem cada vez mais se superando, atendendo exigências oficiais e recomendações apontadas pelas teorias linguísticas e pedagógicas. Todavia, em relação aos aspectos linguísticos, parece não estar claro para os autores do LDP como colocar em prática a opção assumida e explicitada na orientação oficial em relação aos aspectos linguísticos: *refletir sobre a linguagem em uso e sua diversidade*.

Em relação ao tratamento dispensado ao item **mesmo**, de um modo geral, as propostas de ensino aqui analisadas revelam-se omissas e lacunares, resumindo-se a rápidas referências a ele nas diferentes categorias gramaticais, caracterizando-se como abordagens puramente abstratas. As relações semânticas e pragmáticas contraídas por ele no processo interativo não são consideradas nas propostas.

Essa disposição estrutural ordenada e progressiva dos conteúdos gramaticais, comum nos manuais estudados, evidencia a herança ao modelo tradicional. Perdura, ainda, a ênfase nos conceitos, nas nomenclaturas e explanações teóricas seguidas de exemplos para a compreensão das regras, ofuscando a visão sobre a funcionalidade dos fatos linguísticos no texto, em particular do item em foco. Ou seja, não há muita diferença do que se transmite na gramática tradicional.

Na verdade, embora se declarem descritivas, as propostas analisadas não conseguem cumprir as metas e os princípios que consubstanciam essa tendência. Não se ensina a língua em seu funcionamento, tomando os fatos reais como ponto de partida e refletindo-se sobre eles. Estuda-se a “gramática”, isto é, um conjunto fixo de conhecimentos abstraídos da língua e organizados em regras e classificações para compor uma disciplina escolar que pouco ou nada tem a ver com o uso.

Esse fato constitui, sem dúvida, uma grande fragilidade das propostas. A funcionalidade discursiva do item, como ressaltou a pesquisa (cf p.128), envolve nuances significativas que o enfoque morfosintático não contempla.

Do ponto de vista funcional, ainda que os manuais façam a ele referências nas classes gramaticais em que ele se hospeda, pouco ajuda saber que ele seja um pronome, um advérbio ou uma conjunção morfológica e não percebê-lo em seu funcionamento no dinamismo da língua, deixando a proposta incompleta.

Estranha-se, por exemplo, que toda a informação prestada sobre o item como *pronome demonstrativo* resume-se a essa classificação, sem explicitar e exemplificar os diferentes papéis e sentidos que ele pode assumir no texto.

Também, reconhecer o item **mesmo** como *denotativo de inclusão* na categoria dos advérbios, sem mostrar o porquê e como ele adquire esse valor, além de comprometer o modelo tradicional, só faz acirrar mais ainda a cisão entre a funcionalidade do item no discurso e o que propõe os livros didáticos. Na verdade, a opção gramatical de ressaltar essa função em particular do item em detrimento de outras não está devidamente esclarecida.

Aliás, o desencontro entre gramática e discurso fica ainda mais evidente quando se observa que os diferentes autores dos LDPs aqui analisados desconsideram a propriedade enfatizadora do item como circunstanciador (ex: Adoro **mesmo** / É o técnico **mesmo**), fazendo eco com outras ocorrências do item como **reforço** (Eu **mesmo**/ agora **mesmo**). Constituindo opções autênticas e recorrentes no português atual, as diferentes manifestações de reforço do item não podem ser desconsideradas e omitidas no conjunto das informações sobre o item nos LDPs.

Da mesma forma, só fazer referência ao item como *conjunção concessiva* sem explicitar a mudança estrutural que ele traz ao texto evidencia uma distração das propostas analisadas. O valor *concessivo* de **mesmo** pode ser expresso através de **mesmo que** e **mesmo**, e ambas as possibilidades envolvem complexidades cognitiva e estrutural na construção do texto/discurso, exigindo atenção para no processamento. Os mecanismos cognitivos inerentes a cada uma dessas manifestações significam dificuldades para o aluno, requerendo um tratamento especial para a sua abordagem. Deixar a cargo do raciocínio exclusivo do aluno perceber essa complexidade pode ser prejudicial aos objetivos da proposta.

Os manuais ora analisados não demonstram essa preocupação. A abordagem do item dissociada dos contextos de usos reais não só vai de encontro aos propósitos da proposta, como também compromete a construção do conhecimento pelo aluno, muito bem defendido nas orientações didáticas dos PCNs:

“Quando se pretende que o aluno construa o conhecimento, o importante não é qual informação deve ser oferecida, mas que tipo de tratamento deve ser dado à informação que se oferece” (cf. PCN, 1997, p. 48).

Aliás, não só a questão didática, a incompletude e o silêncio dos LDPs em relação ao item são preocupantes. Talvez esteja exagerando, mas considerando sua polissemia e funções apontadas na pesquisa, sou obrigada a reconhecer que os manuais pedagógicos investigados dos dois níveis de ensino não são convincentes, quanto ao tratamento outorgado ao item **mesmo**.

Embora se acredite não intencional, essa restrição compromete o discurso do LDP em relação à opção adotada na orientação de estudo da língua, quando confrontado com o uso real do item no discurso.

A análise dos *corpora* evidenciou duas tendências representativas no uso do item **mesmo** circunscritas ao seu valor dêitico/fórico (demonstrativo): uma como *reforço* e outra, como *anafórica*. Cada um desses eixos apresenta extensões ou desdobramentos funcionais do item no discurso. (cf. cap.5)

Como reforço, o item possibilita diferentes manifestações funcionais no discurso, interpretadas na perspectiva gramatical: como *pronome*, expressando ênfase, em pessoa, certeza, etc., como *advérbio*, expressando de fato, realmente, etc.

Como anafórico, o item garante a identificação e a remissão de porções informativas, evitando-se repetições desnecessárias, estabelecendo comparações entre fatos, etc., conhecimentos que os manuais de consulta (dicionários e gramáticas) disponibilizam.

Entretanto, nos LDPs, nenhuma alusão a essas propriedades do item é observada, embora tenham a obrigação de serem mais explícitos e abrangentes em relação aos fatos da língua, não só pela função pedagógica, mas, sobretudo, por se revelarem adeptos aos conceitos funcionalistas em torno da linguagem em uso.

Sem querer pôr em cheque a competência dos diversos autores dos livros didáticos, a classificação oferecida por eles não dá conta das distintas manifestações do item.

Por conseguinte, não basta, a meu ver, atender alguns pressupostos teóricos e critérios classificatórios do PNLD para mudar a perspectiva de ensino da língua. Uma revisão da forma de tratamento de alguns conteúdos passa pelo entendimento não só das teorias adotadas como

pelo reconhecimento do processo evolutivo que envolve os fatos linguísticos e das variações a que estão sujeitos no espaço e no tempo.

Nesta direção, alguns passos ainda podem ser providenciados. Se a proposta de ensino tem como objetivo a linguagem em uso e a reflexão sobre a diversidade linguística, a opção metodológica seria partir de contextos *discursivos reais*, onde se descortina uma grande variedade de uso do item **mesmo**, ressaltando-se que as formas linguísticas não são discretas e que os diversos sentidos e funções que elas assumem no discurso se distribuem num *continuum* evolutivo.

5.4.3 PARA COMPREENDER MESMO: DICAS E SUGESTÕES

Para concluir, apresento, a guisa de sugestão, algumas “dicas” que podem ser incorporadas no planejamento das atividades didáticas de ensino, complementando o estudo do item **mesmo** proposto pelos LDPs. Meu propósito não é desestimular o ensino de gramática, todavia alargar a visão sobre os fatos da língua, propiciando situações que observam a gramática no discurso e a reflexão dos fenômenos linguísticos. Nesse sentido, cabe ao professor:

- 1) Adotar uma perspectiva de trabalho que valorize uma concepção interacional (dialógica) de língua, na qual os alunos sejam vistos como os co-autores/construtores sociais, acolhendo-se sua fala como atividade central da reflexão sobre a língua e fazendo dela elemento de investigação e análise por parte dos alunos. (Kock., 2002, p.2).
- 2) Selecionar e planejar e os conteúdos de Língua Portuguesa em função do desenvolvimento das habilidades: *falar, escutar, ler e escrever*, organizando-os em torno de dois eixos básicos: Língua oral e escrita, seus usos e formas, como sugerido nos PCNs (p.43),
- 2) Propiciar situações reais de atividade oral/escrita, em que os alunos, interagindo verbalmente, empreguem o item **mesmo**, em pauta, em seus discursos. A entrevista, parece-me ideal como exercício de reflexão sobre o português falado pelos alunos,

uma vez que possibilita a expressão de diferentes tipos de textos (narrativo, descritivo, relato de opinião, etc.), espaços favoráveis ao uso do item.

- 3) Assegurar a audição e posterior reflexão sobre o uso do item através de gravação e transcrição escrita (*ipse literae*).
- 4) Destacar as ocorrências do item nos diferentes discursos. Analisar e comparar as nuances significativas que o item assume em cada contexto de uso, observando a respectiva função e a relação estabelecida na frase.
- 5) Mostrar o aspecto dinâmico-funcional da língua, ressaltando a funcionalidade dêitica/fórica do item no discurso (seus valores como expressão de **reforço e anafórico**) bem como seus valores estendidos (adverbiais e concessivos).
- 6) Observar se os diferentes usos detectados estão em harmonia com a classificação gramatical prototípica conferida ao item ou se ultrapassam a orientação proposta pela tradição, assumindo outras possibilidades funcionais na oralidade.
- 7) Ampliar a atividade, observando o uso do item em textos escritos, observando a adequação e as circunstâncias em que ele é empregado.
- 8) No nível fundamental, é recomendável dosar o conteúdo, correlacionando as diferentes ocorrências do item com as considerações gramaticais contidas nos LDPs, refletindo sobre elas numa perspectiva funcional. Avançar o estudo, extrapolando os limites das propostas desses manuais, fazendo o aluno perceber a relação discurso e gramática e o dinamismo da língua.

5.5 PARA FINALIZAR: UM JUSTO RECONHECIMENTO

No decorrer desse capítulo, assinalarei as diferentes fragilidades dos LDPs quanto ao tratamento dispensado ao item **mesmo**. Não sei se fui feliz e clara nas minhas colocações, entretanto, espero não ter cometido injustiças aos autores dos livros analisados.

Porém, ao finalizar essa tese, quero deixar claro que, apesar de combatida, a gramática, enquanto disciplina, constitui um marco determinante tanto para os estudos

linguísticos como para a prática docente. Milhões de estudos sobre a linguagem têm sido desenvolvidos a partir dela e de seus conteúdos e métodos.

Apesar das lacunas, a sistematização das palavras em categorias gramaticais por meio da reflexão metalinguística, herança dos estóicos, contribui com a percepção do modo como as formas linguísticas são articuladas no processo de produção de textos orais e escritos. Isso equivale a ver os conteúdos gramaticais tanto na perspectiva normativa quanto na dimensão semântico-pragmática do funcionamento da língua como afirma Mendonça (2005).

É óbvio que, por mais completa que possa parecer ou ser, a gramática vai sempre ser limitada em relação ao dinamismo e ao funcionamento da língua e as interpretações subjetivas que perpassam a análise dos fatos. Reacendendo a declaração de Hopper (1988) quando diz que a gramática sempre é provisória e nunca inacabada, pois surge do discurso.

Continuar, por conseguinte, responsabilizando a gramática pelo insucesso dos alunos, talvez, seja uma atitude precipitada e até ignorante, pois ela é apenas parte de um processo integrado e complexo do qual participam diferentes pessoas e suas convicções, além de depender de várias instituições e recursos.

O ser humano, apesar do processo evolutivo a que está sujeito, continua “o mesmo” em toda a história, ressaltou Maffesoli (2001), a quem recorro fechando este trabalho. Como atividade humna, a língua, no seu eterno fluir, acompanha essa evolução, apesar de ser a mesma, constituindo-se o elo de ligação de geração em geração.

Nesse contexto dinâmico e evolutivo, a gramática, como disciplina de estudo, cuja função específica é mostrar a sistematicidade dos fatos da língua pode e deve ser objeto constante de reflexão. Assim sendo, seu ensino deve ser garantido por um projeto pedagógico articulado e pensado no bojo do contexto sócio-histórico e dos estudos linguísticos, e não deles separados, contemplando as regularidades e as evoluções da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diz a sabedoria popular que “tudo que começa tem um dia o seu fim”. Com estas considerações encerro esta tese. Aqui, de forma resumida, teço comentários conclusivos sobre o trabalho. Explicito cada uma das suas etapas, o que desenvolvi e o que aprendi em cada uma delas, o que elas têm a ver com o item estudado, enfim, como elas se entrelaçam na construção desse trabalho.

No primeiro capítulo, apresentei o objeto de estudo - o item linguístico *mesmo*, delimitando seus contornos. Embasada na sua multifuncionalidade discursiva e no seu tratamento pelas gramáticas tradicionais, justifiquei a pesquisa, formulei as hipóteses e os objetivos do estudo. Defini o quadro teórico de apoio e as fontes empíricas participantes, já que me propunha a fazer uma abordagem pancrônica. Trouxe informações sobre cada uma delas e sobre o tipo de abordagem a ser desenvolvida.

No segundo, reservado de um modo geral ao quadro teórico, fundamentei o trabalho, discorrendo sobre o funcionalismo linguístico, explicitando suas bases epistemológicas, seus princípios, interesses e crenças. Apresentei a noção de gramática emergente de Hopper, os princípios de unidirecionalidade e iconicidade e, é claro, a gramaticalização/discursivização, teoria sobre a qual busco explicitar os fenômenos linguísticos selecionados dos *corpora*. Fiz referências às valiosas contribuições advindas de outras áreas do conhecimento (cognitivistas e interacionistas), bem como aos estudiosos que construíram o legado funcionalista, apostando numa perspectiva de estudo da língua em uso.

No terceiro, investiguei o tratamento aferido ao item *mesmo* em algumas gramáticas da língua portuguesa, objetivando verificar qual a sua classificação nas categorias gramaticais, já que este era um ponto de entrave nos meus questionamentos. Diante das diferenças observadas, seccionei as diferentes abordagens em três momentos, tomando como parâmetro a normatização prescrita pela NGB. De forma complementar, abordei também, tópicos linguísticos relacionados ao item: sua polissemia, a referenciação, a comparação, a argumentação e o reforço.

No quarto capítulo, analisei os dados empíricos. Primeiramente, os dados referentes à sincronia atual, depois, os dados referentes à sincronia dos séculos VXIII e XIX. No desenvolvimento do capítulo, seguindo a ordem cronológica dos *corpora*, fiz o levantamento quantitativo dos dados por categorias e as respectivas análises. Salientei os fenômenos observados nos respectivos períodos, discutindo-os à luz dos princípios de gramaticalização, iconicidade e unidirecionalidade. Encerrando este capítulo, correlacionei os resultados do passado com os do presente, salientando a evolução do item de um período para o outro: de essencialmente anafórico (87%) o item passa a ser essencialmente modalizador/discursivo (31%), confirmando uma das minhas hipóteses de estudo. Embasada nos postulados funcionalistas e nos dados investigados, propus, a título de sugestão, uma trajetória de evolução do item nos últimos duzentos anos em solo brasileiro.

No capítulo quinto e último da tese, desejando contribuir com as propostas de ensino, especialmente no que diz respeito à funcionalidade do item **mesmo**, fiz uma breve reflexão sobre o ensino do português, extensiva aos livros didáticos. Na construção do capítulo, fiz referências às expectativas dos alunos em relação a aprendizagem do português e ao método tradicional de ensino do idioma. Mostrei as contribuições da linguística e as propostas oficiais de ensino. Investiguei alguns manuais didáticos, pontuando seus avanços e resistências no tratamento conferido ao item em pauta. E finalizando, fiz sugestões de atividades que levem em conta o item no discurso, captando suas “sutilezas” funcionais.

Apesar de separados, no conjunto, esses diferentes capítulos assumem um caráter bastante significativo para a compreensão do estudo. A abordagem funcionalista, esteio teórico do estudo, além de possibilitar entrever o sistema como um todo, propiciou, em particular, explicações sobre o item e sua funcionalidade. Ressaltou diferentes perspectivas teóricas de estudo e tratamento dos fatos linguísticos, tanto na perspectiva sincrônica como diacrônica.

A investida no mundo da gramática, agora como pesquisadora e crítica, permitiu-me avaliar suas possibilidades e limites ao abordar os fatos linguísticos. Foi surpresa para mim perceber como seus autores, muitas vezes, se distanciam da verdade dos fatos ou os reduzem para satisfazer a determinações classificatórias, privilegiando apenas os aspectos sintáticos da língua.

Felizmente, a ciência linguística, hoje articulada com as várias áreas do conhecimento, tem permitido a elucidação de muitos fenômenos, constituindo-se uma aliada nas pesquisas acadêmicas sobre a linguagem, principalmente, quando o interesse se volta para

as questões do uso. É bom contar com esse apoio, principalmente, quando é preciso desfazer equívocos de interpretação dos fatos linguísticos diante da sua funcionalidade no sistema.

Mergulhar nos dados do presente e do passado significou para mim uma simbiose entre a teoria e a prática, trazendo revelações importantes sobre o item *mesmo* e seu comportamento nas sincronias visitadas, que espero sejam amadurecidas por outras reflexões. Além de ter sido uma aventura prazerosa, salientou a percepção do seu dualismo conceptual, como termo *anafórico* e como *reforço*, o que lhe confere, ao mesmo tempo, diferentes possibilidades classificatórias na gramática tradicional. Aliás, é essa propriedade que lhe confere diferentes funções e análises. Esse detalhe constitui o segredo da funcionalidade do item no português atual. A língua é aberta. Sua estrutura comporta em uma só forma muitas funções e sentidos.

Surpreendeu-me, por exemplo, constatar, nos textos das entrevistas, a pluralidade semântica do item no sistema atual da língua, caracterizando-se como um item polissêmico com muitas funções a cumprir, em contraste com o quadro de uso resumido no passado. Procurava nos dados, pegadas de sua propriedade anafórica, já que esta função tem sido descuidada nos estudos gramaticais. Entretanto, os resultados revelaram sua ação efetiva na sincronia atual da língua tanto como item referenciador como de reforço, intensificando propósitos e informações, em diferentes contextos linguísticos, enquanto no passado esta função quase não se registra.

Importante foi perceber, também, a influência do contexto sociocultural no comportamento estacionário do item como *reforço* no português de outrora e a sua evolução no decorrer desses duzentos anos, na medida em que se rompem os laços que mantinham a língua fora de circulação. Mais importante, ainda, foi perceber que as possibilidades da língua se mantêm subjacentes, mesmo quando questões sociohistoricas não favorecem sua circulação, reaparecendo no cenário linguístico noutro contexto, em resposta às necessidades cognitivas dos homens, como se fossem inovações. Nem sempre o que parece inovação na língua é novo. O passado da língua guarda muitos segredos.

Em parte, isso confirma o que proferiu Maffesoli (2001), ressaltando o caráter cíclico e repetitivo das ações humanas. Transferindo esse princípio para a linguagem, pode-se conjecturar o mesmo fenômeno para as formas linguísticas, confirmando a ideia de onda cíclica da língua, como declarou Givón (1979). Constatei, portanto, nos dados, o que Hopper (1991) deixou claro ao postular a noção de gramática “emergente”. Em seu eterno fluir, a

língua, como entidade humana que *nunca se completa e está sempre em transformação*, permite tanto a estabilidade quanto inovações.

Confesso que foi fascinante conviver às voltas com **mesmo** durante todos esses anos da minha vida, penetrar na sua fecundidade enquanto item polissêmico, falando dele e de suas façanhas, enfim, fazer tantas descobertas. Todavia, minha aventura não seria completa se aqui ela acabasse. Penso que o resultado de tanto esforço deve ser estendido e partilhado com outros interessados. Com esse objetivo, avancei na pesquisa e fui averiguar como é tratado o item nos livros didáticos do português.

Com desalento, constatei o descompromisso, não importam aqui as razões, dos autores em relação às possibilidades discursivas do item. A decepção se amplia quando se percebe o tratamento restrito conferido ao item nas classificações gramaticais em que ele aparece, mesmo tratando-se de obras de referências no âmbito educacional e que se mostram “antenas” com os avanços das pesquisas linguísticas.

Sem pretensão, espero que o estudo possa contribuir com as propostas de ensino, salientando um pouco mais as possibilidades da língua e enriquecendo o ensino de gramática.

E assim termina esta experiência acadêmica com **mesmo**. Outras virão. Apenas um item, todavia, mesmo sendo uma gota no oceano do vasto conhecimento linguístico, permitiu a realização de um sonho há muito acalentado, além de muitas coisas mais...

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. L. M.; PONTARA, M. **Gramática: Texto, análise e construção de sentido**. São Paulo: Moderna, 2006, v. único
- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – Elaboração. Rio de Janeiro. Agosto, 2002.
- ABREU, A. S. Motivação icônica no léxico e na gramática. In: AZEREDO, J.C. (Org.) **Língua Portuguesa em Debate**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ALMEIDA, N. M. de. **Gramática Metódica de Língua Portuguesa**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 1960.
- _____. **Gramática Latina**. 20ª ed, São Paulo: Saraiva,, 1985.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. **L' Argumentation dans la Langue**. Bruxellas: Mardega, 1983.
- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. [1995] In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003
- _____.; CHANET, C.. 2003. Definido e demonstrativo nas nomeações. In CAVALCANTE, M. et al. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- ARMENGAUD, F. **A pragmática**. Trad. De Marcos Marcionlio. São Paulo: Parábola, 2006.
- AZEREDO, J. C. de. **Iniciação à sintaxe do português**. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. **Fundamentos de Gramática do Português**. 1990. Rio de Janeiro; Zahar, 2000.
- _____. Mesmo, Outro e a comparação, in SANTOS, L. (org.) **Discurso, Coesão e Argumentação**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.
- BACK, J. M. **Manual para apresentação de trabalhos acadêmicos: graduação e pós-graduação**. 3ed. Canoas: Salles, 2005.
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico** - o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2001.
- BAKHTIN, M., VOLOCHÍNOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec.1981.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARRETO, A.; SETTE, G.; TRAVALHA, M.; STARLING, R.. **Português para ler o mundo: língua, literatura, e produção de textos**. Ensino médio. São Paulo: Ed Scipione, 2006, vol. Único.
- BARRETO, T. M. M. **Gramaticalização das Conjunções na História do Português**. Tese de Doutorado/UFBA. Salvador. 1999.
- BARROS, E. M. de. **Nova Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

- BATISTA, A.A. **Programa Nacional do livro didático: histórico e perspectivas**. Brasília, MEC/SEF. 2000.
- BECHARA, E. **Gramática Escolar de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- _____. **Moderna Gramática Portuguesa**, 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
- BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2004, v.3.
- _____. Linguística textual. In MUSSALIM e BENTES, **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004, v.1,.
- BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral**. Ed. Unicamp, Campinas, 1989.
- BEZERRA, M.A., Porque as cartas do leitor na sala de aula. In: BEZERRA, M. A.,
- DIONISIO, A., P., MACHADO, A. R. (Org) **O Livro Didático de Português: múltiplos olhares**. 3ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BIDERMAN, M. T. **Teoria Linguística**. São Paulo: Martins fontes, 2001
- _____. Homonímia e Polissemia em Lexicografia. In: HORA, D. da; CHRISTIANO, M. E. A. (Org.). **Estudos Linguísticos: realidade brasileira**. João Pessoa: Ideia, 1999, p. 201-210.
- BOLINGER, D. **Meaning and form**. Londres: Longmans, 1975.
- BORBA, F. S. (Org.). **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- BRAGA, M. L. Aí e seus caminhos. In PRETI, D. **Dino Preti e seus temas**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental e Médio**. Brasília: MEC/SEF 1997/ 8.
- BRÉAL, M. A polissemia e a ampliação do sentido. In BRÉAL, M. **Ensaio de semântica: ciência das significações**. Trad. Aída Ferrás et al. São Paulo: EDUC, 1992.
- BYBEE, J., HOPPER, P. Introduction to frequency and emergence of linguistic structure. In: BENJAMINS, J. **Frequency and the emergency of linguistic structure**, Amsterdam, 1984.
- _____.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. **The Evolution of Grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world**. Chicago: The University of Chicago Press. 1994.
- CÂMARA Jr, J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- _____. **Estrutura da língua portuguesa**. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CAMPOS, M.T.A. **PROJETO ARARIBÁ- Português: Ensino Fundamental**. São Paulo: Moderna, 2003.
- CANDIDO DE OLIVEIRA. **Revisão Gramatical**. São Paulo: Gráfica Ed. Biblos, 1961.
- CARVALHO, N. Polissemia e homonímia (o jogo dos sentidos). In HORA, D.; CHRISTIANO, M. E. A. **Estudos linguísticos: realidade brasileira**. João Pessoa: Ideia, 1999.
- CASTILHO, A. T. e BASILIO, M. **Gramática do Português Falado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. vol. V

- _____. A Gramaticalização. In: **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, v. 19, p. 25-63, 1997.
- _____. Os Mostrativos no Português Falado. In **Gramática do Português Falado**, vol.1, Campinas: Unicamp, 1991.
- CEREJA, W. e MAGALHAES. T. **Português : Linguagens**. São Paulo: Atual. 1998
- CERVONI, J. **A enunciação**. Trad. de Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.
- CHRISTIANO M. E, A. A partícula SE reflexiva: uma abordagem sintática, semântica e pragmática. In: SILVA, C. e CHRISTIANO, M. E. A. **Da Gramática ao Texto**. Ideia, 2003, João Pessoa.
- _____.; SILVA, C. R.; HORA, D. da. **Funcionalismo e gramaticalização** Ideia. João Pessoa.2004.
- _____. (Dê)s caminhos no ensino da língua portuguesa. In SILVA, C. R. (Org). **Ensino de Português: demandas teóricas e práticas**. João Pessoa: Ideia, 2007.
- CONTE, M. E. Encapsulamento Anafórico. In: MONDADA, Lorenza, **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 178-183,
- CROFT, W. **Typology and Universals**. Cambridge University Press, 1990.
- CRUZ, J. M. **Português pratico: gramática**. 23º ed. São Paulo: Melhoramento, 1953.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Gramática da Língua Portuguesa**. 10ª ed. Rio de Janeiro: MEC, 1984.
- CUNHA, M. A. F.; COSTA, M.A.;CEZARIO, M.M. Pressupostos teóricos Fundamentais.In: CUNHA, M.A. F.; OLIVEIRA, M. R; MARTELOTTA, M.E.(Orgs) **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- DIAS, L. F. O estudo de classes de palavras: problemas e alternativas de abordagem In: DIONISIO, A. P e BEZERRA, M. O. **O livro Didático de Português: múltiplos olhares**.. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- DIK, S. C. **Functional Grammar**. Dordrecht: Foris Publications, 1978.
- _____. **The Theory of Functional Grammar: Part 1: The Structure of the Clause**. Hengeveld, 1989.
- DIONISIO, A.P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M.A.. **Gêneros Textuais e Ensino**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- DU BOIS, John W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. **Iconicity in syntax**. Ámsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1985.
- MONDADA, L.;_____. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. [1995]. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- DUCROT, O. **Polifonía y Argumentación** — Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valli, 1988 (tradução do francês para espanhol de Ana Beatriz Campo e Emma Rodríguez).
- _____. *Prefácio de Intervalo Semântico*. In: VOGT, C. **Intervalo Semântico**. São Paulo: Ática, 1977.
- ERNANI, T.; NICOLA, J. de. **Português: Língua, literatura e produção de textos**. Ensino Médio. Scipione, São Paulo. 1997/2003.

ESPÍNDOLA, L.; SILVA, J. i. M. **Argumentação na Língua**: da pressuposição aos topoi. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2004.

_____. **A entrevista**: um olhar argumentativo. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2004.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M.. **Gramática**. 17ª ed. São Paulo: Atica. 1997.

_____. **Linguística Histórica**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

FARIAS, W. Silva. **A classificação das palavras**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

FERREIRA, L. M. A. Estabilidade e Mudança. In: FURTADO DA CUNHA, M. A; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) **Linguística Funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, M. C. **Cartas Oficiais da Paraíba dos Séc.XVIII e XIX. Corpus Linguístico diacrônico**. João Pessoa: Ideia, 2003.

_____. Caracterização Lingüística de Cartas Oficiais da Paraíba dos Séc. XVIII e XIX. In PESSOA, M. de B..s (ORG.), **Língua, textos e história do português brasileiro**. Recife: UFPE. 2005.

FREIRE, Maria A. Os gêneros do Discurso: ações comunitárias do dia-a-dia. In: **Revista Educativa**. Goiânia. v. 1, n.1. Depto de Educação da UCG, 1997,

FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo, in: MARTELOTTA, M. E. **Manual de Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. (org.), **Procedimentos discursivos na fala de Natal**; uma abordagem funcionalista. EDUFRN, Natal, 2000.

_____; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. **Linguística Funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A Ed, 2003.

_____; _____.; _____.; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. Uma abordagem pancrônica da sintaxe portuguesa. In: **Revista Gragoatá**, n.1. Niteroi: EDUFF,1996/2000.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GIVÓN, T. **From discourse to Syntax**: grammar as a processing strategy. Amsterdan / Philadelphia: Academic Press. 1979

_____. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. **Syntax**: A Functional-Typological Introduction. Vol. II. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

_____. **On Understanding Grammar**. Amsterdan / Philadelphia: Academic Press. 1979

_____. **Syntax**: An Introduction. Amsterdan/Philadelphia, 2001.

GIL, A. C. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo. Atlas, 2009.

GONÇALVES, S. C. L; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). In: **Introdução à gramaticalização**: princípios teóricos e aplicação. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2007

GORSKI, E. M.; DAL MAGO, D.; ROST, C. A. Aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização, in CHRISTIANO M. E. A.; SILVA, C. R.; HORA, D. da. **Funcionalismo e Gramaticalização**: teoria, análise, ensino. João Pessoa: Ideia.. 2004.

_____. (Des)caminhos no ensino da língua portuguesa. In SILVA, C. R. (org.) **Ensino de português- demandas teóricas e práticas**. João Pessoa: Ideia, 2007.

Guia de livros didáticos: 1ª a 4ª séries. Brasília: MEC. 2000

Guia de livros didáticos: 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC. 2001

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Pontes: Campinas/SP, 1995.

GUY, G. R.. Introdução à análise quantitativa da variação linguística. In: GUY, G.R e ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa**. Instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007.

HAIMAN, J. **Iconicity in Syntax**. Amsterdam: John Benjamins Publusing, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. Baltimore: Edward Arnold. 1985.

HALLIDAY, M. A; HASAN, R. **Cohesion in English**. Londres: Longman, 1976.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. **Sintaxe Portuguesa para linguagem culta contemporânea**. Oficina do autor, Rio de Janeiro, 1997.

HESS, Remi. **Produzir sua obra – O momento da tese**. Trad. Sergio Borba(Ufal). Brasília-DF. Líber Livro Editora, 2005.

HOFFNAGEL, J. C. Entrevista: uma conversa controlada. In BEZERRA, M. A.; DIONISIO,

A. P.; MACHADO, A. . (Org) **O Livro Didático de Português: múltiplos olhares**. 2ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. New York: Academic press, 1993/2003.

_____. Emergent Grammar and the a priori grammar postulate. In TANNEN, D. (Ed) **Language in context: connecting observation and understanding**. Norddoods: Ablex, 1988.

_____. On some principles of gramaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B.

Approaches to grammaticalization. Philadelphia: John Benjamins Publihing Company, 1994.

_____. **Some Recent Trends in Gramaticalization**. Annu. Ver. Anthropol, 1996, p. 217-236.

HORA, D. da. Estudos variacionistas na Paraíba: de onde viemos, onde chegamos e para onde vamos. In VOTRE, S.; RONCARATI, C. (orgs.) **Anthony Naro e a linguística no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

HORA, Dermeval da. Teoria da variação: uma retrospectiva. In Hora, Dermeval (Org). **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa. Ideia, 1997.

_____.; CHRISTIANNIO, M. E. A. **Estudos Linguísticos**: realidade brasileira. João Pessoa : Ed. Ideia, 1999.

_____.; PEDROSA, J L.R. **Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB)**. João Pessoa: Ed. Ideia, 2001.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-Rom

HYMES, D. H. On communicative competence. In: PRIDE, J.B, HOLMES, J. **Sociolinguistics**.

Harmondsworth: Penguin, 1972.

ILARI, R.; GERALDI, J.W. **Semântica**. Série Princípio. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____.; CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M.; FRANCHI, C.; OLIVEIRA, M. A.; ELIAS, M.S.; NEVES, M. H. M.; POSSENTI, S Considerações sobre a posição dos advérbios. In.: CASTILHO, A. T. **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, v. I, 1990, p. 63-141.

_____. **Linguística Românica**. São Paulo Ed. Atica, 1992.

JUCÁ FILHO, C.. Restrições ao anteprojeto de simplificação e uniformização da nomenclatura gramatical brasileira. In: **Nomenclatura gramatical brasileira**. Ministério de Educação e Cultura. p 93- 171.

KEWITZ, V. SIMÕES, J.. S. (no prelo) Normas linguísticas, história social, contactos lingüísticos e tradições discursivas: transformando encruzilhadas em novos caminhos para a constituição de corpora diacrônicos. In CASTILHO, A. T. (Org). **História do Português Paulista**. Série Estudos, vol.1. São Paulo: FAPESP / Campinas: Setor de Publicações do Instituto de Estudos De Linguagem (IEL) (texto digitado), 2007.

KLEIN, S. **Mesmo and the NP in Brazilian Portuguese**. Cad. Est. Ling. Campinas, Jan./Jun. 1998.

KOCH, I. G. V. Expressões referenciais definidas e sua função textual. In: DUARTE, L. P. (org) **Para sempre em mim**: homenagem a Ângela Vaz Leão. Belo Horizonte: CESPUC, 1999. 536p.

_____.; MARCUSCHI, L. A. **Processos de referenciação na produção discursiva**. In **D.E.L.T.A.**, vol.14, nº. Especial, São Paulo: EDUC, 1998.

_____. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Linguística Textual e Ensino de Línguas**. Texto apresentado no II ECLAE, João Pessoa, UFPB, 2002.

_____. **A inter-ação pela linguagem**, 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **A referenciação: construção discursiva**. Ensaio apresentado por ocasião do concurso para Titular em Análise do Discurso do IEL/UNICAMP, dez.,1999.

_____. **Introdução à Lingüística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004,

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, n.45, 1972.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago, IL: University of Chicago Press. 1980.

LOPES, C. R. dos S. **Gramaticalização, recategorização e ensino de português: introduzindo a questão**. (minicurso/GELNE, João Pessoa, 2006.

LUFT, C. P. **Moderna Gramática Brasileira**. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

MACAMBIRA, J. R. **A estrutura morfo-sintática do português**. São Paulo: Pioneira, 2001.

MACEDO, A.T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M.C. (orgs.) **Variação e Discurso**. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1996.

MACIEL, M. **Língua Portuguesa - Gramática Descritiva**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Livraria e Ed. Francisco Alves, 1922

MAFFESOLI, M. **A conquista do presente: por uma sociologia da vida cotidiana**. Trad. Alípio de S. filho. Natal: Argos, 2001.

MARCUSCHI, L.A. **Gêneros Textuais: constituição e práticas sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Gêneros Textuais: Definição e funcionalidade: In DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R;

BEZERRA, M. A .**Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

_____. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In: BEZERRA, M. A.;

DIONISIO, Â.; P.; MACHADO, A. R. (Orgs) **O Livro Didático de Português: múltiplos olhares**. 3ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: Koch, I. G. V. (Org). **Gramática do Português Falado**, Vol. VI. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. **Gêneros Textuais: o que são e como se constituem**. Recife, UFPE (mimeo), 2000.

_____. O Processo de Referenciação na Produção Discursiva. In: HORA, D. da; CHRISTIANO, E. A. **Estudos Linguísticos: realidade brasileira**. João Pessoa/PB: Ideia, 1999.

_____. **Manifestações de Poder em forma assimétricas de interação**. Investigações, Recife, 1988, v.1.

MARTELOTTA, M.E.; VOTRE, S.J. & CEZARIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil - uma abordagem funcionalista**. Rio: Ed. Tempo Braslieiro, 1996.

_____.; AREAS, E. K.. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In

MARTELOTTA, (org.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A mudança Linguística In: _____, (org.). **Linguística funcional: teoria e prática**, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTINET, A. **Estúdios de sintaxis funcional**. Madrid, 1962

MEILLET, A. L' évolution des formes grammaticales. In: A. MEILLT. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, [1912], 1965.

_____. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris, 1965.

MENDONÇA, M. R.S. Pontuação e Sentido: em Busca da Parceria. In: BEZERRA, M.A e

DIONISIO, A. P. **O Livro Didático de Português: múltiplos olhares**. 3ed. Rio de Janeiro:

Lucerna, 2005.

MESQUITA, R. e MARTOS, C. **Gramática Pedagógica**. São Paulo: Ed Saraiva, 1996.

MIRA MATEUS, M.H; VILLALVA, A. **O Essencial sobre Linguística**. Lisboa: Caminho, 2006.

_____. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Liv. Almedina, 1983.

MOITA LOPES, L. P. da. **Da Aplicação de Linguística à Linguística Aplicada**, minicurso/PROLING, João Pessoa, 2007.

_____. **Por uma Linguística Aplicada Interdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MONDADA, L.; DUBOIS D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. & RODRIGUES, B. B. & CIULLA, A. (Org.) **Referenciação**. Clássicos da linguística.. São Paulo: Contexto, 2003, vol.1

MORATO, E. O interacionismo no campo linguístico. In MUSSALIM, F e BENTES, A.C. **Introdução à Linguística: Fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004, vol.3.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, 3 ed., São Paulo: Cortez, 2004, v.1, 2 e3.

NARO, A. J.; BRAGA, M. L. **A interface sociolinguística/ gramaticalização**. Rev. Gragoatá, n.1, (2 sem) Niterói: EDUFF, 1996.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Passado e presente na concordância de número em português: evidências do português europeu moderno. In: NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P.. (Orgs). **Origens do Português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NETO, J.B. O Empreendimento Gerativo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C.. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Ed. Cortez, 2004, vol.3.

NEVES, M. H. M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, M. H. M. **Guia de Uso do Português: confrontando regras e usos**. São Paulo: Unesp., 2003.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo, Contexto, 2006.

_____. **A Gramática de Usos é uma gramática funcional**. ABRALIN, Boletim 19 da Associação Brasileira de Linguística, Vol. 1, Maceió. Imprensa Universitária. 1996

_____. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Uma Introdução ao Funcionalismo. In: CHRISTIANO M. E.; SILVA, C.; HORA, D. **Funcionalismo e Gramaticalização**: teoria, análise, ensino. João Pessoa: Ideia. 2004.

_____. **Que gramática estudar na escola?** norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, M. R.; COELHO, V. W. Linguística Funcional aplicada ao ensino do português In: FURTADO DA CUNHA, M. A; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) **Linguística Funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, R.P. Formalismos na Linguística: uma reflexão crítica. In MUSSALIM, F e BENTES, A.C.. **Introdução à Linguística**: Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, vol.3.

ORECCHIONI, C. K. **A análise da Conversação**: princípios e métodos. Trad. Carlos Piovenzani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PAGOTTO, Emilio G. e DUARTE, M. E., Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: LOPES, C. R. S. **A norma Brasileira em Construção**- Fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19.(Org.) Rio de Janeiro: FAPRJ, 2005.

PAULIUKONIS, M. A. L. Comparação e Argumentação: Duas Noções Complementares. In SANTOS, L. W. **Discurso, Coesão e Argumentação**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

PEREIRA, E. C. **Gramática Expositiva** - curso superior. 59 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional (CEN), 1942.

PEREIRA, H. e PELACHIN, M. **Português na trama do texto**. Ensino médio. São Paulo: FTD, 2004.

PERINI, M. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. Sofrendo a Gramática. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

PEZATTI, E. G. **O Advérbio “Então” já se Gramaticalizou como Conjunção?**. D.E.L.T.A., vol.17 nº.1 São Paulo, 2001

_____. O Funcionalismo em Linguística. In: MUSSALIM, F E e BENTES, A.C. **Introdução à Linguística** – fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, vol.3.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Ensaio sobre discurso e sujeito. Curitiba: 2002.

RAMIRES, V. **Gêneros Textuais e Produção de Resumos nas Universidades**. Recife: EDUFRPE, 2008.

RANGEL, E. O Livro Didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalcado. In: DIONISIO, A. P. BEZERRA, M.A. **O Livro Didático de Português**: múltiplos olhares. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Olympio, 1998.

Said ALI, M. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

_____. **Meios de Expressão e alterações semânticas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SALUM, O. de L. O reforço na formação dos demonstrativos e dos indicadores da identidade e da ênfase nas línguas românicas. In: **Estudos de Filologia e Linguística**: em homenagem a Isaac N Salum. São Paulo: Ed. USP 1981, v.2,

SANTOS, N. C. **Mesmo além da Gramática Tradicional**. In XX JORNADA DE ESTUDOS LINGUISTICOS DO NORDESTE João Pessoa 2004. Anais.. Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE), João Pessoa, Ideia, 2004

_____, Reflexões Funcionalistas em trono do Item Linguístico Mesmo. In: CHRISTIANO, M. E.; SILVA, C.R.; HORA, D. O. **Funcionalismo e Gramática: teoria, análise, ensino**. João Pessoa, Idéia, 2004, p.182-208.

_____. **O item linguístico mesmo no português do Brasil colonial e imperial: usos e funções**. In: XV CONGRESSO INTERNACIONAL, MONTEVIDEU, 2008. Anais..De la Asociación de lingüística y filología de América Latina (ALFAL). Montevideu, 2008

_____. **A funcionalidade de mesmo e seu tratamento no livro didático**. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL. João pessoa. 2009. Anais... ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA (ABRALIN) – 40 ANOS. João Pessoa, Ideia, 2009

SANDMANN, A. J. **Formação das palavras no Português Brasileiro Contemporâneo**. Curitiba: Ícone, 1989.

SILVA, L.R.; ARAUJO. M.J.; CUNHA, M.M.S. **Manual de Normas Técnicas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. João Pessoa, Ed. Universitária, UFPB. 2006.

SILVA, C. R. Coesão textual e construção de sentidos: um caso, uma canção. In: SILVA, C.; CHRISTIANO, M. E. A. **Da Gramática ao texto**. João Pessoa: Idéia, 2003.

_____.; MARTINS. I. F. M. Referência, Substituição e Elipse em cartas oficiais do séc. XVIII na Paraíba. In _____. **Da Gramática ao texto**. João Pessoa: Ideia, 2003.

_____. **Mas tem um porém**: mapeamento funcionalista da oposição e seus conectores em editoriais jornalísticos. Tese (Doutorado). UFPB, João Pessoa, 2005.

SILVA, T. C. G. da. **A carta do leitor**: um estudo das estratégias semânticas-argumentativas. Dissertação de Mestrado. UFPB. 2005.

SILVA, V. L. P. da. Variações tipológicas no gênero carta. In: KOCH, I. V.; BARROS,. K. S. M. de (Orgs.). **Tópicos em linguística de texto e análise da conversação**. Natal: EDUFRN, 1997.

SIMÕES, J. da S.; KEWITZ, V. “Normas linguísticas, história social, contactos linguísticos e tradições discursivas: transformando encruzilhadas em novos caminhos para a constituição de *corpora* diacrônicos”. (no prelo). In: CASTILHO, A. T., (Org.). **História do Português Paulista**. Série de Estudos, vol. 1. São Paulo.: FAPESP/ Campinas: Setor de Publicações.do Instituto de Estudos de Linguagem (IEL)- UNICAMP. (digitado).

_____. Tradições Discursivas e organizações de corpora. In: VANDERCI, A. (Org.). **Para a história do português brasileiro**, VI Seminário do PHBP. Londrina/ UF (digitado) 2007.

SOARES, M. **Português através de textos** -Ensino Fundamental. São Paulo: Moderna, 1990.

SOUZA, Maria Ester V. **As surpresas do previsível no discurso de sala de aula**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002.

TARALLO, F. (Org) **A pesquisa sociolinguística**. 5ª ed. São Paulo. Ática, 1997.

- TAVARES, M. A. **A gramaticalização de e, aí, daí, e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações-um estudo sociofuncionalista**. Tese (Doutorado). UFSC, Florianópolis, 2003.
- TAYLOR, J.R. **Linguistic categorization, Prototypes in Linguistic Theory**. G.B. Larendon. Paperbacks. 1992.
- TERRA, E.; DE NICOLA, J. **Gramática, Literatura e Redação para o 2º grau**. São Paulo: Scpione, 1997.
- TORRINHA, F. **Dicionário Latino Português**. 2ª ed. Porto: Gráficas Reunidas LDA, Porto Editora, 1942.
- TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B.. **Approaches to Gramaticalization**. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam. 1991.
- _____. **O papel do desenvolvimento das marcas do discurso na teoria da gramaticalização**. Stanford University, Manchester, 1995.
- _____.; KOING, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, C.; HEINE, B. **Approaches to grammaticalization**. Amesterdã: John Benjamins, 1991, vol. 1.
- _____. **Legitimate counterexamples to unidirectionality**. Paper presented at Freiburg University, Oct., 2001.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 9ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.
- TROUCHE, L. M. G. **O MARQUÊS DE POMBAL E A IMPLANTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A PROPOSTA DO DIRETÓRIO DE 1757**. Disponível em: < http://www.filologia.org.br/anais/anais_iv/civ12_9.htm >. Acesso em: 10 dez. 2008.
- URIEL, W. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**/ Uriel W.; LABOV, W; HERZOG, M. I. H. Trad. Marcus Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- VAN DIJK, TEUN A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992
- VINCENT, D., VOTRE, S; LAFOREST, M. **Gramaticalisation et post-gramaticalisation**. Langues et Linguistique. Université Laval. 1992.
- VOGT, C. **O Intervalo Semântico**. São Paulo: Ática, 1977.
- VOTRE, S. J. Um paradigma para a linguística funcional. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SIGLAS

LDB LIVRO DIDÁTICO DO PORTUGUÊS.

PCN. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.

NGB NOMEMCULTURA GRAMATICAL BRASILEIRA.

SEC SECRETARIA EDUCAÇÃO E CULTURA.

PNLD PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

MEC MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.